

A Bahia e as Capitánias  
do Centro do Brasil

Exemplar N°

0012 \*

Série 5.<sup>a</sup> ★ B R A S I L I A N A ★ Vol. 247  
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

---

J. F. DE ALMEIDA PRADO

★

# A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil

(1530-1626)

História da Formação da Sociedade Brasileira

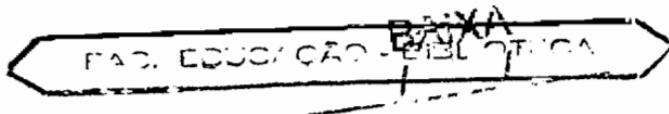
I TOMO

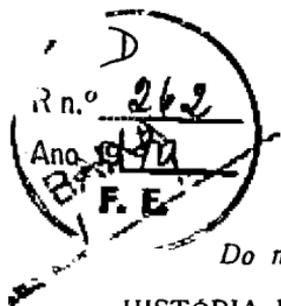
★



COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Bahia - Pará - Porto Alegre

1945





*Do mesmo autor nesta coleção:*

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

*Publicados:*

*Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)  
2.<sup>a</sup> ed.*

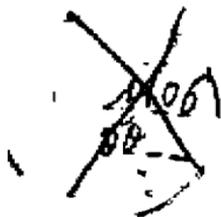
*Pernambuco e as Capitanias do Norte do  
Brasil (1530-1630) — IV vols.*

*No Prelo:*

*A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil  
(1530-1626) — Tomo II.*

*Em preparo:*

*A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil  
(1530-1626) — Tomo III.*



---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
Printed in the United States of Brazil.

A

AFRÂNIO PEIXOTO

E

WANDERLEY PINHO

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

BAIXA



## Introdução

**C**HEGAMOS, neste volume, ao estudo da antiga séde. do Brasil, que foi teatro do maior empreendimento luso, no correr da sua expansão colonial. No limiar da nova série, versando a *História da Formação da Sociedade Brasileira*, sentimos o dever de tornar ao que anunciávamos no princípio: *Nunca como hoje se mostrou tão necessário ao estudioso libertar-se de propensões, prevenções ou conveniências pessoaes, num supremo esforço para chegar á serenidade com que deve ser lida a história.* Qualquer outra orientação redundaria em trabalho inútil, pois seria o mesmo que flutuar sem bússola, ao sabor das paixões remoinhando pelo mundo. Si desprezarmos o cuidado de proceder á nossa própria despersonalização antes de analisar o passado, corremos o risco de incidir na turbamulta, resolvida a impor as suas predileções como remédio a males coletivos.

A enfermidade é somente desconhecida para quem recuza estudá-la como deve ser estudada. Não se pode mais admitir falta de meios para distinguir o presente, com o acervo de fatos a proporcionar a lição do passado, e a experiência decorrente, que permite analisar a marcha da humanidade, da noite dos tempos a nossos dias. Devemos, contudo, admitir, que a nossa época não concede ao pensador a serenidade indispensa-

vel para que, do alto de uma eminência, possa livremente abranger a causa do caos e descobrir-lhe a saída. Em toda a parte, procura-se solução, ou, pelo menos, lenitivo, para as pragas que nos flagelam — guerras, lutas fratricidas, traições, delações, perseguições, vinganças. Mas como fugir do desvario, dominados, como estamos, pelo meio e pelo tempo? A mirajem refletida por um brilhante progresso veda a nítida percepção da realidade, que traria profundo desânimo, si não passasse despercebida á maioria dos pensadores e políticos contemporâneos (1).

Quaes as razões do mal e da sua incompreensão? Taras prejudiciaes do homem? Ou causas remotas que, avolumadas pelo tempo, sorrateiramente se apossaram do nosso destino? E como lhes conhecer os característicos? O momento parece pouco apropriado á reflexão e meditação, mas, a despeito de seu aspéto tumultuoso, podemos perceber sem muito esforço estarmos sob a ação de imenso complexo, dominador e tirânico, que nos dita a sua vontade, ao invés de nos obedecer. Progresso é o seu nome, e, antes de prosseguir, convém estabelecer com precisão, o sentido da palavra que tamanho lugar ocupa em nossa existência. Remontando ás raises clássicas verificamos que significa *marcha para a frente*. Dando-se-lhe emprego mais lato, de acordo com a acepção que o uso lhe concedeu, temos nele o agente do aumento ininterrupto, até hoje, das possibilidades humanas, em que novos subsidios se juntam aos antigos, formando outros, num ritmo cada vez mais precipitado, á medida que de nós se aproxima. O progresso em si não é exclusivamente benéfico nem maléfico, podendo alternar as situações, ou confundilas. Pretende a crítica histórica que o estudo de sua trajetória, através dos séculos, explica o presente e

---

(1) v. Nota I no fim da Introdução.

permite perscrutar o futuro, como deveria ser, si não interferisse o desencadear de paixões da nossa era, que determina perigosa amálgama com sonhos de todo gênero, a impedir não só a visão da atualidade como a do futuro (2).

Imajinemos, o estado psicológico de um infeliz egresso de campos de concentração, com a família dizimada, despojado dos haveres, e que, pela influência dos correligionários na política universal, é chamado diréta ou indiretamente a participar da reconstrução do mundo! Milhares de outras vítimas dos policrômicos extremismos, ideados para solucionar problemas sociaes e políticos, vêem-se em cruciante miséria, ansiosos por desforras sangrentas contra os algos, o que tampouco concorre para delir paixões, afastando a violência com o seu cortejo de ruínas e sofrimentos. Procuraes os jovens e os seus mestres ou guias, nas escolas, nos jornaes, nas oficinas, nos quartéis, e ficareis abismados da confusão do seu espírito e da facilidade com que rezolvem os mais complicados problemas do nosso tempo. Manifestam ingênua fé num progresso milagroso que deverá sanar o mundo e conduzi-lo a um estado de bondade infinita, parecido com a "Terra-sem-males" dos Tupí, embora seja preciso derramar rios de sangue para chegar á meta.

O homem mais funesto, em política, é o que se persuadiu de possuir a verdade de onde dimanará a justiça e a ventura para os seus semelhantes. Em nome deste principio, não vacilará ante os piores excessos, julgando-se instrumento da providência para aplicar sobre a chaga dos doentes o cautério que lhes restituirá a saude. Taes reformadores pululam, e contra eles esbarramos desprevenidos a todo momento, sem de longe conceber o perigo que representam. En-

---

(2) v. Nota II no fim da Introdução.

tretanto, um simples relancear de olhos sobre o passado lhes proporcionaria precioso sedativo contra exaltações destruidoras, salvando-os de crimes irreparáveis de que mais tarde irão penitenciar-se inutilmente. Ha muitos anos que se processou nos limites da África e da Ásia a progressiva sedimentação e subsequente fermentação de subsídios culturaes, carreados para as margens do Mediterrâneo pelas civilizações da antiguidade. O choque do encontro com as culturas ribeirinhas, e, principalmente, a conjunção de Israel com a filosofia helênica, gerou a crença que veio a ser espantoso elemento de progresso. Correspondia o cristianismo ao anseio dos povos que se tinham adeantado espiritual e materialmente, e não mais se satisfaziam com as primitivas religiões. O novo credo continha regras elevadas de justiça social e consolo para as multidões soffredoras. Trazia, igualmente, poderoso fator de intercâmbio, cruzando fronteiras, vencendo obstáculos considerados intransponíveis, delindo zelos e preconceitos, ganhando carater universal, fenómeno que representava o maior progresso até então registado na história.

Para lhe medir o alcance, suponhamos quaes seriam os resultados da adoção no mundo inteiro do idioma que se está aperfeiçoando na Escandinávia, para substituir o esperanto. Si fosse possível o prodígio, acelerar-se-ia de tal maneira o progresso, que as futuras conflagrações internas e externas, explodiriam em espaço incomparavelmente mais curto, verificando-se, em dias, o que, de outro modo, demoraria meses. No passado, foi o cristianismo o maior agente da interação dos povos europeus, com a diferença que, antigamente, quando a humanidade dispunha de margem para a sua expansão, a fase era benigna, ao passo que, após vinte séculos de intensa atividade, a hipertrofia do

progresso trouxe os germes da temerosa síndrome, que infeccionou as mais belas conquistas da civilização. O mal, por conseguinte, não veio do progresso em si, mas da maneira como se desenvolveu. O cristianismo almejava socorrer e inspirar consciências, sem intervir no campo material. Foi contra a sua intenção que nele influiu, motivo que levou muitos dos atuaes e mais eminentes espíritos do catolicismo, como certos dominicanos, a aspirar pela volta da igreja aos primórdios cristãos, quando a crença se aninhava, pura e singela, na existência dos fieis. A seu ver, o cristianismo ainda possui forças bastantes para rezistir á onda de dissolução moral que ameaça a humanidade, e reconduzi-la ao remançoso caminho do Bem.

Outrora, fôra submersa a igreja pela invasão dos bárbaros germânicos, que desciam rumo ao Mediterrâneo. Parecia destruída a doutrina de piedade e amor, abafada a voz dos pregadores pelo retinir das armas, dispersado para todo o sempre o seu rebanho, e, no entanto, a maré foi contida, as hordas iconoclastas lentamente assimiladas, raiando depois da tormenta a aurora da Renascença. Os manuscritos da idade clássica preservados pelas ordens religiosas iluminaram a erudição e a obra dos pensadores da igreja, dilatando sob o signo da cruz a civilização do ocidente. De começo, a sua marcha encontrou a hostilidade da dissidência maometana e a barreira das antiqüíssimas religiões asiáticas, as quaes lhe delimitaram a expansão á zona habitada pelo homem branco europeu. Mas, ao passo que seu principal adversário, o Islam, co-herdeiro da idade clássica, se deixava assoberbar por esterilizante fanatismo, lançava-se a cristandade pelos mares livres, á procura do Preste João e dos povos mencionados por Plínio, o Antigo. Windelband, na sua *História da Filosofia*, perfilha com acerto a opinião dos

que reputam o ciclo dos descobrimentos, iniciado no século 15, quasi mais eficaz para o alargamento do horisonte geográfico e cosmográfico, que a corrente do Humanismo no aprofundar o estudo da história.

Eine Reihe von günstigen Zufällen und von glücklichen Erfolgen kühner, genialer Gedanken, die sich in merkwürdiger Konzentration um die Wende des XV und XVI Jahrhunderts zusammendrängen, hat im Laufe eines Jahrhunderts das Weltbild des Erdbewohners in einer so grossartigen Weise umgestaltet, dass man sagen darf, es sei niemals in so kurzer Zeit ein so rapider Fortschritt in der Entwicklung der menschlichen Weltvorstellung eingetreten, und es ist mit vollem Rechte darauf aufmerksam gemacht worden, dass gerade die durch die Entdeckungen herbeigeführte Erweiterung des geographischen und kosmographischen Gesichtskreises fast noch wirkungsvoller gewesen ist, als die Eröffnung des historischen Horizontes durch die humanistischen Studien. Denn die ganze Stellung des Menschen im Universum musste auf Grund dieser Tatsachen in völlig neuem Lichte erscheinen. Das ist eine Veränderung, so tiefgehend wie keine andere in der gesamten Kulturgeschichte. Sie bildet den entscheidenden Bestandteil unter den Elementen des modernen Denkens: aber die Tragweite dieser Umwälzung ist so gewaltig und folgenschwer, dass sie noch heute nicht als vollendet angesehen werden kann.

As duas correntes, a humanística e a dos descobrimentos, contribuiram, estreitamente associadas, para acelerar o progresso a partir da navegação transoceânica. Temos, porém, neste caso, segundo os antigos

cultores do materialismo histórico, um exemplo mais a favor de Marx que de Hegel, sobrepondo as consequências dos fatores económicos ás das ideas filosóficas, pela crescente ação da América, na balança comercial da Europa, desde o começo do século 16. A prata do Potosí não tardaria a juntar-se á produção de outras regiões americanas, formando, em uma centúria, deslumbrante caudal de recursos económicos com destino ás Espanhas. Das mãos de portugueses e castelhanos, logo, escorria para os incipientes parques industriaes da Europa, a fortalecer o seu desenvolvimento e o começo do reinado da máquina. Com o subsídio vitalizador, os passos do progresso tornaram-se saltos de gigante, aparecendo os inventos de que, hoje, depende o nosso bem estar, com enorme antecedência, si é que jamais teriam surgido, como o foram, caso tivesse demorado o apoio económico das Américas.

O alcance dessa ação é ainda mal conhecido. Raros estrangeiros estão em condições de examiná-lo pelas dificuldades que encontram em se documentarem sobre a América do Sul nos seus centros de estudos. Inúmeras vezes têm de recorrer a tradutores, "traditori", e perdem longo tempo á procura de dados bibliográficos, nem sempre fáceis de encontrar. Compreende-se, daí, aparentarem não raro, os fastos ibero-americanos, aspéto de fenómenos de geração espontânea, sem ligação com os demais do grande complexo histórico universal, quando, na realidade, com eles se relacionam muito além do exposto nos mais conhecidos tratados de moderna historiografia. Contou-nos Lucien Febvre, que observara a Pirenne ter esquecido a contribuição das cidades espanholas na economia da idade-média, vindo pouco depois o ilustre sábio a falecer sem tempo para corrigir a falha. O exemplo é típico, notando-se iguaes deficiências nos maiores historiadores

e economistas europeus. Quanto aos dos E. E. U. U., parece que somente agora descobriram a importância da história dos outros povos americanos, dispensando maior cuidado ao estudo do português e do castelhano, em virtude das repercussões da atual guerra. Nessas condições, tivemos de encetar o que o estrangeiro não podia levar a cabo, prosseguindo, na mesma orientação dos volumes precedentes, em que procuramos esclarecer, no imenso panorama das relações culturais entre continentes, a parte decisiva do Brasil na expansão colonial das grandes potências. Pelo critério por nós adotado, tres são os países de toda a América que mais influíram neste sentido, através dos seus produtos do século 16 ao 19; o México, o vice-reinado do Perú e o Brasil. Os demais do continente trouxeram a sua quota, quando o impulso estava imprimido, e, no início do seu povoamento receberam o bafejo que as metrópoles lhes concediam, graças ao ouro, prata e mercância de gêneros colonias das regiões anteriormente exploradas. As primeiras coube, destarte, a glória do efeito consideravel que tiveram as suas remessas, a incentivar, no momento mais oportuno, o enorme progresso que impoz á humanidade a hegemonia do ocidente.

Os aspéto da política colonial devem ser encarados através das condições das metrópoles, assim como estas através das colónias, a fim de que, embora divididos em períodos e regiões, se tornem logicamente explicáveis. Em o nosso passado, o processo revela singularidades curiosas, como a sobreexcelência da empresa particular duartina em Pernambuco, sobre a da Bahia del-rei, até o advento da guerra holandesa. As hostilidades que tangeram os habitantes para a cidade do Salvador, e suas redondasas, destruíram engenhos e removeram os haveres que podiam ser baldeados de

uma província para outra, desfizeram a desigualdade a favor da séde baiana, que, daí por diante, ficou com a primazia ao norte do Brasil. Antes da mutação, o excepcional resultado da indústria assucareira nos deltas pernambucanos e paraibanos — confundidos pela ascendência de Olinda sobre os territórios visinhos — era muito mais propício ás populações daquelas capitães que o intermitente e parco auxílio de Lisboa, avaramente dispensado aos presídios de além-mar. Aludem os primeiros governadores á absorção “in-loco” de grande parte dos rendimentos do Brasil, na defesa da terra e trabalhos preliminares, em que avultava em primeiro lugar a construção da capital baiana. Nessa altura, D. João III pouco ou nada podia fazer em benefício do mais belo florão de sua coroa, dependendo as suas finanças da especiaria de regiões longínquas, sem bastante apoio no solo português e na indústria de seus filhos. Na fase embrionária do Brasil, a ameaça dos repetidos ataques dos franceses e dos índios entibiava a vaga tentativa colonizadora, que, de Évora ou Almeirim, acompanhavam angustiados el-rei e o seu Conselho. Enquanto a colónia não pudesse, pelo seu próprio trabalho, remover os obstáculos que lhe emperravam a marcha, restava apenas a esperança de sobrevirem acidentes que golpeassem os adversários e dessem tempo ás povoações litorâneas de se desenvolverem. Intervinha igualmente, para gáudio de S. A., a política revulsiva das nações poderosas, calculadamente protetoras das débeis, afim de reter a expansão de rivaes, o que valeu a Portugal consagrar-se ao comércio marítimo e conservar as suas colónias, a despeito dos esforços de competidores muito mais ricos e bem armados.

No tempo de D. Sebastião I, começou o Brasil a se revestir de aspéto diverso do que tivera no reinado

anterior. Aparecia como frutuosa empresa, mercê das remessas de assucar nordestino, que em maré salivadora, afluíam aos portos lusos. Coincidia o reforço económico com o ocaso da pimenta, fenómeno semelhante ao que mais tarde succedeu ao ouro das Minas Geraes, quando assumiu, nos réditos do erário, a contribuição do assucar em decadência. Continuou, ainda por algum espaço, a traficância da especieria a seduzir imaginações, graças ao fabuloso resplendor que envolvia toda a Índia, onde, soldados de Portugal tinham desencravado diamantes dos olhos das divindades jacentes nos templos, e os vice-reis, recebido enormes propinas de príncipes necessitados do seu auxílio; mas, por fim, teve de ceder lugar ás lendas de incalculáveis riquezas ocultas nas margens da lagoa Parima e rio das Amasonas. Presumia muito naturalmente el-rei que também encontraria nas visinhanças dos castelhanos os cabedaes que permitiam ao imperador custear lutas intermináveis. Seguem daí as indagações, em afã contínuo, reiteradas aos índios pelos companheiros de Vaz de Caminha, pelos governadores geraes e aventureiros lançados no sertão, á cata do ouro reclamado pela coroa.

Na expectativa dos descobrimentos de minas, a monocultura de Pernambuco parece que de princípio, não entusiasmou o governo metropolitano como era de esperar. Teriam concorrido para o relativo desinteresse as complicações daquela custosa organização industrial e agrária, pouco atraente para quem lutava com falta de capitães. O cuidado requerido pelos engenhos afigurava-se excessivo, em confronto com o produto das minas castelhanas da América, facil de transportar e negociar, que davam aparentemente lucros superiores. Ainda nas vésperas da guerra holandesa, os portuguezes consideravam o Brasil apenas

como repositório de jazidas preciosas, sem empenho no desenvolvimento de culturas e da criação de rebanhos, a não ser como atividade subsidiária para a manutenção dos habitantes. O regime das capitanias, com múltiplas exigências, fôra uma decepção. Empresa desmedida para simples particulares, terminava, excluindo S. Vicente e Pernambuco, desamparada pelos donatários, tornando-se fonte de distúrbios e de preocupações. A reação do índio, quando percebia que o branco ambicionava escravizá-lo, depois de apoderar-se de suas terras, zombava dos Regimentos que teóricamente ordenavam possuisse cada lavrador armas para se defender e acudir ao brado del-rei. Atrás do gentio, assomavam corsários, constituindo grave perigo, por servirem de esculcas aos competidores dos portugueses. Sobre esses percalços, os poucos brancos do litoral viviam desavindos entre si, imersos no "mexerico", voltados contra donatários e mais autoridades locais. De nada adeantava inspirar-se a monarquia em exemplos da antigüidade, em que legionários tornavam-se colonos, levando consigo para as regiões sob domínio romano, os instrumentos de trabalho, e as armas para manter a conquista. Longe de imitar a disciplina dos predecessores, o reinol era o primeiro a dar o exemplo de insubordinação, ao respirar na larguesa americana. Transmutava-se em homem livre, depois do equador, e em dominador, ao pizar o chão, onde o branco mandava e se desmandava entre o gentio. O excesso da sua independência estorvava os concessionários das capitanias, ao passo que pouca mozza fazia aos governos das dinastias de Aviz, dos Áustrias e dos Braganças, sem embargo das grandes diferenças que as separavam. No reino, as populações eram reguladas por foros tradicionais, com regras severas, civís e religiosas, para nobres e plebeus.

Na América, tudo se simplificava pelo ermo, a separar os lavradores uns dos outros, na imensidão, onde o imigrante se entonava num senhor feudal de poder muito mais positivo que o atribuído aos capitães.

Os que receberam doações no Brasil, estavam enquadrados pelos itens dos Regimentos, coarctados pelos régios funcionários, quasi sempre adversos, e pelos povoadores, inevitavelmente inimigos. Deve ser procurada a principal causa da queda de Francisco Coutinho ou Pero de Campos, na inhabilidade que demonstraram no lidar com os brancos, que, na América, se julgavam tão nobres e com tantos direitos como os capitães, e por estes prejudicados quando os povoadores pretendiam dar largas á sua atividade construtora. Nunca a lei da oferta e da procura imperara com tanto despotismo como nesse período das capitanias, em que o branco atingiu o máximo do valor pela sua extrema raridade. Relatam os antigos documentos a falta que fazia, sendo elucidativos a respeito os capítulos do presente volume sobre Ilheus e Porto Seguro. A metrópole, sem gente, nem recursos para angariar mercenários, como no século 17 praticaram os holandeses, obrigou os pouquíssimos reinos, atraídos pelos donatários, a lançarem mão do indígena. As guerras "justas" e injustas proporcionaram alguns obreiros ás derrubadas que precederam o plantio da cana de assucar, mas, depois, foi preciso recorrer ao negro, porquanto o índio não suportava o trabalho nos engenhos, adoecia, morria, desertava de qualquer maneira do eito, deixando o povoador sem braços para continuar a faina. O aborígine só dava trabalho mais aturado nos moldes do mutirão desenvolvido pelos jesuitas nas suas reduções, e que, por uma estranha ironia da história, se tornou o paradigma das tentativas, muito inferiores

em qualidade, do coletivismo social de nossos dias (3).

Um conjunto de circunstâncias favoráveis erigiu o africano em providencial substituto do índio, quasi imprestável. Possuía Portugal vasto viveiro de braços negros, em Angola e no Congo, a meio caminho entre a Europa e a Índia, na costa fronteira á América. Os cativos dessa proveniência estavam habituados, desde tempos imemoriaes, ao regime servil, constituindo, até abrandamento de condição, ir ter das mãos de um soba inimigo ás de um senhor de engenho. Robustos e dóceis, recebiam no Brasil o melhor tratamento possível nas condições locais, por custarem caro — verdadeiros animaes de luxo — e poderem arcar com o esforço que deles se esperava. Teve ainda a sua introdução, em larga escala, o dom de tornar de certo modo util a indiada, antes daninha á lavoura. E' que os tapuias rondavam pelas matas, no limite das roças, contribuindo pelo terror, que muito justamente inspiravam, para sugeitar aquella massa negra á meia dúzia de brancos e mamelucos. A religião também encontrava nos africanos terreno fértil para semear a doutrina e colher messe muito mais abundante que a alcançada com o gentio. Acarretavam, sem dúvida, alguns óbices, dos quaes o maior era o preço e o fato de mal se reproduzirem no cativeiro, tendo os lavradores de substituí-los constantemente, sob ameaça de paralizar a produção. Os sacrificios, porém, eram compensados, levando em conta a impossibilidade do reino em mandar trabalhadores das suas comarcas para a colónia, que se tornara fonte de vida para a monarquia.

O tempo instruiu, através da experiência, o governo sobre a maneira de auferir o máximo de proven-

---

(3) v. Nota III no fim da Introdução.

tos do regime colonial. Os caprichos do acaso se encarregaram do resto, para benefício del-rei, e, no século 16, quando o assucar do nordeste passou a ser cotado como melhor oferecido na Europa, descobria-se, na outra extremidade do Brasil lusitano, o ouro do Jaraguá. Cem anos depois, a produção conjugada de toda a colônia contribuía decisivamente para separar as duas coroas ibéricas, fornecendo aos portugueses os meios de impor no trono a nova dinastia dos Braganças. Neste passo, sobreveio um episódio que ilustra a importância assumida pela colônia, na metrópole e na Europa: dizia Jan Andries van Moerbeek que, sem Bahia e Pernambuco, não convinha á Espanha conservar Portugal!

#### NOTA I

O ingênuo feiticismo pelo progresso contaminou povos jovens e velhos, vedando aos seus dirigentes perceber o sentido da transformação que se opera em torno deles. No Brasil, agrava-se o veso pelo desconhecimento que os brasileiros demonstram do seu próprio país. Custa-lhes compreender que se trata de imensa superfície acidentada, esteril no âmago, ou seja, tres quartas partes do total, onde o problema das comunicações é dos mais complicados, para citar apenas este, omitindo, entre inúmeros, a questão climatérica e os seus resultados. Atribuem, nesta inconciência, a falta de solução dos nossos problemas a toda sorte de fatores, excéto, naturalmente, os verdadeiros. A culpa, diziam antigamente, recaía sôbre a incapacidade dos políticos. Hoje, para acompanhar a moda, cabe ao regime social. Daí os seus incontáveis *por quês*, destinados a sentenciar os erros dos presente e a abrir o caminho da salvação para o futuro. Por que

sofremos apavorante mortalidade infantil, ao passo que, na Rússia, o problema não existe mais? Por que os Estados Unidos têm vias férreas maravilhosas, enquanto a calamitosa Central se afoga com o serviço dos subúrbios do Rio, que não permite ao vale do Paraíba abastecer a população carioca? Por que não recebemos milhões de refugiados, destinando-os a Goiás e Mato Grosso, quando a Europa luta com falta de espaço vital? E os *por quês* desfilam, incansavelmente, alvoroçando-se o pontificador si alguém duvidar de ser possível estabelecer imigrantes onde a produção é escassa, dependente de vias de acesso custosíssimas de construir e de manter, onde não há frete.

Entretanto, o monopólio da tolice não nos pertence. Tivemos oportunidade de assistir em vários países a repetição do mesmo fenómeno, em extremo característico. Quando os *news real* traziam num cinema as últimas novidades na física, química e técnica, reinava o silêncio que denuncia a profunda atenção do público. Nenhum daqueles indivíduos, absolutamente maravilhados, percebia, sob a deslumbrante roupagem de taes inventos e descobertas, a tendência implacável do progresso em substituir o braço pela máquina, a justificar o receio dos habitantes de *Erewhon*, numa realização que surpreenderia Samuel Butler em pessoa, si voltasse ao mundo e conseguisse fugir á tecnolatria que se apoderou das massas e dos seus mentores.

## NOTA II

A dialética de Hegel e a metodologia dos seus alunos applicadas á filosofia da história são aquisições definitivas para os estudiosos. A exegese realizada no século 19 com estes princípios é que se torna discutível pela ação da época sobre os pesquisadores.

Marx por certo abandonaria hoje certas ideas a respeito de determinantes económicas, segundo as quaes os expedientes que o capitalismo engendra para debelar as crises de superprodução, provocam crises maiores, e esgotam os meios de preveni-las. Verificaria que ò vaticínio se cumpriu, mas não apenas quanto aos regimes antigos, porém, abrangendo a todos, pois, seja qual for a sua orientação, estão igualmente submetidos aos fenómenos decorrentes da hipertrofia do progresso.

Os espíritos mais lúcidos deste século deixaram-se dominar, na esteira dos pensadores alemães do século passado, por um mito avassalador, que argumento algum, por ora, consegue vencer. Asseveravam os discípulos de Hegel que o progresso é infinito, e que determina, dispõe, contém, elabora e aperfeiçoa, em cada situação presente, as condições que mais tarde lhe devem corresponder. Não pôdemos concordar com o conceito de melhoras infinitas, por pertencermos á época mais evoluida, o que também nos leva a duvidar, possa corrigir qualquer povo moderno ou grupo de nações, por meio de expedientes políticos, os efeitos do progresso chegado a um ponto de perniciosã hipertrofia. No pensamento dos hegelianos, um Estado Social não perece enquanto não desenvolve por completo todas as suas forças produtoras, teoria de acordo com os ensinamentos do mestre e experiência facultada pelo passado. Menos felises, porém, se mostravam, julgando que a prova ~~das~~ das contradições do regime capitalista residia na sua impotência para resolver as crises que já perturbavam profundamente a Europa, no século 19. Os fenómenos a que se referiam, e que seriam trazidos pelos excessos permitidos pela democracia, provinham de causas outras e maiores, consistindo o equívoco em se lhes attribuir orijem

demasiadamente hipotética. Consideravam os velhos regimes geradores de calamidades, quando eram apenas o seu reflexo, e estamos percebendo que a democracia, ao estimular a iniciativa privada, é de muito preferível ás melhores providências do Estado Totalitário (4). Por sinal que, os surtos de imperialismo capitalístico registados para abrir novos escoadouros á produção, ou novos mercados ao comércio (assunto predileto de Joseph Stalin), devem ser vistos hoje de modo muito diverso, graças á ampliação do horisonte histórico. Longe iríamos, si pretendêssemos citar exemplos de agremiações desprovidas de capitaes que se apossaram de territórios e escravizaram milhares de indivíduos, como praticaram os portugueses no Brasil, os Inca no Perú, ou os Guaicurú no Mato Grosso e no Paraguai. Igualmente, poderíamos discorrer sobre o imperialismo dos Estados Totalitários, si ocioso não fosse á vista de acontecimentos recentíssimos. Ha cem anos, a síntese dos agitadores, imbuidos da dialética hegeliana, era prejudicada pela sua limitação aos fátos mais visíveis da industrialização da Europa. Atualmente, não podemos permanecer no mesmo estágio, quando a despeito de todas as experiências realizadas com os seus princípios, ou por causa deles, se anuncia longo período de destruição e retrocesso nos anos próximos vindouros, em tudo oposto ao paraíso que se esperava das medidas preconizadas por aqueles agitadores.

Na antiga terapêutica, sangrava-se o doente para aliviá-lo. Voltando ao emprego de iguaes processos, repetindo o expediente até provocar modorra enfermiza, é possível que a sociedade se torne menos agitada. Resta saber si o remédio não é pior que a doen-

---

(4) Em toda a parte do mundo as empresas particulares funcionam melhor que as oficiais. Haja vista no que sucede no Brasil.

ça, perguntando o povo e os governos como evitar uma cousa e outra? Infelizmente, não ha indícios de melhoria, desde que as causas do mal perduram e manifestam tendência para se agravarem no correr do tempo. Formou-se em torno de nós círculo vicioso, em que vemos a superatividade de máquinas, dirigidas por um pugilo de técnicos, trabalhar noite e dia, sem queixas nem interrupção, substituindo milhares de operários. Além disso, máquinas e peritos são facilmente transportados para os quatro ângulos da terra, onde vão criar concorrentes para os antigos países industriaes. Previa Stalin que o capitalismo de carater privado quando explorava uma região tecnicamente atrasada, tinha que a civilizar, portanto, a industrializar, gerando para si mesmo funestos adversários políticos e económicos. Não vemos, contudo, muita diferença nos resultados finaes da evolução, sejam provenientes de capitalismo particular, ou de planos officiaes. De um modo ou de outro, primeiro, a perda de antigos mercados, a seguir, o aparecimento de novas concorrências, agravam a situação das massas proletárias sob qualquer regime, obrigando-as a cruzar os braços e automaticamente arrefecer a sua capacidade consumidora. Todos os paliativos recorridos para diminuir as perturbações da superprodução técnica fracassam, porquanto as novas invenções, com que se contava para dar trabalho aos desocupados, vêem dispensar ainda mais o braço humano a favor da máquina. Facil perceber-se, mesmo sem ser sociólogo, o resultado do beco sem saída, e a rasão de ser dos regimes totalitários, que, em última análise, não são mais que tentativas para rezolver, de maneira violenta, problemas insolúveis por semelhantes meios (5).

---

(5) Recebemos, quando já tínhamos terminado o nosso trabalho, comunicação do artigo de um professor de Filosofia, apparecido com grande repercussão em conhecida revista, prefaciado e comentado por

O desenvolvimento da técnica revolucionou as condições físicas e intellectuaes da humanidade e trouxe, entre muitos perigos, o desequilíbrio entre a velocidade do progresso material e a lenta marcha do espírito. De outra forma não se explicaria que ainda se procure harmonizar as condições sociaes do mundo, segundo as lições de mestres que viajavam do sul da Alemanha para Berlim em diligência.

## NOTA III

Em nosso ver, seria preferivel procurar a solução da crise social e seus problemas de *lebensraum*, mais na compressão da natalidade do que em medidas de violência, para dar espaço aos que dele necessitam. As contingências dos regimes totalitários, conseqüentes á inflexivel applicação das concepções dos seus primeiros theoristas, terminariam por acumular as massas proletárias em casernas, sob feitiço marcial. Óbvio dizer que, em países onde a população alcançou extrema densidade, só se pode distribuir igualmente bens a todos os elementos da sociedade, transformando-os, sem exceção, em funcionários públicos, incumbindo ao Estado alojá-los, alimentá-los, instrui-los, diverti-los, criar os seus filhos e pensar por todos. Em uma palavra, é a volta ao quadrado jesuítico do Paraguai, com a diferença que os padres eram mestres superiores, inculcando aos pupilos o desejo de salvar a alma, tor-

---

uma sra. chefe do Departamento de Cooperação Intellectual. Apesar da simpatia com que o lemos, concluímos ser exemplo típico do que vimos dizendo a respeito da incompreensão da época, mesmo pelos espíritos mais illustres. A amostra, permite medir o que vai em muitos centros universitários e intellectuaes de países entre os mais adiantados do mundo, e a confusão reinante, onde um acervo de ocas elocubrações místico-sentimentais pode despertar tanta comoção.

nando-os obedientes, para servir a Deus. Ao passo que, no quartel proletário, mandam cabos e sargentos, preferindo ordens de levantar, tomar banho, escovar dentes, tomar café, vizitar a esposa no quartel vizinho, e, daí por diante, formar fila para ir ao trabalho, para voltar, para reclamar contra os técnicos da oficina, para comparecer ao tribunal onde vão ser julgados, ou protestar contra a lentidão do serviço burocrático, que entregam passagens para dispender o verão na montanha, quando já reina o inverno, ou que não atendem as queixas contra um sargento perseguidor, etc... No desígnio de persuadir multidões da necessidade de semelhante existência, chegaram esses teóricos á aberração de apresentarem o conceito de liberdade como herança burguesa. O fracasso da tentativa explica a alteração das políticas internas e externas, e o advento de um regime próximo da tirania nazista, segundo novas constituições que principiam com a inamovibilidade do ditador no poder (6).

A retirada dos exércitos de Hitler das repúblicas soviéticas marca o ocaso das ideas alemãs na Rússia, implantadas a força por universitários imbuídos até a medula dos ossos de cultura germânica. Lenine chegara a filosofar nos moldes das especulações dos mestres alemães, e Deus sabe o que tal proesa representa! O resultado desse predomínio foi desviar o russo — de tendência individualista, nobremente anarquista, quando entregue a si mesmo — para um sistema elaborado segundo a mentalidade gregária dos alemães, cientificamente enaltecido por Hegel, quando asseverava que o indivíduo é nihil e o Estado tudo. O artificialismo de uma situação assim forjada não resistiu á experiência prática, o que persuadiu a muitos

---

(6) V. a respeito das desinteligências entre os teóricos russos, o artigo baseado em boa informação de Arnaldo Pedrosa d'Horta *O Successor de Lenine in Estado de S. Paulo* de 19, II, 44.

que a Rússia, juntamente com a América, virão a ser a garantia da futura estabilização do mundo. Deixamos de partilhar semelhante otimismo depois da leitura da nova constituição da U.R.S.S., em que se percebe a proteção á infância completar o surto de natalidade ordenado pela suprema direção do governo, a fim de que, em muito breve, ultrapasse a população russa a casa dos 200 milhões. O desideratum será provavelmente atingido quando também se completar a moto-mecanisação do país. Nesse momento, o stalinismo, ou que nome tenha, ver-se-á deante do dilema, ou voltar ao quadrado jesuítico, como queriam os seus primeiros governantes, ou praticar em largá escala a desnatalidade, pois de outra maneira não lhe será possível solucionar a crise de braços imobilizados pela máquina. A dos EEUU antes da guerra com os seus treze milhões de desocupados, será considerada minúscula ao lado da que a Rússia vae conhecer depois da paz, si houver paz.

A repercussão das ideas de uma região sobre outra distante, e não preparada para recebê-la, pode dar, ás vezes, os mais paradoxaes resultados. Seria curioso averiguar, por exemplo, qual teria sido a ação jesuítica sobre o espírito prussiano, em virtude da funda impressão da Companhia de Jesus nos príncipes protestantes das atrasadas regiões do norte da Europa. Há autores que suspeitam imitação das regras disciplinares dos inacinos na organização militar da Prússia, começada pelo Grossen Kurfürsten, continuada pelo Rei Sargento e terminada por Frederico o Grande. Talvez não passe de similitude espontânea, embora pergunte o sociólogo Leopold von Wiese: *“Woher mag die für der Geschichte der Erziehungskunst so bezeichnende Einteilung der Kadetten nach “Sittenklassen” kommen? Ich möchte glauben,*

*dass sie vor die preussische Zeit zurückreicht ins Spanisch-Jesuitische, das ja auch sonst offenbar für die Grundsätze der militärischen Erziehung in Preussen vorbildlich war*". Dar-se-ia o mesmo em outros setores da organização criada pelos Hohenzollern, tornando-se a pesquisa muito interessante por ter Hegel glorificado o Estado Prussiano. Das ideas do filósofo que maior influência teve na era contemporânea, orijinaram-se em grande parte, as teorias que um século depois foram simultaneamente praticadas pelo bolchevismo, nazismo e fascismo. Convém não esquecer que as primeiras aparições do *Arbeiter-Partei* de Drexler, de que Hitler se apossou e transformou, datam de pouco depois da tomada de S. Petersburgo por Lênine e Trotski, logo seguida pela marcha do caricato Mussolini sobre Roma.

Essas influências, que tanto podem dar bons como péssimos frutos, exercem-se á revelia dos seus inspiradores, deveras inocentes, pelo que nunca esperaram, nem desejaram. Os jesuitas mantinham forte disciplina na sua ordem, porque sabiam que era condição essencial para a realização de grandes intentos. A diferença entre eles e os seus maus imitadores, reside principalmente, em que os inacinos se submetem voluntária e conscientemente ás regras da sua Companhia, ao passo que os ambiciosos procuram tirar do método destinado a missionários, meios para impor o seu despotismo sôbre outrem. Maior diversidade encontramos, si passarmos a analisar as finalidades de Santo Inácio e as dos que o plagiaram para satisfazer criminosa ambição de mando. O idealizador da Companhia de Jesus era um homem notavel pelo seu gênio e virtudes, incapaz de conceber doutrina que não fosse para benefício dos fieis, animado como estava pelo mais ardente zelo apostólico, enquanto que os modernos ditadores, se irmanam pela medio-

cidade que os caracteriza, apegados com unhas e dentes às posições que devem ao acaso pois não ignoram qual será a insignificância da sua condição depois de expulsos do poder.

Ante esses fenómenos políticos, aventamos ser talvez preferível a compressão da natalidade, às medidas hoje experimentadas em muitas partes do mundo, que variam desde o regime de quartel proletário às guerras de conquista. Aplicam-n'as grandes nações como derivativo para as suas crises, e círculos viciosos económicos, sem muito resultado, todavia, segundo se depreende das intermináveis modificações que baralham os seus planos. Também pensamos de modo diverso de Malthus, que preconizava o birth control por recear que o mundo em breve não pudesse mais sustentar os seus habitantes. Julgamos que "*em tempos normaes*", ainda logramos evitar esse perigo graças aos recursos que nos faculta o progresso. Mas a redução das massas em países superpovoados, como a entendemos, serviria mais para torna-las independentes da máquina, do que por mera questão de viveres. Note-se, que isto não significa repúdio da técnica, porém a simplificação dos seus processos quando aplicados a pequenos núcleos. Uma Alemanha distribuída pela décima parte dos atuais alemães havia de torna-los independentes dos imensos parques industriais do Ruhr e da Silésia, porquanto não mais necessitariam de exportar produtos para se manterem. A existência passaria a ser nos países assim desafogados, essencialmente rural, em que as sobras da produção dos possuidores dos seus próprios instrumentos de trabalho, serviriam para obter objetos manufaturados, num ambiente sem ansiedades. Provavelmente continuariam a existir embates sangrentos, porém circunscritos, longe do caráter universal dos

atuaes, em que não ha região no mundo resguardada do seus efeitos, como percebemos ao ver os ceus do Saara ou do Tibet riscados por aeroplanos e gelos eternos sacudidos pelo rodar de tanks e canhões, numa guerra em que o homem foi triturado pela máquina.

O que dizemos das medidas em curso na Rússia semi-asiática, adquire aspétos ainda mais apavorantes quando olhamos para o extremo oriente. Certa vez, discorrendo o sr. Churchill na câmara inglesa sobre a Índia, foi interrompido por um deputado opositor, que asseverou morrerem os indianos de fome. Respondeu o primeiro ministro que o fâto provinha da perturbação trazida pela guerra aos transportes, e principalmente por aumentar a população da velha península de 60 milhões de almas em cada dez anos! Si atentarmos agora para a China, Japão ou Oceânia, logo atinamos com a orijem das suas tragédias. Literalmente estouram de tão cheias em solos cuja parte aproveitavel já se encontra superlotada. E, como atalhar o carcinoma que o progresso incentiva? Acabar no quadrado jesuítico para acudir aos que têm fome, embora saibamos que o expediente não passa de paliativo? Ou procurar a simplificação do problema cortando o mal pela raiz? O sonho dos imitadores de Jesus, sejam Proudhon, Bakunine, Tucker ou Kropotkin, unidos pelo mesmo horror á tirania, foi considerado incuravelmente sentimental, irrealizavel onde o homem é uma besta fera. Entretanto, só dependia o êxito dessas ideas esclarecer pequenas coletividades ao invés de se dirigir a milhões de almas, cuja presença no mundo é uma enorme e dispensavel complicação.

## A Bahia

Reza a crónica de Frei Vicente de Salvador, que os índios velhos comparavam o Brasil a uma columba, cujo peito era a região descoberta por Pedro Álvares Cabral, e as asas as outras capitánias, *“porque dizem que na Bahia está a polpa da terra, e assim dá o melhor assucar que há nestas partes”*. O sítio onde se elevou a vila de Tomé de Souza e de Manoel da Nóbrega, e as suas adjacências, ficaram sendo efetivamente o coração e o cérebro da maior empresa colonial lusitana. As naus ultramarinas encontravam seguro abrigo, por numerosas que fossem, no estendal fronteiro ao colégio da Companhia de Jesus, perto de terras aproveitáveis, em clima suportavel ao europeu. Não exagerava frei Vicente quando escrevia *“Está esta bahia em treze graus e hum terço, e tem em seu circuito a melhor terra do Brasil; porque não tem tantos areas como as da banda do Norte, nem tantas penedias como as da banda do sul”*. As facilidades de exploração eram de fáto excepcionais, na orla marítima apenas ondulada, a que se refere o velho cronista, fartamente umedecida por cursos de água onde embarcações podiam descer carregadas rio abaixo, até se encontrarem com as naus que transportavam o assucar para além oceano. O conjunto, em que se não deve esquecer a regularidade das chuvas e dos ventos ainda tornava a

região ponto de partida para a conquista da costa visinha e devassamento do sertão.

O anseio do homem luso em conhecer o recesso do seu novo domínio, aparece claramente desde quando a armada cabralina deixou em terra degredados para observa-la, aprender a língua do gentio e servir de informantes aos que viessem depois. A história desses sacrificados é curta, pois está resumida no documento de Valentim Fernandes de Morávia, com data de 20 de maio de 1503, que talvez frate da viagem de Américo Vespúcio de 1502, alusivo a narrativa de *dois homens* (Afonso Ribeiro e o seu companheiro de infortúnio) da terra acima referida (o Brasil)... *que durante 20 meses lá moravam*, e que puderam tornar ao reino. Antes, porém, teriam provavelmente espalhado descendentes pelas tabas amigas, como sucedeu mais tarde a outros europeus em idênticas condições. De certo, temos averiguado a seguir, a segunda visita de Américo Vespúcio ao solo baiano, realizada dois anos depois da primeira de onde proveio a extensão de seu nome para designar todo o continente. Avistou o florentino no ano de 1503, a enseada que foi batizada de Todos os Santos, de acordo com a efeméride cristã do dia. Era uma das muitas manifestações de espírito religioso, que a bordo se acendrava pelo confinamento de indivíduos de mesmo credo, num estreito espaço e ação dos perigos que os cercavam *no báratro oceano*. A longa travessia marítima, ao invés de gerar os ódios e desordem das expedições terrestres, reforçava a solidariedade dos tripulantes, graças ao elo da crença comum em circunstâncias idênticas. A todo momento rezavam os marujos, pajens e grumetes, desfiando rosários em orações individuais e em conjunto, pela manhã e á noite, antes e depois de cada refeição. E' custoso atualmente avaliar o ânimo dos marujos da

época dos descobrimentos, compostos de indivíduos da mais variada origem, geralmente dos portos da Europa Meridional, mas sabemos que rivalizavam em manifestações de fé católica em que todos tinham sido criados. Arrefeciam, todavia, quando aportavam em terra exótica, sobreexcedendo nessa ocasião; passado o receio dos perigos marítimos; os imperativos sexuaes, com algum dano para a virtude e preceitos religiosos.

No sítio recém-denominado pela expedição de Vespúcio, demoraram-se lusos e mercenários, por mais de dois meses, entretidos em reparos e reabastecimento, durante os quaes freqüentaram mulheres índias. Não pensavam fosse grande pecado esse contáto depois dos sofrimentos da viagem, mormente quando a facilidade de aproximação das cunhãs concedia boa desculpa para a fragilidade da carne. Era também valioso fator de boa visinhança entre brancos e gentios, desde que os primeiros não demonstrassem veleidades de se estabelecerem em grande número nas tabas, e lá se demorassem como quem ambiciona apoderar-se da terra.

Proseguiu a aculturação do gentio com o auxílio de naufragos, degredados e desertores que a navegação ia deixando pelas praias, e naus de muitas nacionalidades que surgiam á procura de lenho de tinturaria. Supõem alguns etnólogos pertencessem as tribus da região ao grupo Tupí, chegadas do sul na Bahia alguns decênios antes dos europeus. Ambos, índios da costa e brancos, não se tinham estabelecido ha muito tempo no litoral norte quando se planejou a primeira colonisação do Brasil, pois pensam esses etnólogos que datava de pouco a expropriação dos antigos donos do lugar, que eram os tapuias de língua travada. No correr do tempo, tornou-se aos poucos o Brasil divulgado nas côrtes da Europa, através de notícias officiaes, e das informações de traficantes interessados

no comércio da Ibirapitanga. Já existiam numerosos vestígios da passagem de franceses pela Bahia quando no primeiro quartil do século 16, aí naufragou o português, natural de Viana, Diogo Álvares, cujas tribulações nos parecem inúteis de relatar descritas em prosa e verso que foram, por quanto escrevinhador á cata de assunto pitoresco.

No volume inicial da *História da Formação da Sociedade Brasileira*, aludimos a esse povoador, e á numerosa prole que deixou. No presente trabalho, poucos mais subsídios obtivemos, a não ser o importante artigo de Artur Neiva na *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Continua, entretanto, bastante incerta a data em que o vianense teria aparecido nos bañios do Rio vermelho. Pensava Neiva que tivesse chégado com franceses entre 1509 e 1511, talvez náufrago, talvez desertor de nau desconhecida, porquanto não eram só os portugueses e espanhoes a empregar mercenários, e do mesmo modo procediam os seus concorrentes normandos e bretões. X Nesse período não havia diferença no trato que os navegadores dispensavam ás tribus da costa, todos á procura de entendimento com os seus principaes deixando ás vezes elementos nas praias, para mais tarde auxiliarem as trocas de bugigangas europeas com madeira de tinturaria. Estribava o saudoso autor baiano a conjétura, nas possíveis informações de que Diogo Álvares teria recebido de pessoas não portuguesas, fóra da região em que vivia, de quem proviriam igualmente os animaes domésticos em sua posse. A tese é interessante, e pode ser admitida, como também reprovada, enquanto não dispuzermos de mais documentos a respeito. Preferimos, por esta razão, o passo em que Neiva diz:

Ressalta das informações dos navegantes que entraram em contacto com Diogo Álvares, portugueses ou espanhóis, uma impressão uniforme sobre o que Caramurú contava. Dizia-se português e os depoimentos são também quasi concordes quanto ao número de anos que informava encontrar-se na Bahia; por duas vezes o Caramurú se refere ao seu naufragio, não aduzindo, porém, qualquer pormenor a respeito. Dadas as condições de sua existencia ali, não seria possível manter em ordem, com pequenas oscilações praticamente exatas as informações relativas ao tempo de sua permanencia sem que a sua memoria fôsse renovada pelo contacto, mais ou menos frequente, com europeus que lhe dariam elementos para ficar em dia com o calendário. Como tais informantes não foram portugueses ou espanhóis, que são os que registram as noticias ouvidas quatro vezes de Diogo Álvares, separadas por vários anos — 1526, 1531, 1532, 1535, então Caramurú acompanhava o calendário através dos dados fornecidos pelos Franceses que frequentavam a costa brasileira e que o punham ao corrente dos acontecimentos, inclusive da intenção dos Portugueses pretenderem vir povoar a Bahia, como notificou aos Espanhois em 1535 e como ocorreu com a vinda de Pereira Coutinho.

De estabelecido, sem suposições, foi o ascendente que o vianense conseguiu sobre os índios, os quaes, não ha dúvidas, costumavam commerciar com bretões e normandos. Daí procede a conclusão de Neiva:

Pela segunda vez Caramurú se refere á presença de Franceses na Bahia a primeira em 1535 quando, segundo Oviedo, falando aos Espanhois,

“DIXO QUE AVIA SALVADO FRANCESES”, e em 1546, dando os motivos que os levaram a frequentar a Capitania de Pereira Coutinho: “POR CAUSA DO BRASIL E ALGODÃO QUE NELA HÁ”.

Considerava o articulista esta aproximação de Caramurú com os corsários, que tantas preocupações cauzavam ao conde de Castanheira, “*bem mais íntimas do que até hoje se supôs, e que se prolongaram até a chegada de Tomé de Souza*”. As razões que o cientista aduz, vinham entre outras, do primeiro governador, primo do valido de D. João III, recuzar-se em atender o pedido dos jesuitas de um insignificante ordenado para o vianense:

Pela declaração de Luís Dias, construtor da cidade sede da colônia, de que Caramurú não dizia a verdade e não estimara a vinda de Tomé de Souza; por ter sido certa vez denominado francês e considerado como tal pelo padre Antonio Gomes; existindo ainda em vida de Diogo Álvares, um grumete de nacionalidade francesa apelidado também Caramurú, e finalmente manter-se tenasmente nos historiadores e cronistas a tradição de uma sua suposta viagem a França, quando na realidade desprezou a oportunidade de regressar a Europa quatro vezes, em 1526, 1531, 1532 e 1535.

As relações do naufrago com franceses nos parece aceitável. Não diremos o mesmo das lendas no gênero das que o empolado Rocha Pita propalava, descrevendo os efeitos do tiro de arcabús, rasão do acolhimento que Diogo desfrutou daí por diante na tribu, a ponto de se tornar genro do morubixaba. Da mesma façanha viria a alcunha de Caramurú, ou Filho do

Fogo, ou ainda Filho do Trovão, prestígio ainda reforçado depois da vitória que alcançou graças á arma milagrosa sobre os selvícolas contrários aos hospedeiros. A alcunha de Caramurú foi muito discutida, e hoje é geralmente atribuída, não ao trovão, mas a um peixe da espécie das Moreas comum na Bahia. Ademais, a alcunha não pertencia apenas a Diogo Álvares mas também a outros brancos de diferentes nacionalidades aparecidos no mesmo lugar, *Na História da Companhia de Jesus* de Serafim Leite, ocorre um documento, no qual o povoador é chamado francês, conjeturando-se daí, que proviesse o qualificativo de suas relações com normandos e bretões. Por outra, nos manuscritos quinhentistas da Biblioteca Nacional, temos a existência de um grumete francês também com a alcunha de Caramurú, que, ás vezes era grafado Caramelú, como encontramos nas *Novas Cartas Jesuíticas*, pags. 29 e 84. Alegava ainda Jaboatão, ter descoberto num velho manuscrito existente no convento de S. Francisco na Bahia, a informação de que Diogo Álvares era pessoa nobre, de esclarecida linhagem na província de Entre-Douro-e-Minho. Sentimos algumas dúvidas sobre semelhante categoria, porquanto a nobresa naquele tempo outorgava privilégios de que o Caramurú nunca parece ter gozado, a não ser no fim da vida, quando sesmeiro de Francisco Pereira Coutinho, recebeu mercês del-rei pelos serviços que prestara. Continuaremos, por conseguinte, com limitada confiança nas notícias dos nossos alvares historicos que não concordem com depoimentos seus contemporâneos.

Algumas dessas incertezas pairam sobre D. Rodrigo de Acuña fidalgo espanhol comandante da nau S. Gabriel, da esquadra de Francisco Jofre de Loaysa, que rumava ás Molucas pelo estreito de Magalhães.

Apanhado pelos temporaes que assolam a ponta extrema da Terra do Fogo, veio ter a Bahia desgarrado do resto da expedição, necessitado de reparos, com intenção de recolher algum pau brasil nas matas visinhas para se ressarcir de prejuizos. Aportado na baía de Todos os Santos em 1526, perdeu nove embarcações, que foram a terra e nunca mais voltaram. Narra o piloto Francisco de Ávila ap. Navarrete:

Y estando cargando de Brasil, y tomadas quatro bateladas del, los indios mataron siete hombres de los que estaban in tierra cortando el brasil. Invió el capitan al maestre á saber si poderia saber alguna nueva dellos, y com el dos grumetes. Saltaron los grumetes, mataranlos: salió-se luego la nao de alli: hallo á la boca de la bacia un cristiano que decia que habia quince años que se habia perdido alli con una nao.

A menção devia referir-se ao Caramurú, único branco no momento em condições de ter chegado naquela data. Tangida pela hostilidade do gentio, continuou a nau a sua derrota para o norte, fundeando num ancoradouro próximo ao rio de S. Francisco. Conta Navarrete que ali estava, "*el galion de Mosliense y Lomaria de la dicha villa y otro navio de Normandia del rio de la Sena*", ao todo dois navios maiores e um galeão menor. De princípio proporcionaram alguns socorros ao S. Gabriel, talvez esperando embaír os marujos para mais facilmente tomar o barco, como também é possível que só mais tarde lhes ocorresse a ideia ao ver como os castelhanos estavam fracos e desunidos. Por este, ou outro motivo, de repente os assaltaram em terra, e o infeliz comandante teve de se entregar como refém, prometendo fornecer aos normandos o vi-

nho e o azeite que diziam necessitar. Enquanto discutiam as condições do ajuste, os espanhoes que tinham ficado no S. Gabriel, picaram as amarras e safaram-se, deixando D. Rodrigo apenas com um batel e alguns marujos. Não tardou a nau a desaparecer no horizonte, a despeito dos sinaes dos abandonados, distanciando-se dos companheiros, que após algumas tentativas para os alcançar, talvez naufragassem nos baixios hoje chamados de D. Rodrigo, em lembrança do seu malogro na região. Ficavam quasi defronte do rio Cururipe, distante dez léguas ao norte do ponto onde estavam os franceses. Não tiveram remédio os espanhoes sinão se dirigirem por terra á procura dos corsários, mas só encontraram das tres embarcações o galião, que tampouco tardou a aproar para a França, deixando-lhes um pequeno batel, sem provisões. Procuraram então chegar, com dificuldades fáceis de conceber, á feitoria portuguesa de Pernambuco, provavelmente onde sabiam pelo Caramurú ou pelos franceses, que ali estava Cristovam Jaques a defender a costa em nome del-rei de Portugal. O capitão não os recebeu com boa sombra; porquanto viera enxotar instrusos da Bretanha e Normandia; e lhe apparecia mais um de Castela, em condições mais que suspeitas. Por fim levou-os consigo de volta para a Europa, enquanto o S. Gabriel, privado de comandante, sob direção do piloto Juan de Pilola, chegava até o cabo de S. Agostinho, de onde retrocedeu para querenar na Bahia, mas vendo-se de novo ameaçado por franceses, dirigiu-se para o sul, até que pôde num ponto desconhecido reparar as principaes avarias, e em 1526 alcançar o porto de Baiona. As suas aventuras servem de ponto de referênciã para o momento culminante do tráfico francês no litoral norte, tantas foram as embarcações de normandos e bretões que avistou. A presença dos inter-

lopos na região. revela, apesar de conter menos Ibirapitanga do que Pernambuco e Paraíba, o conhecimento que dela tinham os corsários. Compreende-se que as incursões de competidores assim recebidos lançassem suspeição sobre os brancos do litoral, dos quaes, o mais importante, era o Caramurú. Recresceu o zelo del-rei quando afluiram notícias de novos descobrimentos de jazidas preciosas nas terras castelhanas das bandas do Pacifico, que, segundo as nocões geográficas do tempo, eram de facil acesso pelo litoral luso-americano. Voltou-se a atenção do governo para os seus domínios esquecidos, e uma das manifestações do interesse foi a expedição de Cristovam Jaques, seguida pela de Martim Afonso, e pela divisão do Brasil em capitánias, cujos limites chegavam á linha de Tordesilhas. Esta ha-liza continuava incerta, mesmo depois de 1503, quando o papa Júlio II aprovou o novo meridiano, e tanto podia deter os portuguezes nas visinhanças do porto de S. Sebastião, no actual estado de S. Paulo, como avizinha-los dos Andes e do Pacifico (7).

No espaço entre a visita das naus exploradoras e chegada dos donatários, naufragou o espanhol Juan de Mori na ponta de Boipeva em 1525. Relataram os tripulantes remanescentes do desastre, quando de volta á Espanha, que tinham sido socorridos por um outro náufrago, perdido havia mais tempo naquele sitio. Diz Neiva, que esse homem, identificado como Diogo Alvares, nos esforços que envidou para salva-los, a pedido de Juan de Mori, fôra "*até Tinharé... exercendo assim função diplomatica, mostrando seu prestígio sobre indíbenas de tão larva zona*" graças ao que, logrou retirar quatro espanhoes das garras do gentio, e aplacar-lhe a fúria contra o resto. Informara na mes-

---

(7) *Primeiros Povoadores do Brasil* e 1.º vol. de *Pernambuco e as Capitánias do Norte*.

ma ocasião ao mesmo Juan de Mori, não ser a primeira vez que tal lhe acontecia, “y dixo que avia salvado franceses”. Contavam ainda os espanhoes, segundo Varnhagen, que tinham visto em companhia de Diogo Alvares, nove europeus domiciliados na Bahia, provavel confusão com período posterior.

As notícias não viriam exclusivamente de Juan Mori, mas de outros navegantes das expedições seguintes, pois os dois genros de Caramurú com que se perfazia aquele número, eram embarcações ali deixados por Pero Lopes em 1531.

\* \* \*

Escrevia este capitão a treze de março de 1531 no seu *Diario*, que pela manhã tinha chegado a flotilha sob seu comando ao vasto estuário da Bahia de Todos os Santos, que, *Faz a entrada norte sul; tem tres ilhas: huã ao sudoeste, e outra ao norte, e outra ao noroeste: do vento sussudoeste he desabrigada*. Gabou Pero Lopes, o aspéto e a boa índole do gentio, em que imaginamos a ação benéfica do Caramurú, talvez pae de algumas das *mulheres mui fermosas* notadas pelos tripulantes, amadores de beldades exóticas, valentes e sentimentaes portuguezes muito ressentidos do jejum da travessia. Nessa ocasião ocorreu para maior divertimento, ou apreensão dos visitantes, o combate em que,

pellejaram cincoenta almadias de huí banda, e cincoenta da otra; que cada almadia traz secenta homes, todas apavezadas de pavêzes pintados como os nossos: e pellejaram des'd'o o meo dia até o sol posto: as cincoenta almadias, da banda de que estávamos surtos foram vencedoras; e trouxeram muitos dos outros captivos, e os mataram com grandes cerimonias, presos per cordas, e depois

de mortos os assavam e comiam... Aqui deixou o capitam douz homẽs, pera fazerem experiencia do que a terra dava, e lhes deixou muitas sementes.

O costume dos índios enfeitarem os seus barcos, vinha de similitudes expontâneas, e possivelmente do exemplo de estrangeiros, que desde 1500 apareciam nas costas brasílicas, e lhes teriam inspirado os efeitos decorativos pelos ornatos que as naus arvoravam ao entrarem nos portos, ou durante as solenidades religiosas efetuadas a bordo. Pouco depois de presenciarem o combate, quizeram os portugueses velejar para o sul, a modorra, porém, obrigou-os após algumas tentativas a voltar á Bahia de Todos os Santos. Foram recebidos por um batel tripulado por Diogo Dias, feitor do esboço de estabelecimento que havia em Pernambuco, o qual contou ter sido assaltado por franceses. Sem meios de resistência depois da partida de Cristovam Jaques, refugiara-se numa caravela que lá apparecera de passagem e que se podia ver fundeada pouco adiante. Sabedor deste successo resolveu *o capitam J. fazer as naos á vela para dentro da bahia; e mandou soltar o piloto, que o capitam trazia preso; e mandou despejar a caravella dos escravos, e lança-los em terra; e determinou levar a caravella consigo.*

Não nos diz o narrador da expedição, quem eram os taes cativos, si pretos, si índios pernambucanos. Assevera apenas que a nau ía para Sofala, sem mencionar um possivel porto americano onde escalasse, pois é improvavel arriscar o capitão tão longa e custosa travessia, afim de levar escravos "da Guiné" de volta para a África. Veio a omissão dificultar o reconhecimento do percurso desse navio, além do São Francisco. Na falta de estabelecimentos agrícolas no Brasil, as Antilhas explicariam levas de pretos de Sofala, quiçá de

índios da propria América, provenientes de escalas situadas entre a África e as ilhas castelhanas. Informa Du Tertre como foram levados no século 17 selvícolas brasileiros para os engenhos antilhanos, sendo provavel que antes dessa data já houvesse precedentes. Assim que o homem ibérico, chegava a parajens habitadas por gente de côr, índios occidentaes, orientaes, mestiços da Insulíndia, malaios ou africanos, todos confundidos na designação de *negros*, lembrava-se de empregá-los na produção dos gêneros coloniaes cubiçados pelos europeus. Os velhos registos tambem aludem aos índios remetidos de uma capitania para a outra, ás vezes bem distantes entre si, como aconteceu aos que foram de São Vicente para Pernambuco, quando se intensificou a captura na selva, para atender á lavoura assucareira sempre a reclamar mais e mais braços.

Da narrativa dos expedicionários companheiros de Martim Afonso de Sousa, sabemos que ficaram em terra junto do Caramurú dois embarcações para estabelecer contáto com as tribus locaes. Pouco importa saber si os lançaram por castigo, ou a pedido, por não suportarem mais a talassofobia da viagem. O fáto de os abandonarem na praia, e de não serem devorados, redundava de qualquer forma em benefício das relações entre alienígenas e incolas, dependendo a penetração portuguesa da familiarisação do Tupí litorâneo com o novo hóspede, nos moldes da harmonia já existente com franceses. Filhos dos napolitanos, andaluses, galegos ou valencianos de D. Rodrigo de Acuña, reunidos aos dos rochelenses e maluinos deixados pelos interlopos, e portugueses do grupo Caramurú e genros, davam cumprimento a missão que o destino lhes incumbira. Os corsários que de começo tinham empecido a atividade dos súditos de D. João III, iam nesse ponto prestar-lhe grande serviço. Juntaram-se e fundiram-se os seus des-~~X~~

cedentes com os demais mamelucos da povoação iniciada pelo vianês, *louros, alvos e sardos e havidos por índios tupinambás*, de que fala cincoenta anos mais tarde Gabriel Soares. Serviam fielmente el-rei, esquecidos ou ignorando a antiga animosidade que dividira seus paes, feitos semente da massa que em breve ia se derramar no âmbito das capitanias.

As providências sucessivas do governo, expressas em expedições devassadoras de polícia ou de observação, indicavam a nova atitude adotada pela metropole perante a colônia. Influxam igualmente notícias vindas do exterior do reino, enviadas por homens de bom conselho, acatados nos paços de Lisbôa e de Almeirim. Escrevera de Ruão o Dr. Diogo de Gouvea, a D. João III, sobre a urgente necessidade do povoamento do litoral brasileiro, para defende-lo das incursões que outros países preparavam. Desfrutava o sábio de grande prestígio provindo da justa fama que o rodeava, professor na Sorbonne, onde fôra mestre de Rabelais, a seguir reitor de St.<sup>e</sup> Barbe, e por estes e outros cargos em condições de informar com segurança a el-rei. Representava um dos muitos “serviços informativos”, que havia nas sédes dos países interessados em empresas colonias, fossem príncipes italianos ou grandes monarcas encastelados em Fontainebleau ou Madrid onde esperavam nelas notícias que os espias, movendo-se á sombra de embaixadores acreditados na corte portuguesa, deviam arrecadar e transmitir. Havia também a informação lusa nos países rivaes, não menos ativa e eficiente que as demais. Uma dessas comunicações, vinda de Sevilha, de um certo doutor Simão Afonso, contava a chegada de Sebastião Caboto, da América do Sul, muito derrotado e molesto, mas provido de abundantes novas sobre jazidas da região que veio a se chamar Rio da Prata.

O acontecimento por certo incitaria os castelhanos a empresas naquela parte do mundo, na hora em que no mesmo continente crescia a fama das descobertas de Pizarro e Cortez quando procuravam o príncipe recoberto de ouro (8). Na conjuntura prepararam-se os portugueses para enfrentar a ameaça, tratando de antepor-se aos rivaes na exploração do território que ainda era "terra de ninguém". Na efervescência decorrente desses sucessos, porfiaram dois entendidos em navegações e empresas colonisadoras, que eram Cristovam Jaques e João Melo da Câmara, que lhes fosse concedido estabelecer gente lusa no Brasil. Supõem alguns autores, que João de Melo tomara parte na expedição do seu concorrente, quando estivera no Brasil. Pertencia a uma antiga família de colonisadores das ilhas portuguesas do Atlântico, que apresentava longa folha de serviços começada pelos do seu bisavô, e continuada pelos do avô, tio e irmão, na Madeira, em S. Miguel e em S. Tomé. Alimentava, todavia, o governo de S. A. outros projéto, sonhando com realizações de maior vulto, não pretendendo fazer doações a um só indivíduo, o que mais tarde lhe cauzaria dificuldades quando quizesse estender iguaes favores a outros. Depois de examinar detidamente a questão, rezolveu el-rei dividir todo o litoral, de modo a ir muito além do que o vigário de Cristo lhe outorgara. Burlava-se definitivamente o acordo de Tordesilhas e Martim Afonso quando em S. Vicente, na volta do Rio da Prata, teve aviso da promulgação das capitánias, em que recebia as do extremo sul, onde se encontrava naquele momento com o seu irmão Pero Lopes, também contemplado na distribuição.

\* \* \*

---

(8) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, pág. 38 e seguintes.

Na divisão da parte setentrional, os atuais territórios compreendendo o Estado de Sergipe e norte da Bahia, tocaram a Francisco Pereira Coutinho, que ficou com a extensão da margem direita do rio S. Francisco até chegar em cinquenta léguas de litoral, á capitania de Ilheus, na margem esquerda do rio Jaguaripe. Do lado interno era limitado teoricamente pela linha de Tordesilhas, mas na realidade abrangia o que pudesse alcançar nem que fosse ter ao Pacífico. A doação da Bahia era das primeiras, datada de 5 de abril, assim como o foral, de 26 de agosto do mesmo ano.

Algum tempo antes da chegada de Francisco Pereira, dois anos depois da passagem de Martim Afonso, aparece referência a Diogo Álvares em documentos espanhóis. São as vezes bastante incertos os escritos antigos quanto a pormenores, visivelmente sem interesse na época, mas que hoje assumem para nós importância capital. Cita Oviedo a presença de dois castelhanos na povoação do Caramurú, que se supoz pela nacionalidade, fossem tripulantes do navio de Simão de Alcazaba, naufragado como vimos na Bahia em 1535. Descreve a propósito o cronista castelhano a povoação mais antiga do norte do Brasil:

Alí vivia um Diogo Álvares, português, que lhes disse estar há vinte e cinco anos só naquela terra, e se dava muito bem com os índios que o tinham admitido por seu capitão, prestando-lhe muita obediência, mantendo-os o tal Caramurú tão sujeitos, que lhe tributavam acatamento como si tivera nacido senhor deles. Tinha consigo a sua mulher que era índia, da qual houvera muitos filhos e duas filhas casadas com dois espanhóis estabelecidos no lugar. Este assento e povoação de

Diogo Álvares seriam até trezentas casas espalhadas, porém á vista uma das outras. Havia algumas em que se podia contar mil homens índios. Com este Diogo Álvares estavam quatro cristãos de uma armada de Portugal que se perdera quatro meses antes; guarnecida por trezentos tripulantes de que só esses escaparam... (os quaes) a nau S. Pedro levou a S. Domingos na ilha Espanhola. A este Diogo Álvares, deu-se a chalupa a troco de bastimento e tambem duas pipas de vinho, e falou-se-lhe em alguma cousa de fé e ao que mostrou estar bem nela, dando a entender que vivia naquela costa e soledade para salvar e socorrer os cristões que por alí passassem, e disse que havia salvado franceses, portugueses, castelhanos que por aquela costa se haviam perdido, como aqueles que ficaram da armada de Simão de Alcazaba.

No caso, a distinção que faz Oviedo entre os dois espanhoes *que ali estavam*, e os quatro cristãos salvos do sinistro de uma suposta armada portuguesa, leva a crer que fosse lusa a nacionalidade dos companheiros mais antigos do Caramurú. O que dificulta a conclusão é a mistura a que já aludimos nas tripulações dos navios — em que havia frótas espanholas cheias de portugueses, e lusas cheias de espanhoes — sem falar nos italianos, flamengos, franceses e possivelmente até renegados maometanos a completar o número da maruja e de homens de armas. Nos registos genealógicos versando a próle de Diogo Álvares constam apenas os genros portugueses. E' provavel que houvesse alguma confusão de Oviedo ou do seu copista, como muitas vezes acontecia, dando-se troca no texto de portugueses por espanhoes, devendo ler-se

dois lusos genros do Caramurú, e uma nau castelhana de que teriam escapado apenas quatro tripulantes mais tarde remetidos para Cuba.

Alude Jaboatão em o *Novo Orbe Seraphico* a um manuscrito antigo onde se enumera a descendência de Caramurú, em que os filhos legítimos são os da índia batizada com o nome de Catarina, e os ilegítimos os havidos de outras cunhãs. Segundo o frade, deu-se em 1534 o batismo de duas filhas de Diogo e Catarina Paraguassú, que se chamavam Madalena e Felipa Alvares, no mesmo dia do seu casamento com Afonso Rodrigues e Paulo Dias Adorno. Aproveitaram a passagem de dois franciscanos da expedição de Martim Afonso, para sagrar as uniões, sendo possível que o consórcio dos paes demorasse pelas mesmas causas por não haver clérigo de missa na Bahia. Era em extremo primitiva a situação dos brancos antes da promulgação das capitánias, só entrando de quando em quando em relações com os europeus que a longos intervalos apareciam nã costa. A carta de Nóbrega a Simão Rodrigues sobre a atividade dos orfãos de Lisboa na terra, informa que a mulhêr e filhos de Diogo Alvares *Caramelú não sabem a nossa fala*, em 1552, já crescida e multiplicada a prole do povoador. O *Catalogo Genealógico* de Jaboatão cita ainda as seguintes filhas legítimas de Caramurú, ou Caramelú, aludindo às que nasceram depois de seu casamento: Ana casada com Custódio Rodrigues Correa, chegado ao Brásil com o primeiro donatário da Bahia. -Genebra casada com Vicente Dias também companheiro de Francisco Pereira Coutinho. Apolônia casada com João de Figueiredo Mascarenhas. Grácia casada com Antão Gil, natural de Évora. Os filhos ilegítimos citados pelo mesmo autor, nascidos da Paraguassú antes do casamento e de outras mulheres, foram Isabel Alvares casada com Fran-

cisco Rodrigues. Catarina casada com Gaspar Dias. Gaspar Álvares casado com Maria Rabelo. Helena casada com João Luís. Beatris Álvares casada com António Vas. Marcos Álvares. Diogo e Manuel Alvares que foram mortos em Jequiçá com o filho do terceiro governador geral do Brasil.

Refere Luís Vilhena que encontrara na velha igreja da Vitória o túmulo de Afonso Rodrigues com a epigrafe *o primeiro homem que casou nesta terra; faleceu na era de 1561*. A ser verdadeira a pretensão, casou o genro antes dos sogros, por ocasião do duplo consórcio de 1534. E' possível que a legalização do casal Caramurú tenha demorado, como dissemos, por falta de clérigo na Bahia antes da chegada de Coutinho, mas o ânimo religioso do povoador, que afirmava aos espanhóes ser praticante no ermo brasílico, por certo não permitiria tanta demora, tratar-se-ia, portanto, de mera precedência nas cerimônias que se realizaram na mesma ocasião. Não estamos em condições de esclarecer o caso, e assim sendó, temos de confia-lo aos futuros historiadores, que saberão dizer si a informação da campa de Afonso Rodrigues era proveniente de Caramurú ocultar esposálcio realizado por algum normando ou bretão, ou qualquer outro motivo ponderavel. Constou por muito tempo que o povoador e a Paraguassú estiveram em França na côrte de Catarina de Médicis, episódio narrado por Simão de Vasconcelos, e difundido por Rocha Pita e os demais poetas e romancistas que lhe foram na esteira. O excesso de fantasia lançou dúvidas sobre a ida do casal ao Louvre, onde teriam batizado a índia com o nome da rainha. Alegou-se que a de Portugal, irmã do imperador, também se chamava Catarina, apelido daí comum no povo como na mesma época (e mesmo depois) o de Manuel, João ou de qualquer outro soberano, sendo provavel

que se inspirasse mais em o nome da princesa portuguesa do que no de inimigos del-rei. Pensa diferentemente Serafim Leite á vista de documento até pouco tempo inédito. Estribava-se Simão de Vasconcelos numa notícia mandada de Paris pelo futuro bispo do Brasil, o ilustre D. Pedro Fernandes Sardinha, quando aí ensinava teologia em 1528, confirmada, segundo Serafim Leite, pela comunicação do padre António Gomes para Roma. Nesse escrito diz o jesuita procurador *Hua india das do Brasil, que, antes que lá fossem portugueses foi casada com hum francez e agora he mãe de hua grande familia, e assi ella como filhos e genros são continuos e antigos benemeritos do col.º da Bahia.* Não pode haver dúvidas efetivamente de que se trata de Catarina Paraguassú, pois, continuando diz o jesuita: *Esta fez hua ermida de Nossa Senhora da Graça junto á barra que he farol e guia aos mareantes.* A alcunha viria da assídua freqüentação do povoador com normandos e bretões, *antes que lá fossem portugueses*, ou seja, do 'decreto das capitánias, relações tão estreitas e seguidas que justificam a hipótese da viagem. Permanecemos, entretanto, descrentes de que se houvesse realizado, porquanto nada consta nos arquivos franceses, extremamente circunstanciados sobre a época em questão, e que haviam por certo de mencionar aquella visita cheia de pitoresco, de uma espécie de Robinson acompanhado da filha de Sexta Feira que aparece na requintada corte de Catarina de Médicis.

Da família a que se refere o jesuita, nota-se, parecerem os esposos das filhas legítimas de Paraguassú, disfrutarem condição superior á das ilegítimas. Custódio Rodrigues Correa era natural de Santarém, companheiro do donatário da Bahia, Vicente Dias, era natural de Beja no Alentejo, fidalgo da casa do infante D.

Luís, pae do Prior do Crato. João de Figueiredo Mascarenhas, casado com Apolônia Álvares possuía sonoro apelido, com assonância rescendente á assinalada fidalguia do século 16, quando ainda estavam em formação os títulos dos nobres de sangue não real, figurando o nome Mascarenhas entre os mais illustres da crónica do extremo oriente. Dos quatro reinos casados com as mamelucas consideradas legítimas por Jaboaão, só Antão Gil, apresenta apelido plebeu no gênero dos que constam nos roes da maruja e homens de armas, a não ser que possuísse algum outro omitido pelos escrivães. O fáto de ser natural de Évora, portanto alentejano como Vicente Dias, e outros parentes da família brasileira, sugere que chegasse na mesma leva de companheiros do donatário, e tivesse sido convidado por Francisco Pereira Coutinho a se passar á Bahia. No geral, proviriam de todo o reino os elementos civís e militares que a monarquia mandava para ultramar, arcando esses nobres e plebeus com a maior parte do drama então representado no mundo pela coroa portuguesa. Desprovidos de capitães, credenciavam-se pela missão que lhes incumbira, em que a espada era considerada o principal fator do desbaste de terras ignotas. Um dos seus característicos era aportarem sem mulheres, deixando muitas vezes as esposas em Portugal, agrupando-se no Brasil onde encontravam conterrâneos, costume tanto mais explicável ha quatro séculos, quando o reinol saía de lugarejos quasi insulados no "sertão" metropolitano. Daí as correntes de indivíduos da mesma proveniência reunidos do mesmo ponto do litoral, como succedeu em todas as colónias europeas, em diversas épocas, e ainda succede em nossos días.

Os outros filhos e genros de Caramurú, constituindo o povoado visto por Juan de Mori, preparavam

o terreno para a chegada dos seus futuros parentes e afins. No entender de antigos cronistas, moravam num alto em direção á barã, a quasi meia distância entre o fundo da enseada e o ancoradouro de Tatuapara. O sítio era sombreado por algum arvoredó, onde se encontrava o pau brasil, que espanhoes, e principalmente franceses, vinham buscar em principios do século 16. No povoado mais tarde conhecido por Vila Velha, e mais tarde ainda, por Vila do Peireira, preparava-se a farinha de mandiqa com que se reabasteciam os navegantes. Supria com vantagem, este principal alimento da terra, o biscoito marítimo, que se deteriora a bordo no fim de algumas semanas. A produção local recebeu nos documentos contemporâneos a especificação de feita por "brancos", querendo com isso estabelecer diferença com a do gentio. Pensava Neiva, corrigindo Capistrano de Abreu e Bernardino José de Souza, que fosse abundante a quantidade de pau brasil encontrada no fundo do Recôncavo, nas margens do rio Paraguassú, recolhido com tanta frequência por normandos e bretões, que uma ilha situada na sua embocadura recebeu o nome de *ilha dos Franceses*. Com igual designação existia uma aldeia no outro extremo da orla palmilhada por Diogo Alvares, em Tatuapara, perto do sítio onde alguns decênios depois se elevou a segunda torre de Garcia de Ávila. Mais certo diríamos, uma das casas deste famoso proprietário, que recebia, segundo costume da época, a designação de "torre" com significado hoje correspondente a "casa grande". A primeira ficava no termo da cidade do Salvador, sob invocação de S. Pedro (apud livro de tombo do mosteiro de S. Bento, citado por Pedro Calmon) que deve ser a torre em questão. A outra ficava no litoral, mais ao norte, frente ao oceano, e ainda mostra ruínas imponentes em forma de

habitação fortificada, de que adiante voltaremos a tratar. Além desses lugares não longe estava o Porto dos Franceses, das cartas antigas, toponímico recordando a intensidade do tráfico que se prolongou por alguns anos a despeito do zelo de Tomé de Sousa e sucessores.

Não devemos, todavia, confundir taes nomes com semelhantes existentes ao norte, no rio de S. Francisco, nem tampouco supor, que só havia plantação de mandioca nas tribus que cediam farinha aos navegantes brancos. A de Tatuapara vinha para a Bahia graças ás relações dos índios ali estabelecidos com o Caramurú. Era também preparada em outros sítios, mas os produtores não tinham amizade com os parentes da índia Catarina, nem com os elementos abrigados na sua vizinhança, amigos dos interlopos. O que é possível, á vista das funções criarem "órgãos" seria o aumento metódico da produção entre os companheiros brancos de Diogo Álvares, por influência da mentalidade utilitária europea, combinada com a procura das naus que ancoravam no Recôncavo necessitadas de reabastecimentos. A agricultura daqueles sítios continuou a se desenvolver com a chegada de Tomé de Sousa, rezando os documentos reünos as compras efetuadas em Tatuapara e adjacências da cidade, até quando os efeitos da concentração assucreira, falta de braços e aumento de bocas numa zona de limitada fertilidade, obrigou aos baianos a comprar gênerosamente muito mais longe, alcançando as capitânicas meridionaes. De Pernambuco não podia vir muito auxílio pelas semelhanças de condições, precisando os quartinos importar alimentos mandando caravelões buscar farinha até muito ao sul, em S. Vicente. Houve igualmente, em quadras bonanças, casos de remessa de viveres da Bahia para o norte, ao correrem auspi-

ciosamente as colheitas, ou registando-se aumento de braços depois de alguma "justa guerra", que abastecia o eito como na África enchiam-se os barracões de cativos durante os conflitos entre sobas.

Nos primórdios do estabelecimento dos povoadores subvencionados por el-rei, a atividade se exercia em torno do núcleo primitivo de Caramurú, a poder de trocas em espécie, com índios e brancos trabalhadores, que recebiam bugigangas e ferramentas á guisa de salário. Enquanto não subisse a cifra da população a ponto de se tornar um sorvedouro de alimentos para a rudimentar lavoura, somente possível em determinadas manchas perto de cursos de água (realizadas sem auxílio de arado e animaes de tiro), o celeiro da Bahia localizava-se na sobredita região de Tatuapara, duas léguas além do rio Vermelho, antes de chegar ao rio Joane. Dalí se mandava para a cidade cifrios de farinha, assim denominados pela forma cilíndrica das esteiras de palha que a encerravam, como si fosse o sacco usado na Europa. A quantidade regulava um *alqueire pela medida da terra* dizem os *Documentos Históricos*, frizando a diferença com os do reino, no valor de 100 réis na chegada de Tomé de Sousa (9). Outros víveres produzidos no lugar eram carne de porco, frangos, etc., que na opinião de alguns autores, era resultado da antiga freqüência de normandos, bretões e castelhanos.

Um outro genro de Caramurú a que fizemos menção, Paulo Dias Adorno, casado no mesmo dia que Afonso Rodrigues, viera fugido da recém-estabelecida capitania de S. Vicente, para homiziar-se na Vila Velha. E' tido por italiano no *Catalogo* de Jaboatão, que o apresenta como fidalgo genovês, cul-

---

(9) cf. Artur Neiva in *Revista da Acad. Bras. de Letrus*

pado de crime de morte nas terras de Martim Afonso. Supunha Varnhagen que ele e mais parentes, tinham ido para o sul como técnicos da indústria assu-careira. Ha também quem diga ter nascido na ilha da Madeira, filho de italiano e de portuguesa, incluído na primeira leva de colonos ilheus chamados para a capitania de Martim Afonso. O consórcio estabeleceu-o perto dos sogros, deixando farta descendência na sesmaria que receberam os filhos na Cachoeira, de onde partiram bandeirantes em várias direções a pedido dos governadores necessitados de informações sobre ouro. Elevou-os a imaginação de cronistas antigos á nata da nobresa coeva, emprestando-lhes parentesco com os Adornos da *Citá Súperba*, título com que antigamente Gênova se abroquelava. A asserção não deixa de causar estranheza levando em conta a selvageria da costa quando aí apareceram. Os Lins e Holandas em Pernambuco também se viram adornados com linhajens extraordinárias, lamentavelmente destrinchadas por prosáicos pesquisadores, que chegaram a conclusões contrárias a sua autenticidade, cousa mais condizente com a condição dos imigrantes atirados em agrestes parajens. O mal desses excessos de fantasia é criar confusões em torno dos antigos troncos de povoadores, amesquinhando-os com absurdas pretensões de que nunca foram aráutos, quando a sua verdadeira grandesa está na América, que conquistaram para o seu Deus e o seu rei.

## A chegada do donatário

Francisco Pereira Coutinho escolhido para donatário da Bahia, figurava, como os seus colegas, entre a casta dirigente do reino, a gravitar em redor do trono que distribuía os cargos civís, militares e eclesiásticos de Portugal (10). Era filho de Afonso Pereira, alcaide mor de Santarém, e de uma filha do conde de Marialva, da primeira nobresa lusitana, família naquele momento carregada de louros colhidos no oriente. O filho do ilustre par servira na Índia como todo fidalgo de sua estirpe, na armada de cinco naus, de Cristovam de Brito, que deixou Lisboa a 9 de abril de 1514, não desmerecendo dos seus maiores, e dos parentes que grangeara em seguida ao se cazar com a filha de Reimão Pereira de Lacerda, outra casa ilustre em o nobiliário luso quinhentista. Nos sucessos em que tomou parte mostrou-se á altura dos cargos recebidos por nascimento, mostrando certa rudesza no trato dos negócios pelo que, talvez lhe adviesse a alcunha de Rusticão, como daí por diante ficou conhecido. Pensa Pedro Calmon, que a ele se referia Camilo Castelo Branco, quando lhe atribue o comando do navio, que transportou animaes exóticos enviado a D. Manuel I. A notícia origina-se da obra de João

(10) Na monarquia ibérica nunca existiu propriamente feudalismo, nem mesmo no tempo dos filhos de D. João II, que o poderiam ter formado nos moldes de outros países europeus si deixassem grande descendência. No entanto, tal não succedeu, o que vem dar razão a Alexandre Herculano quando nega o feudalismo português.

Pereira Valério, onde vem descrita a embaixada mandada em 1516 a Roma com bichos, que desde as invasões de Amilcar e Anibal pareciam fabulosos na península itálica. Em a narrativa das ocorrências ha menção da pitoresca luta entre um elefante e um rinoceronte em presença do príncipe Venturoso, com mais pormenores que poderão ser encontrados por quem se interesse no *Boletim da Bibliografia Portuguesa*. Em trabalho mais recente, do polígrafo português Fontoura da Costa, de que só conhecemos a tradução inglesa *Deambulations of the rhinoceros (Ganda) of Muzafar, king of Gambaia, from 1514 to 1516*, vem descrito como o potentado indú, que reinou em Gambaia de 1511 a 1526, mandou o rinoceronte a D. Manuel, e como foi embarcado em a nau N. Sra. da Aiuda, sob comando de Francisco Pereira Coutinho. Um mercador da ativa colónia alemã de Lisboa, informante de tudo que se passava na corte, noticiou a chegada do paquíderme á Lisboa (11), juntando um desenho do mesmo que foi copiado por Alberto Dürer, a demonstrar a curiosidade provocada pela sua presença na Europa. Outra manifestação do interesse suscitado foi atrair a atenção de Francisco I de França, quando a embaixada escalou em Marselha na ida á corte pontifícia, onde devia entregar os bichos com que el-rei de Portugal presenteava Leão X. O episódio, a ser verdadeira a sua atribuição a Francisco Pereira Coutinho, compõe uma das poucas notícias, do que dele sabemos na Ásia. Estavam os cronistas dos fastos da Índia e Cochinchina mais absorvidos pelos sucessos bélicos e administrativos em conjunto, do que preocupados em destacar os feitos de cada fi-

(11) Não foi o único da espécie a aparecer em Lisboa. Em 1599 veio embarcado em a nau S. Simão "Um elefante, o qual em uma grande tormenta, vtram bramlr e chorar lágrimas em quantidade". Recompilação de S. F. Paez.

dalgo. Nem sempre, ademais, os serviços de maior relevância figuram nos anaes históricos sob o nome de quem os praticou, cabendo a glória ao chefe, vice-rei ou capitão do mar ou comandante das forças, sobre o qual refletiam as proesas de heroes anónimos. De qualquer modo, a imorredoura fama do grande Afonso de Albuquerque e dos seus êmulos, tornavam o período em que Pereira Coutinho esteve na Índia difícil de galardoar evidência a quem quer que fosse, tantos foram rasgos de audácia e de heroísmo a ilustrar a epopéia do extremo oriente.

Em dezembro de 1536 encontrava-se o capitão na Bahia com a gente que trouxera, recebido pelos poucos brancos que o tinham precedido. A terra parecera a Francisco Martins Coutinho; autor de uma descrição da capitania; mui pacífica, povoada de índios desejosos de se cristianizarem. Entendiam-se com os portugueses, trazendo-lhes mantimentos em troca de pouca cousa, por uma anta *hum vintem, hum viado o mesmo vintem, hum coelho (preá) dois vintens... o peixe he tanto que val de graça (sic)... pescados, salmonetes, linguados, sardinhas...* Muitos desses peixes mediam oito palmos, pescados no anzol, e no fim da *Relação* ocorria *A terra dará tudo o que lhe deitarem, os algodões são os mais excellentes do mundo, o assucar dará quanto quizerem.* Lembra o enlevo as pinturas optimistas de regiões exóticas dos que nunca estiveram no sítio, nem jamais lá pretenderam ter. No lugar assim paramentado de todas as vantajens possíveis, aguardava o donatário um grupo de reinos que mais se assemelhavam a outlaws do que a fieis súbditos del-rei.

Não lhes devia causar grande satisfação a chegada do novo senhor, onde dantes faziam o que bem entendiam, traficando com índios e franceses sem

dever contas a ninguém. O capitão lhes aparecia com poucos elementos de domínio e comando, sem grande prestígio, portanto, parecendo mais necessitado de ajuda do que em condições de ajudá-los. Tornara-se Francisco Coutinho um intruso desde os primeiros dias, quando acampou do lado direito de quem entra na baía, no ponto chamado da Vitória, pensando Varnhagen que o nome deriva do bom êxito de uma escaramuça com o gentio. Nos trabalhos que versam os primeiros passos do donatário, do paciente beneditino D. Clemente Maria da Silva Nígra, e os do Dr. Teodoro Sampaio, localiza-se o forte e povoação iniciais á beira da água, no outeiro onde hoje está S. Antonio da Barrã. Acrescenta D. Clemente *Põsso adiantar aqui, que, no tempo do primeiro donatário até o ano de 1625, não existiu nem nome nem vestigio de uma tal igreja.* Mas deixando de parte os excessos de imaginação de historiadores, e prosseguido, percebemos o que os navegantes devem ter sentido na ocasião do desembarque, ante a imensidade da tarefa que os esperava. Não longe de onde acamparam estava a aldeia de Caramurú, que segundo Acioli, fôra denominada do Salvador pela graça divina valendo a Diogo no seu naufrágio. Daquella rudimentar povoação até Tatuapara informa o *Regimento* de Tomé de Sousa, viam-se tribus contando de cinco a seis mil guerreiros indígenas, esgalhadas entre a selva e as praias. Da outra banda, no interior do Recôncavo, moravam os contrários, que em pouco demonstraram ao veterano da Índia o quanto necessitava do auxílio de Caramurú e dos seus parentes.

Os sucessos do período pertencem á proto-história sobre a qual pairam as mais desencontradas lendas, assim como tradições piedosas, sem muito fundamento. Pretendem certos cronistas antigos, que pouco

antes da chegada do donatário teria Diogo Alvares recebido do imperador Carlos V honrosa carta agradecendo o auxílio prestado a castelhanos em apuros na costa. Os arquivos espanhoes nada dizem a respeito, constando, porém, que logo depois recebeu outra del-rei de Portugal apresentando-lhe Francisco Pereira Coutinho, o que é mais verossimil. Provavelmente, provido de carta ou sem ela, a importância de um povoador ha tanto tempo radicado no lugar, devia crescer á medida que os portugueses se empenhavam no aproveitamento da terra. \ Situada a Bahia no meio do litoral da colônia, á beira de florestas de pau de tinturaria, dispendo de seguro ancoradouro, na boa direção dos ventos e das correntes, com início de povoação branca; núcleo precioso para os que aportavam sem nada conhecer do Brasil e do seu gentio; representada o ideal para a fundação da séde que devia reger a capitania. \ A falta de recursos com que lutava o donatário foi causa do fracasso da tentativa particular e da posterior reversão da doação ao régio domínio, sem que o sítio significasse impropriedade para o fim visado. Somente com os meios angariados na Índia o antigo companheiro do grande Albuquerque não lograria impor-se enquanto não afluíssem os lucros da produção local. \ Estes dependiam de condições diversas, demorando o trabalho dos engenhos por uma série de causas a dar frutos como em Pernambuco. \ Minguavam, pois, as reservas de Francisco Pereira, e com o seu enfraquecimento provocaram a rebeldia dos subordinados e a hostilidade da india. Os pormenores do desenlace não são bem conhecidos. Em precedente volume desta obra aludimos ao fenómeno comum em todos os tempos entre civilizados perdidos no ermo, em que se aborrecem uns dos outros, e aparecem sob aspêto insuportavel,

os defeitos de cada chefe e de cada subordinado. Si tal desunião succede entre os poucos componentes de uma passageira aventura, muito pior devia acontecer no arraial de Coutinho, apertado entre as terras de Caramurú e as dos seus mamelucos, onde só a crença de melhorar mais tarde as condições graças a auxílios do governo traria algum alento.

A carta de Francisco Martins Coutinho de 1536, menciona a torre que o donatário elevou para a sua defesa, nome genérico para qualquer fortificação, podendo ser até mero quadrado, ou tranqueira armada de algumas bocas de fogo, coberta em forma de varanda por algumas palmas á moda dos índios. Na descida da colina, o capitão *poz a villa no melhor assento que achou*, no espaço compreendido entre a camboa doada ao Caramurú, e o ribeiro do Bosque, *em que tem feito casas para cem moradores e tranqueiras em redor*, escrevia Martins Coutinho. Na mesma data aparecem referencias ás primeiras doações de terras de que se conhecem os beneficiados. Foram Pedro Afonso, bombardeiro; Sebastião Aranha; Fernão Dolores; Francisco de Azevedo e finalmente o antigo dono do lugar, Diogo Álvares. A sesmaria que recebeu nas cabeceiras do caminho do conselho, acompanhava os limites das precedentes doações a Pedro Afonso, Fernão Dolores e Sebastião Aranha, alcançando a fazenda de Francisco Azevedo, a delinear quasi um retangulo entre a povoação do Pereira, a baía, e o interior das terras. De um lado contava cerca de quatrocentas varas, e do outro quinhentas, situada a séde no lugar consagrado pela capela de N. Sra. da Graça, muito da devoção de Paraguassú, onde havia uma fonte conhecida pelo mesmo nome, sobre chapadão natural bastante elevado para servir de observatório militar. Um caminho li-

gava a casa do povoador com a vila, tendo no percurso, de um lado, as terras de Afonso Rodrigues, marido de Madalena Álvares, mais ou menos na atual praça da Vitória; do outro, Paulo Dias Adorno, marido de Filipa Álvares, morador á esquerda do caminho, perto da atual ladeira do Corpo Santo. Redigira a outorga da sesmaria ao Caramurú o escrivão Rodrigo Fernandes, substituída no documento a assinatura do donatário pelo selo de armas, o que sugeriu a Varnhagen fosse analfabeto Pereira Coutinho. E' possível que assim acontecesse, revelando-se a origem da alcunha apontando a rusticidade do fidalgo, mais propenso a acutiladiço do que a letrado. Nada, porém, nos é permitido afirmar sem maiores comprovantes.

Pouco depois doou Coutinho terras a João de Velosa no esteiro do Pirajá, o qual dispunha de alguns recursos e começou a levantar engenho. Em 1542 doou mais uma sesmaria nas visinhanças a Afonso De Torres, castelhano arredantário durante algum tempo do tráfico de escravos *que vã da ilha de San Thome para as Antilhas*, como esorevia D. João III, ao conde de Castanheira. Na ilha citada eram reunidos os cativos arrebanhados no extenso território de Congo e Angola sobre a qual S. Tomé exercia jurisdição. Esse opulento traficante, embora não rezidente na propriedade, deve ter encontrado entre os seus auxiliares de negócios coloniaes quem lhe tomasse conta da doação. Outros contemplados deve ter havido nas rondesas mas as destruições de arquivos acarretadas pela guerra holandesa impossibilita saber (12). Foi quasi por milagre que através de remoções e naufrágios conseguiram chegar até nós documentos conser-

---

(12) Brás do Amaral discordando de Pedro Calmon e outros autores, considera as doações de João de Velosa e Afonso de Torres, outorgadas por Tomé de Sousa. v. Acioli I nota 10, pág. 313.

vados pelos beneditinos, especificando quaes os vizinhos de Diogo Álvares. O desaparecimento de muitos subsídios não nos permite todavia partilhar as conclusões de Varnhagen, que supunha ter sido causa das desventuras do donatário a dispersão de moradores pelas imediações de sua torre, ao invés de se manterem aglomerados em redor da camboa, a fim de melhor resistir ao índio. Nem compreendemos como seria possível estender lavouras continuando fixados no mesmo ponto, onde, ademais, começavam a aparecer animaes domésticos em quantidade. \ Pensamos igualmente que a ideia de levar avante o arroteamento das terras, limitadas á orla fértil próxima dos rios, teria sido a causa preponderante do desentendimento com o gentio. Um incidente fortuíto provocou lamentável desavença entre um soldado e o filho de certo principal índio, rixa que terminou com a morte do segundo. Levantada a fúria da sua tribu, tornou-se difficil aplaca-la num tempo em que ainda não tinham chegado os jesuitas, grandes mestres na arte de resolver pacificamente esses incidentes. O antagonismo que já existia trouxe adesões de outros grupos, tornando insustentavel a situação dos portuguezes, existindo a respeito várias versões, mas a orijem do dissídio parece ser a que todos apontam. Considera Nóbrega o motivo do levante como proveniente dos desmandos de brancos (ganância em obter terras, exações no afã de arrebanhar braços, além de violências contra o gentio, de índole suspeitosa e rancorosa) assim como a influência de um clérigo imprudente que por lá andava. \ Do conjunto levantou-se incêndio que em minutos devorou as roças e o começo de engenho que Francisco Pereira estava em vias de completar.

Necessitam os que governam arbitrariamente, sejam capitães do século 16, sejam ditadores do século

20, de contínuo êxito na política que empreendem, obrigados como estão em provocar constantemente o antagonismo dos governados. Foi o que succedeu a Coutinho quando depois dos sucessos prestaram os descontentes ouvidos ao clérigo supra, de nome Bezerra. Esse indivíduo primeiro atraiçou o donatário, a seguir fugiu do povoado em companhia de alguns brancos e índios, para voltar mais tarde com um alvará real, talvez falso, com que alvoroçou os habitantes e depoz o capitão da sua autoridade. Graças ao ardil triunfaram os descontentes, de sorte que o infeliz donatário teve de se refugiar sucessivamente em Ilheus e Porto Seguro. Nas terras dos vizinhos deixou-se ficar por um ano, assegurando Acioli que prendera a Diogo Álvares levando-o consigo num barco, e que a notícia da suposta morte do povoador levantou intensa agitação entre os afins da Paraguassú. De mais certo na versão temos a morte de um filho de Coutinho, e a narrativa dos sucessos na carta de Pero de Campo, donatário de Porto Seguro dirigida a el-rei: *A Bahia... se despovoou per rezão do genio dela lhe dar guerra averá hum anoo e ele se veyo aquy onde ora está sem nunca pôr nenhuma diligencia acerca de a pouar.* Estava velho e baldo de recursos o veterano, ás voltas com brancos indisciplinados, índios hostis e o espantinho de franceses, que não renunciavam ao tráfico de pau brasil onde sabiam dispor de amizades. Pelo Caramurú tinham chegado ao missivista notícias de aparecimento de corsários na Bahia, o que veio aumentar as suspeitas nutridas pelos historiadores baianos a respeito da dobrez de Diogo Álvares. Relatava mais Tourinho:

e ora sou enformado por hum Diogo Álvares o galego lingoa que la era morador que daquy foy em hum caravellão á ditta Bahia que se

fora dahy hua nao de França averia dous dias ou tres dias os quaes fizeram com os brasys e levou toda a artelharía e fazenda que ahy ficou e concertaram com hos brasís de tornar dahy a quatro meses com quatro ou cinco naos armadas e muita gente a pouar a terra por causa do brasill e algodões que nella ha e redificarem as fazendas e engenhos que eram feitos e por o tal nam ser serviço de Deus nem proveito de V. A. antes destruição de todo o Brasil eu mandei ao dito Francisco Pereira da parte de V. A. logo se embarcassé pera esse Reino... e por não ir o faço saber a V. A.

Não deixa de parecer estranho como estava o Caramurú ciente a respeito do que os interlopos diziam, faziam e prometiam. Poder-se-á alegar que era facil obter informações por seus parentes indígenas, mas o desenvolvimento da notícia, por sinal defeituosamente reproduzida na redação do donatário de Porto Seguro, com pormenores e até confidências, autoriza a hipótese de algum branco residente na Bahia ter estado no meio da francesada durante os sucessos. Os interlopos eram quasi sempre bem recebidos, mantendo de ha muito amistosas relações com o gentio, favorecidos pelo que analizamos em volume anterior. Traziam presentes úteis ou divertidos para seus amigos selvícolas, e não pretendiam se apossar das terras, nem escravizar os seus habitantes para dispôr de seus braços gratuitamente (13). Deixavam-na apenas algumas vezes em certos pontos, onde era possivel cortar pau de tinturaria, embarcadiços dispostos a viver paci-

---

(13) Nas suas peregrinações pelo norte do Brasil passou D. Rodrigo de Acuña pela ilha de S. Aleixo em Pernambuco, em que dizem ter havido uma feitoria de franceses, tendo encontrado abandonados na areia, alguma farinha e um forno. Indicam os réstos que os tripu-

ficamente entre as tribus, aprender-lhes a língua, assimilar os seus costumes, para destarte melhor servir os seus patrícios, e havia sempre quem aceitasse a incumbência.

O mau passadio de bordo, a terrível talassofobia provocada pelas cascas de nóz a bailar sobre as vagas, e o espírito de aventura que em todos os tempos lançou civilizados em regiões incógnitas, atraíam voluntários para o fim. Tal harmonia talvez não perdurasse si intentassem levantar estabelecimentos definitivos como fizeram os portugueses — pois uma coisa era freqüentar índios do alto de uma nau ou temporariamente numa praia, e outra querer sujeita-los ao trabalho compulsório, transformando-os em bestas de carga. Na convivência de brancos com selvícolas, mostrava-se o português elemento mais aglutinador e absorvente do que os de qualquer outra nacionalidade, não era portanto esta a causa do levante contra Francisco Pereira. A razão deve ser procurada na fatalidade que impunha ao guerreiro Tupí rebelar-se contra os que ameaçavam a sua vida, terras e acima de tudo, a sua liberdade. Seria intenção dos interlopos, de que falava Diogo Alvares, tornarem para ficar de vez na Bahia, como pouco depois tentou Villegagnon no Rio de Janeiro. De Angô e Francisco I, a Catarina de Mêdicis, mantiveram os franceses vistas ambiciosas sobre a América, particularmente no Brasil, pelos mesmos motivos que os súditos de D. Manoel I e D. João III; impressionados pelos descobrimentos feitos pelos

---

lantes preferiam ficar em segurança a bordo durante a escala, a levantar habitação no continente. No máximo disporm de um rancho para guardar mercadorias ou preparar mantimentos como indica o forno, sendo provável que tivessem igual aspeto os demais postos de resgate da costa, escalonados da Paraíba ao Rio de Janeiro. O único vestígio duradouro da sua passagem eram os inevitáveis mamelucos que iam surgindo nas tribus afe'tas ao comércio da Ibirapitanga e al-godão das margens costeiras" *Primeiros Povoadores do Brasil*, 70.

castelhanos de ouro e pedrarias na América do Sul. O maior obstáculo para a realização do desejo consistia nas guerras da Europa. O antigo regime político ainda próximo do feudalismo francês, reservava os cargos civis, eclesiásticos e militares exclusivamente para os grãos senhores, nem sempre providos das quantias que pequenos particulares interessados em inverte-lo em regiões novas, podiam reunir como sucedia ás industriosas democracias do norte da Europa. As lutas religiosas favoreceram igualmente empresas encabeçadas por fidalgos dissidentes, apoiados por príncipes schismáticos, desejosos de espalhar novos credos em terras virgens do predomínio romano. Nenhuma tentativa porém chegaria aos pés das intentadas no século 17 pela W. I. C. e E. I. C. que das Flandres iam apossar os mares antes pertencentes aos galeões luso-castelhanos. O progresso que acentuava a sua marcha além dos oceanos, mudava o destino das quantias que os monarcas das Espanhas costumavam pedir para fins políticos aos mercadores do centro da Europa. Despertara nos burgueses a ambição de também partilhar o mundo graças ás somas acumuladas pelas suas indústrias. A divisão do Brasil em capitánias foi uma tentativa de conjurar o perigo, como de facto em parte conseguiu, ao repelir os competidores para acima do Amazonas, em alagadiços inferiores onde nunca puderam desenvolver excepto nas ilhas que a decadência do poderio castelhano lhes entregou; ou no setor setentrional da América, em que se edificariam os EE. UU. e Canadá. O alcance da navegação de vela dividiu as zonas de predomínio das potências coloniaes, concedendo-lhes as do outro lado do oceano, mais ou menos na face fronteira ás suas bases de expansão.

Instado Coutinho pelo colega de Porto Seguro para que voltasse á sua donataria, teve de embarcar em algum caravelão, dos que tinham sido construidos na ribeira da Vila Velha. A indiada, porém, espreitava-o, animada pelos franceses que lhe prometiam ajuda para varrer os lusos do seu território. No traiêto violenta tempestade desabou sobre o infeliz capitão atirando-o nas garras de selvajens inimigos. O naufrágio foi durante muito tempo localizado na ilha de Itaparica, onde diziam rezidir o sogro de Caramurú. Dedicou-se com afinco Artur Neiva em estudar o sinistro, através de cuidadosas investigações em que chegou a conclusões diversas dos seus antecessores. Realizou pormenorizado exame da região, dos ventos, correntes, estações, etc., com a honestidade que o caracterizava, até quando a morte impiedosamente o golpeou. Temos agora de esperar que o seu trabalho seja publicado pelo seu digno filho, ilustre cientista e feliz herdeiro das qualidades paternas. Até tomarmos conhecimento das suas investigações, sabemos apenas que se salvou o Caramurú, e que muito provavelmente não teve responsabilidade direta no morticínio (14). Pelo menos, nos papeis officiaes do tempo de Tomé de Sousa nada consta, a não ser a má vontade que transparece nas entrelinhas segundo certos autores, e que foi atribuida mais ás relações do povoador com franceses, do que propriamente á sua ação nos sucessos causadores da morte do donatário. Recaiu a maior responsabilidade sobre o clérigo Bezerra, concordando os termos da carta de Duarte Coelho, com os da de Pero Borges, e talvez com os Nóbrega versando o mesmo assunto,

---

(14) Em comunicação oral julgava Artur Neiva ter-se dado o naufrágio numa das angras do Recôncavo, onde até hoje costumam se refugiar os pescadores e outros navegantes de vela quando acossados por temporais. Ai estavam índios hostis que se aproveitaram da circunstância para aprisionarem o donatário indefeso.

todas acordes em condenar a attitude do mau pastor, que o malogrado Coutinho introduzira no rebanho como si fôra o lobo da fábula. Escrevia o segundo dos missivistas a el-rei:

Posto que Francisco Pereira tenha culpa de não saber uzar com a gente como bom christão e ser mole para resistir as doudices e desmandos dos doudos e mal emsinados que fazem e cauzam levantamento e uniões de que elle não pôde escuzar de culpa, todavia, Senhor, cumpre e é necessário os que em tal erro cahiram por suas doudices e desordens e maus ensinõs e desobediencias que com o dito Francisco Pereira tiveram serem muito bem castigados, porque affirmo a Vossa Alteza que foi uma cousa mui deshonesta e feia e digna de muito castigo, porque aquellas revoltas e levantamentos contra Francisco Pereira foi a cousa de se a Bahia perder, e o clerigo que foi o principio daquelle damno e mal deve Vossa Alteza de o mandar ir preso a Portugal; e que nunca torne ao Brasil porque tenho sabido ser um grão ribaldo.

Infere-se do texto, que o donatário habituara-se na Índia a uma situação admissivel no oriente, mas perniciosa na América. O simples fáto de ambas as regiões receberem lusos movidos pelo mesmo anseio, não lhes permitia confundir os mesmos processos para desfrutar a terra. Havia, por força das cousas, de se registrar aculturação muito mais intensa no Brasil, do que nos presídios militares da costa indiana, onde havia uma antiga civilisação, anterior á portuguesa quinhestista quanto á sua extensão e perfeição. A tolerância de Coutinho para com certos subordinados, a sua ce-

gueira ante a ribaldia do clérigo Bezerra; justamente quem mais devia dar o exemplo numa povoação de molde europeu; acabaram por acarretar aquilo que o ouvidor profligava. As “uniões” de gentios contra os portugueses não vinham de outra cousa. Desfrutavam os reinos da Bahia a triste reputação de serem os mais *mal ensinados* do litoral, os que mais tropelias com os índios praticavam, e a maior perigo expunham os esforços do donatário para levar a empresa a bom termo. Semelhante quadro era comum no oriente, bastando rápida leitura do *Soldado Prático* para vermos todos os desmandos referidos pela carta de Pedro Borges. Rapinas, raptos, mexericos, adultérios, desafios, cutiladas, ponteam cada página, para não dizer cada linha, da algara realizada pelos lusos na Índia.

O povoador salvo do morticínio não foi envolvido no sucesso, pelo menos oficialmente, conjecturando Neiva, que o Caramurú depois de ter ido a Porto Seguro buscar Coutinho, deixou de acompanhá-lo no resto da jornada:

Voltando mais tarde a residir na Vila do Pereira, onde os portugueses chegados com Tomé de Souza, vieram encontra-lo com seus companheiros, em dificuldades com os índios da região. Tal circumstancia mostra não ter Diogo Alvares participado do levante contra o donatário, porém haver ficado, em companhia de outros portugueses da sua roda, refugiado em lugar amigo, que não pode ser outro senão as proximidades da Aldeia dos Franceses. Esses europeus deviam continuar frequentando a Bahia, no tempo do primeiro donatário, em busca do pau brasil, auxiliado por Caramurú, como faz supor terem ido á Povoação do Pereira com o conhecimento

do mesmo, depois da fuga de Coutinho. Foi Caramurú com os seus que resgateou os despojos deixados pelo primeiro donatário. Quando achou oportuno Caramurú navegou tranquilamente para Porto Seguro, afim de avisar a Pero de Campo e com ar inocente denunciar a presença dos franceses na Bahja. Ora, os portugueses não ignoravam que os franceses frequentavam os arredores da Bahia, como prova a denominação de Aldeia naquele ponto da costa. Se a denominação se manteve a ponto de Tomé de Sousa, ao passar um documento, referir-se ao toponimo, é claro então que o primeiro governador geral deveria relacionar o nome da localidade com a presença do Caramurú e os seus, inclusive a notícia levada a Portugal da presença ali dos franceses, denunciada pelo mesmo depois de terem retirado o que bem quizeram da fortaleza abandonada.

A família do donatário ficou em Portugal onerada pelos compromissos assumidos pelo chefe, existindo na Torre do Tombo um documento em que o filho do malgrado donatário, de nome Manoel Coutinho, e o seus descendentes, recebem a tença de quatrocentos mil reis por ano á guisa de indenização pelas despesas de Francisco Pereira na capitania. Devia esta quantia ser deduzida da redízima da Bahia em troca da reversão da mesma á coroa. O vínculo passaria daí por diante á casa dos Coutinhos, catalogado na linguagem jurídica da época como *morgado de juro*, uma das muitas modalidades de transações entre el-rei e os seus súditos, ou melhor, entre a administração pública e os que contribuíam para o engrandecimento da monarquia. Antes, porém, de ajustada á volta da doação á fazenda, uma carta expe-

dida de Lisboa com data de 19 de novembro de 1548, anunciava a Diogo Álvares a próxima chegada de Tomé de Sousa.

A vinda do primeiro governador coincidia com um dos lances mais críticos do Brasil português, onde a ruína de Francisco Pereira Coutinho parecia iniciar o sucessivo colapso das outras capitanias para maior alento aos inimigos internos e externos del-rei. Os socorros de que tanto necessitara o donatário chegavam com proconsul comandante da *Fortaleza, e povoação grande, e forte na Bahia de Todo los Santos*, por ser para isso o mais conveniente lugar, que ha nas ditas terras do Brasil, escolhido o governador por el-rei pela muita confiança, que tenho em Thome de Souza Fidalgo da minha Casa, segundo reza o traslado verbo ad verbun redigido em Almeirim na data de 1549.

## A ocupação do litoral

Começava a maior, mais proveitosa e duradoura experiência colonial portuguesa, desde as iniciativas do infante navegador, que descerrou ao luso a imensidade do oceano. Impoz-se, na conjuntura o quasi sempre preponderante fator geográfico a concentrar na América a atenção da metrópole antes dispersa na Ásia e na África. Nesta mudança concorreram igualmente o assucar do norte e as esperanças de descobertas no sertão, as quaes acenavam com a possibilidade de vir a dispensar o Brasil os mesmos caudaes metalíferos que do Pacífico escorriam para Castela. Do empreendimento sugerido pelos proventos de um visinho ia se levantar o esteio do trono da era quinhentistâ á invasão da península por Bonaparte. Vinculara-se o destino do reino ao do seu maior domínio, desde as primeiras remessas de Ibirapitanga chegadas a Lisboa, não sendo mais possível escrever-lhe a história sem observar a decisiva ação da colônia nas Espanhas. Podemos acompanhar as vicissitudes do reino através dos comboios que levavam da América os produtos dos engenhos, e mais tarde, os das lavras metalíferas, que pela sua abundância custeavam as lutas contra Castela ou as prodigalidades de D. João V. Assim que o assucar sofreu concorrência de Jamaica e outras ilhas, centro

americanas, e as partidas de ouro começaram a decrescer, aumentavam as complicações nas finanças públicas, com desastrosos efeitos na economia privada. Os expedientes a que o reino recorria para acudir a ameaça da ruína imminente são deveras sintomáticos. Chamava-se ao poder o reformador marquês de Pombal, como hoje pensa-se concertar o mundo com medidas políticas de caráter social. Caído o poderoso valido de D. José I, intensificaram-se ainda mais as inovações salvadoras, uns persuadidos que a solução dos males portugueses estava no desenvolvimento da indústria, outros no combate ao clero, feito bode expiatório. A conversa entre o jovem D. José e o filho do senhor de engenho Beckford, dá medida do fenómeno registado no fim do século 18, onde até infantes católicos eram contagiados pelas ideias do século pensando com isto progredir. Ninguém na corte, entretanto, convencia-se de que a chave do enigma poderia estar do outro lado do oceano, e foi necessário que D. João VI chegasse ao Rio de Janeiro para compreender muitas cousas que antes se lhe afiguravam imprecisas. O facto não foi estranho á sua pretensa afeição ao Brasil — naquele tempo ainda bárbaro e agreste — mormente a um príncipe afeiçoado aos amenos sítios de Quelús e de Bemposta, que de ânimo deliberado nunca trocava pela tósca habitação dos vice-reis cariocas. Si hezitava em tornar para onde todos da sua corte ansiavam, principalmente a família real, era porque descreia do porvir de uma nesga europea, incapaz de por si mesma se manter, e onde a opinião pública supunha simplificar problemas com a modificação do regime, embora continuasse inalterada a situação da metrópole perante as colónias. O perscrutar do futuro levou entre outras resoluções, D. Pedro I a preferir o Brasil, e mais tarde

escolher o trono americano para seu filho morgado, ao passo que designava o português para a sua filha Maria da Glória. O traço dominante de D. João VI era a prudência, que por sinal sempre norteou a política externa portuguesa, e sabemos que os príncipes seguiam a tradição paterna quando lhes chegava a vez de serem aclamados. O conde da Barca distribuiu gordas quantias aos revolucionarios franceses quando era ministro de Portugal nos Países Baixos, cabendo quinhentos mil francos a Talleyrand além do que recebeu Barras. Continuando a tormenta com o advento de Napoleão, o regente havia de oferecer diamantes das Minas Geraes ás mancheias aos embaixadores da França para lhes comprar proteção. Ignoramos se Talleyrand não embolsou igualmente alguns por ocasião do Congresso de Viena, sendo provavel que lhe mandassem presentes á vista do costume que tinha, e que todos conheciam, de receber como bom francês *des pourboires*. Nos registos administrativos coloniaes, vemos pelo correr dos séculos os bichos da Índia, com que el-rei Venturoso ornava embaixadas, serem paulatinamente substituidos por galardões do Brasil, encontrando-se nos livros ordens de se proceder ao levantamento das quantias para dotes de princessas, ou o reerguimento de Lisboa depois do terremoto, e. a. p. d. até que num belo dia tiveram os seus habitantes de ceder casas e chácaras aos cortesãos que assomavam na América fugidos de Portugal.

A vinda de Tomé de Sousa para a Bahia marca o primeiro passo efetivo dessa orientação, que ia se acentuar cada vez mais com o tempo, até absorver o conceito político do reino. O governador geral escolhido para inaugurar o posto, que tão dilatado alcance ia assumir, provinha dos círculos mais em evidência na administração e na immediata visinhança do trono. To-

mé de Sousa era filho do prior de Rates, e por esse lado, parente de Martim Afonso e Pero Lopes, donatários no Brasil. Era igualmente primo do ministro conde de Castanheira, que interessado nas possibilidades brasileiras, resolvera enviar para a Bahia pessoa de sua inteira confiança. Todos estes expoentes descendiam da famosa Maria Pinheira, tida pelos mercuriosos palacianos como moira ou judia (15), a qual depois de enfeitiçar Pedro de Sousa, prendeu-lhe para todo o sempre a afeição com os filhos que dele houve. E' preciso neste caso atender a certos aspétoes de épocas passadas. No fim da idade média nada parecia mais ilustre que orijem militar ou eclesiástica, porquanto ambas denunciavam nobresa, cabendo os principaes postos nas duas carreiras a personajens da mais alta gerarquia. Davam-se casos parecidos nas famílias reinantes, a começar pelos príncipes portugueses, que se repetiram em toda parte pelas centúrias afora. Circulava a proposito, em Versalhes, sob Luís XIV a expressão *noble comme un batard*, sugerida pelos filhos de madame de Montespan. Em Portugal, acatavam-se enxertos de concubinas do gênero da Maria Pinheira, desde que fossem de ricos homens de pendão e caldeira, ou de priores, filhos segundos de grandes casas, das taes que por vias semelhantes se aparentavam á família real. Ajuda a compreender essa mentalidade o fáto de que só depois do concílio de Trento passou o celibato eclesiástico a ser absoluto, e assim sendo, o pequeno acidente ocorrido na ascendência do filho do prior de Rates, por sua vez filho de Pedro de Sousa e de Maria Pinheira, não era de molde a prejudicar a sua linhagem.

---

(15) O documento citado por Pedro de Azevedo na *Revista de História*, chama-lhe Mécia Rodrigues de Faria, de Entre Douro e Minho, sem menclonar jaça de moira ou judia.

A fé de ofício de Tomé de Sousa era digna da confiança que nele depositavam, tendo grangeado fama de prudente e de bom aviso no conselho del-rei, para onde entrara, não tanto pela influência da família, como pelo consciencioso desempenho das missões, que em várias partes da monarquia, lhe tinham confiado. Prestara serviço na África do norte, considerada tirocinio da fidalguia mais tarde destinada a ocupar os mais altos cargos da administração. Em refregas contra a mourisma houve-se com denodo quando em Arzila, sitiada pelos infiéis, chefiou a sortida de 1528. Quatro anos depois, comandava a praça, e em 1534, socorre Safim gravemente ameaçada, pelo que noticiava o conde da Castanheira a el-rei, ter-se distinguido o primo numa caravela carregada de madeira com a qual conseguira entrar no baluarte e reforçar os sitiados. No ano seguinte deixou Tomé de Sousa Marrocos para cenário mais amplo, seguindo em demanda da Índia na armada de Fernão Peres de Andrade, em que provavelmente passou pelo Brasil no comando da nau *Conceição Gallega*. Em 1537 foi elevado a fidalgo da real casa (16) com todos os privilégios atinentes, á vista de serviços que Brás do Amaral diz prestados em África sob as ordens de Pero Lopes de Sousa, apoiado em fontes que desconhecemos. Talvez haja alguma confusão entre a Índia e o mar, onde ambos por essa época estavam, pois em 1536 foi Pero Lopes ás ilhas da Madeira esperar a nau em que vinha o primo do oriente (17). Em carta

(16) A fim de contar o govêrno na guerra com o auxílio dos fidalgos da real casa, ficavam estes isentos das fintas, talhas, pedidos, empréstimos compulsórios, etc... que oneravam os outros súditos da monarquia. As vantagens deviam lhes permitir armar gente para eficazmente acudir ao brado del-rei.

(17) "Pareceome muyto bem o que dizeis que, topando Pero Llopez Pedre Annes do Canto no caminho cõ as naos de India, e nõ sendo chegado Tome de Sousa, que se torne com tres caravellas esperar por elle na parajem das Ilhas, até XV de setembro". Carta de D. João III ao conde de Castanheira, 10 de Agosto de 1536.

a Martim Afonso, gaba o conde de Castanheira os méritos de Tomé, parente de ambos e que dera a el-rei inteira satisfação nos postos por onde transitara. Succedia, destarte, com os descendentes do Chichorro, as inevitáveis vicissitudes de toda grei em que ha parentes que enaltecem e outros que enxovalham, destacando-se milagrosamente as que são numerosas e "proporcionalmente" dão menos alimento á maledicência.

Segundo o dito do barão de Itaim, não existe clan que se respeite (entenda-se, antigo e numeroso) que não conte com muitos patifes e marafonas. Os Sousas tinham sido assinalados pelo virulento mexerico luso com eiva moura, antes dos namoros da Pinheira, e possivelmente com os mesmos fundamentos. Toda casa que se alteava sobre as demais incidia na malquerença geral, como em qualquer parte o indivíduo que se destaca do vulgo cae na ira dos zoilos e desafétos gratuitos. Impossibilitados de corrigir o mundo, continuavam os Sousas a porfiar no serviço del-rei, que naquele tempo equivalia ao da nação, ganhando arras ao reconhecimento de todos, fossem administradores ou administrados. O conde da Castanheira escrevia na missiva supra, notar cada vez mais qualidades no primo Tomé de Sousa (18), que juntava a outros dotes, o preciosíssimo e raríssimo de ser homem sisudo. Teria vindo sem dúvida desta circunspeção a amizade que obtivera na Índia do grande D. João de Castro. Não

---

(18) Os Sousas eram muito unidos, escrevendo de uma feita D. João III ao conde da Castanheira, "Vy a carta que me escrevestes sobre a vynda de Pero Lopes de Sousa e o mynto prazer e cõtentamento que tendes bõas novas que elle trouxe. Vos agradeço muito, porque allem da Rezam que tendes de folgar tanto pelo parentesco que tendes com Martino Afonso e Pero Lopez, tambe sam certo que a principall parte he por sere cousas tanto de meu serviço".

Resposta ao côde da Castanheira, sobre a vynda de Pero Lopez. 1. II de 1533. A estada de Tomé de Sousa na India em 1535 foi enquanto o primo Martim Afonso comandava a fortaleza de Diu erigida nesse momento. Martim Afonso era capitão-mor e Tomé comandava a nau *Conceição Gallega*.

menor seria o apreço que lhe tributava D. Afonso de Noronha, capitão governador de Ceuta, que armara Tomé de Sousa cavaleiro na luta onde figurara bem jovem, no começo da sua carreira militar. Das informações provenientes da praça marroquina derivavam os lisongeiros termos da carta de confirmação a fidalgo da real casa emitidos por D. João III, *pelo dito Tomé de Sousa me serviu na dita cidade muito bem de sua pessoa.*

Considerado pelos governantes e incluído num dos grupos mais influentes, não o mais influente da corte, pôde pretender o fidalgo a mão de D.<sup>a</sup> Maria da Costa, filha de Lopo Álvares Feo, senhor de Atalaya e Pancas, que muito devera se ter ufanado do pedido. De volta da Índia com os haveres que lá reunira, comprou Tomé de Sousa várias tenças em mãos de parentes, com as quaes constituiu o patrimônio do novo ramo que ia gerar. Não se entenda com a providência, que roubara e assassinara durante as missões desempenhadas no oriente. A mentalidade europeia não vê em regiões exóticas, outra cousa que obrigação de custear as despesas, percentagens, aposentadorias e recompensas aos europeus que lá vão em carater privado ou official, modo de ver que até hoje perdura, como podemos verificar através de viajantes, agentes de negócios, e mesmo artistas ou professores de ensino superior que nos vizitam. Pensamos que do insanavel equívoco promana o conflito cada vez mais sensível entre os EE. UU. por exemplo, e velhas potências coloniaes. Taes vícios de espírito requerem séculos para se dissiparem, admitindo-se que possam findar, pois ha vincos que parecem eternos (19). Es-

---

(19) A mais recente impressão que tivemos neste sentido foi em presença de um certo Torres, que acabava de entrar no Brasil graças a um decreto a seu favor expellido, com a leviandade que caracteriza os povos jovens. Ridicularizava os jornais nacionais, porque traziam

taria pois, Tomé de Sousa, prisioneiro do tempo, segundo fenómenos que devemos examinar com a objectividade de uma Ruth Benedict nos seus trabalhos comparativos que tanta irritação cauzaram aos nazistas. Da nossa parte, em todo o caso, costumamos observa-los com inteira isenção de ânimo, apesar da grande antipatia que nos inspira este lado da psicologia do europeu.

Perseguido por mil e uma dificuldades, ás voltas com apertos financeiros, D. João III nomeava a pessoa que mais idonea lhe parecia para organizar o Brasil. Voltavam-se as esperanças do soberano e conselheiros para a terra casualmente encontrada por Pedro Álvares Cabral, que rezolveram aproveitar muito depois de descoberto o litoral, dilação que não provinha de voluntário esquecimento, mas da impossibilidade de iniciar a valorisação do colónia sem dinheiro e povoadores. Dos conselhos de João de Melo da Câmara propondo a colonisação do Brasil; que ademais coincidião com o pensamento de D. João II; até a vinda do seu primeiro governador, medearam vinte anos de expectativa, durante a qual vemos el-rei lamentar-se dos juroes que pagava nas Flandres, prejuizos que sofria de corsários, custo de mesnadeiros castelhanos, da guerra em Marrocos, de temporaes sorvedores de navios ou da cúria romana, que visivelmente peitada, autorizava a saída do reino de conversos com os seus haveres. Queixava-se do papa,

...porque somente me não ajuda como o devia fazer, mas que novamente meter dizimas na clerezia de meus Reinos... e... por seu

---

espetaculosas notícias de foot-ball e acerca de "Cacxiass", assim como não o consultavam sobre politica e daí não o remuneravam. Bem sabemos que homenagens excessivas a certos vultos do passado prestam-se entre nós à zombaria, mas um refugiado, acolhido daquele modo, não era o mais indicado para no-lo fazer sentir.

nuncio vay asy a mão á Inquição, que se não faz outra cousa senam perderense os vasalos, e levarem tam grande soma de dinheiro fora do Reino, e perderense as almas, que he pior que tudo, por que se vão sem castigo fazer Judeus, e os que fiquão vivem a sua vontade sem ele.

Das lamentações de S. A. transparece o curioso anseio, muito difundido na época, que porfiava em salvar a força as almas dos marranos, como hoje o fanatismo político quer fazer a nossa felicidade, ou o que entende como tal, independentemente do nosso consentimento.

Coube, portanto, a Tomé de Sousa o período mais ingrato do administrador, o primeiro desbaste da colónia virjem. Tinha de lançar os alicerces dos baluartes defensivos e ofensivos para a conquista do litoral e do interior, devendo ainda cuidar de obter "in loco" recursos para prosseguir na tarefa. Pesquisas de minas, subidas de rios, descidas no sertão, policiamento do litoral, absorviam tempo e os poucos recursos de que dispunha. Não foi só a Espanha que envidou uma extraordinária experiência administrativa com o seu império colonial americano, também os visinhos davam multiformes instruções ao funcionalismo que mandavam ao Brasil, para montar todas as peças de um complicado organismo, muito mais arrecadador que edificador, numa ânsia que mais vizava angariar meios do que reproduzir a imagem da metrópole em terras virjens. O Regimento dado ao novo governador, codificava, numa palavra, para não nos alongar muito, o que o governo planejara para tirar partido dos seus domínios, norma definitivamente estabelecida até a chegada á Bahia em 1808 de D. João, príncipe regente.

Da base inicial a construir-se com os obreiros trazidos pelo governador e o auxílio de índios amigos, deviam imediatamente partir as expedições contra o gentio adverso matador do infeliz Francisco Pereira Coutinho. Daquele núcleo á beira mar, nasceria a séde do colonia, capital da América Lusitana, primeiro abrigo da Companhia de Jesus no novo mundo, e das missões que iam á testa da obra civilizadora espalhar o progresso benéfico onde outrora se entrechocavam bandos de nómades. Evidenciou-se entre os povoadores a contribuição inaciana no começo do povoamento pela maneira superior com que os padres compreendiam os problemas do momento. Permitia o seu esforço marcha mais segura e menos dispendiosa, suprimindo, na medida do possível, as deficiências da metrópole, onerada e de escassa capacidade colonizadora. Quanto menos refregas no correr da ocupação do litoral, maior o tempo ganho na transformação da terra em satélite auxiliar da monarquia, porquanto sem o campo livre para trabalhar não se podia auferir proventos da empresa, que gerada da colaboração temporal e espiritual, deveria ser católica, portuguesa e tradicionalmente latina.

\* \* \*

Entre os colaboradores de Tomé de Sousa destacava-se o grupo de jesuitas que o acompanhara. Compunha-se de elementos de escol, chefiados por Manoel da Nóbrega, então com 32 anos de idade (20). Animoso atirava-se á luta com zelo que se propagava aos companheiros Leonardo Nunes, Antonio Pires e João de Aspilcueta Navarro, igualmente padres, e Vicente

---

(20) v. os dados colligidos a seu respeito no vol. II de *Pernambuco e as Capitãncias do Norte*.

Rodrigues e Diogo Jácome irmãos noviços. O entusiasmo do principal e a dedicação dos auxiliares, fez com que não se ressentisse o glorioso pugilo da ausência do padre mestre Simão Rodrigues, fundador da província de Portugal, impedido no último momento de vir ao Brasil como almejava. O régio plano iniciara o *Regimento* do governador, com os itens relativos ao auxílio que devia dar ao grupo de inacianos. Apelidou mui justamente Serafim Leite áquelas instruções de "Carta Magna" da colónia, ocorrendo no primeiro parágrafo o encargo que recebiam de exaltar a Fé e o serviço de Deus. Reiniciava-se assim na América, a evangelisação dos índios como quinze séculos antes se esforçara o cristianismo pela conversão dos bárbaros do ocidente.

Os companheiros de Tomé de Sousa que deviam organizar o novo Estado instituído pela coroa, eram António Cardoso de Barros, cavaleiro da casa real, donatário da capitania do Ceará, onde perdera grandes cabedães, e por isso recebera em compensação o cargo de provedor mor do governo geral. Trazia consigo seu filho, e como auxiliar imediato o escrivão Francisco Mendes da Costa, muito de sua confiança e amizade, que daí ha quatro anos com ele embarcou de volta ao reino em a nau N. Sra. da Ajuda, e juntos perderam a vida no seu naufrágio. A seguir, temos Pero de Goes capitão mor da Costa, antigo donatário da Paraíba, e que se via em condições semelhantes ao precedente, encarregado da armada do mar, com atribuições tão dilatadas que turbavam a ação do principal magistrado, devendo na sua propria opinião o cargo ser suprimido nos governos sucessores a Tomé de Sousa. Aos donatários fracassados acompanhavam por ordem de importância na administração da real empresa, o provedor mor da Fazenda Pero Borges, também com atri-

buições excessivas; Diogo Muniz Barreto, provedor da Santa Casa, fidalgo da Casa del-rei; Rodrigo de Freitas, também fidalgo da Casa Real, escrivão da matrícula geral; os quaes em caso de impedimento do governador, assumiriam a administração da colônia, juntamente com o principal dos jesuitas até a chegada do sucessor. No caso que estivessem igualmente impedidos, a responsabilidade recairia sobre o vigário Manoel Lourenço; o tesoureiro das rendas Gonçalo Ferreira; Cristovam de Aguiar, almoxarife dos mantimentos; Antonio de Argolo, provedor da cidade; Gaspar Lamego, contador escrivão da Casa Real, nomeado para todo o Brasil; o capitão Cristovam Cabral, comandante da *Leoa*, caravela guarda-costas; Fernão Vaz da Costa, fidalgo, capitão do bergantim guarda-costas *S. Roque*; Manuel Jaques, sucessivamente capitão das caravelas *Nazareth* e *Esperança*; que completavam a armada da costa; Garcia de Ávila, feitor e almoxarife da mesma cidade, por nomeação de Tomé de Sousa em 1549 (21), e assim por diante em ordem decrescente chegando a João de Araujo, escrivão do Tesouro; Nuno Alves escrivão da armada da costa; Bras Fernandes, escrivão da Correição; Manoel Gonçalves, meirinho da Correição, substituído em 1551 por Afonso da Touca (sic); Luiz Dias, mestre de obras, arquiteto da cidade do Salvador; Diogo Pêres, pedreiro, sobrinho e futuro substituto do precedente; Sebastião de Almeida, porteiro da Fazenda, Contos e Alfândega. Na mesma remessa de funcionários e mestre de artes e ofícios, vinham Luis Martins mestre de fazer cal; Francisco Nicolas, mestre da carpintaria; Fernão d'Alvares, mestre dos calafates; Diogo de Castro, boticário, talvez cristão novo. Acrescia ainda ao número os homens de armas (bombar-

---

(21) As outras eram feitas por D. João III na Chancelaria Real.

deiros, espingardeiros, besteiros), carpinteiros, carvoeiros, cavouqueiros, pedreiros, taapeiros, canoeiros, caldeireiros, serralheiros, ferreiros, oleiros, caieiros, cesteiros, calafates, e outros profissionaes, e simples trabalhadores em que estariam, talvez os sessenta e dois degredados que também figuravam na lista. Pensa Pedro Calmon que entre estes houvesse maioria de cristãos novos, segundo inferiu da carta de Nóbrega de 1549, em que diz do Colégio *é perto dos Cristãos assim, velhos como novos* (*Cartas do Brasil*, pág. 84), dando impressão de terem sido apartados á chegada F. Calmon (*História do Brasil* - 212). A ambigüidade da redação não permite a conjetura, e a proverbial espertesa dos conversos muito menos. E' improvavel que dessem grande contingente de degredados, principalmente em 1549 quando desfrutavam em Portugal a proteção da Cúria romana. Ademais, não existe em documentos da época, a menor referência a semelhante episódio. Pelo cálculo de Pedro Calmon, recebiam vencimentos fixados no reino, trezentas e vinte pessoas, trazendo consigo seiscentos operarios, todos embarcados em tres naus, *Conceição, Salvador e Ajuda*, mais um bergantim, e duas embarcações fretadas por Fernão d'Alvares de Andrade, que deviam voltar carregadas com madeira. Na partida de Lisboa houve delongas mais do que se esperava, a provocar queixas da soldadesca, exaradas por um coevo na informação *anda clamando pedindo de comer*. Os jesuitas talvez fossem uma das causas do atraso, pois embarcaram em a nau de António Cardoso quando a capitânea comandada por Tomé de Sousa tinha partido, e só em alto mar conseguiram passar-se para junto do governador.

Na Bahia encontraram os europeus citados por Nóbrega, em número de mais de quarenta brancos, e fi-

lhos de portugueses, que tinham acudido ao desembarque de Tomé de Sousa e procuravam valer aos recém-vindos. Entre eles estaria Pedro Rebelo, futuro patrão do porto da Bahia, piloto da costa, e certamente Gramatão Teles, que Francisco de Andrada considerava o principal reinol do sítio, enviado pouco antes por D. João III com uma carta para o Caramurú, para avizalo da próxima chegada do governador. Aventa com muitas probabilidades Pedro de Azevedo, que o dito Gramatão tivesse sido companheiro de Tomé de Sousa em Arzila, pois segundo os anaes desta praça, ali servia antes de assumir o comando em 1539 de um navio da armada que vigiava o estreito de Gibraltar e as costas do Algarve contra os piratas barbarescos. Na embarcação em que velejou para a Bahia, possivelmente escoltada por outra, trouxe entre mais incumbências a carta ao Caramurú que também se destinava ao seu genro Paulo Dias, em que apelava el-rei *pela muita pratica e experiencia que tendes dessas terras e da gente e dos costumes della o sabereis* (a Tomé de Sousa) *bem ajudar e conciliar*. O texto dá medida da importância de que se revestia o povoador cabendo-lhe a missão de manter o socego do gentio até que se firmasse a cabeça de praia dos portugueses.

Nota-se entre os principais companheiros do governador, que eram escolhidos de preferência entre os providos de algum conhecimento do Brasil, como António Cardoso, Pero de Goes ou Pedro Rebelo. Logo se evidenciou que a expedição era pesada para as finanças no reino, e no entanto, desaparecia no Brasil quando anteposta á paisagem, em que tudo era grandioso; a vastidão do horizonte, a extensão das praias, a largura dos rios, assim como a multiplicidade de perigos. Que poderiam fazer tão poucos portugueses naquele deserto que em nada se parecia com a Índia povoada

de cidades e aldeias! A fraquesa do grupo de brancos atirado no Recôncavo, não dava sequer para garantir as margens do ancoradouro e urgia reforçá-lo antes que se perdesse. Em 1550 solicitava D. João III a Pedro Anes do Canto, mandasse açoritas á Bahia, prometendo aos que quizessem ir, passagem, mantimentos e terras, *sem dellas pagarem mais que o dizimo a Deus*. Como de costume, em se tratando de resoluções officaes da época, estão apontados até os mais ínfimos pormenores, relativos ao embarque, rol de imigrantes, e outros cuidados, dessas remessas que podiam perfazer até 300 pessoas, e concluia el-rei, *Encomendo vos que este negocio façaes como fazeis todas as outras cousas que vos encomendo e na melhor maneira que poderdes, provoqueis a gente a folgar de hir viver ás ditas partes do Brasil porque receberei disso muito contentamento* (22). O soberano estava persuadido da excelência da faixa de terra á roda dos esteiros do Recôncavo e visinhanças, que naquele tempo parecia consideravel de extensão, mal ocupada pelas cabildas que por allí viviam ou transitavam.

Presume-se que a chegada desses povoadores tenha contrariado aos antigos, e de modo mais certo, sabemos que molestou o novo funcionalismo aos pernambucanos que prosperavam ao nordeste. Para não agravar o antagonismo que principiara entre as duas administrações, recusou el-rei licença a Tomé de Sousa para ir a Olinda, evitando assim melindres e complicações com empreendimentos particulares. Vieram os desaguisados, porém, com o tempo, a despeito da barreira geográfica e política que entre ambas levantava o rio de São Francisco. A fome de braços instigava os caçadores de escravos baianos em direção, onde havia

---

(22) *Corpo Chronologico* 1 65.52.

viveiros de índios, na sua marjem esquerda, no atual Estado de Alagoas, região que fôra resguardada pela sabedoria de Duarte Coelho, continuada pelos seus sucessores, desejosos de viver em paz com os índios. Por outra, a independência dos quartinhos descontentava o governador, por estorva-lo nas medidas geraes que intentava para impor sua jurisdição em toda a costa, e lhe assegurar a defesa, e principalmente, arrecadar os dízimos reais. Abria, sem dúvida, exceção em Pernambuco, onde a situação era muito diversa das outras capitánias, abandonadas, ou quasi, entre as mãos de subalternos sem recursos nem iniciativa. Apontava Tomé de Sousa como primeiro remédio, fossem os capitães residir nas respectivas sedes, obrigando-os a inverterem mais somas nas extinções costeiras que lhe tinham sido doadas. A providência daria como resultado (pensamento igualmente partilhado por Manoel da Nóbrega e os seus companheiros) elevar as condições moraes de todas as castas que compunham a população. Nas cartas que o governador enviava á Europa, aludia á demora na descoberta de ouro por falta de meios e apelava para que lhe mandassem povoadores brancos para melhor explorar os recursos da região. Com este fim, pintava agradavel retrato da colônia, para a qual só se devia enviar casaes de bom crédito, em condições de se radicarem com proveito na América. Deviam mostrar aspéto muito diverso dos degradados, dos egressos das cadeias lançados nas colônias, gente turbulenta e vadia, que depois de subverter os presídios, fugia ao castigo homiziando-se em outras capitánias ou nos domínios de Castela. Eram tão andejes e movediços quanto os cristãos novos, talvez mais, porquanto não esperavam pelo desbravamento de algum sitio virjem para lá apparecerem. Florestas, desertos adustos, rios caudalosos, vales habitados

por selvagens, e mais insídias do novo continente, não os atemorizavam. Reuniam-se muito longe do Recôncavo os *outlaws* que os primeiros exploradores do nordeste foram encontrar, entre outros pontos, na serra de Ibiapaba (23). Havia naturalmente degredados e degredados, como por várias vezes apontamos. Muitos delitos hoje considerados irrisórios, atiravam imprudentes em sítio de degredo, de sorte que, indivíduos talvez desterrados por terem incorrido em penas fiscaes, podiam dar bons colonizadores graças ás qualidades que possuíam. Mas o elemento mais indicado para o Brasil continuava o campônio de vida regrada, ordeiro e laborioso, que das ilhas do Atlântico ou das comarcas do reino, aportava com o seu lastro de conhecimentos e experiência, em condições de aproveitar as informações do índio e com ele conviver pacificamente. Infelizmente as condições de Portugal se opunham á vinda de lavradores reínoes, não tardando o próprio conselho real em levantar obstáculos á saída de lavradores das províncias metropolitanas, pela tanatofobia que lhe inspiravam os castelhanos e a dizimação trazida por imperialismos e pestes periódicas.

A tarefa dos portugueses no primitivo arraial da Vila do Pereira, requeria esforço de que o governador logo se mostrou capaz. Estimulava com o seu exemplo aos subordinados, transportando madeira aos ombros, socando taipa, animando os hesitantes, reprimendo aos moleirões, castigando os vadios, numa asáfama construtiva que os degredados tinham de acompanhar, embora sem dar muito resultado, como se infere das queixas dos que os empregaram. O perigo da indiada, também acicatava aos recém-chegados e a respeito do número dos selvagens dizia Tomé

---

(23) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, II, cap. Ceará, 280.

de Sousa *que ainda que os cortassem em açougue nunca faltariam.*

Os jesuitas não ficavam atrás, naquele momento capital, elevando as suas casas com as próprias mãos, e ao terminar um serviço recomeçavam outro, educando e amparando espiritualmente brancos, índios e mamelucos, realizando trabalhos que os funcionários reuinós não podiam executar. Em carta a D. João III noticiava Luís Dias as edificações que se fabricavam depois de concluída a cerca da cidade. O sítio escolhido fôra mais no interior do Recôncavo, além da povoação do Pereira, que estava situada em ponto por demais acidentado e perto da barra. Preferira o governador subir a encosta e levantar os muros protetores no espigão onde havia água em abundância e defesa cômoda. Em seguida, lançaram os portugueses os alicerces da capela da Ajuda, coberta provisoriamente de palma, e do principal edifício da cidade, em que deviam se reunir, nos altos, os edís, e em baixo os criminosos na cadeia, segundo costume peninsular de unir as duas cousas, muito mais correlatas do que se pensa. Fizeram ainda as casas de audiência e outras repartições administrativas, ao mesmo tempo que desciam para a ribeira do Góes, assim chamada por causa do capitão do mar que dirigira a construção perto da água dos estaleiros de bergantins, oficinas de ferraria, armazens e a casa da alfândega, onde passariam e pagariam direitos as mercadorias importadas.

A despeito de velho e mal disposto ia dando Luís Dias conta do recado, trabalhando nos principais edifícios *de pedra e barro rebocados de cal e telhados de telha que servem já*, mencionava na carta a el-rei. Alguns empecilhos, inevitáveis em toda empresa, atrapavam o serviço, como a chuva — invernada — como

lhe chamava o mestre de obras, que desabou e obrigou refazer parte da cerca de taipa, que desta vez foi rebocada de cal por dentro e por fora. Dificuldade mais grave a falta de soldos e provimentos esperados do reino, que cessavam por completo durante longos períodos. Recorria-se daí, a toda sorte de expedientes, taes como pagar soldados, funcionários e trabalhadores com *ferro velho como o que se vende na feira em Lisboa*, escrevia na mesma carta o mesmo Luís Dias. O recurso, posto que mais parecesse saído da feira da ladra que do erário, não era dos piores, em virtude da procura daquele metal na colônia onde tudo estava por se fazer. Entretanto, nem sempre era possível emprega-lo para satisfazer os ordenados, auxiliar os povoadores, os missionários e continuar as fortificações, as obras da cidade, ou vestir os degredados, que chegavam em condições trágicas ao Brasil, completamente nus e famintos. Não havia outro meio sinão apelar para o índio, tornando-se exequível naqueles alvares administrativos satisfazer soldos com objéto de resgate, bugigangas várias, com que o gentio cedia gêneros, mandioca, pescado, caça, cativos, etc... ou consentia em trabalhar nas derrubadas de matas e no carreto da madeira necessária ás obras em curso.

De quando em quando todavia perpassam nas cartas do mestre ou dos jesuitas sombras de desalento, quando viam intempéries destruir em minutos o que custara semanas de trabalho, ou a indiada esquecer ensinamentos com a mesma facilidade com que os recebia. Os artífices do reino viam-se surpreendidos pela violência das águas transformadas em correntes, principalmente depois que o desbaste da terra consumiu as florestas dos morros. Sulcos profundos eram cavados, muros aluiam, cobertas de palmas de-

sabavam. Perdia-se, num instante a apressada improvisação dos primeiros dias, como mencionava o mestre *os muros da porta de Santa Catharina até a estancia sobre o mar que se chama agora de S. Jorge e S. Thomé a Santiago tudo pelo mau trabalho*. Inda assim reagiam, os edificadores e os sintomas aparecem nas cartas jesuíticas do ano de 1549, que mencionam cem casas feitas, e muita roça em início, destinadas *para o mister da vida*, graças á terra dadivosa para quem a soubesse trabalhar. Outro conforto era o rápido, rapidíssimo aumento do número de animaes domésticos, muitos dos quaes já existiam na Vila Velha antes da chegada do governador, prova das traficâncias com franceses e espanhoes, dizem historiadores, juntadas aos vestígios da passagem do malogrado Francisco Pereira.

Naquele ambiente de trabalho estabeleceram-se os padres fora de muros, onde reuniram os índios sob seus cuidados, procurando izola-los de contáto demasiadamente diréto com brancos, também muito necessitados de catequese. Outro motivo alegado por Nóbrega era a inconveniência de haver duas igrejas demasiadamente próximas, a dos seus companheiros e a dos clérigos onde devia officiar o vigário Manoel Lourenço. O apartamento tampouco deixava de apresentar perigos á vista dos mestres contrariarem a índios numerosos e suspeitosos quanto ás intenções de estranhos. Certa vez, enfurecidos pelas censuras dos padres á antropofagia, sobre eles investiram, obrigando-os a se refugiarem com alguns catecúmenos na cerca da cidade, onde esperaram que passasse a tempestade. No geral, a falta de segurança promanada da fraquesa dos reinos, era o maior espinho da nova coletividade. Em 1551 escrevia o mestre de obras, *enquanto esta Bahia não tivesse cem moradores em*

que entrem 50 a cavalo, ou sejam, proprietários e mais brancos independentes com bastante meios para comparecerem aos rebates, não haveria tranqüilidade.

O núcleo dos companheiros de Tomé de Sousa, mais o grupo do Caramurú e seus afins, crescia, no entanto, tendo recebido, como vimos o antigo patriarca do lugar a primeira sesmaria doada por Francisco Coutinho, junto á vila do Pereira. Formava esta doação o cerne de árvore frondosa, á sombra da qual se abrigavam os genros, e outros de que não ha notícia, extraviados os registos na guerra holandesa. Todos davam contribuição á cidade que se levantava, fornecendo víveres e material, ou angariando braços para a obra em curso, que transformava aquele trato, outrora sonolento no seu aspéto milenário, em oficina em intensa atividade. Subia pelas colinás o ruído de malletos a bater em bigornas, golpes surdos de pás e picaretás abrindo alicerces, tinido de camartelos em pedras de cantaria, canções de trabalhadores, chiado de carros de bois com madeira e tijolos, ao passo que novas espécies de plantas exóticas modificavam as encostas que findavam nas águas do Recôncavo, onde biscainhos aproveitavam os restos das baleias encalhadas nas praias, para reforçar a argamassa das obras.

Chefiados por mamelucos e reinoses prosseguia a gente de Tomé de Sousa na construção da séde colonial, batalhão multicolor empenhado na faina da manhã á noite, segundo rezam os registos de despesas que ordenavam se pagasse oitocentos réis em mercadoria a António Gonçalves *Indio trabalhador, dos que andavam nas obras desta cidade*, pelo soldo de dois meses. Na mesma data, pagava-se igualmente em mercadoria, quinhentos réis por mês a Francisco de Villa Tanha, homem de armas, fáto que serve para comparações. Outros mandavam seus escravos ás obras e arrecada-

vam o seu salário, como Paulo Dias, que recebeu em 1552 mil e dez reis em mercadoria pelo sôldo e mantimento de um serrador, a começar de meados de 1551. Manuel Pereira era homem de armas, mulato, e recebeu soldo em “resgates”, ou seja mercadoria própria para negócios com índios. Outro soldado, Vicente Afonso, *homem pardo*, recebia em 1549 quinhentos reis por mês. Também *homem pardo trabalhador*, João Fernandes, vencia novecentos e trinta reis em mercadoria que lhe eram devidos por resto de conta de cinco meses e quatorze dias. Jorge “homem pardo”, vencera apenas seiscentos e dez reis em mercadoria, em dois meses de serviço. Outro compreendido na designação genérica “trabalhador” era Francisco Fernandes, mouresco. Pero Lagos, “trabalhador”, apontado como homem preto, devia ser preto mesmo como se deduz pelo nome lembrando o principal centro de cativos africanos da época. Pero de Sousa era também homem preto, mas este, não sabemos por falta de pormenores si era realmente negro africano, ou índio, dos incluídos na mesma designação pela sua côr escura, inda que tivessem cabelos corredios. Inácio Dias era serrador, homem preto nas mesmas condições que o precedente, vencendo em mercadoria cento e vinte reis por dia secos, além do que recebeu em 1550 de Cristovam de Aguiar, almoxarife dos armasens, possivelmente índio á vista da predileção que tinha o gentio por esse gênero de trabalho relacionado com derrubadas de matas. Menos provavel era a atividade de cavouqueiro, pois nas tribus “Tupi” da costa, incumbia ás mulheres o cuidado de plantar e cuidar da roça. Essa incertesa perdura também a respeito de um mistér do seu agrado, que era o das armas, rezando a ordem do provedor de treze de março de 1550, que se *pagasse a tres homens pretos do governador, que vieram assentados*

para homens d'armas, os ordenados vencidos desde maio de 1549. A dúvida pronuncia-se com a explícita designação no ano seguinte, em que o provedor mor mandava entregar ao almoxarife Cristovam de Aguiar, *um escravo macho de Guiné dos de sua Alteza para servir nos Armazens e no outro ano seguinte mais tres para trabalhar nas ferrarias*. Existindo o costume português de considerar "pretos" aos naturaes de côr escura das suas possessões, e o de chamar aos africanos "negros da Guiné", é lícito admitir-se que os primeiros tres acima citados seriam índios, como o grumete Cristovam da caravela Rainha, barco guarda-costas, que tinha conveniência em ter a bordo gentio do litoral, a representar o mesmo papel de guia e mestre que o da terra desempenhava junto dos povoadores.

No Regimento de Tomé de Sousa aludia-se a várias medidas concernentes ao trabalho do gentio, que foram judiciosamente applicadas e desenvolvidas pelo governador. Antes de mais nada, era preciso conservar paz com os amigos e parentes do Caramurú, convido impedir, que brancos rústicos, ignorantes dos perigos que podiam suscitar, molestassem a extrema sensibilidade do gentio. Procurou Tomé de Sousa regular da melhor maneira os resgates de gêneros e materiaes que aí faziam, assim como o aproveitamento dos cativos que as tribus aliadas propunham trocar com os brancos, e atrair selvícolas livres para junto dos trabalhos da cidade do Salvador, doando-lhes terras pela ajuda tanto na paz como na guerra. Para fins de resgate com os aborígenes, tornou-se preciso requerer alvará ás autoridades que só o expediam depois de conhecer os fins da medida pleiteada (24). No uso de cativos entravam as disposições que permitiam

---

(24) Perdigão Malheiro — Parte II Indio.

entre outros lenitivos a alforria por parte dos mesmos com o fruto do seu trabalho. • Os selvícolas que trabalhavam junto dos brancos eram antigos prisioneiros de índios inimigos que pretendiam devora-los e que os portugueses tinham resgatado. • O português supra Paulo Dias, empregava, como vimos, alguns nas obras da cidade.

Mais tarde, expedições punitivas contra os mata-dores do bispo Sardinha, ou aliados dos franceses, trouxeram os cativos feitos *em guerra justa*. No começo da cidade do Salvador, muitos escravos trabalhadores forraram-se com seus vencimentos, de onde a expressão freqüentemente encontrada nos registos *Bastião de Sousa Pinto... forro... homem d'armas*, servindo o qualificativo neste caso para confundir as cores do mesmo com o de "negro da Guiné". Pensamos, todavia, referirem-se os documentos a aborígenes quando não têm menção especial, por custarem caríssimo os escravos africanos, em número insignificante na Bahia em meados do século 16. Foi preciso dar-se primeiro o surto da lavoura canavieira, para que viessem em larga escala de Angola e Congo. • Da chegada de Diogo Álvares até Mem de Sá, quasi que só visinharam brancos, índios e mamelucos, na maioria indígenas do ramo Tupi, o que facilitou aos padres a elaboração da língua geral, que teve no Brasil a parte do alemão unificado por Lutero para difundir o protestantismo. • Entre os europeus a mistura era maior que a dos índios quanto á orijem, mas relativamente pareciam mais homogêneos politicamente pela religião católica. O chefe da importante repartição constituída pela carpintaria, era mestre Nicolas, talvez flamengo ou alemão, como o bombardeiro Henrique de Nemberga (Nurnberg?) ou Memberga, e João Górvaca (sic) bombardeiro. Outro Nicolau, *marinheiro do bergantim*, era natural da

Esclavônia, território da Oesterr. Kronland, pertencente ao imperador. Em número muito maior eram os suditos desse monarca, do sul da Europa, que figuravam como é facil conceber, nas tripulações e guarnições da nação visinha, a troco dos numerosissimos portugueses que se arregimentavam sob o estandarte dos leões e castelos. Começando pelo mais importante, temos Rodrigo de Argolo, alcaide da cidade, e a seguir Gonçalo de Espinoza, galego, homem de armas; Domingos Fernandes, id.; Álvaro Castelhana, sem indicação de ofício; Diogo Taveleiro, de Badajoz, trabalhador; António Malhorquim, marinheiro do bergantim S. Roque; Matias ou Martim de Burgos, biscainho, id.; Diogo Galeão de Toledo, espingardeiro; Pedro de Ordenha, grumete, que parece castelhano; Pedro Fernandes de Alpurge, que alguns querem castelhano, outros flamengo, talvez não seja nem uma cousa nem outra; João Garcia de Salamanca, sobre o qual não há duvidas, espingardeiro; Batista Fernandes de Salamanca, id. id.; Jácome Rodrigues de Vigo, id. id.; Luís Aragôes (Aragonês), marinheiro; João Fernandes Castelhana, grumete; Francisco de Vilafanha, homem de armas; Pedro de Cerdenha, grumete; Salvador Pelaja, homem de armas que se supõe castelhano; Pedro Alfayo, id. id.; António de Aragão, espingardeiro; João Biscainho, grumete; António Vaz, de Bayona; Bartolomeu de Tavilla, grumete; Francisco Rodrigues d'Ourense, bombardeiro, e outros que nos escapam. A proporção de espanhoes é realmente vultosa no pequeno número de europeus. Este constava além dos já citados, do marinheiro Bertolo, francês; possivelmente um tal Molfim seria da mesma nacionalidade, e um pajem Pedro Ricarte (25), que Rodolfo Garcia supõe

---

(25) Pajem vinha abaixo de grumete, constituído geralmente por novatos que acompanhavam e recebiam ordens dos marinheiros. v. *Per-nambuco e Capitãrias do Norte*, vol. I, cap. a Nav. de Portugal, 74.

alcançado Caramurú, parecendo porém defeituosa a redação do registo onde ocorre. Havia ainda, um homem de armas de nome João de Ormuz, que tanto pode ser reinol, antigo morador naquele sítio, como realmente oriental, embora o poderoso obstáculo da religião vedava a presença de muitos onde reinava o catolicismo.

Entre os homens de armas e marujos portugueses dava-se igual ou maior diversidade quanto á proveniência das comarcas do reino e ilhas, encontrando-se filhos de Estremós, Setúbal, Aveiro, Figueira da Fós, Riba de Paiva, Esposende, Bragança, Ponte de Lima, Leiria, Matosinhos, Ilha da Madeira, Óbidos, N. Sra. dos Olivares, Leça, Viana, Guimarães, Caldas, Bobadela, Vila do Conde, Val dos Reis, Colares, Alfaião, Caminha, Lisboa, Labruja, Tojal, etc... abrangendo não só os portos como seria natural, mas também regiões muito distantes do mar, numa época de comunicações difíceis. O contingente dado por esses marinheiros e soldados é dos principaes na história da colonisação lusa. Não traziam em geral mulhêr e filhos concorrendo, daí, para intensa misceginação na terra como se pode concluir de uma carta de Nóbrega em 1549, sobre o desejo de reinos em tornarem á Europa por lá ter deixado as esposas. Acrescia ainda o potencial misceginador á vista das proibições do governo que dificultavam a ida de mulheres brancas ás colónias, abrindo exceções só em casos especialísimos (26).

Casados ou solteiros, demonstravam, consoante tradição militar, maior facilidade que os outros funcionários reiuos em se ligarem ás gentias, procriando os mamelucos indispensáveis ao estabelecimento dos

---

(26) Carta de D. João III ao conde de Castanheira relativa ás mulheres que podiam ir á India com licença especial, 17 de fevereiro de Vc XXXV ii (1537).

portugueses. Outra circunstância a seu favor, rezidia em muitos deles se lembrarem das antigas profissões, além dos marinheiros da armada da costa com base na cidade que precisavam conhecer outros ofícios, além da faina marítima propriamente dita, afim de acudir emergências sobrevindo em viagem, e que em terra praticariam varios mistéres como carpinteiros, ferreiros ou calafates nas oficinas de Sua Alteza. Alguns acumulavam profissões completamente diversas, como o trombeta Diogo Dias, que em 1549 recebia objetos para resgates no valor de dois mil e quarenta e oito reis em pagamento dos cestos que fizera para as obras da cidade do Salvador. Outros havia nas mesmas condições, devendo no entanto os artífices receber armas destinadas á defesa da terra, do mesmo modo que soldados recebiam instrumentos de trabalho pacífico. As acumulações eram por vezes curiosas, taes ás de João Álvares, *trabalhador que servia de Ministro da Cadeia*, elevando-o de jornaleiro a cargo de alguma responsabilidade, pois descuidos que envolvessem a segurança do edificio poriam em risco os respeitáveis edís que deliberavam em cima. A necessidade de óleo para candieiros e argamassa de construção também criou profissões, ou renovamento de profissão, como succedeu ao biscainho Martim de Burgos, que se tornou na Bahia técnico de baleias. O biênio inicial do governo de Tomé de Sousa ainda era embrionário, os soldos pagos em resgates, e os brancos constrangidos a imitar o governador, ansioso depois de desembarcar na cabeça de praia, por ver levantar-se a garantia da cerca protetora, e somente depois de feita, consentiu em empreender uma incursão ao sul. Na falta de brancas as mais requestadas beldades lo-caes seriam as mestiças, mais próximas dos europeus que as cunhãs, consideradas quasi como bichos, e tam-

bém, porque os paes das mestiças dispunham ás vezes de meios para auxiliar os genros. No fim de algum tempo sobejavam intermediários nos resgates, diminuindo a sua importância na cidade do Salvador, assim como a dos objéto resgatados, convergindo a atenção dos povoadores a partir do segundo ano da governança geral não mais para o que os índios podiam proporcionar da natureza brasílica, mas para o próprio índio. A medida que o branco aumentava em número, cresciam as necessidades de braços para a lavoura, assim como na mesma proporção, se desenvolvia a afoitesa dos invasores. O material humano estava ao seu alcance, a escravidão era familiar a europeus e indígenas, as guerras arrebanhavam cativos, e os lavradores de certo modo descarregavam as consciências; si acaso estivessem turbadas; salvando-os de serem devorados, não lhes parecendo razoavel postergar o aproveitamento do índio como pretendiam os padres da Companhia de Jesus. Começava na colônia a luta entre os missionários e os povoadores, cada vez mais exacerbada, sendo preciso toda a intensidade da devoção de que a época era capaz, para que os jesuitas não fossem trucidados nas vilas pelos brancos antes de o serem pelo gentio brabo no curso de alguma descida no sertão.

\* \* \*

Atendendo ao apelo de Tomé de Sousa, mandou D. João III em 1550, outra expedição trazendo reforços para a Bahia. Vinha como capitânea o *São João Batista*, conhecido por *galeão velho*, sob as ordens de Simão da Gama Andrade, trazendo, segundo Jaboação, *mantimentos e o mais necessario para a profusão dos novos fundados*. Profusão é modo de falar, porque em 1551 era obrigado el-rei a enviar mais

reforços, confiados a António de Oliveira, com novos socorros, casais, e outra muita gente forçada, diz o mesmo Jaboatão, e algumas donzellas de nobre geração, das que a Rainha D.<sup>a</sup> Catarina mandava criar no Mosteiro das Orfaas de Lisboa e as enviava ao Brasil, encomendadas ao Corregedor, para as fazer casar com pessoas particulares que por cá andarão e aos quaes ordenava se dessem os officios do governo, fazenda e justiça; e assim mais mandava el-rei por estes tempos vir de Guiné para a Bahia muitos escravos para se repartirem pelos moradores e cobrar-se o seu valor pelos soldados e ordenados de cada hum como também das mercadorias, e fazendas que lhes mandava dar pelo custo do Reyno. O capitão do São João Batista ao aportar na Bahia desejando de viver nesta terra, que foi no anno de cincoenta, reza o traslado da confirmação que requereu em 1568, elle supplicante fizera petição ao Senhor Governador em que lhe pedira lhe fizesse mercê... de sesmaria aquella parte da terra que se contem da ponta da Praia ao longo do mar para o norte até entestar com as terras... de Afonso Torrès, entestando com as de João de Velosa no rio de Pirajá, comprehendendo a ilha dos Frades. O pedido foi despachado favoravelmente, com a condição de que não impida a moenda de João de Velosa, nem lhe faça nôjo algum, segundo o regulamento vigente a respeito (27), devendo no caso de encontrar águas favoráveis, levantar engenho no praso de tres anos, e aí rezidir em companhia de sua mulhér e família. No ano seguinte tornou Simão a solicitar outra carta alegando que a precedente se perdera num navio tomado pelos franceses. A comunicação de António Cardoso de Barros a el-rei na

---

(27) v. *Tratado de outro capitulo das Agoas, e Ribeltras*, in *Docs. Historicos*. XIV. 496.

mesma época em que o sesmeiro aparecia na colónia, queixava-se de que estava a cidade, *mui vazia de casas como de gente posto que cada dia vão fazendo... a gente quererá Deus que venha... e lembro a Vossa Alteza que aproveita cá mais hum homem casado que dez solteiros que os solteiros não procurão senão como se hão de ir e os casados como hão de enobrecer a terra e sustenta-la*, confirmando que só casaes de estavel organização eram verdadeiramente úteis ao empreendimento. Quanto ao que diz dos reinos desejosos de tornar ao reino, este era sentimento comum a solteiros e casados, com família no Brasil ou sem ela, pertencendo ao fenómeno do *desenraizamento*. Repete-se invariavelmente com refugiados e imigrantes expontâneos, pesarosos de deixar os seus hábitos, parentes e casos sentimentaes, e no entanto, quando voltam á terra natal, sentem saudades da larguesa e liberdade outrora apanágio das Américas.

Das notícias recebidas mandara D. João III mais gente e as orfãs do recolhimento fundado para serem educadas e casar nas colónias. Tres outras remessas de donzelas recenceou Pedro Calmon em 1552, 53 e 57, em que vieram, segundo Jaboatão, as filhas de Baltasar Lobo de Sousa, Clemência Dória, Inez da Silva, Violante de Eça, Ana de Paiva, Damiana de Góes, Catarina Lobo, Marja de Reboredo, Catarina Froes, Apolônia de Góes, e outras. Uniram-se aos funcionários graduados da colónia, alguns pertencentes como elas á fidalguia, como Rodrigo de Argolo, provedor da Alfândega; Francisco Bicudo, que foi tabelião da cidade; Sebastião Ferreira antigo moço da câmara do infante D. Fernando; o escrivão da armada da costa e tesoureiro Cristovam Brandão; João de Araujo de Sousa; Salvador da Fonseca, promovido a escrivão da provedoria, graças ao casamento; João

Fernandes Coelho; Gaspar de Barros de Magalhães, fidalgo desterrado dentro da praxe monárquica, que outorgava aos nobres o direito de comutação de certas penas em exílio por determinado tempo e lugar; António Lamego, escrivão de matrículas, que foi dos primeiros a vir com Tomé de Sousa e dos últimos a casar com uma das orfãs trazidas por Mem de Sá; Francisco de Moraes, escrivão de defuntos e ausentes, e Damião Lopes, contador de terras.

Conjuntamente com as doações feitas ao antigo comandante do galeão velho, outorgou Tomé de Sousa a ilha de Itaparica a D.<sup>a</sup> Violante de Távora, mãe do valido vedor da Fazenda, conde de Castanheira, no intuito de lhe agradar e atrair para a colónia os recursos de que dispunham aqueles seus parentes. E' provavel que respondesse a um desejo do conde que se mostrava entusiasta pelo Brasil. Em todo o caso, a condessa e os seus descendentes, pouco ou nada fizeram na ilha, abandonada como sucedeu ás terras e engenho de João de Velosa, de que em 1557 só restavam alguns muros e destroços, ordenando el-rei revertesse á corôa para aí se fazer um engenho por conta da fazenda.<sup>1</sup> O insucessó do primeiro donatário parecia perseguir os seus beneficiados, ao passo que os sucessores prosperavam, como aconteceu a Simão da Gama de Andrade, homem importante na Bahia, grande repúblico lhe chama fr. Vicente do Salvador, que faleceu quando já se elevava a igreja da Misericórdia onde foi sepultado como bemfeitor. Servem as suas petições para indicar que havia sesmarias esquecidas na visinhança do Pirajá, segundo alude ao requerer que lhás outorgassem. Nem sempre, entretanto, perdurava o descaso, porquanto na ultima petição justifica o seu requerimento por motivo de terceiros que tentavam lhe turbar a posse, o que não é

de estranhar, porquanto as terras recebidas de Tomé de Sousa, confirmadas por Mem de Sá e el-rei D. Sebastião I, contavam além do litoral e da ilha dos Frades, mais uma légua de extensão para o interior. Óbvio dizer que em tão dilatados limites, nas proximidades da capital, deviam aparecer constantemente intrusos, fadário ademais de todo possuidor de boas terras em regiões recém-povoadas.

Os funcionários da governança punham mãos á obra a exemplo dos mais graduados, começando assim que dispuzeram de tempo e meios materiaes a elevar engenhos. Julgava Nóbrega em meados de 1549 que á vista da fertilidade da terra, e o que já se tinha feito, podia-se iniciar o plantio da cana de assucar. Os mantimentos necessários aos povoadores também vicejavam da maneira mais auspiciosa, *Cidras, laranjas, limões, dão-se em muita quantidade, e figos tão bons como os de lá*, e o aparecimento do gado vacum trouxe enorme contribuição ao progresso da colónia, não só como acréscimo de alimento, mas ainda para transporte de carga e propulsão de engenhos. Surgiu o gado quando a população começou a sentir a mesma necessidade dele que a europeia. Estava findo o primeiro passo da ocupação militar lusa na Bahia, começando a era agro-pecuaria, desenvolvida nas terras férteis pelas visinhanças da cidade do Salvador, em pouco quasi todas aproveitadas, ou *enobrecidas*, como então se dizia.

A presença do gado vacum na colónia foi algo tardio, de muito posterior a do ovino e caprino, mais facéis de transportar e de proliferar. Das primeiras notícias que temos, ocorre o mandado de 16 de agosto de 1549 que autoriza o tesoureiro Gonçalo Ferreira a comprar por 28 mil reis tres juntas de bois para serem empregadas no serviço das obras da cidade do

Salvador, dos quaes dois velhos por 13 mil reis, e quatro novilhos por 15 mil reis, preço bastante elevado si levarmos em conta, como ponto de referência, o valor de terras e bens imóveis no lugar e época. A 31 de março de 1550 manda-se pagar a Fernão Dias do Soajo, tres mil e trezentos e cincoenta reis em mercadoria, *que lhe eram devidos por andar com os bois de primeiro de Setembro, e quatorze dias de Outubro de quinhentos, e quarenta, e nove*, cumulando o tal Fernão os vencimentos de cow-boy com o soldo de homens de armas. Em igual data, idêntico pagamento para João Rodrigues de Soajo, que também acumulava cargo de espingardeiro e *por olhar pelos bois* no espaço abrangendo de 1549 a 50. O fáto de ser soldado e zelador dê animaes não surpreende em se tratando de ibero, gente essencialmente rural, provindo de regiões onde ainda se passariam séculos antes de se industrializarem como a zona renana e centro da Alemanha na Renascença. A rusticidade desses elementos mostrava pelo menos o lado favoravel de adapta-los facilmente á vida americana, inda sentissem saudades do lugarejo em que tinham passado a infância.

Parece que os bovinos foram remetidos para o Brasil, não do reino mas de outras posseções lusas. Acerca da criação dos mesmos depois de chegados, nada dispomos de explicito, constando apenas de documentos antigos, uma ordem de 8 de abril de 1549, creditando o valor de uma vaca e uma burra que tinham morrido, *a Pedro Alvares Batalhos das que vieram de Cabo Verde de Sua Alteza*. Em novembro de 1549 ocorre um mandato referente á capitania de Pernambuco, mandando pagar .homens que tinham amançado um novillo, e quatro mil e duzentos reis por um boi, *que se comprou para El-Rei Nosso Se-*

*nhor, que morreu e não se aproveitou (o boi) por não prestar para nada.* A 18 de junho de 1551 escrevia Tomé de Sousa á corte participando com atraso a chegada de bovinos de Cabo Verde, tendo sido lembrada a aquisição pela permuta com madeira baiana, de grande valia naquele arquipélago. Viera o lote a bordo da caravela *Galga*, e o governador especificava *de Vossa Alteza com gado vaccum, que he a maior nobresa e fartura que pode haver nestas partes.* A distribuição que se fez aos povoadores, consta felizmente no livro do governo geral a 6 de dezembro de 1550, *Passou o Provedor-mor mandado para os Contadores do dito Senhor levarem em conta a Garcia de Avila Feitor, e Almoxarife da Cidade do Salvador quatro vacas e um novilho, que por seu mandado deu ás pessoas declaradas no dito mandado em pagamento de seu soldo; a saber a Diogo Moniz um novilho em dois mil e quinhentos reis, e António de Freitas seu creado homem d'armas uma vacca em dois mil e quinhentos reis e Amador de Aguiar homem d'armas outra vacca em dois mil reis; e ao dito Garcia de Avila homem d'armas duas vaccas em quatro mil reis, as quaes pessoas todas passaram conhecimentos por onde mandou o dito Provedor-mor aos Contadores do dito Senhor, que levassem em Conta as ditas quatro vaccas, e um novilho ao dito Feitor, sem mais outro mandado, nem Conhecimento.* Na mesma data de 1550 manda-se Garcia de Avila entregar dez bois e tres carros aos armazens da cidade para serviço das obras do Salvador. Dois anos depois outro mandado a Garcia de Avila sobre a entrega de doze mil reis em dinheiro, valor de dois bois de carro chegados de Cabo Verde. Nota-se que os bois são pagos *a dinheiro* e não mais trocados por serviços, e por quantia muito superior ás precedentes. Em 1551 punha-se em almoeda, para serem vendidos

a quem mais deſſe, dois bois de S. A. por estarem magros e doentes. Desde que apparecem vacas nos citados lotes, é de presumir que de 1552 em diante firmara-se a criação de gado no Brasil. Trazido de ilhas africanas já estava habituado ao calor que produz febrículas no gado europeu acima de certos graus, daí, mais tarde, o successo do zebú no Brasil e em outras regiões tropicaes.

Igualmente do Cabo Verde vieram outros animaes domésticos, que se reuniram nas povoações litorâneas aos remetidos do reino, da Madeira, das Canárias, além dos que espanhoes e franceses deixavam entre índios amigos. Do galipabo do Perú ao pato de Aden, passando pela galinha de Angola, e o galo francês da viuva Chaves, que gostava muito de aves, cresciam nas capoeiras coloniaes rumorejantes legiões da mais alta utilidade. Animaes maiores de sela e tiro iam também surgindo pelos curraes, e guarneendo as estribarias dos engenhos, pelo que escrevia Gabriel Soares no fim do século XVI, *As egoas foram a Bahia de Cabo Verde, das quaes se inçou a terra de modo que custando em principio a sessenta mil reis e mais, pelo que levavam lá muitas, todos os annos e cavallos, multiplicaram de uma tal maneira que valem agora a dez e doze mil reis.* A fartura permitira exportar equinos para outras capitancias, mormente Pernambuco, onde começava a apparecer gente rica, amiga de touradas e cavhadas. A primeira distribuição que se fez entre os povoadores a serviço del-rei, obedecera, entretanto, ao sistema de pagamento em espécie. No mandado relativo a Amador de Aguiar, homem de armas, discrimina-se que recebeu uma égua *das de Sua Alteza*, pelos onze mil setecentos e oitenta e nove reis que lhe eram devidos, por vinte meses e vinte e cinco dias de soldo, de 1550 a 1552.

Os muares também se multiplicavam, tornando-se os elementos mais numerosos da indústria animal no século XVII, assim como os suínos, que desde o início da sua introdução prosperaram em o novo habitat em número e qualidade, para maior felicidade dos gourmets locais, que os consideravam superiores aos reinos. Em 1552 temos um mandado alusivo a vinte e sete porcos resgatados em Tatuapara pela galeota *São Tomé*, e, em outros documentos de igual data, a pipas da mesma carne e da mesma procedência, provavelmente conservada em banha. Com as espécies vegetaes verificava-se fenómeno parecido, quanto ao seu desenvolvimento, em pouco espalhadas pelos quintaes dos jesuitas e povoadores. Vicejavam, todavia, a despeito de contratempos e das legiões de formigas, de voracidade nunca vista no reino ou nas ilhas, (28).<sup>4</sup> Alguns meses após o desembarque dos companheiros de Tomé de Sousa, já se fazia sentir a ação desbravadora que modificava o quadro baiano. Mingavam as matas á roda dos povoados, desapareciam os mangues da beira mar, canalizavam-se riachos, reprezavam-se ribeirões, surgiam viridentes árvores frutíferas exóticas em substituição do lenho de tinturaria; serpenteavam cercas de pau a pique para conter animaes trazidos de outras regiões, viam-se barcos de vela de aspéto fenício no Recôncavo e baleias eram retiradas a monte talvez pelos biscainhos na vila do Pereira, junto da camboa do Caramurú e das oficinas de S. A. Dessa atividade via-se em toda parte a fumaça dos lares e dos engenhos, sobre o casario entre horta e pomar, á roda da Sé de Palha, do senado da Câmara e do pelourinho, e pelas várzeas até os limites da capitania de Ilheus. O desenvolvimento da empresa baiana

---

(28) cf. vols. III e IV de *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, § que trata da aclimação das espécies no cap. da Produção.

dá ensejo ao historiador perceber de relance, através das suas fases, a lenta evolução que em séculos também formara os lusos na Europa. O espetáculo da faina colonial em torno da cidade que se elevava, era o resumo de processos semelhantes que a pouco e pouco no reino venceram florestas e pântanos, sobrepujaram montes e atravessaram rios, para aproveitar a terra e preparar a conquista do oceano.

\* \* \*

Cuidavam agora os povoadores de completar os trabalhos preliminares, em que se amontoaram habitações no espigão escolhido por Tomé de Sousa, no espaço mais ou menos entre o terreiro de Jesus e a atual praça Carlos Gomes. Cada trabalhador recebia o que precisava para a sua manutenção na terra, em víveres, instrumentos de trabalho, e bugigangas para efetuar trocas com o gentio. De pedreiros a carpinteiros, passando por homens de armas e eclesiásticos, todos vivenciam no começo ordenado em espécie numa coletividade modelo que representa a infância do Brasil. Anotava o tesoureiro Gonçalo Ferreira, as cinquenta e duas foices, mil oitocentos e quarenta e cinco anzoes, oito dúzias de tesouras, quatro facas de dez em tara, uma das da Alemanha, tres furadores, um machado, dez espelhos, uma enxada e dois podões, que foram despendidos no resgate de madeira e de palma (29), e outras cousas obtidas dos índios com que se fez uma casa na cidade alta, destinada á audiência e câmara, e um armazem na parte baixa, para guardar o sal. Esse sistema de barganhas com a indiada serviu durante quatro anos mais ou menos de prin-

---

(29) A palma em questão devia ser da palmeira Pindobussú, gada por G. Soares, que si não fosse o perigo do fogo ser'a juigada superior á teiha. v. *Pernambuco e as Capitãlias do Norte*. III, 147.

cipal pagamento, recebendo por ex. Marçal Coelho em 1549, mil e quatrocentos reis em resgate, (segundo a fórmula usada) por *quatro rolos de pau de cedro*. Em junho do ano foram pagos trinta e seis homens de armas, dezesseis espingardeiros, dois besteiros, e o *atambor*, do mesmo modo a troco de mantimentos. Iguaes gêneros teria recebido o caieiro Pedro Jorge, requisitado em Pernambuco no mesmo ano para servir Sua Alteza na cidade do Salvador. A 19 de novembro de 1549 pagou-se a João Afonso, carpinteiro, o valor de quatrocentos e cinquenta reis, com uma espada. De grande valia, própria para pagamento de soldos, era a ferramenta como a que receberam Ramiro d'Orelhano, Paulo Rebelo, Francisco Rodrigues, Bras Dias, Diogo de Velosa e Francisco Bicudo, composta de cinquenta e duas enxadas e uma foice, em troca de trabalho nas obras da cidade. A Afonso Jorge, espingardeiro, deu-se na mesma época o soldo e o suplemento, a que tinha direito, por *trabalhar na ferraria d'El-Rei com os Ferreiros*, em resgates como aos precedentes. Chegando a 1550, ainda se pagou ao espingardeiro Batista Fernando, com sal e arroz, *a sessenta e seis reis o alqueire*. Inutil dizer, que a modificação para pagamentos em dinheiro, advindo da produção local, trouxe grande beneficio aos habitantes facultando-lhes uma atividade que as trocas em espécie eram incapazes de assegurar, por mais engenhosas e vantajosas fossem.

Compreende-se que neste período preparatório, absorvesse a obra da cidade do Salvador a maior parte ou totalidade dos dízimos que se devia ao reino. Além disso, os impostos tinham que dar reforço ás defesas costeiras espalhadas pelas capitánias incapazes por si de se armarem contra índios e franceses. Zelava o provedor mor pela arrecadação das rendas de S. A.

como a terra anseia por chuva em tempo de seca. Constatam nos registos da provedoria documentos semelhantes ao que manda o almoxarife Vasco Fernandes de Lucena *da Capitania da Nova Lusitana entregar a Simão Machado Procurador de Gonçalo Ferreira Thesoureiro das Rendas de todas as terras do Brasil setenta e nove mil trezentos e um reis m.<sup>o</sup>*. Outros determinavam que o mesmo efetuasse pagamentos em Pernambuco a credores da fazenda régia, o que desfalcava o montante devido ao fisco. Inda assim, crescia a cidade do Salvador no lugar que fôra recomendado pelo Regimento de Tomé de Sousa. No desmedido vulto da burocracia pública, e nos sulcos que deixava, mostravam-se as instruções aos funcionários ultramarinhos; que abrangiam os mais ínfimos pormenores; ás vezes procedentes e utilíssimas, como sucedeu na escolha da localização da cidade do Salvador. Ao nosso ver não foi Felipe II de Castela (I de Portugal) o único entre os reis peninsulares digno de qualificativo de “papeleiro”, com que lhe brindaram os súditos, agastados pelas delongas e luxo de particularidades que emperravam a administração pública. Também o primo e cunhado se mostrava mais pé de boi que os mais metódicos amanuenses da sua burocracia. Deixou o monarca luso na mensajem dirigida ao conde de Castanheira uma frase característica dos processos administrativos, então em vigor, *vos sabeis muy be quam apertadas levam as comissões todas minhas armadas e capitães que pelo mundo navegam, pera nunca podem errar, guardando o que lhe por my he mandado*. Convém no entanto reconhecer, que o soberano dispunha de informantes extremamente competentes e cuidadosos, e que sabia deles se aproveitar, para o bom funcionamento da engrenagem administrativa da metrópole e das colónias.

A séde bajana devia segundo o espírito dessas instruções, situar-se o quanto possível resguardada de surpresas, num sítio que lhe facilitasse a defesa, tanto de inimigos do lado terrestre como do lado do mar. Efetivamente, no ponto em que se edificara a cidade, defendida pela irregularidade do terreno que lhe dava acesso e dispondo de bastante água, estava em caso de cerco em condições para rezistir ao adversário como fizera a lusitana gente em Diu e Chaul. Mas não obstante estas vantagens, era preciso ajudar a natureza. Foi das primeiras providências intentadas por Tomé de Sousa, levantar tranqueiras protetoras, empenhando-se no trabalho com os que o acompanhavam como qualquer forçado, continuando sempre as obras, reformando o provisório, reforçando baluartes, delineando novas defesas assim que recebia armas, trabalhadores, e mais recursos. Em 1549 temos a enumeração de trinta e dois machados, quarenta e oito foices, onze enxadas, cinquenta e uma duzias de tesouras, quatro peças, cinquenta e um mil anzoes, cento e quarenta e quatro furadores, quarenta e nove podões, quatorze duzias de facas de Alemanha, tudo despendido no resgate de madeira para a *cerca do muro, e dos baluartes, que se fez nesta Cidade do Salvador, os baluartes de madeira e taipa, e o muro de taipa*. A seguir, veio o pagamento de, *Pedro André taipeiro dois mil e cem reis em dinheiro que lhe eram devidos de um baluarte, e casa de taipa, que fez por mandado do dito Governador na Povoação da Praia*. No ano de 1550, expediu-se o mandado relativo a *Um berço de metal com seu rabo, chave e peões, chaves para elles, e duzentos e quarenta pelouros, vinte para cada um, e trinta e nove Camaras de ferro, destinados ás fortificações que se elevavam para substituir as trincheiras de taipa e terra socada a pilão, feitas pelo Caramurú onde hoje está o convento da*

Graça, próximo ao sítio da Vitória. Acerca dos trabalhos que se seguiram, aperfeiçoados na mesma vigência do governador, temos o pagamento em outubro de 1550, *para uns couros necesarios para serviço das obras*, na importância de mil e cem reis em dinheiro, sem indicar qual era o credor. Em dezembro outro a Belchior Gonçalves, de oito mil e seiscentos e sessenta reis em mercadoria pelas tres paredes, uma de pedra ensossa, e duas de pedra e barro, elevadas na ribeira do Goes e *na Estancia de Santa Cruz*. Um outro Belchior, este de nome Fernandes, recebeu no mesmo ano, mil seiscentos e quarenta reis em mercadoria pelo seu salário de oito meses e tres dias de serviço no baluarte S. Tomé. Pouco depois era a vez de pagamento de Gonçalo Ferreira, castelhano, *encarregado da Estancia São Jorge*, na importância de tres mil e seiscentos e quatro ceitís, pelo ordenado de vinte e tres dias de trabalho. Outro *Encarregado* da mesma estancia, Gaspar Dias, que supomos pedreiro ou empreiteiro por conta própria, foi pago na mesma época com dois mil e quatrocentos reis em mercadoria. A Álvaro Anes em 1553, *assentado bombardeiro da Povoação Pereira*, deu-se seis mil quatrocentos e setenta e sete reis e cinco ceitís em dinheiro, *para a conta se pagar um escravo dos de Sua Alteza, que lhe são devidos de seu ordenado de dezenove mezes, e treze dias, que começaram ao primeiro de abril de mil quinhentos e cincoenta*. No mesmo ano pagou-se a João Baptista Relojoeiro, *que tem cargo do Baluarte Santiago*, o soldo de cinco meses em mercadoria.

E' custoso hoje localizar exatamente onde estavam essas fortificações, e não ser a estancia de Santa Cruz e a da vila do Pereira. Apenas verificamos de relance que eram seis, intercaladas ao longo da cerca da cidade, e nos pontos estratégicos, segundo o al-

cance das armas do tempo. Tres ou quatro davam para o mar, que seriam provavelmente as principaes, e o resto para o interior, na direção de onde poderiam vir índios. Conhecemos os nomes das de Santiago, S. Tomé, S. Jorge e Santa Cruz, com que foram batizados, ás quaes pode acrescentar a da Vila do Pereira e a da Ribeira de Goes. Dispunham de anteparos para atiradores, e cobertura para preservação das peças, ou outro armamento qualquer, porquanto nem todas teriam artilharia, o que marcava talvez a diferença entre as estâncias de terra e as do mar.

Contava o governo ao escolher um fidalgo entendido em cousas militares para fundador da cidade, que desse cabal execução ás instruções sobre os elementos defensivos a serem elevados nas vilas e até nos engenhos. O Regimento especificava o armamento mínimo dos capitães nas capitánias, *ao menos dois falcões e seis berços, e seis meyo berços e vinte arcabuzes ou espingardas e sua polvora necessaria e vinte bestas e vinte lanças ou chuços e corenta corpos darmas de algodão dos que na ditta terra do Brasil se costumão*. A respeito, mandou-se pagar ao carpinteiro Jorge Teixeira, que pelos modos tinha outras profissões, *quinhentos reis de suas Armas de algodão, que elle mandou fazer a sua custa, recolhidas ao almoxarifado, e lhe ficassem carregadas em receita*. As peiteiras contra flexas usadas desde séculos na Europa, eram copiadas na Bahia, porém com outra matéria prima. A do Brasil tinha a grande vantagem de ser mais leve, graças ao algodão, preferível ao couro, e mais fresco que a lã. Por esse motivo, e pela facilidade com que podiam ser confeccionadas, não tardaram a aparecer para outras possessões, em outros continentes, onde os lusos deviam combater gentio armado de flecha ou asagaia.

As ordens dadas a Tomé de Sousa sobre as fortificações de cidades, vilas e engenhos, enumeravam as armas de *todo morador das ditas terras do Brasil que nellas tiveram casas terreas, ou agoas ou navios*, assim como as torres e casas fortes dos estabelecimentos agrícolas em via de formação, e as várias penas para quem não obedecesse. Recomendavam ainda o maior cuidado em não permitir que o gentio pudesse se armar, devendo os juizes de cada povoação *quando tirarem a devassa geral que são obrigados a tirar cada anno sobre os Officiaes, perguntem tambem por este caso*. No rol das armas não se compreendiam machados, foices, podões, etc. . . . que não era preciso registrar nos livros das câmaras, havendo S.<sup>a</sup>A. *por bem que comtudo se entenda a dita defeza em vos mandar dispensão do papa para se poder fazer*. A experiência adquirida pelos portugueses em outras colônias e nas capitânicas do Brasil, trouxe com o tempo mais disposições, subordinadas como sempre ás disponibilidades do tesouro.

Ordens igualmente pormenorizadas acompanhavam a outros funcionários, escrevendo o mestre arquiteto Luís Dias na carta de agosto de 1551, ter recebido por Tomé de Sousa as últimas instruções chegadas do reino pelo galeão *São João*. Remetia inclusa uma planta dos trabalhos realizados, em que menciona a notícia da "invernada" que aluira parte da cerca da cidade. Pelo exposto verificara-se não ser possível levantar muros resistentes sem cal, absolutamente necessária como reforço do barro que formava a argamassa destinada a enfrentar chuvas torrencias. Felizmente os principaes baluartes para a defesa da cidade a que se refere, eram de melhor material e feitio, parecendo a Luiz Dias que o da ribeira de Goes era, *muito poderoso, em syma do rochedo. . . que joga pera todo o*

*mar da baya.* Estava guarnecido de *duas esperas de marqa mayor*, mais dois camelos, dois falcões e uma dúzia de berços. Posto que de madeira, duraria vinte anos pensava o construtor, *por ser de paos de mange*, (mangue) *que se criam nagoa e sam como fero.* O segundo baluarte ocorrendo na comunicação, era o de Santa Cruz, menor, porem *e joga nele hua espera e dous falcões e meya duzia de berços e isto ate sabe se V. A. os quer ter asy ate diante os fazer de pedra e cal ou logo como elle ordena.* Menos caprichado, isto é, sem tanta artilharia e *paos de mange*, era o da povoação da Praia (ou do Pereira), pelo que se deduz do mandado de 25 de outubro de 1550 a favor do taipeiro Pedro André, que neste sítio elevara *hum baluarte e casa de taipa.* Na designação genérica dessas fortificações devia estar incluído com ou sem maior número de peças, uma coberta protetora descrita num mandado do mesmo ano para S. Vicente, *uma varanda coberta sobre o dito tavoleiro, debaixo da qual pudesse estar a artilharia coberta d'agua e do sol.* Esse aspecto teriam pois os da Bahia, parecendo que o de S. Tomé, de S. Jorge e de Santiago fossem dos últimos a se concluir porque as notícias que apparecem a seu respeito trazem data de 1552.

O mal de que padeciam estes arremedos de fortificações era a necessidade de dividir, subdividir e fraccionar os armamentos, para distribui-los á cidade do Salvador e ás outras capitánias. A 11 de janeiro de 1550 quando não estariam concluídas as estâncias defensoras da capital, passava o provedor mor mandado a Pedro Fernandes, feitor e almoxarife de S. A. na capitania de Porto Seguro, *que dê, e entregue a João Barbosa Paes armador na dita Capitania para a Villa nova do Porto de Santo Amaro, que está na terra de Christovão Paes, e sua, quatro meio berços de metal*

com tres chaves, e doze Camaras, e oitenta pelouros, e uma arroba de polvora. . . que se obrigou a pagar pelos preços, em que foram avaliadas no armazem do Reino. Na mesma época mandava o provedor mor que se entregasse a Francisco de Oliveira feitor da capitania de Espírito Santo, quarenta espadas guarnecidas com suas bainhas, e a Vasco Fernandes Coutinho donatário da mesma, seis meios berços, um falcão de metal com suas chaves, vinte e seis câmaras, cento e cinquenta pelouros, um quintal de pólvora, dez lanças, dez piques e quarenta espadas. A 14 de setembro do mesmo ano de 1550, foram novamente para Porto Seguro corpos de armas com celadas, um falcão de metal com seu aparo, pólvora de bombardas etc. . . , que lhe ficam Carregadas em Receita em seu livro della pera se haverem de arrecadar os dellas com toda a outra mais artilharia e munições, que já lhe entregues pela redizima da dita Capitania quando estiver nella Capitão por Sua Alteza lhe sejam levados em Conta. Pouco tempo depois ocorre alusão a S. Vicente e a S. Amaro, capitánias dos irmãos, Sousas, mandando-se entregar ao seu feitor Pedro de Seabra armas e munições pelo mesmo sistema de empréstimo. Depois chegou a vez de Pernambuco, que sendo mais freqüentado que as outras capitánias por naus transoceânicas, via não raro naufragar barcos nas suas costas sem lhes poder herdar, todavia, os pertences cubiçados pelo governo geral. Assim, mandou António Cardoso de Barros, que Bartolomeu Rodrigues, provedor real em Olinda, recolhesse tudo que pudesse para o almoxarifado da cidade do Salvador proveniente do naufrágio da nau em que estivera por capitão Manoel Jaques, removendo pelo primeiro barco, enxarcia, velas, poleames, artilharia, pólvora, âncoras, e todos mais apetrechos e munições que possível fosse. Em seguida, mandava

que se entregasse ao seu colega de Itamaracá dois quintais de pólvora embarrilada, *para a defesa da dita Capitania*. Para não nos alongar deixamos de parte os socorros que receberam Ilhéus e outras capitanias, que eram os mesmos já mencionados, cedidos em iguaes condições. Damos estas notícias apenas como idéa do esforço despendido pelos poderes do reino, e funcionários destacados no seu grande empreendimento colonial, que se tinham de desdobrar em atividade mal amparados como estavam. Em princípios de 1552, Tomé de Sousa atendendo á permanente hostilidade do gentio, tomou providências, constantes nas resoluções em que mandava armamento a Martim Afonso de Sousa, filho de Pero Lopes, consistindo *de alguma artilharia e munições*, que foi a mais importante remessa feita a favor de uma capitania. Esses contratemplos vinham dificultar os planos do governo, turbados por imprevistos que era preciso acudir sem perda de tempo sob risco de prejuizos maiores no futuro. Em parte alguma da colónia era possível deixar o gentio repelir os brancos invasores. Daí o tráfico que se fazia de armamento, aceitando Pero de Carvalhaes empreiteiro das obras da Sé do Salvador, como paga de trabalho em fins de 1552, dois meios berços de metal e a respectiva munição. Além de deverem os capitães e senhores de engenho receber auxilio de armas do governo geral, pelo menos assim era mandado, ainda compravam de particulares os que estes recebiam á guisa de pagamento. Deviam também ceder os provedores, os que dispozessem aos individuos designados pelas autoridades superiores para qualquer missão em beneficio de S. A. Em fins de 1552 recebia Pero de Pina, almoxarife feitor de Porto Seguro, mais pólvora embarrilada para a sua defesa, mas logo depois, em meços de 1553, chegou-lhe ordem de ceder *ao Espi-*

noza e Megero Castelhana, tudo que necessitassem para descobrir ouro no sertão por ordem do governador geral. Na mesma época determinações semelhantes atingiam a Francisco de Oliveira, almoxarife do Espírito Santo, para que se puzesse á disposição de Manuel Ramalho para idênticos fins. Mandava o provedor mor no mesmo aho a Porto Seguro, Espírito Santo, e Ilhéus, *que por elle ver quão desprovidos estavam os Engenhos das ditas Capitánias da artilharia necessária pera sua defesa, como Sua Alteza mandava*, e fossem atendidos os feitores de engenhos que pedissem a artilharia, *que houvessem mister e que elles Provedores lhes pudessem mandar*. Por sinal, que os pedidos seriam por conta das capitánias, ás quaes debitar-se-ia o custo do armamento. O que fosse recebido ou devolvido, era cuidadosamente registado nem que se tratasse apenas de um falcão de metal com os seus pertences, como especificava o mandado ao mestre da caravela Rainha. Ao da caravela Leoa que ía para o reino, ordenava-se que entregasse ao almoxarife do Salvador, Cristovam de Aguiar, entre outras cousas usadas dez piques, vinte e duas lanças ferradas, vinte e duas hastes velhas de lanças sem ferros, seis espingardas aparelhadas, uma com a coronha quebrada, um estandarte de pano de algodão, quatro bandeiras de pano de lenço, duas polés, uma lanterna de folha, uma galheta, uma lâmpada de folha, um pedreiro de metal com a sua colher, reparo e carregador, munição para o mesmo, quatro rodas de reparo de falcão, cinco corpos de armas brancas com suas celadas, um capacete, um corpo de couraças postas em sêda, de cravação dourada, etc... Em troca, deu-se a Francisco Martins, mestre da dita caravela, tres arrobas de pólvora de bombarda, e uma roqueira de ferro com duas câmaras, chave, pelouros, e mais cousas necessárias á viagem que ía

emprender. Terminavam as remessas do tempo de Tomé de Sousa, de que apenas mencionamos algumas, para começar ás do período de D. Duarte Costa, no correr de 1553, durante o qual se mandou aos mestres das caravelas costeiras S. João e S. Tomé. vinte béstas e trinta espingardas aparelhadas, como alviças da nova administração.

Com os recursos trazidos pelo segundo governador registou-se certo incremento na distribuição de socorros ás capitánias, aumentando porém as ameaças dos franceses e levantes de índios, e as discórdias entre portugueses, os benefícios de começo se diluíram na desordem estabelecida no segundo governo geral.

\* \* \*

Vejamos antes dos fastos de Duarte da Costa os do período precedente, em que sob as vistas de Luís Dias fazia-se na cidade do Salvador a cadeia, *muito boa e bem acabada com a casa daudiencia e camara em cyma* e na Ribeira de Góes as Casas da Fazenda e Alfândega, os armazens e a ferraria, tudo de pedra e barro, rebocadas de cal e cobertas de telha, logo entrando em função para o bem da justiça, dos habitantes e principalmente do fisco.

A sete de abril de 1550 elevaram-se as casas do *Alcaide e Carcereiro*, pelo que, foi pago a Francisco Pires, pedreiro, doze braças de parede de taípa a rasão de 350 reis a braça, tudo especificado e avaliado por Luís Dias. Em agosto do mesmo, recebeu António Gonçalves, carpinteiro, cinco mil e trinta reis *em mercadoria*, que lhe eram devidos de emadeirar as ferrarias, e alfândega por *empreitada*. Em setembro pagou-se Belchior Gonçalves pela sua empresa na Ribeira, onde levantara os muros da Casa dos Contos. No mês seguinte

depozitou-se nas mãos de Rodrigo de Arguelho, provedor dos defuntos, o que se devia ao espólio de Francisco Gomes, caieiro e pedreiro, pelos trabalhos na Casa da Pólvora, onde fizera oito braças de parede de taipa, medida por Luís Dias. Em abril de 1551 pagava-se a Francisco Pires supra, o resto que lhe eram devidos pela casa do carcereiro. Em maio pagava-se a Pero de Carvalhaes, nove mil quinhentos e sessenta e dois reis e meio, em dinheiro de contado, que lhe era devido de vinte moios de cal que entregara ao almoxarife Cristovam de Aguiar, e que foram carreados na barca *del El-Rei Nosso Senhor*, cujo serviço por um dia e meio e duas noites foi descontado á razão de duzentos e cincoenta reis *por dia e noite*. Este profissional, antigamente sócio de Francisco Gomes, recebeu mais o parceiro gratificação de Tomé de Sousa *por descobrirem cal, e pedra pera ella*, o que veio favorecer grandemente as obras da cidade. Continuando a sua enumeração temos no mesmo ano, o pagamento a Pero André, metade em dinheiro, metade em mercadoria, por trinta e nove braças e meia de parede de taipa, que fizera na continuação das obras da cadeia e câmara. Em outubro pagava-se novamente a Pero de Carvalhaes um quintal de ferro por conta do pagamento das casas de armazens da Ribeira. No ano seguinte reaparece Pero de Carvalhaes como caieiro, pedreiro, e empreiteiro, destacando-se dos demais da Bahia por estar encarregado dos alicerces da Sé catedral. No trabalho que realizou, mediu Luís Dias quarenta e nove braças a cento e noventa reis cada uma. Outro pagamento de 13 de outubro de 1552, aumenta a importância destes trabalhos na Sé a *quarenta mil réis em dinheiro á conta dos quinhentos cruzados que da dita obra empreitada havia de haver*. No mesmo ano de 1552 media o mestre de obras Luís Dias o

trabalho de Belchior Gonçalves nos "Açougues" da cidade, e no final da lista solicitava tornar ao reino com Tomé de Sousa por sentir-se velho e indisposto.

Foi nomeado para substituí-lo Pero Carvalhaes, que recebia um ano depois, alvará promovendo-o de pedreiro residente na *cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, na costa do Brasyll*, a mestre de obras com vinte mil reis de ordenado por ano. Na mesma época pagou-se a António de Oliveira, cavouqueiro, que tomara a empreitada dos trabalhos de pedra da Sé juntamente com Pero de Carvalhaes, dezeseis mil reis por conta do serviço. O auxílio ia além do fornecimento de dinheiro aos empresários, colocando a governança oito bois e quatro carros de Sua Alteza á disposição do dito Pero de Carvalhaes, cujo trabalho lhe seria descontado nos pagamentos finais, quando a obra estivesse concluída, *conforme ao Contracto*. No fim do ano recebeu novamente o mesmo, então encarregado da *empreitada da obra da Sé desta dita Cidade*, outro auxílio de *dois meios berços de metal com suas chaves, seis camaras e duas duzias de pelouros*. Em 1553 continuou-se a pagar António de Oliveira, *que tirava pedra para a obra da Sé*, quantias bastante elevadas para o tempo e serviço de cantaria, pois somavam doze mil reis em dinheiro. A Luís Dias o pagamento foi em artilharia, que só podia servir para trocas, visto o mestre estar de partida, recebendo por conta de vinte e dois mil cento e noventa e um reis de ordenado, um meio berço de metal com sua chave, rabo e pião, oito câmaras e dois meios berços de metal e á respetiva munição. Nas vésperas de sua volta a Portugal em 18 de julho de 1553 pagou-se-lhe mais dezessete mil reis em dinheiro pelas casas de sua propriedade, onde o novo governador queria alojar por conta de S. A. os orfãos trazidos do

reino. Com essas medidas termina a atividade de Luís Dias no Brasil como mestre de obras civis e militares, primeiro arquiteto do Salvador, com que fizera já á mercê de fidalgo que recebeu ao chegar a Portugal.

No casario da população em aumento; fogos, ou lares em que se aninhava, adensados á roda de edificios officiais da governança, aproveitavam-se os particulares (30) dos artifices, transportes e material, reunidos por Tomé de Sousa e seus colaboradores imediatos. Em pouco saíam estes meios do periodo primário para entrar na estrada franca do progresso. Acabara a preocupação dominante de precaver o povoado dos índios, melhoradas as condições de começo graças aos socorros trazidos por Simão da Gama de Andrade, podia daí, cogitar o governador do amparo espiritual, depois de assegurado o material. Por seu empenho, a 25 de fevereiro de 1551, foi elevada a cidade do Salvador pela bula *Super specula militantis Ecclesiae* a séde do bispado do Brasil. Nela confirmava o Santo Padre o pedido de Tomé de Sousa, estatuindo os recursos e as modalidades da nova diocese. O bispo escolhido D. Pedro Fernandes Sardinha, homem ilustre, considerado dos mais sábios do tempo, venceria 200\$000 anuaes, pagos no mesmo ano de 51 pelo tesoureiro da Casa da Índia. Nos anos seguintes, bispo e colegiada, deveriam ser atendidos com os recursos da própria colónia, recebendo a parte menor dos réditos do mestrado de Cristo, de que a seu favor se desfazia el-rei. Acuzava a providência António Cardoso de Barros, ao descrever em provisão, os

---

(30) Diríamos melhor, os funcionários públicos então na Bahia porque no momento não havia alguém que não recebesse ordenado, ou outro qualquer subsídio do governo, num curioso aspecto de organização coletivista, tornada possível por se tratar de um punhado de indivíduos. Foi sem dúvida a primeira do continente.

recursos doados, de que se exetuavam os principaes productos das capitánias, como o assucar, o peixe e a mandioca, em todas; o algodão na Bahia e em Itamaracá; e o arroz em S. Vicente, informação que nos permite ajuizar serem estes os principaes recursos das respectivas populações no princípio do governo geral. Pelo que *havendo o dito Bispo e Cabido o dizimo das ditas miunças, e primicias, como acima ficava declarado estava o dito Alvará interpretado.* Continuavam os itens sobre as modalidades da arrecadação e tempo da mesma, porquanto certas rendas do mestrado não seriam cedidas por mais de cinco anos, *com outros Dizimos mysticamente.* Finalmente em julho de 1552 tinha-se procedido á compra das casas de Pero de Goes para residência do bispo, pela quantia de oitenta mil reis em dinheiro, o que leva a crer que fossem das melhores, sinão as melhores da cidade.

Sucedendo a Luís Dias consagrava Pero de Carvalhaes a sua atividade ás obras da Sé, dispensando dividir esforços com outras construções de vulto, por sinal, com mais recursos que o antecessor. De hora em hora aumentavam os meios proporcionados pela terra, começando a se esboçar o melhor deles com a iniciativa privada sucessora da official. No entanto, por mais que o empreiteiro trabalhasse, a obra era demorada, e as principaes cerimônias católicas em 1550 realizaram-se em outras igrejas graças aos donativos de Tomé de Sousa que as presenteara com *oito varas de ruão dois frontaes para a Igreja de Nossa Senhora Da Conceição, e Igreja principal desta Cidade do Salvador, e três covados de torresilha, um pano para a tumba dos finados as quaes peças entregaria ao Prior da dita Igreja.*

A obra que deveria simbolizar a civilização no Brasil concluiu-se depois da partida do seu iniciador.

Durante a menoridade de D. Sebastião I foi concedido á Sé da Bahia, por alvará de 1559, o subsídio de 100.000 reis anuaes até ficarem os trabalhos de todo terminados. Começou Pedro da Fonseca, mestre de capela, a tanger os órgãos do côro nas festas de natal de 1560, em que entravam dois moços cantores, *que Sua Alteza ora novamente acrecentou* (31), para maior realce das festividades, que daí por deante se realizaram com brilho crescente na Sé do Salvador. Outras ordens régias determinavam ao bispo a nomeação e os deveres que incumbiam aos coristas, ao mestre da capela e professor de canto, prometendo-se aumentar-lhe o magistério caso assim conviesse, rezando o documento, *parecendo-vos que se devem acrescentar a elle mais obrigações, e por-se-lhe encargo de ensinar mais Orfãos, e pobres dos que agora ensina*. Igualmente resolvia o assentamento das dignidades dos cônegos, meios cônegos, capelães e moços de côro, assim como a respeito das embarcações destinadas ao prelado quando efetuasse visitas pastoraes fora da cidade.

Não sabemos si ficou compreendido o orçamento de Pero de Carvalhaes nos quinhentos cruzados do cálculo inicial ou si como de costume ultrapassou o contrato feito por Luís Dias com Tomé de Sousa, prosseguindo ainda certas obras complementares, mesmo depois de funcionarem côro e capela. De qualquer maneira, deviam considerar-se os habitantes felises de não demorar o término da Sé como as da Europa, servindo a de Santa Engrácia como exemplo de obras intermináveis. A pompa litúrgica com que se celebravam as festas do culto, era a consagração do empreendimento de Tomé de Sousa, começado com tão poucos recursos, e que se tornou em pouco um successo

---

(31) Novamente também com a acepção de "agora".

colonial, ao assegurar base económica e política no centro da América para os ambiciosos desígnios da coroa lusitana.

\* \* \*

•Em obediência às instruções do Regimento desde o começo providenciara Tomé de Sousa sobre a formação da *armada da costa*, que Pero de Góes devia comandar. Rezam os mandados de 1549 relativos a Pernambuco, os concertos feitos na caravela Leoa, e compra de estopa para o caravelão de Froes (ou Gregório Fernandes porque as abreviações de nomes em documentos antigos portugueses autorizam a dúvida principalmente existindo um barqueiro na época com este nome), enquanto não funcionavam as oficinas da Ribeira da cidade do Salvador. Essa caravela viera com a expedição do governador do reino e com ele lá tornou com os funcionários cujo tempo na colónia terminara. No período em que esteve o barco no Brasil, deu valioso préstimo, a miude lembrado nos *Docs. Históricos*. •Segundo Varnhagen, compunha-se a flotilha de uma nau e duas caravelas pequenas, sem nos dizer qual fosse a capitânea, que supomos talvez a Conceição, empregada na cabotagem entre os portos do litoral. •A' vista de contra-tempos viu-se impedido o governador em dar pronta execução aos itens do traslado, pelos incidentes surgidos no atender tanta cousa, cidade, Sé, capitánias, armamento etc. . . . •Tornou-se preciso comprar embarcações a particulares, além das que puderam ser feitas na Ribeira de 1549 a 1552, de que não se conhece bem os característicos. Das compradas, arrendadas ou alugadas, havia algumas pequenas para pesca, e outras maiores para resgates pela costa á procura de gêneros alimentícios, material de cons-

trução (32) e entrega das remessas de armas e munições ás capitánias.\*

Em 1549 constava nos registos as quantias pagas ao mestre e marinheiros do bergantim de Gregório Fernandes, enviado a Pernambuco para buscar a carga de mantimentos que a Leoa resgatara, mas necessitada de reparos, ficara na capitania duartina. A Cristovam de Aguiar pagou-se em junho do mesmo ano *dois mil anzolos (sic), que se gastaram (em resgate) pelo Mestre da Ribeira no carroto da madeira que se gastou na Cerca desta Cidade, quando se edificou*. Ainda no mesmo ano, deu-se ao povoador Afonso Rodrigues, da *Cidade do Salvador da Bahia de todo los Santos mil cento e vinte reis em panno azul de duzentos e oitenta reis por covado por servir com seu barco estas viagens para a dita Cidade*. Havia diferença entre os possuidores de barcos que moravam na cidade propriamente dita, como Palos Dias, armador, proprietário, empreiteiro de trabalhadores escravos (33), e um tal Francisco Pinto, *morador na Povoação da Praia*, ao qual se pagou com tres arrobas de ferro no valor de mil e quinhentos reis, os *fretes de seu barco, que servio nas obras desta Cidade*. O primeiro provavelmente habitava a parte alta da cidade, e recebeu em 1551 cinco mil e quinhentos reis em mercadoria, *que<sup>u</sup> lhe eram devidos de um barco, que o dito Provedor-mor comprou para pescar nelle os pescadores do dito Senhor*. Destinava-se assegurar o abastecimento de pescado da população com escravos índios de Sua Alteza (34) em barcos do

---

(32) Em 1551, mandou-se entregar ao caieiro Miguel Martins para transporte de cal um batel que fóra da nau Conceição.

(33) A 25 de junho de 1549, João Pires, Francisco Lourenço e João Fernandes pescadores, receberam soldo sem menção acerca da sua cor.

(34) v. *Doc. Historicos*, XIV — 222.

mesmo. Ainda era preciso prover diretamente às necessidades dos que cooperavam na elevação da cidade do Salvador, o trabalho pago em mercadoria ou em víveres, á espera da iniciativa privada que deveria melhorar e simplificar as cousas, suprimindo aos poucos o mercado durante a vigência dos sucessores de Tomé de Sousa. Dizemos aos poucos, porque durante muitos anos mandavam-se ainda barcos buscar farinha e outros gêneros (carne de porco conservada em barricas dentro de banha, etc. . .) muito longe, ás vezes até na capitania de São Vicente (35). A situação alimentar do imenso território brasílico não mudaria portanto através do tempo, sujeito a imperativos geográficos difficilmente modificáveis.

No mesmo ano de 1551 pagou-se a Manoel Fernandes, morador em Ilheus, dois mil e quinhentos reis em dinheiro pelo frete do seu caravelão, que levara áquella capitania, as peças e a munição necessárias á sua defesa. A Francisco de Medeiros também se pagou por um barco, parte em dinheiro, parte em artilharia, dois berços de metal e seis câmaras, correndo a despesa por conta do provedor de Pernambuco. Em abril de 1552 deu-se o conflito jurídico descrito no mandado em que se descreve de como fôra um caravelão do mesmo Medeiros confiscado pelo Capitão de Pernambuco, sob alegação que aí resgatava sem sua licença, e que fôra vendido a Sua Alteza por trinta e cinco mil reis. Tendo ganho de causa o prejudicado *por sentença desta Fazenda*, recebeu essa quantia em dinheiro. Em setembro de 1552, nas vésperas da viagem de inspeção

---

(35) Podiam vir casualmente de mais longe, da dispensa de algum navio de passagem, a não ser que na falta de carne da colônia, viesse então do Cabo Verde onde havia rebanhos. Em 1553 mandara o provedor mor lançar-se uma pipa de carne "*das que vieram de Cabo Verde*", ao mar, e para que ninguém tentasse aproveitar os restos, foi feito "*perante si*".

do senhor governador, foi comprado a Diogo Alvares Caramurú morador na Povoação do Pereira quinze mil reis em dinheiro, que lhe eram devidos de um Caravelão, que pelo dito provedor-mor lhe fora comprado para Sua Alteza.

O processo de indenisação vencido pelo Medeiros menciona quanto valiam os caravelões (aumentativo significando diminutivo), assim como encontramos nas instruções officiaes, como deviam ser os barcos nas capitánias, *do tamanho e grandura que Sua Alteza manda em seu Regimento, recuzando-se licença aos que estivessem fora das disposições, que seriam de remo e sendo de quinze bancos ou dahi para cima e que tenha de banco a banco tres palmos. Hei por bem que não pagem direito nas minhas alfandegas do reino de todas as munições e aparelhos que para os ditos forem necessarios; e fazendo os de dezoito bancos e dahi para sima, hajão mais quarenta cruzados de mercê á custa de minha fazenda para ajuda de os fazerem... das minhas rendas das ditas terras do Brazil. Não esqueçamos o sintomático final, das minhas rendas... do Brazil.* E' possível que por motivo de algum deslize no cumprimento dessas determinações, fosse condenado em 1551, João de Andrade a pagar um terço do valor do seu caravelão ao estado, em vez deste subvencionar-lhe a construção.

Entrando a Ribeira de Goes em atividade foi augmentado o número de barcos em serviço, os estaleiros azafamados sob direção do estrangeiro Francisco Nicolas, assim como um dos seus auxiliares, conhecido por Miguel Castelhana (36). No geral, em 1551,

---

(36) A profissão era considerada das mais importantes onde tudo dependia do mar. Os ordenados dos carpinteiros eram no geral mais elevados que os dos outros profissionais, vencendo mestre Nicolas, André Afonso, Matias, Pedro Gonçalves, Amador Pinto e João Jorge, 1\$400 por mês.

trabalhava-se por empreitada, tendo sido feita a galtoia, ou bergantim S. Tomé, por António Gonçalves, empreiteiro, que empregava António Vaz, *seu criado de jornal* e um escravo serrador. Jorge Teixeira era bombardeiro, carpinteiro, e também tinha um *criado trabalhador* João Rodrigues, que vencia quatrocentos reis. O mestre dos calafates era reinol, também o sendo o seu criado Bras de Colares, e a maioria dos obreiros empregados no mistér. Para diferencia-los dentro da profissão, eram tidos respectivamente por carpinteiros de casas, de carros e da Ribeira. Os da construção de casas deram como os outros aí empregados, os mais extensos serviços á cidade em formação. Em 1550 pagava-se a António Gonçalves cinco mil e trinta reis pela empreitada do emadeiramento da alfândega e ferrarias. Pouco depois, Belchior Gonçalves, pedreiro, também recebia cinco mil e seiscentos reis em mercadoria pela sua empreitada da Casa dos Contos, na Ribeira. Como se vê, principiavam as autoridades com os edificios destinados á arrecadação, e que foram concluidos em 1550, para depois cuidar das obras restantes. Anteriormente houvera na praia um rancho para servir de abrigo dos gêneros resgatados pela costa, e que eram transportados por mar, como succedeu em 1549 na barganha de anzoes, podões, enxadas, espelhos, facas — das quaes una da Alemanha — pela madeira e palma necessárias á construção das casas da Câmara e Armazem da Ribeira, onde logo se recolheu o sal acumulado por Cristovam de Aguiar, almoxarife. Em fins do mesmo ano ainda se pagava a Francisco Pires Verdelho quinhentos e sessenta reis em mercadoria, devidos pelo resto da empreitada da Casa da Pólvora. Em fins de 1552 perfazia-se o pagamento das obras feitas de empreitada pelo supracitado Belchior Gonçalves, na im-

portância de treze mil quatrocentos noventa e seis reis, recebendo *seis quintaes, e tres arrobas de ferro* pelos *lanços de parede de pedra e barro... e... pedra en-sossa*, elevados na Ribeira.

Além dos recebimentos por via marítima ou fluvial, começara o transporte pelo velho sistema português em carro de bois, que remontava aos romanos, resultado do aparecimento de gado na Bahia. Leonardo Chaves guardava os bois de Sua Alteza recebendo pagamentos a partir de 1550 em mercadoria, figurando como "Boleiro", ou boieiro, como então chamavam aos boiadeiros. Também encarregados dos bois eram Fernão Dias do Soajo (?) e João Rodrigues do Soajo, com a menção de *andar e olhar* pelos animaes, que seria uma espécie de trato e pastoreio em sítio ainda desprovido de cercas. Passando a utiliza-los para tiro, encontramos nos documentos, o carreiro Martim Gonçalves, que em 1550 vencia seiscentos reis em mercadoria por mês *por andar com os bois*, expressão que sugere ter sido igualmente carreiro Fernão Dias do Soajo. No ano seguinte, recebia também Pedrálvares do Rio de Mouro, *que anda com o carro de Sua Alteza*, seiscentos reis de ordenado. No mesmo ano Sangramor (ou Jagramor) Afonso, recebia os mesmos vencimentos, para o mesmo mistér. Continuava igual este soldo, e pago em mercadoria, em 1552, como sucedeu com João Rodrigues de Ponte de Lima. Graças a esses meios carreava-se o cal, pedra, telhas e madeira para as obras da cidade; carvão para as ferrarias del-rei; óleo sob designação *azeite de peixe* para o *concerto das Caravellas de Sua Alteza a cem reis a canada*, fornecido por Francisco Pinto, *morador na Povoação do Pereira*. Os carros eram movidos por bois maninhos, como os adquiridos em 1552 de Garcia Ávila para talvez servirem nos carros entregues por Pedro

Álvares, que recebeu seis mil reis, metade em dinheiro, metade mercadoria, pelo feitiço de seis para Sua Alteza. Representava o carro de bois em terra, o que os bergantins eram no mar, dualidade completando-se depois do marco inicial, em que tudo dependia dos subsídios dispensados por el-rei, dono dos barcos, carros e oficinas. A propósito, até roupas serviam de ordenado, tendo recebido em 1552 Simão Rodrigues, trombeta, *setecentos e cincoenta reis em resgate para duas camisas por servir nas ferrarias de Sua Alteza*, em que trabalhava quando não precisavam dos seus toques marciais. Em Tinharé alcançava-se nesta época a poder de cunhas, pentes, tesouras, anzoes, e outras cousas, dez quintaes de embira para as amarras e enxárcias da armada da costa. Da ilha em questão, situada não longe da cidade do Salvador, tirava-se igualmente madeiras para construção de barcos, assim como de Peraçú, ou Paraguassú, e Rio Vermelho, segundo vemos nas enumerações dos resgates. Dalí, aportavam paus guieiros, tirantes, rodelas, rolos de cedros para forros, e á matéria prima com a qual mestre António Gonçalves fez na Ribeira *quatro taboas de taboado, para o regimento das Caravelas a razão de mil e oitocentos reis a duzia*.

De Pernambuco também vinham enxárcias, mas nos *Documentos Historicos* não se diz do que eram feitas, tanto podendo provir de cordas confeccionadas naquela capitania, como do reino, ordenando-se em 1550 ao almoxarife Cristovam de Aguiar que entregasse a Martim Rodrigues mestre da caravela Rainha, *oitocentas varas de panno de treu, e quatorze de panno de lona para Velas da dita Caravela*, pertences provavelmente recebidos de Viana ou Lisboa. A ornamentação dos barcos era mais facil de conseguir no lugar, do que recebe-la do reino, utilizados como eram os

tecidos coloniaes. Em 1552 ocorre o mandado relativo á despesa de oitenta e quatro varas e uma quarta de *panno de algodão da terra para cinco estandartes para navios d'armada de Sua Alteza*. Quanto ao taboado, sabemos que havia remessas de Tinhaé empregadas em navios, pelo menos durante o governo de Tomé de Sousa, acontecendo que a defeituosa redação dos documentos não permite saber si não vinham também da Europa. E' possível que algumas vezes assim succedesse á vista do emprego do pinho português, ou do nórdico, leve, resistente, resinoso e elástico, com que os carpinteiros estavam afeitos, e que sempre dera bom resultado. Em abril de 1552 ordenava-se o pagamento a *Antônio Pires, Feitor do Navio Conceição do Pilotom de Flândes onze mil duzentos, e cincoenta reis em dinheiro, que lhe são devidos de seis duzias e tres taboas de taboado a razão de mil e oitocentos reis a duzia... o qual taboado traspassou Antonio Gonçalves carpinteiro mestre Antonio Pires*. Ha na mesma data, outros pagamentos, que não deixam dúvidas sobre a proveniencia baiana, assim como sobre os fretes do *Feitor da barca de Sua Alteza, que o dito taboado acarretou*. Sobre os recursos que então havia, sabemos que desde os primeiros povoadores existiam rudimentares oficinas de carpintaria naval nos pontos em que se fixaram os europeus (37). Assim, em Pernambuco fazia-se por ordem de Duarte Coelho "bragantins", com os quaes percorreu o litoral sob sua jurisdição. Os holandeses, contudo, só encontraram pequenas oficinas para reparação de barcos, que não se podia chamar estaleiros, merecendo melhor a designação os da Bahia começados por Pero de Goes.

Aí tinham feito Caramurú e seus parentes algumas barcas antes do governador chegar, muito primi-

---

(37) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*.

tivas, apenas maiores que as canoas dos índios. As que os officiaes mecânicos de S. A. lançaram na Ribeira, tampouco passaram de caravelões costeiros, a despeito da facilidade em obter madeira de primeira ordem para o fim desejado. O mesmo acontecia na época em Baçaim, entravado o desenvolvimento pela própria administração pública, que preferia fosse remetida para o reino, a matéria prima americana ou asiática, do que mandar profissionaes em número suficiente para as colónias. Em parte, tinha razão, pois os recursos técnicos na metrópole seriam sempre maiores, principalmente em armamento, e no acabamento do conjunto, e quaesquer dificuldades sobrevindo no curso dos trabalhos, seriam menos dificeis de remediar do que nas colónias, longe dos centros industriaes europeus, dependendo a obtenção dos seus productos de viagens demoradas e infindavel burocracia.

Utilizadas aquí ou além mar, as matas brasileiras dispunham de imponentes reservas de recursos para a navegação de vela. Preconizava Gabriel Soares, para as curvas e entremichas, um lenho que Hoehne supõe ser a Cajupeba. Para taboado, encontrava-se variedade de essências, capases de contentar o mais exigente dos construtores. O cedro leve, resistente, era facil de se lavrar para obras de revestimento interno e externo. O Ubiraem, classificado como árvore real por Gabriel Soares, prestava-se igualmente para os mesmos fins. Iguaes predicados possuia a Urucurana, diz o cronista, já mais pesada, indo ao fundo na água, boa de serrar e lavrar, com a vantagem de ser rebelde ao gusano, ambas madeiras hoje dificeis de serem vistas onde outrora sobejavam. A Paraparaiba dava facilmente, na opinião de Gabriel Soares, bombas para os *caravelões da costa*, por ser muito mole e oca por dentro. A Cutuçaem, também chamada Carvalho

Brasileiro, pelas suas folhas recortadas, era madeira pesada que o velho senhor de engenho garantia boa para taboado de navios e pequenos barcos, *se vae ao fundo*, e porisso de maior applicação em naus transmarítimas. Com semelhantes predicados se mostrava a Sucupira, *que soffre melhor os pregos e nunca apodrece. . . tão pesada que vae ao fundo*, considerada a melhor das espécies, para *liação de navios e barcos*. Deve ter havido casos em que barcos depois de dar aturado serviço, foram desmanchados na Europa, e o lenho aproveitado pelos marceneiros, de sorte que, depois de sulcar os mares proporcionava ainda móveis de longa duração e belo efeito decorativo. \*

Outra madeira preferidá para armação, era a Pequeí, pertencente á categoria de lenho duro e pesado, tida por "real" pelos antigos. Encontrada nas terras fracas, produtoras de madeiras duríssimas, atingia depois de longos anos de crescimento quarenta e cincoenta palmos de roda, assegura Gabriel Soares, impressionado pelas matas virgens e árvores veneráveis esparsas nos campos que teve a felicidade de encontrar. Dizia o cronista a respeito de suas particularidades, que o interior cheirava a vinagre, sempre úmido, inda fosse cortado cem anos antes. Desconhecemos como fez a verificação e temos de esperar pelo barão de Capilé, ora interessado na experiência, o qual já plantou varios pés para poder aquilatar a veracidade da noticia. Esta Pequeí, ou Cariocar *Bambinervae Mic.* ainda é encontrada em parajens em que pela primeira vez foi utilisada por povoadores quinhentistas, alcançando porte de mais de oitenta metros de altura! Dêla se fazia, *bons liames e outras obras para barcas e navios*. Não menos altaneiras eram as Curuás, das baixadas arentas próximas do mar, cuja folha se parece com a da Cutucaem a ponto de haver confusão, crendo Hoehne

que formam uma só espécie. Era também madeira pesada, com trinta palmos de roda, indicada para taboados e liames para barcos. Vêm a seguir, na enumeração de Gabriel Soares, as madeiras de muita procura nos estaleiros, próprias para mastros, como a Camaçari ou Tamacoari, mais leves que o pinho, e como este tão resinosas e roliças, *que parecem torneadas*, diz o cronista. A Guanandí mostrava alguma semelhança nas aplicações com a precedente, mas com pouca resistência, segregando substância visguenta que o rapazio empregava para *armar aos passaros*.

No calafetamento das pranchas, dispunham os carpinteiros de farta matéria prima, dispensando-os de a importarem do reino. Escrevia fr. Vicente do Salvador, que se tirava de algumas espécies vegetais, *estopa pera se calefetarem, e fazerem cordas para enxarcias e amarras, ao que tudo se aproveitam os que querem cá fazer navios*. A Capaobuçú, segundo Gabriel Soares também era *estopenda*, o mesmo acontecendo com a *árvore meã que se chama ibiriba, a qual os índios fazem fios* (apesar de muito dura mas empregada no taboado das casas regionais por ser *mã de lavrar*) *para fachos com que vão mariscar, e para andarem de noite*, tendo para a mais a virtude de arder como si fosse de alcatrão, inda estivesse verde, e com tanta intensidade, que o vento não lograva apagar a chama.

Além dessas havia o Embiruçu, Embira ou Imbira, consideradas como o melhor recurso colonial para entupir os interstícios dos taboados, e para fazer cordas e ataduras. Outro recurso para estopamento das querenas era o óleo das baleias, de que já falamos, naquele tempo comumente encontradas nas águas baixas. Para puxa-las a monte, assim como na faina das baleeiras, empregava-se, diz Gabriel Soares, *uns cipós muito grossos a que os índios chamavam cipó-*

*embé... e com elles varam as barcas em terra e as deitam no mar, e acham-nos tão grossos como são necessarios; com os quaes se excusam calabetes de linho.* Muitos desses subsídios devem ter sido vistos nos navios transoceânicos, depois que aportavam em portos brasileiros, onde se refaziam dos incidentes da viagem.

Nas oficinas da Ribeira construia-se em 1552 sob a direção de Matias Gonçalves, por dez mil reis, *a barca de Sua Alteza*, obra completada nas ferrarias, em que provavelmente também trabalhavam tanoeiros e caldeireiros necessitados das forjas para o seu mistér. Entre outros profissionaes neste caso, encontramos um dos numerosos mercenários espalhados pelos domínios lusos, como mestre Nicolas e seu auxiliar castelhano, recebendo *Cantem, Serralheiro Frances... setecentos e cincoenta reis em resgate para duas camisas*, pelos serviços prestados. Também poderia ser estrangeiro pela indicação do nome outro serralheiro Francisco Nunes, talvez castelhano, empregado nas mesmas repartições. Os casos de dupla profissão eram freqüentes onde tudo se improvisava, sem falar no velho exemplo vindo de Portugal, em que os homens de armas acumulavam vários misteres em tempo de paz. Assim, Afonso Jorge era espingardeiro e ferreiro, e por sinal, recebeu o seu ordenado em ferro. António Fernandes de Carvalho era homem de armas e trabalhador nas ferrarias de S. A. recebendo soldo pelas duas atividades. Já vimos casos semelhantes, e porisso podemos mudar de assunto, e os que mais particularmente se interessarem pelos estrangeiros na Bahia encontrarão no fim do último volume a bibliografia informativa. Apróveitamos a oportunidade para dizer mais uma vez, consistir nosso propósito o estudo da formação da sociedade brasileira visto em síntese, e não em setores particularizados. De outra forma teríamos que invadir plano reservado

a especialistas que poderiam se tornar por esse motivo nossos desafetos. Este método, apesar da sua simplicidade, parece não ter sido compreendido por certos críticos, queixosos de não termos estabelecido comparações entre o zelo religioso de protestantes e o de católicos, ou a respeito da atitude de ingleses e franceses em relação à política financeira de Portugal. O nosso escopo é tratar dos elementos humanos que possam ter influido na atual formação brasileira, e si possível do quadro em que existiram, desde que não venha desviar o curso da explanação. Claro está, precisarmos às vezes desenvolver um pouco mais do que desejaríamos determinados assuntos, todavia, sem alterar a razão de ser da obra, que se explica pelo próprio contexto.

Voltemos agora a organização que ia ser durante largo espaço o traço marcante da Bahia erigida em séde colonial. Ao passo que as habitações dos ardeadores da cidade dormitavam tranqüilas sob o calor do sol, via-se a Ribeira azafamada à roda das oficinas de S. A. onde se trabalhava para manter em boas condições a armada da costa. Na falta de glebas férteis em direção ao interior, começado o deserto em alguns pontos a menos de légua do Recôncavo, tinham os portugueses que se expandir pelo litoral, recorrendo à ligação marítima entre os povoados, porquanto pelas praias havia cabildas bravias que impediam o trânsito. Encontravam-se nas mesmas condições que os seus antepassados, lançando-se pelo mar, a descobrir ilhas, continentes e novas estrelas, por lhes estarem defeso o percurso terrestre dominado pelos infieis.

Em 1550, ensaiou Tomé de Sousa mandar um bergantim com Miguel Enriques, *criado de V. A. homem honrado e pera todo cargo*, escrevia o governador a el-rei, em companhia de Pedro Rebello, *patrão da ri-*

*beira desta Cidade e homem que ha dez anos sabe desta costa e serve de piloto*, devendo percorrer o litoral à procura de notícias de ouro, como diz Pedro Calmon.

Retido em 1551 Tomé de Sousa na Bahia, pelo muito que tinha de fazer, não encontrou outro recurso sinão mandar os seus principaes auxiliares com Pero de Goes, fazer correição nas capitánias do sul. Urgia assegurar a defesa dos habitantes, ameaçados como estavam por franceses, atormentados por índios e até por reinos de má índole. No Cabo Frio parte da expedição encontrou uma nau de normando ou de bretão, que não pôde apresar por falta de Cristovam Cabral, ausente no Espírito Santo, e que desfalcara as forças lusas com a sua demora naquelas paragens. Na carta escrita pelo comandante Pero de Goes ao governador, vem descrito o perigo que pairava sobre a região. No Rio de Janeiro ninguém *ouzava ir com elles*, ou seja, afrontar os interlopos, notícia corroborada na carta do mestre arquiteto Luís Dias mandada do Salvador a el-rei, onde escreve que se tinha perdido no mesmo ano de 1551, cinco ou seis navios tomados pelos franceses.

A situação agravava-se rapidamente. A vista disso mandou-se em julho de 1552 que se entregasse a João Gonçalves, *Senhorio do barco N. Senhora da Luz duas pipas de sal para se fazer pescaria para a armada*. Eram as medidas preliminares tendentes a prover de viveres á próxima expedição em aprestos. Em outubro mandava-se entregar a Pero Garcia, *Feitor da armada da Costa, em que ia o governador Thomé de Sousa as cousas seguintes para despesa da dita armada; a saber vinte e cinco machados, vinte e cinco enxadadas de cento e oitenta reis cada uma, cem machadinhas, sessenta foices, cento e noventa podões, duzentas duzias de tesouras, quatro Milheiros de furadores, no-*

*vecentas e quatorze cunhas entre grandes e pequenas, trinta milheiros de anzois de quatro a real, quinze milheiros de treze a real, cem pentes, cinco taras de facas, trezentos e cincoenta manchis (facões para abrir caminho no mato), cem espadas.* Nesta lista verificamos duas cousas principaes, a quantidade de objetos variados a serem distribuidos ás autoridades para fim de resgates, e o número elevadíssimo de cunhas destinadas á derubada de florestas, que adquirem pela quantidade valor simbólico. Era a chamada civilização ocidental penetrando oficialmente na esteira do governador, com obrigação de transformar colinas, várzeas e embocaduras de rios em fontes de proventos, para o reino que na Europa não podia mais se expandir. Ainda dispunham os lusos de espaço no solo pátrio, longe do aperto que veio a se notar nas suas províncias superlotadas em vésperas da independência do Brasil. Com melhor distribuição de terras viveriam sofrivelmente no recinto de suas fronteiras, pois ainda não se manifestava necessidade de recorrer á imigração pelo excesso de gente em estreitas faixas férteis rodeadas de pedreiras. Podiam ainda os soberanos em 1550, administrar Portugal como herdade campesina, auxiliados pela pesca, em condições melhores do que os descendentes immediatos de Henrique de Borgonha, quando empenhados na luta contra o Islam. Outras preocupações, porém, moviam a dinastia de Aviz, num complexo económico-político-social-religioso, norteado, primeiro pela necessidade de prosseguir nos mares a luta contra o inimigo secular, em seguida, pela série de circunstâncias favoráveis, que lhes asseguravam a liberdade de movimentos do lado espanhol, e abriam de par em par as portas do oceano.

As viagens alteraram a mentalidade do povo que, menos apto estava na Europa atlântica para suportar

o choque produzido pelos efeitos do monopólio da mercância do oriente. Apossou-se da nação portuguesa verdadeira obceção de grandezas, desvairada como ficou pelos *fumos* da Índia, que por algum tempo a colocaram na deanteira das que incentivavam o progresso da humanidade. O fastígio dos descobrimentos que mudaram a face do mundo, foi alcançado quando o Brasil se deparou ao português na fase mais perturbada da sua capacidade colonizadora.

\* \* \*

Não se olvidaram na América os povoadores da sua tradição marítima, empregando o tráfego costeiro para se comunicar entre si desde a primeira década quinhentista. Chegando depois de João Ramalho e do Caramurú, Tomé de Sousa não fez mais para o serviço del-rei que imitar os predecessores, e terminados os preparativos para a jornada, embarcou-se em 1552 na flotilha composta da nau S. João e das caravelas Rainha e Leoa, cumprindo, embora tardiamente as instruções que recebera.

Levava consigo Manoel de Nóbrega, cuja colaboração nunca lhe faltou na complicada tarefa da organização da colónia. Ia agora precisar mais do que nunca o governador da clarividência do apóstolo na descida ao sul, em que tinha de prover aos melhoramentos das capitánias disseminadas pela costa. As informações de Pero de Goes, e de António Cardoso de Barros e relatórios de jesuitas, estavam longe de serem tranquilizadores a respeito do que aí se passava. Por toda parte reinava desleixo e abandono, os donatários impossibilitados de cuidar das capitánias, os povoadores desavindos, sem suficiente amparo moral, desmandados por clérigos inferiores, sem instrução, entre-

gues a si mesmos, desarmados ante o risco de assaltos do gentio e dos europeus inimigos de Portugal. Era muito possível, nessas condições, que além de outros percalços fossem encontrados interlopos a rondar pelos ancoradouros, onde traficavam com os índios amigos seus. A expedição não podia seguir sem as precauções de costume, mais algumas aconselhadas pelo que desse e viesse a suceder no trajeto. Uma das medidas preparatórias tomadas pelo governador, foi chamar de Ilheus onde morava, o cristão novo Felipe Guilhem aboletado no Brasil desde 1537. Queria tê-lo junto do bispo Fernandes Sardinha para servir de corregedor e consultor técnico durante a sua ausência pelos grandes conhecimentos que lhe supunha. Mais tarde voltaremos a falar de ambos.

Largada a baía do Salvador, singraram os expedicionários até a primeira escala, que se realizou em Ilhéus. Parecera conveniente substituir o recém-nomeado alcaide mor Sebastião Martins, morador na capitania, por João -Gonçalves Drummond. O motivo está exposto de modo pitoresco na carta do governador a el-rei, onde dizia *os que agora servem de capitães não os conhece a mãe que os pario e eu agora tirei hum da capitania de Ilheos. . . por ser christão novo e acuzado pela Santa Inquisição.*

Dáí preferir Tomé de Sousa ao madeirense Dormundo, como lhe chama, *homem honrado e abastado de boa casta*, também habitante da dita capitania, e que por provisão passada por Sua Alteza já era fidalgo de cota d'armas. Ademais justificava o escolhido nobre ascendência na Escócia, no reino e alhures, assim como pelos muitos serviços prestados pela sua família á corôa lusa. Rezolvido este caso, iniciada a governança de Dormundo como provedor a 18 de novembro de 1552, inteirava-se Tomé de Sousa das ne-

cessidades ilheenses, e providenciou para que fosse pago o devido a Francisco Lopes Raposo, lóco-tenente do capitão destituído, e Afonso Alves Furtado, que fôra provedor antes de Dormundo. Tratou igualmente do principal motivo que o trazia, *Todas as vilas e povoações de engenhos desta costa fiz cercar de taipa com seus baluartes*, mandando ainda ao almoxarife que saldasse a *Gonçalo Anes Mestre de Engenhos importando em vinte e dois mil e cincoenta reis em assucar branco, que lhe são devidos de huma vela que lhe comprou* (o almoxarife) *para os navios da armada de Sua Alteza, que tinha seiscentas e trinta varas a trinta e cinco reis a vara de panno de Vila Conde.* «Vemos nesta altura, o primeiro assucar de Ilhéus contribuir para o pagamento das despesas reíunas, dentro do sistema instituído pela monarquia na colónia.»

A derrota do governador pela costa, após estes e outros incidentes, levou-o mais o séqüito ao Rio de Janeiro, na doação de Peó de Goes, que se tornara pelo abandono em que jazia valhacouto de corsários. Admiraram-se os portugueses da grandesa do porto e das comodidades que oferecia, completamente deixado aos franceses que aí vinham resgatar pimenta silvestre (38). Nas comunicações mandadas do sul desculpava-se Tomé de Sousa de não ter podido edificar povoação que obstasse aquele estado de cousas, dispondo de pouca gente para guarnecer tão vasta extensão como o litoral brasílico. Assim sendo, *não me parece siso*, dizia, *deramar-me por tantas partes*, prometendo que em pouco receberia el-rei suplemento de informações verbaes pelo capitão Pero de Goes de partida para o reino. A impossibilidade de remediar convenientemente o abandono em que estava a magnífica baía, objeto do deslumbra-

(38) Varnhagen Ha. Gr. I 323. E' mais provável que procurassem pau Brasil então existente na Guanabara, e não somente pimenta como pensava o historiador. cf. artigo Neiva in Rev. da Academia.

mento de todos que a visitavam, criava grave problema para o governo. Podemos imaginar o que seria para Portugal a perda de uma região ainda desconhecida, mas que se revelaria a mais rica do império português assim que fosse devassada. Podia-se da Guanabara comandar os planaltos visinhos, com regiões que eram celeiros de víveres e recessos de ouro, e que mais tarde mudaram para o Rio de Janeiro a séde da colónia. Pela segurança que proporcionava aos navegantes, e recursos de que dispunha, livre de secas e desertos inaproveitáveis, constituia base de primeira ordem para empreendimentos coloniaes. A freqüentação de corsários infelizmente informara os concorrentes de Portugal, fornecendo-lhes gente conhecedora dos mares e da terra americana, e lhes grangeara a amizade dos índios litorâneos. Entretanto, a providência que velava sobre a monarquia lusitana, malogrou os desígnios do francês, tangido do Sul do Brasil pelas dissensões provocadas por lutas religiosas, e pelo punhado de portugueses, mamelucos e índios que o atacaram no seu reduto.

Do Rio de Janeiro passou o governador para a capitania dos herdeiros de Martim Afonso de Sousa, onde se demorou mais tempo por ser fronteira das terras castelhanas e possuir interessante núcleo de população. Quando estava entregue aos cuidados de lhe atender os pedidos, sobreveio um acidente que dá idéa dos sentimentos dominantes entre os portugueses, da sua mentalidade no momento, e das diretrizes da sua política expansionista. Aparecera em S. Vicente o capitão espanhol Diogo de Senabria num batel, mais alguns homens, a procura de auxílios. Tinham zarpado de San Lúcar de Barrameda no ano de 1550 em uma nau e duas caravelas, rumo a Buenos Aires. Durante a travessia dispersou-se a flotilha e a nau em que ia Juan

de Salazar e a família do comandante topou corsários franceses, talvez dos que traficavam no Brasil, sofrendo assalto que a deixou sem víveres, na situação lamentável em que veio aportar a Santa Catarina com os passageiros quasi mortos de fome. Aí encontraram uma das caravelas desgarradas cuja tripulação fôra bem recebida pelos índios. Desandaram, porém, os brancos a brigar uns com os outros, em dois partidos capitaneados por Salazar e pelo seu adversário Fernando de Trejo. O primeiro resolveu pedir ajuda aos portugueses de S. Vicente, onde tinha velho conhecimento com António Rodrigues. Este povoador viera com o capitão espanhol á América, na expedição de D. Pedro de Mendoza no ano de 1535, em que tomou parte na fundação de Assunção e de Buenos Aires, partilhando na conjuntura a fome e mais apertos narrados por Ulrico Schmidel.

Tomé de Sousa noticiou as tribulações dos espanhoes a el-rei, escrevendo que *o capitão daquela campanha que se chamava João de Salazar que foi criado do duque d'Aveiro a quem fez deitar o habito de Santiago*, comandava os espanhoes arribados na laguna dos patos, constando cerca de sessenta sobreviventes, entre os quaes havia *filhas e parentes* do chefe da expedição, *em que eram nove ou dez mulheres fidalgas afora outras*, escrevia, referindo-se a Da. Mencia Calderon, viuva de João de Senabria, e as suas filhas. Para acudi-los mandou um navio de abastecimentos com o jesuita Leonardo Nunes, que os trouxe para S. Vicente. Ao que parece, a vila não causou muito boa impressão a Salazar, que em 1553 comunicava de Santos, possivelmente com o azedume causado pelas dificuldades, não lhe convir ficar olvidado, *en esta tierra, donde la mayor parte de los que ella viven son malhechores desterrados de Portugal*. Também se po-

deria pensar serem as reflexões inspiradas por gente do gênero de João Ramalho, que não se sabe como veio ter ao Brasil. O certo é que Tomé de Sousa, embora agazalhando os viajantes, punha obstáculos a que se comunicassem com as terras do sul compreendidas nas preferções castelhanas. Queixas daí adviram, tornando por fim Da. Mencia a São Francisco, seguida de Salazar, com Cipriano de Goes, doze espanhoes, seis portugueses, suas mulheres e filhos, envidando marcha por terra através de Guairá, por onde alcançaram Assunção em outubro de 1555, trazendo o gado que foi o primeiro que lá chegou. O trajéto foi igualmente batido por traficantes de índios resgatados ou roubados, antes e depois de Salazar, o que em extremo desagradava aos responsáveis pela administração portuguesa. Um estudo de Sérgio Buarque de Holanda em *Cobra de Vidro* traz sugestivas vistas sobre o caso, que muito desejaríamos fossem desenvolvidas, por demonstrar o autor raros dotes de analista. Compreende-se depois da sua leitura como preferiam os refugiados abreviar caminho, indo de S. Vicente ao Paraguai pelo trajéto divulgado por Cabeza de Vaca e outros castelhanos. Desciam os rios Itaboca e Hubay até chegar sem muitas dificuldades a Assunção, o mais importante reduto neste momento dos espanhoes na América do Sul. Tão conveniente se afigurava para eles o recurso, que os governantes portugueses lembrados do princípio, de que aos fracos não é permitido cochilos, puzeram-se de sobreaviso, apelando por medidas drásticas. O tráfico com os castelhanos não desagradaria aos habitantes de S. Vicente, que tinham visto aumentar as rendas da alrândega no ano de 1552, nas vésperas da inspeção do governador geral. De nada porém quiz saber Tomé de Sousa, que tratou o quanto antes de obstar taes relações. Na carta desabafava com veemência, *Parece por costellação não se poderem os Portugueses em ne-*

*nhuma parte desapegar dos castelhanos, e conquanto o julgassem, mau espherico e peor cosmographo, desejava apenas que o mundo todo fosse de seu Rei.* Em consequência recebeu o embaixador luso junto a corte de Madrid ordem de reclamar contra o abuso. Retorquiu sem amenidade o lado oposto, também baseado em informações vindas da América, com citações de supostos maus tratos e opressões, cometidas pelos funcionários vicentinos contra os habitantes de Assunção, toda vez que premidos pelas necessidades se arriscavam até á costa brasilica (39). Deveu-se a estas circunstâncias a ereção do povoado de S. André da Borda do Campo em vila, recebendo João Ramalho por capitão, e os seus mamelucos por atalaias. Presumia Varnhagem que um dos fins da medida era vedar que por ali se fizesse comércio com o Paraguai. O relatório de Pero de Goes destinado ao Conselho de S. A. apoiava-se de fáto nessas razões, propondo a remessa de dez pessoas em condições de superintender o necessário á defesa da terra e aos interesses da fazenda real. Começava sugerindo que viessem os donatários morar nas donatarias, e houvesse na Bahia um alcaide mor para substituir o governador quando partisse em viagem de inspeção. Que se mandasse bastantes recursos para povoar o Rio de Janeiro, convindo aí manter outro ouvidor geral. Igualmente se fizessem fortificações em Santos e S. Vicente, baluartes lindeiros dos castelhanos, e citando ainda algumas providências, sugeria a supressão dos cargos de provedor mor, e o seu mesmo, de capitão mor do mar, que incidiam nas atribuições do governador, e assim foi feito na vigência seguinte. Levava ainda Pero de Goes, substituído na

---

(39) cf. Serafim Leite In *Novas Cartas Jesuíticas*, pág. 172 e seguintes, Pedro Calmon *História do Brasil*, 242-46, e Sérgio Buarque de Holanda em *Cobra de Vidro*, 93, em que vemos Nóbrega apoiar o luso Imperialismo de Tomé de Sousa,

capitania do mar por Francisco Porto Carreiro, recado a S. A., pedindo não tardasse mandar render a Tomé de Sousa, que depois de tantos trabalhos e responsabilidade almejava descanso.

Voltando o governador á Bahia encontrou a administração turbada por António Cardoso de Barros, que pretendia intervir nas capitanias (40), sendo preciso proibir-lhe que fosse a Pernambuco, consoante a política del-rei respeitadora dos direitos dos súditos donatários. Como taes escrúpulos nos parecem hoje fabulosos... Principalmente por parte de soberanos que dispunham de poderes discricionários, refreados, é verdade, pelo ensino moral e religioso que desde a infância lhes inculciam, afim de que comprehendessem serem apenas servidores e não senhores do povo, pois todos os seus átos seriam mais tarde julgados por Deus como os do último vilão de beetria. Dentro desse espírito, acompanhavam ao amo os funcionários da coroa numa seqüência gerárquica, de que Tomé de Sousa fôra no Brasil o ápice e o exemplo feliz.

Quasi na mesma época em que o governador chegava á cidade do Salvador embarcava D. Duarte da Costa em Lisboa para substitui-lo. Nos últimos dias que lhe restavam na colônia podia se ufanar Tomé de Sousa de ter edificado uma cidade nas colinas desertas, contido o gentio, disciplinado os brancos, delineado sólida *cabeça de praia* para empreendimentos futuros que deixavam os problemas da administração aparentemente desanuviados para o seu sucessor.

Na povoação sobranceira ao Recôncavo via-se agora em toda parte atividade, tanto no alto, onde dia a dia mais casas se levantavam, e hortas e pomares se estendiam sobre trato's incultos, como ao descer para

---

(40) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, I, 229.

o mar, pelo caminho feito em 1550 por Jorge Dias (por tres mil e quinhentos e quarenta reis em dinheiro e duzentos reis em resgate) em direção da atividade reinante na Ribeira elevada por Pero de Goes. Arfavam as oficinas entregues a intenso trabalho de armar, concertar e reformar barcos, com os quaes se comunicava a séde com as capitánias e a metrópole distante. Mais além, se adensava a povoação do Pereira, núcleo proletário, habitado pelos artifices, homens de armas e pescadores da antiga camboa do Caramurú. As ordens deixadas ao provedor, antes da partida de Tomé de Sousa, evocam os principaes aspéto daquella colectividade. No mesmo ano de 1552 em que se pagava o caminho dando acesso ás pescarias, recebia Custódio Rodrigues, *da Povoação do Pereira dois mil e duzentos e oitenta reis em mercadoria... de vinte oito arrateis e meio de cobre, que gastou e poz no concerto de duas caldeiras de sua Alteza a oitenta reis o arratel.* No sítio também habitava Francisco Pinto, ao qual pagou-se, como vimos, trinta e uma canadas e meia de azeite de peixe para as caravelas de S. A. o que faz crer possuisse este reinol uma instalação para produzir o ingrediente, em que se aproveitaria o produto do pescado, e das baleias encalhadas nas visinhanças. Novamente a Custódio Rodrigues, homem importante no lugar, empresário de varios misteres, *morador na povoação de Pereira*, deu-se mil quarenta reis em dinheiro por treze alqueires de farinha da terra, para mantimentos dos escravos, *que Sua Alteza mandou a esta cidade*, mais oitocentos reis em dinheiro, *de um tacho de cobre que lhe foi comprado pera Sua Alteza*, ou seja serviço reiuno consistindo na alimentação dos escravos, talvez africanos, que o governo remetera á guisa de reforço para as obras que se realizavam. A Afonso Rodrigues, também morador no Pereira, pagou-se com igual fim, dezoito alqueires da mesma fa-

rinha por mil e quatrocentos e quarenta reis em dinheiro. Efetuavam-se correntemente no ano de 1552 pagamentos em moeda aos principaes fornecedores do governo, recaindo os antigos, em espécie, sobre os *mesquinhos*, e os militares, o que marca profunda differença entre os tempos passados e os presentes.

Andavam mal de sorte na Bahia soldados que não accumulassem qualquer outra profissão que lhes permitisse melhorar de vida. Os que tinham officio apreciado pela procura existente no lugar, fossem eles militares ou não, podiam obter empreitadas e prosperar graças a contratos com o governo, que passavam a executar com seus "creados" e escravos. Trabalhava por ex. o carpinteiro nosso conhecido António Gonçalves, que vimos rapidamente progredir, com *tres criados seus que andaram na Ribeira desta Cidade* em meados de 1553. Nessa época a cidade do Salvador avultara bastante para receber o novo governador com intrigas e mexericos a empeçonhar o rebanho pastoreado pelo bispo Sardinha. Querem assim, as primeiras fases da evolução das aglomerações humanas, que seja pago pesado tributo pelo seu desenvolvimento, quando se transformam de pequeno núcleo, em que todos estão ligados entre si pela solidariedade ante o perigo comum, em derramada mancha urbana com muitos milhares de habitantes, tornados indifferentes uns aos outros pela ação dispersiva das multidões.

\* \* \*

O governador que findara o seu tempo no Brasil, tinha confirmado as esperanças que nele depositavam rei e conselheiros. Era um élo da cadeia dos assinados Meneses, Almeidas ou Albuquerque, que porfiavam por manter em toda parte o respeito ás instituições e o prestígio das armas portuguezas. Pertencia

Tomé de Sousa ao grupo de procônsules que transitava pelos postos militares e administrativos sem incorrer na suspeitosa maledicência que espreitava os funcionários de além mar. Um códice antigo versando *Dittos Portuguezes dignos de Memoria* cita algumas anedotas que lhe são atribuídas. De uma feita no Brasil, resolveu por paradeiro ás infinitas demandas de um indivíduo, que na Bahia, *trazia a muitos homens muito inquietos*. O meio que empregou foi nomear um parente do contencioso para seu tutor, entregando-lhe os seus bens para gerir, *com esta cor de dizer, que o outro estava alienado, e o tramposo... como não sabia o artificio, foi-se ao governador, mas por mais que lhe gritou e clamou, nunca o quiz prover*. Encontrara ante si alguém mais pertinás do que ele; cuja fama de honestidade alicerçava de tal forma as suas resoluções que pouço adeantava querer reforma-las. Embarcou o demandista para o reino, onde andou de seca em meca atrás de desembargadores, e mesmo del-rei, sem nada conseguir, porquanto no navio em que viera também seguira carta de Tomé de Sousa narrando a S. A. *como aquelle homem era muito prejudicial á Republica*. Amofinado pelo insucesso, acabou morrendo, e quando o herdeiro asseverou ao governador de que o coitado se finara de tanto agravo, respondeu-lhe Tomé de Sousa *se elle agora fora vivo, ainda houvera de ter tutor*, pequena amostra da inteiriça mentalidade que possuía o primeiro governador da Bahia.

Recebido cordialmente no paço, como era de esperar depois de servir tão fielmente ao amo, e os interesses do país, foi nomeado vedor da rainha, e em 1563, recebeu mais seis léguas de terras na Bahia. Verificando-se, ao depois, de que não estavam em sítio adequado, foram transferidas em 1565 para o norte do rio Pojuca, junto da sesmaria do conde de Castanheira.

Em 1577 deram-lhe ainda a Tesouraria hereditária da Bahia, que veio se juntar á tença de 100 mil reis doada quando o nomearam para o Brasil. Reunindo o que tinha com o que lhe davam, prosperava Tomé de Sousa na corte, orientado pelo bom senso, desempenhando-se das suas funções como anteriormente se houvera em postos arriscados da Índia e do Brasil, em que dera exemplo de atividade e sabedoria. Certa vez, perguntou-lhe a infanta D.<sup>a</sup> Maria, por que rico não mantinha grande casa, contestando o velho adail não ser amigo de ostentação, e para mostrar o quanto era modesto, citou exemplo mui luso e quinhentista, *ha cincoenta anos que tenho hum ourinol, e quem m'o quebra paga'mo* dizia, método que lhe poupava despesas com o recipiente (41). Não sabemos como a princesa recebeu o dito, mas deve ter sido com boa sombra, conhecida a respeitabilidade e o carater do veterano. Com igual ânimo proferiu ao ouvir D. Luís Fernandes de Menezes — filho do nobilíssimo arcebispo de Lisboa — narrar como arribara no Brasil envolvido em forte tormenta, *oh! Senhor! Que mau annuncio esse para os bastardos, que até agora não houve filho de mulher solteira, que não fosse dito-so...*

Enquanto lhe transcorriam os últimos dias junto aos soberanos, de quem era avisado conselheiro em assuntos coloniaes, e muitos outros, remanesciam no

---

(41) Provavelmente não foi a reputação de econômico de Tomé de Sousa que levou o economista Werner Sombart a colocar o antigo governador geral do Brasil, e o primo Martim Afonso, no rol dos cristãos novos portugueses que alcançaram altos cargos. Conhecida a severidade em matéria de castigos que ambos empregavam quando havia mistér, podemos conjecturar qual seria o que applicariam ao sábio professor de Berlim, caso ressuscitassem e o apanhassem de geíto, como pretende o barão de Capilé ultimamente absorvido em estudos históricos e espiritistas.

Brasil saudades de sua gestão. A 13 de abril de 1554 escrevia da Bahia D. Pedro Fernandes Sardi-  
nha, homem igualmente rígido e amigo de dizer o  
que pensava, *afirmo a V. A. que quem vio esta terra em  
tempo do bom Tomé de Sousa e a vê agora que tem  
tanta cousa de se carpir quanta teve Jeremias de cho-  
rar sobre a cidade de Jerusalém.*

## A capitania de Ilhéus

Antes de tratar dos governadores geraes sucessores de Tomé de Sousa, convém examinarmos de relance as capitanias que seguiam destino paralelo ao crescimento da cidade do Salvador. Recebia em 1534 Jorge de Figueiredo Correa a extensão da costa que da foz do Jaguaripe, fronteira a Itaparica, acabava nos limites de Porto Seguro, sob o nome de S. Jorge de Ilheus. Derivava parte do apelido de ilhotas que se avizinhavam numa angra, formando ancoradouro que auxiliava a abrigar, e a outra parte da vila de S. Jorge situada no alto de uma espécie de península que o rio Cachoeira desenhava antes de entrar no oceano. Não fôra possível no momento a Jorge de Figueiredo; talvez nem ele tencionasse; vir ao Brasil para tratar da doação. Absorvido no trabalhoso cargo de escrivão da fazenda, faltava-lhe além do mais, experiência de empreendimentos que conhecia apenas através da escrituração administrativa. Julgou preferível nomear prepostos seus para lhe valorisarem a doação, enquanto na côrte continuava a privar com os dirigentes do império, aos quais devera aquela província brasílica. Os escolhidos não eram obrigados a assistir em pessoa nas donatarias, bastando no espírito de Conselho de S. A., que aí invertessem de modo profíquo as quantias que tinham angariado no serviço da própria coroa.

A presença dos donatários na colônia foi uma das teclas mais batidas dos comunicados officiaes e particulares remetidos do Brasil. Adeante veremos algumas das conseqüências desta censura aos capitães ausentes dos seus quinhões, onde por vezes ocorriam "casos" provocados pelos lugares tenentes que os substituíam. Contra esses subalternos até os donatários residentes na colônia lhes exprobravam a desidia, pelo fáto de caírem as capitánias em confusão prejudicial aos visinhos, tornadas foco de desordens, valhacouto de delinqüentes, chamariz de contrabandistas de madeira e de ladrões de escravos, que punham o litoral em sobressalto. Queixava-se Duarte Coelho da gente de Itamaracá (42), sem saber que também a elle os jesuitas faziam restrições, adétos de toda a colônia reunida sob o governo geral, sem divisão de poderes, nem de fronteiras políticas, mesmo em se tratando de diligente e honesto capitão como o de Pernambuco, com quem mantinham boas relações.

A unidade administrativa do Brasil parecia-lhes condição primordial para seguro e rápido progresso da civilização na terra, orientação muito compreensível dentro dos rígidos moldes militares da Companhia de Jesús, que ia mostrar algumas décadas depois a applicação prática dos seus métodos no Rio Grande e Paraguai. Não se deverá, contudo, attribuir o malogro de certas donatarias, á ausência dos donatários, ante os successivos desenganos de Francisco Pereira Coutinho, e outros que aqui estiveram. A realidade está mais em circumstâncias locais, levando em conta o fator geográfico, mais importante no caso, que o político, pois em ponto algum doado aqueles capitães surgi-

---

(42) v. *Pernambuco e as Capitánias do Norte* 1.

ram Potosís que os fizessem passar triunfalmente á história.

Para dirigir a donataria escolheu o escrivão da fazenda no princípio João de Almeida, segundo Gandavo, ou ao castelhano Francisco Romero, como quer Gabriel Soares. A carta de Pero Borges refere-se ao segundo, que em 1550 se achava á testa da capitania. Considera-o boa pessoa, mas ignorante e pobre, que na opinião do missivista, levava muitas vezes os homens a praticar o que não deviam. Partilhava a teoria de que a honestidade é luxo dos remediados da vida, servindo a miséria de atenuante para muita cousa. Reconhecia, porém, que lhe diziam ser Romero cordato, experimentado e de bom conselho, embora tivesse sido preso muitos dias em Lisboa, por deslises cometidos não se sabe onde, no mesmo officio de capitão e ouvidor. A carta emprega o termo novamente no sentido comum que então lhe davam, *volitando livre e novamente nomeado por Jorge de Figueiredo*, com acepção moderna de agora, fenómeno semântico que levou neste caso, e em muitos outros, historiadores contemporâneos a estranhas lucubrações. Pareceu-lhes que Romero fôra nomeado duas vezes para o cargo, provindo a pena sofrida no Limoeiro de distúrbios semelhantes aos ocorridos na Bahia e em Porto Seguro, mas de que se justificara. E' possível que acertem por acaso, no entanto, os documentos só permitem supor que se trate de rústico, da espécie mercenária, como se via em toda parte da Europa no século 16, encontrada até nas hostes do sultão de Marrocos onde espanhoes formavam mesnadas apesar de cristãos. Na América esses elementos capitaneavam os homens de armas que asseguravam a posse da terra, destemidos e acutiladiços, que, bem sucedidos, davam um Pizarro, e não se lhes deparando oportunidades felizes, continuavam Romero. Nas

denúncias de Belchior de Sousa perante o Santo Officio, em que se disse filho de João Gonçalves Dormonde (sic), ha referênciã a *hum castelhano Francisco Romero já defunto, que entrando na igreja vendo HUM CRUCIFIXO que havia trazido de Portugal hum homem com quem elle estava deferente dise, tenho odio aquelle crucifixo por que no trouxe Foam que era o ditto homem com quem elle está deferente.* Não admira que tal dissesse á vista do mau costume dos espanhoes em geral e dos militares em particular, de blasfemarem quando esbravejavam, inda fossem bons católicos. Devia ser em todo caso homem de experiênciã em assuntos coloniaes, esperto em entrincheirar uma vila, provido de tirocínio que os documentos não nos dizem onde adqüirira. Antes de escolher a séde capitânea, realizou algumas tentativas pelas imediações do sítio em que afinal se elevou S. Jorge de Ilheus. O lugar dispunha de agua em abundância, e dos demais requisitos das funções a que o destinavam. Na sua *Memoria sobre a comarca dos Ilheus*, descreve Baltazar da Silva Lisboa a vila de *São Jorge, em huma baixa de engraçada varjaria encostada á Costa do Mar.* Demonstrou o local, facil de defender, rodeado de terras aproveitáveis, sombreadas por matas que proporcionavam madeira para edificações, o acerto da escolha quando os brancos tiveram de se manter por longos anos em estado de guerra quasi continuo contra o gentio. Não estivessem os ilheanos em condições de receberem reforços por mar, e de observarem quaesquer movimentos de inimigos pelas redondezas, poderiam ser surpreendidos, sitiados sem esperanças de salvação, trucidados ou forçados a abandonar o território que ocupavam, como aconteceu a muitos núcleos povoadores daquele período. O discernimento da escolha trouxe as vantagens do fator geográ-

fico, faltando apenas o económico dependente das comunicações para assegurar o sucesso da Capitania.

Nos trabalhos preliminares figurou como sempre o gentio aliado na luta que foi preciso manter desde o começo da capitania. Pelas imediações espreitava o tapuia de corso Aimoré, de *lingua travada*, estranho ás tribus da costa, que nenhum intérprete entendia. Presume-se que os amigos dos portugueses e seus auxiliares contra os antigos habitantes do lugar, fossem os Tupiniquim, pertencentes ao grupo Tupí, também chegados não fazia muito á costa que subiam em direção norte. A hostilidade de uns aproximou os outros dos reinos á volta de Romero, assumindo decisiva importância a atitude do gentio, no momento em que o donatário esperava começar o desbaste da capitania. Talvez houvesse igualmente entre os Tupiniquim alguns mamelucos, produto de relações com os navegantes, que de ha muito vinham buscar Ibirapitanga na costa por onde os índios subiam rumo a Bahia, normandos, bretões, castelhanos, quiçá ingleses, agentes da miscigenação que foi continuada pelos portugueses e que no correr do tempo se tornava poderoso elemento da aculturação. A atividade evangelizadora dos jesuitas concorria por múltiplas razões em solidificar aquela argamassa unificadora. Infelizmente só alguns anos mais tarde, em 1562, é que pôde ser elevado o colégio e a casa dos padres. A demora deste valioso auxílio muito se fez sentir, tanto mais que, ás vezes, voltavam-se também os Tupiniquim, ou Tupinaquim, contra os alienígenas. Nesta conjuntura é que a intervenção dos jesuitas se manifestava insubstituível a começar pelo seu primeiro cuidado em conhecer a língua do gentio, para catequiza-lo e poderem servir de intérpretes e intermediários entre os chefes brancos e os principaes das tabas. Dispensava-se, daí, onde es-

tivessem, o língua boçal, não raro causador de distúrbios, substituído por missionários que em todas as circunstâncias mostravam a superioridade que os tornara famosos nas côrtes europeas e nas missões de além mar, onde era preciso adivinhar traças subtis ou afrontar feras racionais e irracionais.

O entendimento de europeus e selvícolas devia ser atentamente acompanhado por espíritos prudentes, e nunca entregues á mentalidade utilitária de rústicos povoadores. Mesmo assim, podiam ocorrer na capitania os efeitos da observação por nós desde ha muito verificada a respeito das relações entre aliados (43). Notamos nos fastos da história, de todas as épocas e em todos os continentes, que dois grupos políticos ao se unirem contra um terceiro, entram quasi automaticamente em antagonismo entre si, chegando ás vezes a procurar auxílio do adversário contra o ex-aliado. No caso, não puderam ir tão longe tupís e tapuias, pois divididos pelos seus ódios insanáveis, só atacavam o branco isoladamente, o que concedeu ao português alguma tranqüillidade, no espaço compreendido do seu desembarque nos Ilhéus, á reação Aimoré, e lhe permitiu o plantio da cana e a construção de engenhos. Consta a propósito, que de Ilheus foi a primeira cana de assucar para a Bahia, no esboço de prosperidade que parece ter havido nos primórdios da capitania..

Sobre esse período falta documentação a ponto de nem sabermos, si o mandado de 22 de novembro de 1552 é referente a Romero, ou a algum homônimo. Ordenava-se ao feitor Jorge Martins, que pagasse a Jyms Romr.º, *morador na dita Capitania seis mil e oitenta reis em dinheiro de uma vela, e cordas que lhe comprou para os Navios de Sua Alteza, que tinha cento*

---

(43) v. Pernambuco e as Capitancias do Norte 11, 450.

e noventa e seis varas de panno de Villa do Conde. A abreviação não parece muito conforme a Francisco (a redação dos copistas era useira e veseira dessas estrophações) mas um Romero importante na época, recebendo pagamentos relativamente elevados, sugere tratar-se do lugar-tenente do primeiro donatário, que estabelecido ha anos no lugar estava em condições de prestar aqueles serviços. A não ser ele, teríamos então referência a um filho seu, de nome Jayme, como supõe Pedro Calmon na *Historia do Brasil*. Tampouco conseguimos saber com segurança, quanto tempo governou, pois Pedro Calmon no mesmo trabalho diz que Romero se demorou em funções mais ou menos até 1575, lapso que parece excessivo a alguns historiadores (44). Sobre a época, o que dispomos de mais seguro, é a carta do ouvidor Pedro Borges. Já vimos que Tomé de Sousa, retido no Salvador por afazeres inadiáveis, mandara em seu lugar os principaes funcionários da justiça fazer correição onde assistiam portugueses nas capitancias ao sul da Bahia. Afim de atrair capitães e imigrantes, como naquele momento acontecia a Pernambuco, cedera Jorge de Figueiredo largo trato de terras ao seu colega de administração, o secretario del-rei Fernão d'Álvares. O contemplado se limitou entretanto a um esboço de estabelecimento, para onde foram uns poucos egressos de localidades costeiras e alguns degredados. Outros moradores que estavam em Ilheus, passaram á Bahia, atraídos pela ação dos centros ativos sobre os vizinhos estacionários, além dos que foram seduzidos pela administração reïuna, necessitada de seus préstimos. Nesse caso estava o naturalista, astrólogo e o que mais seja, Felipe Guilhem,

---

(44) Na carta de Pero Borges de 1550 ocorre a informação de que "eille a de dar residentia acabado tres annos", o que parece indicar o termo da sua governança.

chegado, segundo conta, por volta de 1538, e que se demorou em Ilheus cerca de dez anos, *ajudando a governar a capitania*. Em 1550 roga na carta que escreveu a el-rei, que o dispense de funções públicas por se sentir velho e cansado, após doze anos de serviços, *ora de juiz ora de vereador e asi os outros officios*, alegação muito provavelmente verídica. Encontramos ainda no rol das últimas nomeações feitas pelo donatário Jorge de Figueiredo Correa, antes da intromissão do governo geral na capitania, os nomes de Francisco Lopes Raposo, e o de Pero Garcia — apelido de assonância castelhana, talvez companheiro de Romero — o qual recebia no cargo de almoxarife duas resmas de papel de marca pequena para os livros da dita feitoria, mandados da cidade do Salvador em julho de 1549, ou seja das primeiras remessas feitas da séde colonial para Ilheus. Outro reinol ocupando nessa época o cargo de escrivão, era Pedro Moreno, nome também suscetível de ser incluído entre os espanhoes moradores na capitania.

Esses funcionários e os demais companheiros de Romero, teriam aparentemente deixado as esposas no reino, sem intenções de se fixarem definitivamente no Brasil. Pelo menos era o que sucedia a alguns, a exemplo do que se passava em toda a América, com tendência em constituir no meio tempo haréns de beldades silvestres. A propósito desse fáto, e mais abusos verificados na capitania, escrevia Pero Borges em 1550 longo relatório a Sua Alteza. Depois de censurar a nomeação de Francisco Romero para capitão de Ilheus, pela sua ignorância e outros defeitos, narra as desavenças que tinha com pessoas das principaes da terra, sem infelizmente as nomear. Informa que a despeito de taes deficiências, servia o castelhanho de ouvidor sem provisão de S. A. incurso em muitas ou-

·tras irregularidades, que deixava de devassar, *porque elle a de dar residentia acabado tres annos e antonce se faz o mais.* Opinava igualmente que se devia obrigar os donatários a só indicarem para ouvidores homens entendidos nas cousas de justiça. Os que encontrou no correr da viagem, ganhavam vinte mil reis, quasi tanto como os juizes do civil de S. A., que eram bons letrados e experientes, e julgavam em número de dois, ao passo que nas capitánias viam-se indivíduos analfabetos expedirem sem mais consulta sentenças, *de maneira que mais tenho de fazer em ordenar os processos, e em o que ffazem nos inventarios e nas comarcas do que tenho que ffazer em despachar as couzas e negocios principaes.*

Encontrara, outrossim, *por estas capitánias, de Ilheus e Porto Seguro, quatro homens e todos eram officiaes porque os capitães ffaziam trinta tabaliães e trinta enqueredores e Juiz dos orffãos, e escrivão dos orffãos de maneira que nom ay homnes para serem Juizes ordinarios nem vereadores e nestes officios metião degredados por culpas de muita infamia e desorrelhados e ffazião outras cousas muito fora de voso serviço e de rezão. Eu não consento agora que nehu degredado sirva nenhu officio e mando que nom ajaa Juiz dos Orffãos nem escrivães porque nenhua destas capitánias nom passa de iiijc vezinhos como diz a ordenação que ha de ser a villa em que ouver de aver Juiz dos orffãos.* No seu entender, havia conveniência em transferir este juizo para a Bahia, prelúdio da intervenção maior que praticou Tomé de Sousa em Ilheus, nomeando novo capitão em lugar do escolhido pelo donatário. O missivista continua a não citar nomes, e junta as duas capitánias do sul da Bahia nas mesmas noticias, ainda assim, interessante pelo que deixa entrever dos métodos, ou falta deles, applicados no des-

baste da terra, e alguns aspétos sociaes dos que tentavam conquista-la. Ficamos informados pela leitura, que na capitania de Jorge Figueiredo, havia indivíduos maus da mesma casta dos que tanto trabalho davam a seu colega Duarte Coelho e no geral, empeçonhavam os núcleos povoadores litorâneos. Admitindo-se fossem em mor parte vítimas de preconceitos do tempo, e não tão negros de carater como o ouvidor no-los pinta, conjecturamos não se comporem dos melhores elementos da imigração lusa. Muitos deviam ser passíveis de emenda na larguesa tónica da América, livres de compressões deprimentes, podendo ascender a cargos de responsabilidade que lhe estimulavam a evolução reformatória. Casos de desterro eram tantos que nada é permitido generalizar, por ex., a carta de Duarte de Lemos mandada de Porto Seguro em 1550 menciona o francês *Formão* (Froment?) *que veyo de V. A. degradado para sempre por ladrão do mar cosairo*, o qual nada teria de anormal além da culpa de servir um rei inimigo do lusitano, a convite das cartas de corso que Francisco I distribuia (45). Contudo, a administração régia os atirava na vala comum dos delinquentes, que só esporádica e irregularmente eram chamados a servir em uma das suas repartições, isso mesmo com grave censura aos donatários cuja incapacidade permitia semelhante irregularidade. Os que deveras se revelavam imprestáveis, padeciam do mesmo veso dos ebreus, afligidos de extrema mobilidade, avessos a se enraizarem na terra, subindo e descendo pela costa fora, em perpétua agitação.

Além dos disparates que os improvisados tabeliães cometiam nos inventários, não apresentariam melhores condições nos demais trâmites processuaes, pois, serviam sem carta dos officios, apenas munidos de alvarás

---

(45) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed. 85.

dos capitães, sem livros de querela, que tomavam em folhas avulsas. *Nenhum tinha regimento, levavam o que querião ás partes, como não tinham por onde se regerem, alguns servirão sem juramento, e porque isto he hua pública ladroice e grande malicia porque cuidavão que lhe não havião de tomar nunca conta vivião sem ley nem conhecião superior, procedo contra elles porque me pareceo pecado no espirito santo pasar por isto.* Facil é imaginar a confusão e os abusos daí consequentes, onde os serventuários da justiça, antecipando os atuaes da terceira república, cobravam o que queriam e se bandeavam para as partes que lhes convinham. Fazem-nos lembrar um tabelião do interior, que pela sua falta de escrúpulos e estupidês, levado por teima incompreensível, mantém as estropiações que praticou em o nome dos nossos avós maternos, toda vez que lhe requisitamos o nosso atestado de nascimento. Mas deixando de parte esse personajem, escarrado da pena do ouvidor, refere-se Pero Borges a uma infeliz tentativa de povoamento, em termos que parecem redigidos pelas reformas ortográficas provenientes do criminoso conlúio do ministério da Educação com a Academia Brasileira de Letras:

Eu aqui nesta Capitania e na Ilheos pasey por algumas cousas do tempo passado por me dizer o governador que asy o avia V. A. por bem e porem por os que trouxerão muitos homens e mulheres em um navio do reyno averá sete ou oito annos e meninos os lançarão em terra nos pitugares e os comeram todos os gentios he elles vierão vender as roupas e ffazendas destes na Bahia, nom pude desimular, porque ffoy hum grande caso e deshumano fenho preso o mestre e senhorio do navio que he natural de Algarvé e hum ma-

rinheiro os quaes prendy com grande trabalho nos Ilheos em serras e brenhas de noyte onde o mestre do navyo andava embranhado com hum cle-riguo de missa a que chamão o Bezerra, o qual na Bahia fingio que trazia hum alvará de V. A. pera prender o Francisco Pereira jaa defunto e o ffez prender.

Pelo que, merecia o intrigante a mesma sorte, mas como não tivesse parte diréta no caso e fosse clérigo, aguardava a resolução de S. A. Em outro período trata Pedro Borges de assunto para nós interessantissimo, porquanto versa os primeiros povoadores brancos da região:

Ha nesta terra muitos homes casados laa no Reino os quaes ha muitos dias andão qua e não graãjeão muitos delles ou os mais ffazendas, se não estão amancebados com hum par ao menos cada hum de gentias, fazem pior vida que os mesmos gentios, a estes he bem por serviço de nosso senhor e por ha na terra que se agora começa a povoar nom aver tanto genero de pecados publicos que os mandem hir pera suas molheres, nom sendo elles degradados, ou que mandem elles por ellas mande V. A. prover.

O mesmo assunto ocorre na carta de Duarte de Lemos supra, dirigida de Porto Seguro a el-rei, onde informa que os indivíduos presos pelo ouvidor, tinham se evadido da cadeia e se homisiado na capitania vizinha de Pedro de Campos Tourinho, e que pretendiam embarcar, mais o francês Formão, em nau de partida para o reino. Era gente ruim e desalmada, como demonstraram lançando infelizes nas mãos de selvajens,

em condições que recordavam o fadário de Sepúlveda. A' guisa de comprovante da acusação, indica o misivista a Francisco do Campo, capitão da nau, que podia atestar ser o Formão degredado por corsário. Acrescentava entre as testemunhas dos mal feitos dos outros companheiros do indiciado *hum Antonio Vaz que está no Ryo dos Ilheos na ffazenda de Fernand Alvares da Casa da India... e asi hum Roque Martins*, e outro indivíduo, mestre do navio prestes a partir sem todavia lhe mencionar o nome. Relata em seguida, os projéto de Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, que lhe pareciam lesivos aos interesses del-rei. Tivera o capitão a ousadia de o convidar para que o acompanhasse nesta atitude, confessando-se individado e muito irritado pelo fracasso da sua empresa. Pelo que dissera, pretendia primeiro avistar-se com Duarte de Albuquerque Coelho em Olinda, e depois velejar para a França, alegando que assim fazia por S. A. quebrar as doações, e que já viera com semelhante propósito quando embarcara no reino para o Brasil. Passando a comentar os efeitos do mandado del-rei, que proibira pessoa alguma cortasse e embarcasse pau brasil, a não ser os que tivessem licença, e que estes *ffossem caregar aos Petyguares e ao Rio De Janeiro*, discordava do acerto da medida á vista dos poucos recursos dos moradores, que não tinham *outro repáyro pera paguarem fretes de seus navyos por ainda aver pouço açuquare se não ho brasill que carreguavão os que tynhão licença de V. A.*, fazendo-se solidário do povo, que por seu intermédio implorava a revogação do áto, indispensavel si S. A. quizesse evitar que Ilheus se despovoasse.

Aparentemente alçava-se a indignação do ouvido geral contra os povoadores, não apenas por interesses realengos, mas em nome da religião ultrajada. Con-

denava a escandalosa sensualidade daqueles maus cristãos, que expunham sem reboços á luz meridiana o nefando crime de adultério. Reconhecia, embora, que o supercilioso espírito católico nestes caõs sexuaes, podia ser prejudicial applicado á sociedade incipiente, onde o governo tinha interesse numa rápida aculturação. Por outra, desprovido o reino de meios bastantes para mandar ás colónias povoadores brancos, estes tinham de se contentar com o auxílio do mameluco que se multiplicava pelas povoações. Mas, fechar os olhos por completo, ante o desencadeamento de paixões em terras novas, mal policiadas em todas as acções do termo, onde a ganância e mais defeitos da situação campeavam infrenes, constituia grave perigo. No caso, só a igreja a reunir em seu regaço casaes bem constituídos, estava em condições de superintender o progresso da capitania, evitando a destruição causada pela desordem e ação vandálica de aventureiros, que turbavam violentamente o trabalho alheio ante os olhos do gentio observador.

Pero Borges logo adeante nos dá um exemplo desses malefícios, quando descreve a situação de Ilheus e Porto Seguro:

A causa que principalmente ffazia á estes gentios ffazer guerra aos christãos era o salto que os navios que por esta costa andavão ffazião nelles, E neste negocio se ffazião cousas tão desordenadas que o menos era saltea-los, porque ouve omem que hum Indio principal livrou de maos de outros malfferido he mal tratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a poer são das fferidas em salvo. Este homem tornou ay com hum navio e mandou dizer ao indio principal que o tivera em sua çaçã que o ffosse ver ao na-

vio, cuidando o gentio que vinha elle agradecer-lhe o bem que lhe tinha ffeito, como o teve no navio cativou com outros que com elles forão e o ffoi vender por essas capitánias.

Prescindível dizer a fúria que semelhantes traições levantavam entre os índios, os quaes, como todo primitivo, sofriam tendência de generalizar, tal como ainda hoje nossos sociólogos e historiógrafos, englobando os brancos culpados e não culpados no mesmo ódio. A sêde de lucros imediatos, provocava a vindita dos oprimidos, num revide difícil de aplacar, sendo ainda mais difícil restabelecer amizade depois de perdida a mútua confiança. Pero Borges continua a historiar o desfecho da perfídia, *este homem não ficou sem castigo porque naquelle mesmo porto onde elle tomou este gentio, que tão boas obras lhe fez, vindo aly outra vez saltear se perdeu o navio, e naufragando comeram-n'os os peixes, e a estes os índios, de sorte que, foy juizo devino que nem engana, nem recebe engano. Agõra que a requerimento destes padres apostollos que qua andão homes a quem não fallece nehua vertude e mando poer em sua liberdade os gentios que farão salteados e nom tomados em guerra.*

O grande obstáculo ás demasias dos brancos e ás de seus assecclas mamelucos nas relações com os indígenas, consistia na licença de só os captivar quando por eles atacados ou seja em "guerra justa". Entretanto, via-se contornado pelas insidiosas provocações que tornavam o índio agressor. Neste ponto também crescia de vulto a obra dos jesuitas, a fim de que, reinícolas sem escrúpulos, não perseguissem ao aborigene. Narrava a propósito o ouvidor geral, *Estão os gentios contentes e parece lhe que vay a cousa da*

*verdade, e mais porque vêm que se ffaz justiça e a ffazem a elles quando alguns christãos os sagravam e parece-me que será causa de nom aver ahy guerra. E' facil verificar que os momentos de tréguas, que davam ensejo de proficuo trabalho aos primeiros povoadores de Ilheus, provinham da ação dos missionários, que, não só catequizavam o gentio, como ainda continham os brancos. Infelizmente outros problemas não mais dependiam dos inacianos mas da régia administração. Os maiores rezidiam naõ delongas da iustiça pela falta de communicações seguidas com a Bahia, impondo demoras excessivas a processos cheios de minúcias. Os indivíduos que a deviam distribuir, só serviam, na sua incompetência para agravar a situação, obrigando o ouvidor geral a reformar-lhes o trabalho com novas dilações até a conclusão dos inquéritos. Surgia outra complicação na remessa dos reus para a séde da colónia onde deviam aguardar sentença definitiva, absolvição, prisão, degredo ou pena capital. Grande remédio seria a substituição desses indesejáveis por funcionários competentes, podendo-se daí julgar *in loco*, e economizar tempo e evitar prejuizos. Enumerava o ouvidor as atribuições do seu regimento com a lista das penas applicáveis á gente de qualidade, peões, homens livres, e escravos gentios, e passando da teoria á prática, *achei aqui hum homem pião que matou outro he necessario que pera o julgar e sse retornar a Baya onde fica o governador he isto será em Junho ou Julho por razão da monção e que seria mais cedo virá caso que nom yrá desta capitania nem destoutras aa Baya navio daqui a hun anno porque asi hé que de Parnãobuquo nem do Espirito Santo nem de São Vicente nom ffoi ainda navio a Baya depois da vinda do governador e daqui hua só vez, de maneira que estará este preso aguardando.**

*na cadea e será primeiro comido dos bichos que despachado.* Nessas condições, na impossibilidade de ter nas capitánias juizes competentes, era preferível enviar as apelações para o reino, porque *vem mais asinha navios e desta terra pera laa vão...* *E mais acontecem mil casos que nom estão determinados pellas ordenações e ficão em alvidro do julgador e se nestes se ouver de apellar nom se pode ffazer justiça e são as vezes huns casos tão leves que he crueza appellar nelles he estarem os homens em terra tão pobre esperando por suas apellações, mande V. A. ver isto e mande prover se ffor seu serviço.*

Apresentava para finalizar exemplos do comportamento dos povoadores no que tocava um ponto nevrálgico da capitania. Deparava-se a todo instante ao administrador o dilema, ou permitir a prosperidade particular de certos habitantes, adquirida por meios condenáveis, mas que favorecia os réditos da coroa, ou apoiar lenta evolução da coletividade colonial nos moldes tradicionalmente católicos e lusitanos contrários a abusos e violências. Pero Borges tentava nos seus conselhos, conciliar as cousas, e narrava como principiara punindo com degredo os homens que tinham mulheres e filhos no reino e nas ilhas, *abaregados publicamente com gentias da terra christãos e outros com suas proprias escravas tambem gentias de quem tem ffilhos.* Todavia, comutava o sitio do degredo, que devia ser em África; segundo especificavam as Ordenações; para outras capitánias, em que os brancos, embora escassos, e estabelecidos com muita dificuldade, podiam continuar á obra civilizadora. No momento, admitia o ouvidor, não ser possível aplicar a legislação vigente no reino *sem embargo da ordenação dizer que estes baregeiros nem seião soltos sem especial mandato de V. A. eu os mãdey soltar pera yrem cum-*

*prir seus degredos porque a dita ordenação nom se deve de entender em lugares onde estão de contino como em guerra em que nenhuma cousa aproveitão os homes presos.*

Não sabemos si foi neste momento que se registaram os fatos mencionados na carta de Duarte de Lemos, em todo caso o trecho é em extremo significativo, pois aí vemos que ao Brasil não convinham leis feitas para o reino. Prender gente era estorvo para a administração, e puni-la significava encargos que desfalcavam ainda mais os poucos brancos da terra, na hora em que eram necessaríssimos, pois, *senom que elles nom servem e occupão quem os guardam.* Esperava por isso o ouvidor as instruções del-rei, para definitivamente rezolver si os deixaria em liberdade antes de seguirem para o desterro em outras capitánias — ou si os encarceraria caso S. A. julgasse preferível. No seu parecer, *esta terra senhor pera se conservar e hir avente haa mester nom se guardarem em algumas cousas has ordenações, que fforam feitas nom, avendo respeito aos moradores dellas,* em que judiciosamente traçava a diferença da vida na metrópole e a da sua maior colónia, onde muitas praxes políticas tinham de ser alteradas, inclusive, no seu parecer utilitário, a orientação da igreja na questão servil. O último item da carta versa um ponto dos mais sensíveis da sociedade em esboço, tão melindroso que o deixamos para mais tarde nos comentários que vimos fazendo.

Além da carta do ouvidor, temos á guisa de notícias, algumas nomeações dos funcionários aos quaes competia traçar os alicerces de Ilhéus e o devassamento das redondasas. Nos livros da chancelaria de D. João III, ocorre o nome do escudeiro (de guerra) Francisco Gomes, nomeado em 1534, escrivão da fei-

toria e do almoxarifado da vila de S. Jorge. Em 1548 foi escolhido como provedor Bartolomeu Godinho Machado, parecendo que lhe sucedeu Afonso Alves Furtado, que a seguir foi rendido no posto por Francisco Lopes Raposo, como se infere do documento de 22 de novembro de 1552, rezando, *passou o Provedor mor mandado da Bahia para João Gonçalves Dormundo Provedor da Capitania dos Ilheus, que mandasse pagar a Afonso Alves Furtado, Provedor que fora da dita Capitania, desde o tempo em que começara a servir de feitor Jorge Martins, té quando acabou de servir de provedor por o dito Afonso Alves, Francisco Lopes Raposo.* Seguiram-se ao depois os indicados em 1549 por Tomé de Sousa, que foram Francisco Fernandes, *Porteiro da Fazenda, Contos, e Alfandega, Guarda dos Navios, e Sellador dos pannos da Capitania dos Ilheos.* Pero Garcia, feitor e almoxarife da capitania, *creado do dito Senhor,* (Jorge de Figueiredo Correa) e tendo Garcia perdido o cargo por sentença, sucedeu-lhe Jorge Martins. O mesmo sucedeu a Diogo de Valera, *escrivão da feitoria,* no tempo de Romero, em que notamos continuar a seqüência de nomes castelhanos no funcionalismo local. Antonio Vaz, *morador na capitania,* recebeu o cargo de tesoureiro dos defuntos ab intestados. João Afonso de Azevedo, clérigo, recebeu a vigaria de Ilheus, voltando para a Bahia em 1554, quando se vagou uma conesia na Sé do Salvador, e no espaço de um cargo para outro lutou com a impontualidade do tesouro. Felizmente naquele tempo ninguem morria de fome no Brasil, si não ver-se-ia o pobre vigário em crítica situação. Mais garantidos em todo caso eram os que lidavam com assucar, como Gonçalo Anes, técnico purgador, que exercia atividade somente permitida a homem branco e livre, segundo mandava o provedor mor.

Outro funcionário nomeado por essa época, como vimos de passagem, foi Jorge Martins. Diz Pedro de Azevedo na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, baseado em documentos da Chancelaria Real, tratar-se de cavalheiro da casa de S. N. o que vem repetido nos registos do Santo Officio. Em 1591, confessou-se Martins cristão velho, *caualeiro da casa del Rey noso senhor natural de uylla de guymarãis... casado com Cateryna Faya de idade de setenta e cynquo annos morador na uylla de Sam Jorge dos Ilheos*. O motivo do seu comparecimento á mesa inquisitorial prendia-se, segundo afirmava, a escrúpulos de consciência. Sessenta anos antes, quando aluno de gramática na sua vila natal, tivera por mestre um antigo frade da ordem de São Francisco, que lhe ensinara maneira errada de se benzer. Aconteceu cinco anos antes da confissão, ouvir a pregação de um missionário que dizia não ter Deus nem mão direita nem esquerda. Impressionado, foi ao mosteiro falar com o pregador, e outros jesuitas, aos quaes teria declarado as dúvidas que o atormentavam, e *elles lhe ensinarão que deixasse o ditto modo de bemzer e que se bemzesse da maneira que os cristãos todos se bemzem*, e como a culpa do ocorrido, cabia ao dito frade seu mestre, *pedia perdão diso e que se use com elle de misericordia dando se lhe penitencia saudavel, conforme a este tempo que he de graça*. Acrescenta Pedro de Azevedo, que o confessante fôra nomeado em 1557, data incerta, a não ser que Martins tenha estado suspenso, ou de licença, para depois voltar ao cargo, pois em 1551 estava em funções. Na sua confissão é divertido notar o pedido para que lhe dessem penitência saudavel, em tempo de graça, espertesa de quem não se olvidava de tirar proveito das circunstâncias para obter diminuição de pena.

Acontece, contudo, que a denúncia do cristão novo Manuel de Paredes, traz comprometedoras informações em desabono da sua confissão. A propósito desses depoimentos, convém reparar que certos exegetas incipientes, ou melhor, pouco familiarizados com o que criticam, desconhecedores da multiforme atitude de judeus e de cristãos velhos ás voltas com os inquisidores, desandam em generalizações fáceis, julgando que outros, que melhor estudaram o assunto, nem sempre sabem distinguir nos depoimentos do Santo Ofício o lado aceitavel do malicioso. Efetivamente, considerando-os com a mentalidade de hoje, sem aprofundar os inúmeros complexos cercando-os, prezuiremos simplisticamente que as denúncias contra os judeus provinham de perseguições, e as dos cristãos novos revides de perseguidos, e a pouco e pouco concluiremos que os inqüeritos do Santo Ofício nenhum valor possuem. A realidade, porém, é muito diversa. Percebemos depois de exame mais aturado, a existência junto dessas inevitáveis deturpações, de um mundo de causas e de conseqüências que se pode distinguir através da atitude da grande maioria dos depoentes. Ao se encaminharem para mesa, viam-se cristãos velhos e novos envolvidos num turbilhão dos mais desencontrados impulsos, sob pressão de determinantes, que hoje são mal compreendidas, nem sempre acessíveis e fáceis de se analisar em época tão diversa como a nossa. O enorme lugar ocupado na Europa pelos preceitos da igreja, até sobre judeus dos mais revoltados, levava crentes e descrentes a paroxismos onde encontramos explicação da sêde de martírio que manifestavam e que ás vezes terminava na fogueira. Não dessem importância ás declarações perante os inquisidores, tampouco ver-se-iam assoberbados pelo desvario provocando morte horrível,

que a muitos parecia digna de inveja por ser holocausto á fé que professavam. Atingiam semelhante exaltação, impelidos pela série de recalques que soem atribular aos indivíduos comprimidos entre maiorias, onde representam minoria divergente, combatida e espezinhada das mínimas ás maiores cousas. Daí a confusão reinante no espírito de muito converso, flutuando segundo o rebalsar dos acontecimentos, entre assómos de rebeldia, e velleidades em aceder ás solicitações do cansaço, inclinado á tentação de renunciar de vêz à velha crença, livrando-se a si e á sua família, de contínuas angústia, desgostos, crises de consciência, prejuizos e humilhações. O novo credo, herdeiro do antigo testamento, trazia amparo, que para os heterodoxos passava a representar arrimo moral na vida, assim como compensações materiaes nada desprezíveis para quem sofrera por longo tempo os inconvenientes da opposição religiosa.

Os depoimentos deviam traduzir estas incertezas, mixto de amargor e sinceridade, zelo de neófito exaltado ou abatimento de apóstata alanceado de remorsos. Havia, sem dúvida, em alguns, desafoço de rancores; em outros, simples bisbilhotice, ou veementes expansões de fanáticos e desequilibrados, presa do sadismo e do masoquismo que ás vezes reçumam nos registos da inquisição, mas ao lado de declarações suspeitas avultam as sinceras, que obedeciam ao doloroso dever de revelar sob pena da perdição da alma, o que soubesse um crente a respeito de práticas prejudiciaes á religião, inda atingisse os parentes e amigos mais caros. Sabiam também os inquisidores distinguir na maior parte dos casos; graças ao tirocinio do officio; até onde chegava a sinceridade e a insinceridade do declarante. Nem é possível o contrário, a não ser que os escolhessem sistematicamente os

familiares entre incapases. A especialização em determinado setor de atividade, traz ipertrofia do officio, como vemos entre certos magistrados, psiquiatras, críticos, exegetas, ou mais simplesmente, entre provadores de vinho ou de café. Permite a repetição constante da mesma experiência, adquirir segurança de diagnóstico que se assemelha ao dom de adivinhação. Por que não teriam os inquisidores, principalmente os experientes, que há anos lidavam com todas as misérias que jorravam das denúncias e confissões (46), igual sagacidade no perceber o certo do incerto, o verdadeiro do simulado? Mentir perante o tribunal da fé não era isento de perigos, admitindo-se que alguém livre das injunções da educação, época e meio — o que devia ser bastante excepcional — dispuzesse ainda de espantosa habilidade em preparar respostas e forjar circunstâncias suficientemente bem imitadas para ludibriar inquisidores perspicazes.

E mesmo que tal acontecesse, seria custoso ao simulador manter por muito tempo a burla, defendente como estava, do torniquete de perguntas a que os seus amigos e inimigos eram submetidos a fim de apurar as suas declarações. E' preciso dizer, que da análise dos registos do Santo Officio, ressalta, antes de mais nada, impressão de lenidade por parte dos inquisidores. A indulgência que demonstram (47), foi deturpada e empeçonhada pelos escritores peninsulares do século 19, cujo sentimentalismo a serviço de

---

(46) Ficamos admirados, ao percorrermos as confissões, da veracidade de inúmeras a despeito do sacrificio que deviam representar. Outro motivo de espanto consiste em que, são tanto mais absolutas, quanto mais graves, capazes de levar o confessante à fogueira purificadora, à volta de casos muito diferentes de um venial, como o de Martins que era mero produto de teima e toleima.

(47) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, cap. Os Judeus. Ocioso dizer que si a inquisição no Brasil queimasse a todos os herejes e judeus incorrigíveis que encontrou no século 16 na Bahia e em Pernambuco, teria dizimado a população do litoral, e no entanto, não queimou um só.

confusa exaltação política, adensaram sobre o tribunal do Santo Ofício a lenda de cego fanatismo, golpeando ferozmente a pobres inocentes, numa abafadiça atmosfera de iniquidade e terror. Si compararmos agora o velho tribunal, com suas modernas e aperfeiçoadas produções, existentes em vários países da Europa em pleno século 20, podemos medir o exagero dos que por longo espaço orientaram o estudo do passado (48).

No depoimento de Manuel de Paredes não se notam hesitações, confusões ou incertezas, pelo contrário, destacam-se as suas afirmações pela segurança com que de princípio ao fim enumera os deslises contra a fé do antigo almoxarife, com numerosos fatos e testemunhas em abono, sem que depoimentos subseqüentes de outras pessoas as invalidassem. Declarou a estranha maneira de se persignar de Martins, contumaz naquela erronia, que alegara assim fazer porquanto Deus padre tinha mão direita, e tão renitente se mostrava que ele denunciante ouviu um pregador no púlpito exclamar, *avia ali pessoa que se afastava do costume cristão no bemzer e llogo todos emtenderão que ho dezia pello ditto Jorge Martins!* Também não fôra o reu procurar eclesiásticos para esclarecer o seu caso, mas fr. Jerónimo, abade de S. Bento, é que lhe falou acerca da erronia, como ao denunciante dissera o próprio abade, assim como *João de Huzeda mercador seu vezinho.*

Acrescentou mais, que muitas vezes vira o dito abade procurar Martins e argumentar contra suas ideas mostrando-lhe um livro em linguagem (que não era em latim) e *contudo o ditto Jorge Martins não se queria*

---

(48) *ib.* O maior rigor do tribunal voltava-se contra os reincidentes em praticas proibidas expedindo sentença de morte quando se mostravam irreductíveis, após se esgotarem todas as oportunidades de emenda que lhes facultavam. As modernas inquisições são illustrativas a respeito da moderação das antigas, pelo menos, quanto ao Santo Ofício no Brasil.

*tirar della, e ouvira ao ditto abade que lhe çustara gotas de sangue e muito trabalho afastallo da ditta erronia e que tambem os padres da companhia trabalhãrão muito com elle e nunca o poderão fazer emendar do ditto erro, outrosi denunciando dise que ouvio dizer publicamente na ditta villa e assi era fama notaria avida por verdadeira que o ditto Jorge Martins tem a biblia em linguagem.* Não é admissivel que o cristão novo inventasse os pormenores da sua denúncia apoiando-a nos dizeres de pessoas notoriamente conhecidas, que ainda estavam vivas e podiam desmenti-lo. Por sinal que o Manoel não tinha motivos para aborrecer ao denunciado, pois inqüirido no costume (vimos que a mesa attribuia a maior importância ás relações entre denunciante e denunciado), respondeu que conhecia Jorge Martins e o tinha por, *discreto e de bom emtendimento porem muito temoso por que por estar mal com hum homem per nome Joãm Marques não foi muitos meses a igreja matriz por que hia a elle o ditto Joam Marques pello odio que lhe tinha sendo ambos fregueses,* traduzindo a impressão deixada pelo personagem. Esse Jorge Martins devia ser como muitos que a miude encontramos, vítimas da semi-ilustração que leva o indivíduo menos preparado para discutir determinado assunto, a pontificar com absoluta segurança sobre a sua essência e os seus pormenores.

O perigo de mentir perante a mesa do Santo Officio não vinha apenas da argúcia dos inquisidores. Concorriam para esclarecer qualquer embuste, como dissemos as citações das pessoas lembradas no correr das denúncias e confissões. Os dizeres de Manoel de Paredes, foram confirmados por leigos e eclesiásticos, declarando o jesuita António da Rocha ter-lhe participado António de Aseredo, *hora vereador na ditta villa de Ilheus,* que Martins costumava dizer não saberem se

benzer os padres. Interpelado a respeito na casa da Companhia, respondeu Martins que não sabiam os padres mais que o Espírito Santo, pois na sagrada escriptura ocorre *dixit dominus domino meo sedet a dexteris meus*, pelo que, haviam de nomear a Cristo no ombro direito. Embalde mostrou-lhe o denunciante a explicação dos doutores, a respeito de não ter Deus nem mãos nem corpo, e a cartilha em linguagem portugueza do padre Marcos Jorge, onde vinha o modo de benzer mandado pela igreja, e quando perguntava a Martins si estava satisfeito, respondia-lhe que não, e assim se foi. Dias depois encontrou-se o teimoso homem com outro padre, Manoel do Couto, e sendo por este reprimido, disse não dar crédito ás suas palavras, *nem se avia de decer do seu parecer senão se o Bispo a dixese ou mandase argumentando lhe com as palavras do credo sedet ad dexteram patris*. Pelo que reza a denúncia o caso girava em torno da interpretação das formas exteriores do credo. E pregando outro dia o padre Pantaleão de Banhos, estando presente o dito Jorge Martins, logo depois do jantar foi o denunciado a casa dos padres discutir com o pregador, onde levantou celêuma no recinto geralmente pacífico, persistindo no erro contra os padres reunidos, até que *se sahio com muita colera dizendo que não dava credito aos Padres, mas que estaria pello que o Bispo lhe mandasse*. Assumia o caso aspéto de conflito escandaloso pela duração e categoria das personagens, escrevendo os jesuitas a D. Antonio Barreiros rogando a sua intervenção para lhe dar paradeiro, ao que o prelado acudiu com ordem de que obedecesse Martins aos jesuitas. A' vista disso deu-se-lhe conhecimento da decisão episcopal na igreja, num dia em que estavam presentes *hum dos da governança da terra* Lopo Gonçalves, e João de Uzeda, mercador, comunicação

feita por intermédio do padre Antonio de Azeredo, sem conseguir grande fruto, porquanto fr. Jerónimo, da ordem de S. Bento, também lhe buscara *hum livro em lingoagem, autentico em que se declarava o modo de benzer de que a Igreja uza*, e perguntando ao depois a João de Uzeda si Martins ficara convencido, ouviu a desalentadora resposta de que estando o mercador a seu lado continuara na erronia ao persignarse. O homem era de fáto pertinaz e contencioso, declarando outrossim o denunciante, que estivera Martins mais de um ano sem se confessar por se recuzarem os padres a ouvi-lo naquelas condições assim como fr. Jerónimo e elle... *fez hum papel difamatorio em que escreveo algumas cousas em perjuizo da honra delles padres e de outras pessoas constituídas em dignidade ecclesiastica.*

Finalmente depoz João de Uzeda, das principaes testemunhas da contenda, dizendo-se natural de Lisboa, cristão velho por parte de pae Francisco de Uzeda, castelhano, régedor que fôra da cidade de Córdova, e não muito certo si não teria jaça de cristão novo por parte da mãe Constança Rodrigues. A profissão de mercador parece confirmar a suspeita, mas de nenhum modo valoriza ou não o seu depoimento, em que pese o modo de conjeturar dos críticos, ou que nome tenham, a que ha pouco nos referimos. Ademais, o importante para a história é conhecer a veracidade dos depoimentos para depois tratar de saber quaes as intenções que os ditaram. Depoz o negociante que ouvira fr. Jerónimo se queixar de Martins, e embora lhe mostrasse a opinião de Navarro (tio de Aspilcueta Navarro) e outros autores contra as erronias que sustentava, respondia-lhe que Navarro não era santo, e que os verdadeiros apostolos que fizeram o credo estavam com ele, em contradição com *estou-*

*tros apóstolos que não serão verdadeiros que são os padres da companhia. Não havia meio de o demover quando lhe sustentavam que Deus não tinha mão direita, nem pés, nem mãos. Aconteceu nessa altura que estando o depoente na igreja perto de Martins, junto de um seu genro de nome "Bastiam Poderoso", ouviu o primeiro dizer ao segundo, quando no côro se chegara ao credo e glória, *olhai como os Apóstolos deixarão a mão direita de Deus padre, e a mim estou-tros querem me dizer a mim que Deus que não tem mão direita, e estas palavras ouviu elle denunciante pronunciar ao mesmo Jorge Martins, e por estar prevenido, lançou a orelha e sentido e ouviu-lhe claramente dizer as ditas palavras. À vista da contumácia continuaram os padres e fr. Jerônimo a obra de catequese da teimososa ovelha, conseguindo em presença do declarante e de outras pessoas que ele se desdisse na igreja, repudiando o que até então sustentara. Perguntado João de Uzeda quanto aos costumes, *dixeu que elle tem e conhece ao dito Jorge Martins por prudente de bom entendimento e que á alguns quinze annos que o conhece e o tem por bom cristão e tem com elle conversação e pratica, e o acha avisado, porem he mui contumaz e pertinax em qualquer sua teima que toma principalmente em demanda as quais elle sustenta, e he avido por cristão velho e todos os daquella terra (Ilhéus) recorem a elle a pedir conselho em cousas de demandas.***

\* \* \*

Encontramos nesse caso exemplo frisante dos mil e um tropeços que podiam surgir ante a obra dos missionários e trâmites administrativos, por parte justamente de quem mais deveria auxiliar os apóstolos e aos funcionários públicos, por ter o que perder em

caso de perturbação pública. Longe de avaliar os inconvenientes da desordem que podiam provocar, porfiavam reinos cristãos velhos, como Martins e outros, nos seus disparates, muito capazes de levantarem escarceus por mera teimosia a respeito de questões que mal entendiam. Aparentavam igualmente um veso desenvolvido pela difusão do direito romano entre portugueses, apartados de regime propriamente feudal, portanto, muito mais livres do que outras nações europeas. Pleitos medravam como produto dessa felicidade onde houvesse lusos sob pavilhão das torres e das quinas, tornando-se por vezes, pelos paradoxos da história, obstáculo á atividade das populações. Uma das primeiras cousas a proliferar nas colónias, em povoados ainda incipientes, era o afluxo de letrados trazendo a praga dos pleitos, agravada pela contribuição dos cristãos novos, sutis, enredadores, contenciosos, apreciadores de intermináveis contróversias jurídicas, a que estavam afeitos pelo esmiuçar do Talmud, seu maior passatempo nas judiarias (49). O espirito miudo, delimitado por antolhos, de homens como Martins, incapazes de se altearem á compreensão do *mau acordo preferivel a excelente pleito*, favorecia pelo seu exemplo a tendência geral,

---

(49) Temos exemplo típico com o nosso velho conhecido Bento Teixeira, cristão novo uxoricida, professor dos filhos de coloniais como o mercador estrangeiro Thomas Babington, suspeito de herético, casado com cristã nova, que recuzavam mandá-los ao colégio dos jesuítas. Era também adversário em pleitos teológicos de quanto eclesiástico havia com pretensões a Ilterato, atribuindo-lhe alguns a *Proposopópea* (v. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*), suscitando em toda parte onde aparecia discussões e incidentes em torno de questões religiosas. Quando casado e morador em Ilhéus, escrevera aos jesuítas a respeito dos pontos que costumava contraverter, causando grande escândalo. Entre outras pessoas que também lhe ouviram as opiniões estava "*Bartholomeo Luis hum dos da governança dos dittos ilheos que estava espantado de huma proposição heretica que o ditto Bento Teixeira lhe dissera contra o sentido da escriptura sagrada*". O indiciado era tido entre os seus semelhantes como expoente intelectual, reputação a que fazia jus pelos conhecimentos tão extensos quanto variados que possuía.

*e todos os daquella terra recorrem a elle a pedir conselhos em cousas de demandas, costume nefasto para a boa paz da colónia. Outros povoadores e funcionários mostravam-se pelo contrário, elementos úteis á coledividade, embora tolhidos em certas ocasiões pelos atos de parentes ou amigos. Nem sempre o pae consegue amoldar os filhos á sua imagem, nem os filhos emendarem os paes, quando não é o marido que falha no conter os dispausterios da mulher, ou esta aos do marido. Pero Madeira fôra nomeado bem mais tarde, cerca de 1559 ou 60, alcaide dos Ilheus e nas denúncias contra a sua esposa, ficamos sabendo que era casado com Quitéria Sequa (sic) pessoa de costumes um tanto irregulares, assunto das bisbilhotices da capitania. De uma feita, tendo uma das suas visinhas mandado a sobrinha mameluca de oito anos de idade, e que estava em camisa, levar-lhe um recado, a Sequa apanhou-a nos braços lançando-a em cima da sua cama de costas e lhe alevantou a camisa e aregaçando assi as suas fraldas se poz em cima della confessante e ajuntando seu vaso natural com o vaso Natural della confessante fez com ella, como se fora homem com mulher tendo deleitação por espaço de tempo. Passando alguns dias tornou a Quitéria a chamar a confessante, (a qual levada por zelo religioso não omitia pormenores embora incorresse em severas penalidades), e este peccado nefando cometerão as dittas duas vezes sendo sempre a dicta Quitéria Sequa a autora e a incuba, alegando apenas como atenuante que o faziam, sem nenhum instrumento exterior mais que seus vasos naturaes. Tampouco, neste caso, poder-se-ia argumentar que mamelucos denunciavam brancos por complexo de inferioridade, ou cousa semelhante e que corresponderiam ás pretensas declarações de judeus, tão cheias de occultas intenções que um simples historiador deve re-*

correr ás luses dos já citados críticos para entende-las. Este Pero Madeira e a mulher *se mudarão pera as capitánias de baixo e nunca mais a vio nem sabe della*, dizia Guiomar Pinheira (sic), depois de longo intervalo entre a prática do delito e a confissão, num espaço em que a mameluca enviudara tres vezes de homens brancos.

Mais ou menos ao mesmo tempo, quando ecoavam as novas das entradas de bandeiras pelo sertão, cuidaram os conselheiros del-rei, talvez por injunções dos missionários, de nomear para o Brasil mamposteiros da bula da Santa Cruzada, encarregados da arrecadação das quantias com que antigamente se libertavam cativos, e que se tornou meio de proteção, ou pelo menos de reparação legal no Brasil às violências contra índios. Por volta de 1560 foi nomeado Antonio Lopes Faleiro para Ilheus, vindo aí servir com Jorge Martins, funcionário, portanto, dos que mais tempo se mantiveram no cargo, pois chegou a alcançar Lourenço Monteiro, capitão da capitania no govêrno de Manoel Telles Barreto. Da lista de portugueses pacíficos contribuindo pelo seu labor ao desbaste do litoral, não podemos incluir este novo representante del-rei, cujas determinações requeriam a maior prudência afim de evitar prejuizo aos coloniaes, o que nem sempre soube fazer. O alvoroço provocado entre índios pelas suas arbitrariedades, demonstra o quanto um funcionário impulsivo pode ser prejudicial, e nada melhor ilustra o sucedido que a exposição dos jesuitas ao cardeal arquiduque Alberto de Austria, então em Lisboa como representante do soberano:

Na capitania de Ilheus tem o collegio da Baya hũas terras onde reside na ilha de Boipeba hũ padre da copanhia por nome Diogo Nunes com outro cõpanheiro da mesma cõpanhia. So-

cedeo que o capitão dos ditos Ilheos que se chama Lourenço Mont<sup>o</sup> mādou prender nas ditas terras hũ Padre Simões onde tão bem Residia por ser procurador do dito collegio. E por ser a dita prisão feita de noite os Indios do dito P<sup>o</sup> Semões se aluroçarão e abalarão os mais Indios da terra q̃ acodirão com armas e sahio ferido hũ dos homẽs q̃ hia com o Mejrinho: E porque P<sup>o</sup> Simões mandou chamar o padre para apaziar a Reuolta e o fazer soltar pois o prendião Indeidamẽte, 'acodindo o padre a tempo que já o meirinho e os demais q̃ com elle hião erão partidos e por não saber quem o leuaua se erão ladrões ou outra gente indomita daq̃llas partes se foi ẽ um barco com algũs Indios da terra polo Rio acima até poder estar a falla com o dito P<sup>o</sup> se tornou pera casa muito quietamente. E sem ter Simões. E tanto q̃ soube q̃ erão os que os leuauão cahido na culpa do dito ferimẽto que falsissimamẽtẽ o meirinho e os mais de sua cõpanhia lhe impuserão em hũ auto que o dito capitão sem temor de excomunhão da 18 clausula da bulla da cea fez cõtra o dito padre! o qual auto testamento tiradas cõtra o dito padre depois de pronunciar sentença mandou o governador como quẽ lhe euiava grande aluitre pa. mais a seu saluo poder desacreditar a cõmp.

O conflito tomou grandes proporções na Bahia por exigir Manuel Teles Barreto, que o superior expulsasse o padre em desagravo do insulto feito a um dos sequases do meirinho. Mandando o vigário geral tirar devassa do ocorrido concluiu, após ouvir numerosas testemunhas, pela inocência de Diogo Nunes, e culpa dos que falsamente o tinham acusado. O se-

gundo processo, não pôde, todavia, ir avante, porquanto a isto se opoz o governador Manoel Teles, adversário manifesto da Companhia de Jesus. A causa da aversão provinha unicamente das queixas de certos povoadores contra os padres, que tinham persuadido ao régio funcionário serem danosos ao desbaste da terra tal como entendiam os leigos, isto é, impediam que se empregasse meios de rapidamente enriquecer, sem olhar pelas calamidades que podiam advir dos expedientes empregados. Dispondo os padres de outra concepção no trato do gentio, imbuidos da noção do dever católico e da missão que lhes competia, opunham-se á brutalidade do utilitarismo levado ao último limite, onde a terra virjem se oferecia á cobiça do imigrante faminto.

Na representação designavam os jesuitas os motivos desta malquerença pelo fáto de *irẽ-lhes a mão nas pregações e confissões as crueldades e injustiças de que husão com os miseraueis Indios*, exprimindo ao príncipe cardeal quanto seria serviço prestado ao Senhor avocar o governo o *negocio da liberdade delles, porque assi seçarião muitos escandalos e a cõversão daqllas partes yria muito aumento*. Tinham carradas de razão, mas por isso mesmo não lograram successo, esteiada a ganância dos povoadores na sua afinidade com a do tesouro. Governador e lavradores se entendiam em apressar a evolução da empresa na Bahia, e capitánias adjacentes, uns para saciar a ambição, outros para arrecadar meios de garantir a posse da terra, povoando-a, armando-a, defendendo-a, de modo a torna-la militarmente independente do reino, ou pelo menos, em condições de rezistir a qualquer ameaça enquanto não vinham reforços. A persistência dos franceses em se estabelecer nos domínios considerados pertencentes a Portugal, mantivera esta mentalidade

até os holandeses os substituírem na competição imperialista que se operava na América do Sul.

Podiam alegar os funcionários bandeados para os povoadores, que o seu procedimento se inspirava numa urgente obrigação, ao passo que os apóstolos, apesar de credores do maior acatamento pela nobresa das suas intenções, precisavam de demasiado tempo para levá-las a bom termo. O seu método trazia vantagens maiores, visto a estabilidade que proporcionaria á colónia, caso realizassem o intento, o que até então não tivera oportunidade de se comprovar. Mas poderia o reino manter-se por tanto tempo á espera ansioso pelo resultado da lavoura assucareira, e das explorações no sertão misterioso onde devia haver ouro?

Toda atividade nos setores da costa habitada por portugueses, voltava ao mesmo dilema económico, que trouxera, como vimos nas páginas precedentes, pronunciado afrouxamento ás disposições da legislação civil e eclesiastica. Era custoso manter no Brasil a severidade aplicada no reino a deslises contra a fé e os costumes, alteração que ia levantar num ambiente dos mais religiosos, o paradoxo de violento antagonismo contra os missionários, além do apoio oficial, ou pelo menos officioso, a traficantes desalmados. A situação parecia tanto mais grave pela agitação da indiada, que não cessava, tornando-se o avantesma dos povoadores e a maior preocupação dos dirigentes. Essa contradição na existência, e conseqüente atitude dos habitantes de Ilhéus, é acentuada pelo que nos contam os padres que lá estiveram com Tomé de Sousa, escrevendo um deles: *Hão me feito muitas esmolos; pera fazer a nossa igreja e casa passam de duzentos cruzados, sem muitos serviços de escravaria, que me prometeram; deram-me hum chão muito bom para nossa igreja, o melhor que na vila havia, sobre o mar e o Conselho me deu*

*humas casas suas e desfazem a cadeia por me darem o chão com ser muito.* Emana da pena do missionário quadro significativo, em que se vê a cadeia ceder terreno ao templo e ao colégio que a tornariam desnecessária. Médicos do corpo e da alma os jesuitas traziam consigo o remédio para as dores e aflições dos que ali estavam; a luz do ensino para os seus filhos; a catequese para os selvagens, e acima de tudo, o bom exemplo para todos. Continuando diz o missivista em 1563: *Começarei a carretar a pedra... com duas juntas de bois, de huma pedreira muito perto, e assi esperamos de estar acabada pera o Natal, porque a gente anda muito devota e com grão fervor. Vim muito pobre de ornamentos; somente trouxe huma vestimenta velha, porque na Bahia não as avia.* A piedade do povo compensava a carência, prevendo-se para breve o termo dos trabalhos que permitiriam aos padres começar então a sua tarefa magna, quando sobreveio um incidente daí por diante muito repetido; suspenderam-se as obras no correr de 1565 pela necessidade da povoação se defender contra os Aimoré. Não eram só os padres que estavam ansiosos por ver prontas as obras, também os paes compartilhavam do mesmo sentimento querendo mandar os filhos á escola, mas tiveram de esperar até 1572, quando acalmadas as guerras, acabou-se a pequena igreja e a casa onde os padres iam ensinar, longo espaço imposto por contratempos de todo jaés, vencidos por fim pela constância dos jesuitas e caridade dos habitantes. Nessa data Jorge Rodrigues depois de elogiar o povo amigo de Deus, descreve o templo executado sob a direção do padre Francisco Pires, que também esculpira os delicados labores das grades, feitas de pau vermelho e os do altar mor. Realizaram-se grandes festas no dia de Na. Sa. da Assunção, padroeira da igreja, pregando o

próprio arquiteto que deixara o cinzel para do púlpito se congratular com os fieis. Nesse dia, o canto das vésperas foi acompanhado por órgão, dando graças ao ceu pela paz retornada sobre a população. Tres anos mais tarde recebia a igreja uma reliquia de S. Jorge, o santo guerreiro, coincidindo a preciosa oferta, escolhida por causa do nome da capitania, com a necessidade de proteção dos povoadores, que os Aimoré voltavam a atacar, agora sem tréguas, e quando momentaneamente derrotados pelos cristãos, dizia o povo que fôra graças á reliquia que os ilheenses tinham levado consigo quando lutavam.

Esforçavam-se os padres, juntamente com as obras a que procediam, por conter as quisílias entre os habitantes a fim de lograr maior resistência aos selvajens, cuja língua ninguém entendia, o que tornava difficil qualquer aproximação para fins de catequese. Aos poucos estagnava-se a vida sob os abalos causados por tão prolongado estado de cousas, escrevendo em 1599 o jesuita Pero Rodrigues, não ser mais possível missões nos arredores de Ilheus pelo temor dos Aimoré. O decréscimo dos sacramentos bem o demonstram estatísticas jesuíticas, que acompanham o paulatino abandono da capitania. Ainda assim, os padres Domingos Monteiro e João de Azevedo, mantinham a tradição da firmeza da Companhia de Jesus, esforçando-se no ano de 1606 por missionar na língua geral usada pelo Tupí da costa, e na dos tapuias com quem vizinhavam. Outra causa de prejuisos para os missionários residia na descontinuidade da administração, quando a capitania passava de um proprietário para o outro, em que forçosamente se davam modificações nem sempre favoráveis aos habitantes.

Jorge de Figueiredo Correa escolhido por D. João III, para primeiro donatário de Ilheus, era filho de Francisco de Figueiredo, que se casou em segundas núpcias com Maria Correa, filha de Bras Afonso, corregidor de Lisboa. O pae de Francisco, de nome Rui, herdou no tempo de D. Manoel I o cargo de escrivão da Fazenda de seu pae Henrique de Figueiredo, que o obtivera sob D. Afonso V e D. João II por serviços, e pelo prestígio de seu pae João Lourenço, alcaide mor de Covilhã. Jorge de Figueiredo despozara Da. Catarina de Alarcão, filha de um nobre castelhano, que se supõe pertencesse ao séquito de Da. Catarina quando veio de Madrid para Portugal. A semelhança do prenome com o da princesa, e o fáto de se educar na corte lusa, sugerem que a menina fosse a filha da irmã del-rei de Castela, o que também explicaria o favor de seu marido, de mais a mais, rebento de conhecida linhagem de servidores da coroa. Era, portanto, uma família caracteristicamente palaciana que recebia aquela donataria no Brasil, mas por pouco tempo, porquanto encontrando os herdeiros de Jorge dificuldades em explorar a doação, foram autorizados por Da. Catarina, regente em nome de D. Sebastião, a vendê-la ao florentino Lucas Giraldes.

O comprador era parente, conterrâneo e sócio do opulento Cosme da La Faitada, dos muitos estrangeiros atraídos a Lisboa pelos negócios coloniais, de quem se ocupou Camilo Castelo Branco. Atribuia-lhe o escritor, origem ebráica, com que teria contaminado a maior nobresa lusa pelo casamento de uma parenta com D. Leonardo de Sousa. Não parece que fosse cristão novo, nem ele, nem Giraldes, nem florentino algum naquela época encarregado de inverter capitães do centro da Itália no tráfico de especiarias. Florença era entre as cidades italianas um centro de banquei-

ros, com negócios em todo o continente, que ambicionava substituir a mercante Venesa, outrora intermediária e distribuidora de gêneros exóticos na Europa. Da capital dos Mêdicis saíam agentes na esteira dos venesianos, á procura de informações sobre o comércio de ultramar, e pela intercessão de Maximiliano de Áustria conseguíram mandar mercadores a Portugal. A falta de capitaes dos monarcas lusos explica a licença concedida, e a participação de florentinos e antigos mercadores de Venesa nas expedições destinadas á Índia que tocaram no Brasil (50). Ao lado de flamengos ou alemães, á cata de emprego para o dinheiro ganho na pesca do arenque, ou na metalúrgia de Ulm e Augsburgo, interpunham-se opulentos armadores italianos com os capitaes grangeados no comércio do Adriático e na indústria tecelã da Toscana. Em dado momento Lisboa se tornou o centro da mercância chamada exótica, que desatinou aos portugueses do mais ínfimo traficante aos príncipes de sangue; coalhou os caes de Lisboa de navios, e as ruas com estrangeiros da mais variada orijem, asafamados entre os armazens cheios de cravo, pimenta, pau brasil, nóz moscada e assucar, no reinado de D. João III, ironicamente alcunhado Rei das Drogas por Francisco I rei de França. Nos documentos lusos daquele período, encontramos direta ou indiretamente referências a esses mercadores. Em 1537 transmitia o soberano ao seu vedor da Fazenda a queixa que recebera de *Cosme de Lafetade*, por apregoar D. Leonardo de Sousa que a furto se casara com a sua irmã, e a tinha em sua casa. Tendo o mercador feito inquirir testemunhas, o dispenseiro e um homem de armas da nau *Froll dela Mar que vão nesta armada pera a India*, sob comando de Lopo Vaz Vogado, desejava o floren-

---

(50) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, cap. Primeiras expedições.

tino que ambos figurassem no processo, prontificando-se a depositar a quantia correspondente ás despesas, *E por que me d'ella praz, avendo Respito a a calidade do caso, vollo notefico asy* escrevia D. João III afim de que as ditas pessoas permanecessem no reino. *O dispenseiro diz que se chama João Pirez, informava ainda el-rei, e o homẽ d'armas Baltasar Camaixo, criado do dito Cosme de Lafeitade, e o dinheiro que depoosytar seram mill cruzados.* Em 1599 estive na Índia na armada de D. Jerónimo Coutinho um tal Cosme de La Fetar no galeão S. Simão. Talvez um filho ou neto do reclamante? Aí vemos, num caso fortuíto, personajens, orijens, testemunhas, fins, meios, e tutti quanti á volta de negócios, negociantes, fidalgos conquistadores de regiões longínquas, e de jovens aformoseadas pelo lucro da especiaría, na velha Lisboa de antes do terremoto.

¶ No conceder a rainha Da. Catarina fosse a capitania de Ilheus vendida a Lucas Giraldes, entravam em pagamento 3.000 cruzados devidos pela fazenda real (51). Era resultado das operações por ele feitas no reinado precedente, como a que el-rei menciona em 1535, em que se nota serem correntes as relações com o mercador versando remessas, compra e venda de gêneros, impressão que ainda mais se acentua na carta de 1537. O vulto dessas transações transluz através das pormenorizadas instruções de S. A.: *Lucas Giralldo vos cometera contrato pera dous anos, cõ tomarem nelles vynte quintaes de pimenta, cõ as drogas que estam na casa e as que vierem neste ano; o que lhe nom aceytareis nem quisereis ouvyr, pera me aver d'escrever,* em que o monarca trata das modalidades das transações, tal qual experiente saloio ás vol-

(51) v. *Memória sôbre a Comarca dos Ilhéus* por Balthasar da Silva Lisboa, in vol. XXXVII — *Anals da Bñbloteca Nacional*, 4.

tas com vendas e barganhas de feira. Bem diversa nos aparece nesses documentos a figura do rei que Alexandre Herculano ingênua e apaixonadamente pintava, *um fanatico ruim de condições e inepto, chamado D. João III!* Na carta de 19 de fevereiro de 1541 acrescenta o malsinado príncipe *Duarte Catanho* *vay despachado de my. E poque eu lhe fiz merçe de quatro mil cruzados, a saber, dous mil pera fiquarem em mão de Luqas, como se fez nos outros dous mil que lhe fiz merçe, onde talvez se possa entrever a orijem do crédito que serviu para comprar os Ilheus, ou operação financeira semelhante á que deu esse resultado.*

Depois de um pleito com Rui de Alarcão Figueiredo, primogênito de Jorgé, proveniente da complicação trazida pelo modo de pagamento, ficou o florentino dono da capitania, para onde mandou administrador de sua confiança. Narra fr. Vicente do Salvador, apud Gabriel Soares, que o novo donatário veio a ter oito engenhos, *ainda que os feitores (como costumão fazer no Brasil) lhe davão em conta a despeza por receita, mandando-lhe mui pouco ou nenhum assucar; pello que elle escreveo a hum florentino chamado Thomaz, que lhe pagava com cartas de muita eloquencia, "Thomas o que quiere que te diga, manda la asucre, deixa la parolle", e assignou-se sem escrever mais letra.* Informavam igualmente os jesuitas, a respeito da involuntária arribada dos padres Gonçalo de Oliveira e Rui Pereira nos Ilheus em 1560, que tinham sido agasalhados pelo feitor de Lucas Giraldes, de nome Henrique Luís, e pela sua mulher Da. Marta, *quando nos houveramos de partir, proveram-nos de assucar e adens, e ainda dizia que estava corrido de irmos mal providos. A outro engenho nos levou Thomaz Alegre, criado que foi de Lucas, onde nos mostrou muito gasalhado e nos proveu dalgumas cousas.*

A ausência do dono, ás voltas no reino com a impontualidade do tesouro, foi benéfica ao preposto, que vem citado por Gabriel Soares na descrição do Recôncavo: *Defronte d'esta ponta está o fim da ilha da Maré, e d'aqui torna a fugir a terra para dentro fazendo hum modo de enseada espaço de huma legoa, que toda está povoada de nobres fazendas, e grandes canaveaes, no cabo da qual está hum formoso engenho de agoa de Thomaz Alegre que tem huma hermiça de Santo Antonio mui bem conservada.* Estendia-se a lavoura de cana em continuação de um ribeiro chamado Pitanga, onde se podia elevar bom engenho si a posse das terras infelizmente não estivesse turbada por demandas judiciais. Cumpre notar que os engenhos de água, ou copeiros, eram os mais cubiçados pelo rendimento económico que davam, tendo sabido o antigo feitor aproveitar-se da administração da capitania e dos ensinamentos que lhe proporcionara, para edificar o seu em bom sítio e condições. Soube também sair de Ilheus sem prejuizo, quando os Aimoré espalhavam ruina pelo litoral sul da Bahia, estando acordes os cronistas antigos a respeito da matança de habitantes e queima de engenhos que os índios metodicamente praticavam empecendo toda e qualquer iniciativa.

Aparecera o Padre Rui Pereira na capitania após um levante de tapuias sufocado pouco antes, de que o mesmo fr. Vicente do Salvador se fazia eco ao noticiar os estabelecimentos da região, citando a *praga dos selvagens aymerés, que com seus assaltos crueis fizeram despovoar os engenhos, e, si hoje estão já de paz, ficaram os homes tão desbaratados de escravos e mais fabrica que se contentam em plantar mantimento para comer.* Certos trechos da costa lograram, todavia, escapar temporariamente da fúria destruidora;

*Porém no rio de Camamú e nas ilhas de Tinharé e Boipeba, que são da mesma capitania e estão mais perto da Bahia, ha alguns bons engenhos e fazendas, e no rio de Taipé, que dista só duas legoas de Ilheos, tem Bartholomeo Luiz de Espinha hum engenho e junto d'elle está huma lagoa de agoa doce, onde ha muito e bom peixe do mar e peixes bois, e hum pomar formoso de marmellos, figos e uvas e frutas de espinho.* Esse povoador, foi tronco de importante familia na história dos fastos coloniaes dos séculos 16 e 17, cuja descendência se uniu á de Da. Violante de Eça, uma das orfãs que veio á Bahia com D. Duarte da Costa para se casar com pessoas da governança. Era filha bastarda de D. João Deça (como então vulgarmente se escrevia o nome) capitão de Goa, e no Brasil se casou com João de Araujo de Sousa, fidalgo galego da casa dos alcaides mores de Lindoso e Pertigueiras de Cela-Nova, na raia de Castela sobre o Rio Lima, onde el-rei D. Dinís construiu um castelo, atalaia fortificada, vigia defensora daquela porta do reino. Adeante veremos as proezas de Luís Álvares de Espinha, e em volume anterior, já prezenciámos no Maranhão as de seu filho Manoel de Sousa d'Eça.

Durante a relativa folga reinante no Taipé, pôde Bartolomeu; ou que nome tenha, porquanto os velhos cronistas são useiros como vimos, de erros e confusões; edificar a propriedade que deixou para o capitão mor de Ilheus, Henrique Luís de Espinha, avô de Bartolomeu de Sousa d'Eça, e do administrador maranhense Manoel. Da ocasional arribada do padre Rui Pereira ficou-lhe boa lembrança. *Do sítio desta capitania e frescura da terra, fermosura de tres braços de hum grande rio que tem, por cada hum dos quaes navegam caravellões.* Para aí chegar, caso preferisse o viajante o caminho ao longo da costa, era preciso, se-

gundo o padre Leonardo do Vale, colega de Rui Pereira (carta de 1561), vencer árdua jornada, e que além do Padre (Luíz da Grã) mui continuo em suas disposições, passava muitos males e serras brabas e altas, lagoas e rios, o passar dos quaes era muito por falta de embarcação, porque como estavam em despovoados, não havia outro remedio senão fazer jangadas de pao, que muitas vezes, com pouco que se bula o que vae nelles, lhe furtam o corpo e o deixam no meio da agoa, e tal havia destes rios que tinham huma legoa de largura. Nos relatos sôbre os problemas trazidos pela configuração do terreno, julgamos preferível recorrer a documentos antigos, sem embargo da sua singelesa, do que a extratos de geografia moderna, pois, tendo-se modificado terreno e os meios á disposição dos viajantes, mudou por completo a situação. Tampouco, no trajéto, seria possível encontrar hoje em dia os selvícolas, provavelmente Tupi, que receberam pacificamente os missionários, embora tivessem sofrido pouco antes inúmeros vexames dos povoadores á cata de braços, que praticavam raptos e resgates, ou melhor, resgates quando não podiam praticar raptos.

Das notícias que temos visto sobre a produção da capitania depois da visita de Tomé de Sousa, encontramos nos mandados um relativo a João Gonçalves Dormudo, para que mandasse vir perante sí Inocêncio Moreno, *recebedor que foi dos dizimos dos assucares da dita Capitania para que logo lhe fizesse pagar a Sua Alteza dez arrobas de assucar abatido, e dez arrateis de mascavo, que... tinha dado... contra Sua Alteza... e se pagar não quizesse o mandasse penhorar, e vender os penhores até Sua Alteza ser de todo satisfeito.* A maior parte dos engenhos que funcionavam datariam da mudança de capitão, quando os negócios receberam novo impulso no tempo de Lucas

Giraldes, segundo Gabriel Soares, que a respeito da compra da donataria relata: *nela meteo grande cabedal, com que a engrandeceo de maneira que veio a ter oito engenhos ou nove.* Doara Jorge de Figueiredo Correa uma gleba de 12 leguas quadradas a Mem de Sá, que ia do norte do Rio das Contas a Camamú, para atrair o interesse do governador sobre a sua capitania. Seja por escrúpulo de consciência de administrador ou por qualquer outro motivo, Mem de Sá preferiu ceder a sesmaria aos jesuitas, cessão confirmada por el-rei em 1563. Os padres organizaram o estabelecimento conhecido por Santa Ana, e aforaram terras sob condição, *de não cortarem paos Reaes (pau brasil), nem o sipó verdadeiro*, diz José da Silva Lisboa, que acrescenta acrimonioso comentário contra os da Companhia, historiando os esforços de um tal Baltazar Ferreira Garvoto, mais tarde, *posposto pelo Donatario Lucas Gerardes, que cometeu suas vezes a João de Andrada fazendo este... a... Villa de Andrada, e repartiu as terras circumvizinhas*, no distrito de Camamú. Essas atividades em terras alheias cauzou o pleito vencido pelos jesuitas, *depois de muitos annos em 16 de agosto de 1644.*

Outros personagens importantes concorriam pelos trabalhos que fizeram nas terras cedidas pelos donatários, para estimular á atividade geral registada na capitania. Um deles era o afazendado secretário del-rei Fernão d'Álvares, que recebera dada de terras e para lá mandara Antonio Vas como feitor. 'A escolha era mais feliz do que a de Giraldes com Tomás Alegre, pois o administrador se recomendava por bom crédito, cavaleiro da casa Real, provido em 1553 por Tomé de Sousa no cargo de tesoureiro dos defuntos.' Fernão d'Álvares fôra mal sucedido no Maranhão, onde sofreu juntamente com os sócios João de Barros e Aires da

Cunha, grandes perdas. A proteção del-rei, com quem diariamente privava, a sua natural habilidade em negócios, e as informações e mais subsídios colhidos na Casa da Índia que administrava, permitiram-lhe refazer-se, e quando Tomé de Sousa veio ao Brasil, dois navios da expedição eram armados pelo superintendente dos negócios coloniaes no reino. Em Lisboa construiu o belo palácio 3 Anunciada, a demonstrar que ele sabia unir gosto pelas artes ao senso utilitário. Nos empreendimentos de ultramar serviu desveladamente os planos de D. João III em que se destacavam os relativos ao Brasil. Na vinda do primeiro governador geral, mandou por volta de 1548 um seu sobrinho aguardar por conta própria a armada real pelo que recebeu de Tomé de Sousa calorosa recomendação junto á Sua Alteza pela patriótica empresa. Em 1551 os documentos officiaes sôbre o Brasil trazem sua assinatura no cargo de vedor da Fazenda, e ao terminar a carreira administrativa, era tesoureiro mor. Mas, pelo que sabemos, as quantias despendidas por Fernão d'Álvares nos Ilheus, devem lhe ter ficado escrituradas nas colunas de seus livros sob rubrica de perdas.

A ilha de Boipeba pertencia aos jesuitas da Bahia, onde segundo a tradição estivera a primeira vila dos colonos de Jorge de Figueiredo Correa. *Assegura Gabriel Soares a qual (ilha de Boipeba) e a de Tinharé estão povoadas de Portugueses, que despejaram a terra firme com medo dos aymorés, que lhes destruíram as fazendas e mataram muitos escravos.* Mem de Sá fez doação aos mesmos padres de dez léguas em quadra entre o rio de Camamú e a costa, mas a crescente hostilidade dos tapuias obrigaram-n'os a passar para as sobreditas ilhas, sem conseguir aproximação alguma com os adversos, ficando nas mesmas condições que os povoadores. *Pelo que dizem as suas*

cartas, continuou o litoral exposto ás correrias do gen-  
tio brabo, com exceção de pequenos pontos fortifica-  
dos pelos portugueses, como Ilheus, e outros sítios nas  
ilhas ou na costa, e algumas brenhas habitadas por  
tupís no recesso das florestas, junto de rios como o da  
Cachoeira, com quem os missionários podiam even-  
tualmente se comunicar. Entretanto, os pontos em  
que os brancos rezistiam, não coincidiam com os mais  
próprios á produção, escrevendo Gabriel Soares no  
fim do século 16, não haver mais na capitania que  
seis engenhos, *estes não fazem assucar, nem ha mora-  
dor que ouse plantar cana, por que em indo os escravos,  
ou homes ao campo (a distinção é típica na pena de  
um coevo), não escapão a estes alarves com medo, dos  
quaes foge a gente dos Ilheos para a Bahia, e tem a  
terra quasi despovoada. . . Esta villa foi muito abas-  
tada e rica, teve quatrocentos té quinhentos visinhos,*  
mas como estivesse mal defendida via-se á mercê de  
quem a quizesse afrontar.†

Os Aimoré deviam mesmo infundir grande re-  
ceio aos habitantes como se depreende do temeroso re-  
trato feito pelos cronistas. Do seu aspéto, usos e cos-  
tumes, escrevia Fernão Guerreiro, *gente barbarissima,*  
*alheia a toda humanidade, e onde o uzo da rasão pa-  
reçe estar muy apagado, muy saluatica, e mais fera, e  
cruel, que ha em todo o Brasil. . . nunca andam muytos  
juntos, senão poucos e poucos e sem serem vistos fre-  
chão a gente e matão, e com tanta ligevresa se tornam a  
recolher e meter pelo mato, como se foram cabras si-  
luestres, correndo muytas veses de pés e mãos, com o  
arco e frecha sobre as costas, e por isto se lhes nam  
pode`fazer guerra, nem com ella, preuallessem contra  
elles, porque nunca pelejam em esquadram feyto, nem  
em campo descuberto, senam com ciladas, e assaltos  
repentinos, aqui hum, ali outro por detras das moutas,*

*e aruores, sem os homões os poderem ver, se não quãdo se sentem frechados, e por este modo... de tal maneyra tem infestado toda a costa do mar... que por sua cousa se despejauam, e desemparauam fazēdas de trinta, quarenta e cinquenta mil cruzados, por se verem cada dia seus donos em perigo de morte, e elles lhes terem comido os escravos, e gente de serviço. Por elles terem desbaratado a villa de santo Amaro, com quatro ou cinco engenhos: a capitania dos Ilheos que he de terras exellētes, quasi toda perdida.*

•Sõmente grandes forças, contínuas remessas de povoadores, armas e munições poderiam conte-los, e com o tempo talvez seria possivel domina-los pela ação conjunta da força e da catequese. A primeira parte faltava por completo, impossibilitada a metrópole de socorrer aquelas províncias, embora tivessem terras "excelentes". A segunda era igualmente árdua, lamentando Fernão Cardim o custo da aproximação com os Aimoré, ou Guaimurés, *por serem muito andejos e terem muitas e diferentes lingoas dificultosas.* Da sua relação ficamos sabendo, que por exceção, uns certos Mainuma se davam com os terríveis guerreiros, assim como os Aturary e Quigtaio, apesar de falarem outra língua. •No setor litorâneo, perto dos Tupiniquim, conhecidos pelos jesuitas, só havia brancos e tupis atemorizados pelos Aimoré que ocupavam, *algumas oitenta legoas de costa, e para o sertão quanto que-rem, são senhores de matos selvagens, muito encorpados, e pela continuação do costume de andarem pelos matos bravos tem os couros muito rijos, e para este effeito açoutão os meninos em pequenos com uns cardos para se acostumarem a andarem pelos matos bravos; não tem roça vivem de rapina e pela ponta da frecha comem a mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão senão de salto,*

*usão de uns arcos muito grandes trazem uns paos feitiços (de feitio) muito grossos, para que em chegando logo quebrem as cabeças. Quando vêm á peleja estão escondidos debaixo de folhas... são muito covardes em campo, e não ousão sair, nem passão agoa, nem usão de embarcações, nem são dados a pescar; toda a sua vivenda é do mato.* A descrição dá medida de como eram diferentes dos Tupí da costa, estes nadadores, pescadores, agricultores e combatentes no mar em que travavam batalhas como a presenciada por Pero Lopes de Sousa. Os Aimoré pareciam com os seus atuaes descendentes Botucudo, gentio do mato, de que tiravam a sua subsistência e o modo de combater occultos na serapilheira. Sendo extremamente densa a floresta do norte da capitania, na orla dos inúmeros cursos de água que desembocavam nas visinhanças de Boipeba e Tinaré, as povoações portuguezas viam-se extremamente expostas aos assaltos daqueles especialistas da guerra silvestre. Continuando a enumeração dos malfeitos dos Aimoré dizia Cardim; *... dão muito trabalho em Porto Seguro, Ilheus e Camamú, e estas terras se vão despovoando por sua causa, concluindo com uma das principaes razões da situação, não se lhes pode entender a lingua:*

^ Si o retrato é confrangedor em Cardim, geralmente comedido, quasi seco, muito mais expressivo ainda é em Gabriel Soares, o qual dá a impressão em certos passos de possuir estro poético. Escrevia a propósito, o senhor de engenho:

“Parece razão, que não passemos avante sem declarar, que o gentio he este, a quem chamão Aimorés, que tanto dano tem feito a esta capitania dos Ilheus. Segundo fica dito, esta costa era povoada de Tupiniquins, os quaes a despovoa-

rão com medo destes brutos e se forão viver ao certão; dos quaes Tupiniquins não ha já nesta capitania senão duas aldeas que estão juntas do engenho de Henrique Luiz, que tem já muito pouca gente” ,

Seria o citado povoador filho ou neto do Bartolomeu de que fala fr. Vicente? Ou trata-se simplesmente da mesma pessoa? São tão comuns as confusões deste gênero na pena dos cronistas, com toda sorte de alterações de nomes, que autorizam a supor que esse Luís fosse o referido pelo autor da primeira *História do Brasil*, que agazalhou ao padre Rui Pereira, quando involuntariamente foi ter a Ilheus. Na carta de Pero de Goes de 1546 ocorre alusão a um certo Henrique Luís, que, saindo das terras de Vasco Fernandes Coutinho com outros homens num caravelão, ás ocultas do missivista, foi resgatar na capitania visinha, e não contente com o resultado, ainda atraiu a bordo um principal do lugar, prendendo-o á falsa fé, exigindo grande resgate, e depois de receber o estipulado, vendeu o morubixaba a uma tribo contrária. Levantaram-se os seus parentes e guerreiros, e segundo descreve Pedro Calmon, correram sobre a gente de Pero Goes, matando-lhe vinte e cinco homens em porfiada luta, onde o donatário perdeu uma vista, ficando-lhe a outra para ver todo o seu trabalho destruído, a indiada em poŕvorosa, as suas forças dizimadas, obrigado por fim a se refugiar no Espirito Santo. Pergunta Pedro Calmon si o autor do desastre não teria sido Henrique Luís de Espinha, o que se pode admitir pela natural tendência dos povoadores em praticar desmandos quando livres do freio imposto por severos capitães, como Duarte Coelho em Pernambuco (52), ou

---

(52) v. *Pernambuco e as Capitãntas do Norte*, vols. I e II.

pela superior visão dos jesuitas. Tornado precavido pelos acontecimentos, ter-se-ia Henrique Luís mudado para Ilheus, onde se empregou com Tomás Alegre nos engenhos de Lucas Giraldes. No *Santuário Mariano* ocorre alusão a uma capela que Henrique Luís de Espinha teria elevado em 1600 á Nossa Senhora da Encarnação, em que não se atribue a ele, mas a seu pae Bartolomeu, o fâto de imigrar para Ilhéus e se empregar com o feitor de Lucas Giraldes.

Depois de tecer conjeturas sobre a causa da mudança da língua dos Aimoré, a ponto de se tornar incompreensível ao *gentio de todo este estado do Brazil*. *..A e não se poderá escrever como Vasconço*, prossegue Gabriel Soares em longa descrição, que demonstra a importância atribuída áquela tribu, ou melhor, grupo de tribus. As asseverações do senhor de engenho são de grande significação informado como estava, contemporâneo dos acontecimentos e testemunha de alguns. Na sua idea, diferenciavam-se na antropofagia os Aimoré dos demais índios. Os tapuias devoravam os prisioneiros para se alimentarem, como fariam de veados ou de preás, aq passo que os Tupí assim praticavam, *senão por vingança de suas brigas, e antiguidade de seus odios*. Da guerra cruel que mantinham os tapuias contra os europeus, as capitánias de Porto Seguro e de Ilheus, *estão destruídas, e quasi despovoadas com o temor destes barbaros, cujos engenhos não lavrão assucar, incendiados os edificios, mortos os trabalhadores, e os que escaparão de suas mãos, lhe tomarão tamanho medo, que em se dizendo Aimorés, despejão as fazendas... o que tambem fazem os homens brancos, dos quaes tem morto estes alarves de vinte e cinco annos a esta parte... mais de trezentos homens Portuguezes, e de tres mil escravos. Costumavão ordinariamente cartear os moradores da*

*Bahia com os dos Ilheos, e atravessavão os homens este caminho ao longo da praia, como lhe convinha sem haver perigo nenhum, o que estes Aimorés vieram sentir... pelo que este caminho está vedado... e se não busca algum remedio para destruir estes alarves, destruirão as fazendas da Bahia, para onde vão caminhando de seu vagar e como elles são tão exquisitos, e agrestes, e inimigos de todo genero humano, não foi possivel saber mais de sua vida e costumes. 1*

Jaboatão noticia igualmente que os primeiros povoadores de Ilheus sob o comando de Francisco Romero, tiveram no principio algumas pelejas, *com o Gentio da terra, mas por serem estes naquelles primeiros tempos os Tupins (sic), ou Tupynamquis seus descendentes, mais brandos e domaveis, fez com elles pazes, e o ajudarão muito nas fabricas, e lavoras, e Engenhos, que ainda houve alguns sete ou oito. Mas sobrevindo depois a praga dos selvagens Aimorés, causarão em tudo grande destruição, e tornou muito atraz esta Capitania, assim em fazendas, como em moradores. Costumavão estes fazer suas entradas ao sertão contra os Aimorés; e em huma destas lhe armarão elles huma tal cilada, que de todos os que entrarão, só dizem escaparão quatro, para trazerem as novas á Villa da morte dos companheiros. Para os vingár ajuntarão os amigos, e parentes dos mortos huma boa esquadra, com que repetindo as entradas, em huma deixarão sem vida muitos, e trouxerão prezos e captivos huma grande multidão daquelles barbaros. Não sabemos si puderam ser aproveitados utilmente na lavoura, ou em qualquer outro mistér, porquanto, dizia Gabriel Soares, eram tão indomáveis que preferiam morrer a viver no cativoiro.*

O refluxo dos povoadores para as ilhas e suas visinhanças ao norte da capitania, nas proximidades

do Recôncavo baiano; de onde podiam receber socorros, congregou os sobreviventes perto de Bartolomeu Luís de Espinha, cuja propriedade se tornou, por assim dizer, baluarte contra os Aimoré. O seu filho e sucessor Henrique teve muitas dificuldades com os índios, até quando Luís Álvares de Espinha, neto de Bartolomeu querendo vingá-lo a morte de alguns brancos, reuniu gente, e investiu contra *certas aldeias dahi a trinta legoas*, diz fr. Vicente. A medida tinha efeito preventivo contra ataques futuros dos tapuias, e procurava ao mesmo tempo arrebanhar braços para a lavoura, já que se tratava de *guerra justa*. Escreve ainda Jaboatão, *porem, não se contentou com lha fazer e cativar todos aqueles aldeões* (habitantes das malocas surpreendidas pelo ataque), *sinão que passou adiante e desceu infinito gentio*.

No parecer do cronista, que escreveu dois séculos depois a respeito dos primeiros índios encontrados entre o rio Jaguaribe ao norte e o Jequié ao sul, inclusive os do monte de S. Paulo, perto da vila de Ilheus, tratava-se de Tupiniquim que foram ao depois expulsos das terras limítrofes do Cairú, pelos Guerém, tapuias do grande ramo Aimoré. Os vencedores em seguida passaram a molestar os portugueses, aparecendo perto da vila de S. Jorge, vindo sempre do interior para o litoral, o que explica o seu desconhecimento da navegação, e simples natação. Na conjuntura, a influência dos missionários sobre os Tupí que se tinham aldeado sob a égide da Companhia de Jesus, livrou os portugueses de incidentes no princípio da colonização, e ainda lhes proporcionou aliados contra o inimigo comum, permitindo a resistência de Ilheus quando atacados pelos Guerém.

No findar do décimo sexto século, durante o governo de Manuel Teles Barreto, ordenou-se a Diogo

Correa de Sande e Fernão Cabral de Ataíde, que fossem repelir os tapuias. O primeiro dos capitães é apresentado como reinol por Jaboatão, que o considera parente dos Correas de Sá, portanto, primo de Mem de Sá, de quem teria sido companheiro de viagem, ou por sua causa teria vindo ao Brasil. Aquí se casou com Da. Joana Barbosa, filha de António Ribeiro e Maria de Argolo, irmã de D. Agostinho Ribeiro, bispo de Ceuta. O casamento na família do próspero castelhano, dos primeiros povoadores da Bahia no governo geral, e a provavel benevolência de Mem de Sá, facilitaram a Diogo Correa a obtenção de bens tornando-o rico proprietário de terras e de escravos. A condição obrigava a deveres militares, em que tinha de reunir a parentela e clientela, e completado o troço de guerra por índios e mamelucos, responder ás exigências do serviço del-rei. Vicente do Salvador o descreve como dono de *muitos escravos*, como o seu companheiro de chefia da expedição Fernão Cabral, e *tinham aldeias de índios forros*, espécie de agregados, que a troco de certas vantagens davam serviço algo desigual e precário, mas preferível á falta completa de braços. Quando os portugueses não podiam se apoderar de trabalhadores graças a alguma *guerra justa*, tinham de lançar mão de toda sorte de expedientes para angariar gentios. Até hoje ainda os empregam na Amasônia, onde em meio de selvícolas de vária origem, encontram-se alguns descendentes dos Tupí de Ilheus e Porto Seguro, outrora espalhados pelo litoral desde o sul da colónia até o rio mar.

Esta ambição e pressa de enriquecer, levavam ás vezes povoadores a empregar meios considerados criminosos para conseguir braços, passíveis das mais graves penas por atentarem contra a conversão do gentio, e cousa mais grave, incentivar criminosas erro-

nias. Em volume precedente, vimos como Fernão Cabral empregava um mameluco nascido em 1546 em Pernambuco, de nome Domingos Fernandes, e alcunhado Tomacauna entre os índios. O depoimento que prestou á mesa do Santo Officio é dos mais interessantes para o caso, em que assistimos a quanto podiam chegar ambições inconfessáveis de grandes proprietários, de parceria com astutos personajens do gênero desse mestiço. Aos vinte anos de idade estivera Domingos na bandeira de António Dias Adorno á procura de ouro no sertão. Na entrada que fez no tempo de Luís de Brito e Almeida, tingiu-se de urucú e genipapo, lanhando-se com dente de paca, cada cicatrís alusiva a um inimigo morto, traça destinada a prestigia-lo perante os selvícolas, adornado ainda com penas e mais enfeites. Aceitava igualmente as raparigas que lhe ofereciam nas tabas, cantando e bailando nas suas festas dos gentios, para dar a entender — afirmava — que era valente como os mais bravos Tupí, que daí lhe chamavam de sobrinho. Tantas vantagens pareceram a João de Brito de Almeida, filho do governador geral, dignas de serem aproveitadas, e quando seu pae se transferiu para o nordeste para chefiar a campanha contra os índios da Paraiba foram aproveitados os préstimos do mestiço, para aldear certo gentio no ponto em que os portuguezes desejavam. Na volta de Luís de Brito á cidade do Salvador tornou o Tomacauna ao sertão *de Arabo e de Ilheos*, para *fazer decer gentios pera o povoado*. Nesse período é curioso notar a grande proporção de mestiços nas entradas efetuadas no hinterland, fáto que lhes proporcionava a situação de intermediários entre brancos e índios. Além de Fernandes Nobre, temos entre os mais conhecidos Paulo Dias Adorno, rebento de um importante tronco povoador, e que fôra compa-

nheiro do Tomacauna na bandeira de seu pae António Dias, assim como também Bras Dias, *que he homem pretelhão muito bexigoso cujo pae foi morador em Villa Velha*. Nas expedições seguintes, juntaram-se ao Tomacauna, um certo Manuel Branco, mameluco de francês, e um tal Lásaro Aranha, mestiço de judeu com *negra da terra*, que desacatava procissões e falava mal dos Santos (53), e outros brancos e reinoses como Francisco Afonso Capara, que também se riscou todo, ou João de Remirão senhor de engenho em Tasuapina, que se fingia de feiticeiro, embaíndo a india da com mágicas e mais intrujices. A fome de braços de lavradores, era, como se pode ver, pelo menos tão grande quanto a sua falta de escrúpulos.

Na confissão do Tomacauna perante o Santo Officio, occorrem pitorescos pormenores em que *por mão-dado do mesmo governador* (Luís de Brito) *tornou ao sertão de Ilheos onde gastou quatorse mezes e nelle se empenou pello rosto com almaçega e se tingio com a tinta vermelha de urucú, ao modo do gentio e teve suas molheres gentias que lhe deram os gentios e as teve ao modo gentilico e tratou com elles e bebeo seus vinhos e fez seus bailes e tangeres e cantares tudo como gentio*. Tendo havido perturbação naquele estado idílico, e insurgindo-se os índios contra hóspedes indesejáveis, o Tomacauna e seu parceiro João de Remirão se fingiram de feiticeiros, *da maneira que os gentios costumão ser dizendo que lhes havião de lançar a morte pera todos morrerem e fazendo algumas convenções e fingimentos pera que elles assim o cuidassem e pera escaparem que os não matassem como escaparam*. Argúcias tão bem sucedidas interessaram um grande proprietário, como antes dele tinham inte-

---

(53) Afirmava que S. Antonio somente lhe fizera encontrar um escravo fugido depois que lhe prometera uma missa.

ressado ao governador geral, aproximando Fernão Cabral de Ataíde do mestiço que lhe podia arrebanhar lavradores. Segundo Gabriel Soares, o reinol possuía um dos melhores engenhos do Brasil, sito á margem do rio Jaguaribe, *obra mui formosa, e ornada de nobres edificios, e de casas de vivenda, e de outras officinas, e de huma igreja de S. Bento mui bem acabada, o qual está feito nas terras de el Rei, que estão livres de todo foro, que costumão pôr os capitães.* Faltavam-lhe entretanto trabalhadores, pelo que, combinou com o Tomacauna chamar para a sua lavoura um grupo de índios semi-aculturados, que divagavam pelo sertão praticando curiosas deturpações do culto católico. Da doutrina que lhes tinham ministrado e que mal digeriam; como muita gente em nossos dias intoxicada por novos fanatismos; compuzeram rito estranho, por eles chamado Santidade. O principal da nova crença intitulava-se papa, afirmando que escapara do dilúvio de Noé (54) refugiado no olho de uma palmeira, e, *fôra dos padres da companhia de Jesu de Tinhaê capitania dos Ilheos.* Junto dele havia uma índia, que apelidava Santa Maria, e ambos os dois induziam quanto foragido das aldeias dos missionários ou da fazenda dos seus senhores a vir ter com eles e comungar do novo credo. Encaminhados para o engenho de Fernão Cabral de Ataíde pelos mamelucos a seu serviço, foram recebidos com todas as honras, e satisfeitos em todos os pedidos que fizeram para aí estabelecerem o rito. Armaram em uma casa simulacro de igreja, com sacerdotes e sacristão, celebrando missas, com altar, imagem representando toscamente um gentio, castiças e livros, ou folhas de pau com sinaes fingindo letras, pia de água benta, e mais pertences num recinto onde entoavam orações em língua que ninguém entendia. Os habi-

---

(54) Cf. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, cap. Indio.

tantes do engenho, portugueses ou mestiços, não só toleravam a burlesca imitação, como acatavam as elocubrações dos fanáticos, fugindo-se também de convertidos para melhor prende-los no lugar. Depoz António da Fonseca perante o Santo Ofício que, *todos os negros da terra do dito Fernão Cabral hiam a dita chamada Santidade e a adoravão . . . e elles (o casal) erão os principaes daquellas cerimonias e quando as faziam davam gritos e allaridos que soava muito longe.* Em outra denúncia, João Bras, cristão velho, afirmou que o senhor de engenho, *também reverenceava e tirava o chapeo ao dito idolo assi como faziam os gentios.*

Consta pelo processo movido a Fernão Cabral, que ele ainda esperava reunir mais gente, quando alarmado ordenou Manuel Teles Barreto ao capitão mameluco Álvaro Rodrigues, dos Adornos da Cachoeira, que á testa de uma companhia saísse atrás do Tomacauna. Interpoz, então, recurso, Fernão Cabral, alegando ser preciso esperar algum tempo afim de permitir aos que estavam no sertão de *reiguassú, que quer dizer frio grande*; a saber, o Tomacauna, certo Crístopvam da Rocha e outros, fossem avisados e pudessem fugir á represália do gentio. A alegação provavelmente era sincera, porque o mesmo disse o senhor de engenho a João Bras, quando este lhe pediu a devolução de tres índios que se tinham refugiado junto á Santidade, *que sufria aquillo . . . até que lhe viessem outros homens cristãos que tinha no certão que erão em busca do maioral daquelles gentios daquela Santidade*, de onde se conclue, que o pseudo papa era uma espécie de pagé, e que deixara no sertão um morubixaba guerreiro em que os reinos pretendiam deitar mão. Si o conseguiram não sabemos, mas nõ correr do processo versando a Santidade, averiguou-se que os

asseclas do ambicioso senhor de engenho, o Tomacuna e Cristovam da Rocha, tinham cometido séria imprudência, ao entregar ginetes, armas e munições á indiada, contra expressas e sábias disposições dos regimentos coloniaes.

No caso em apreço, decorrido em Ilheus pouco antes da sentença do Santo Officio, que condenou Fernão Cabral a dois anos de cárcere, os seus companheiros de expedição (a ordenada por Manuel Teles Barreto a Fernão Cabral e Diogo Correa de Sande), intentaram atacar os Aimoré, *dando-lhes mais os soldados* — informa fr. Vicente — *das suas guardas* (do governador?) *com seus cabos Diogo e Lourenço de Miranda, ambos irmãos e castelhanos, os quaes foram todos de Jaguaripe por terra ao Camamú e Tinaré e lhe armaram muitas ciladas mas, como nunca sahiam a campo a pelejar, sinão a trahição, escondidos pellos mattos, mui poucos lhe matarão e elles frecharam tambem alguns dos nossos indios.* Esses combates contra os Aimoré são igualmente narrados por Jaboação, que descreve como se reuniram os brancos depois do traiçoeiro morticínio de alguns povoadores (55). A vitória que obtiveram por fim, quasi milagrosamente, foi atribuida á ajuda de Nossa Senhora das Neves, venerada nos Ilheus, ao pé do monte que se vê no fim da rua chamada de S. Bento, diz o frade, santa que daí por deante passou a se chamar Nossa Senhora da Vitória. Confessavam os índios caidos em cativeiro que tinham sido vencidos, *por huma forte, e formosa Mulher branca, que montava em hum ligeiro cavallo; e sabendo a Senhora pagar aos seus esta devoção, e affecto, não só com a presente, mas com muitas outras. . . Passados alguns annos, depois daquella grande e milagrosa victoria, alcançada do gentio, se tornou*

---

(55) *Cronica dos Frades Menores*, 1, 88.

*este a inquietar, com repetidos estragos, que com elles e os passados veyo a ficar a Villa quasi despovoada e foy necessario ir a ella no anno de 1560 o Governador Mem de Sá, com hum socorro de Naos, e gente, e fazendo algumas entradas pelo interior do sertão ao Gêntio, e castigados muitos delles, se tornou a Villa a povoar, e a crescer em moradores a Capitania.*

O pânico a que alude o cronista levou a capitania á beira da ruina. A imprudente morte de um índio em Porto Seguro e de outro em Ilheus, provocara o levante dos Tupí que estavam entre os portugueses. e era tal a sua desproporção com os poucos brancos, mamelucos e demais agregados, que em pouco a situação parecia desesperada. O padre Nóbrega descreve a Tomé de Sousa as dificuldades que o governador encontrou junto aos habitantes da Bahia para formar expedição de socorro, exetutando-se, contudo, Garcia de Ávila, que insistia em tomar parte contra o desejo de Mem de Sá, atitude considerada valiosa pelo jesuita, que a propósito, dizia ao governador saber o seu protegido *bem uzar da criação que V. Mercê nelle poz*. Removidos os contra-tempos, desembarcou Mem de Sá á noite nos Ilheus, com afoitesa visinha de temeridade, porquanto as suas forças pareciam fraquesas. Alguns anos mais tarde o infeliz D. Sebastião I havia de reeditar em África semelhante precipitação, mas no caso de Mem de Sá, valeu-lhe inicialmente o fator surpresa. Levaram os portugueses vantagem no ataque realizado á meia noite, contra os hábitos guerreiros daquele gentio, em que algumas das suas aldeias foram queimadas. No entanto ao raiar o dia tiveram os expedicionários de ceder o terreno conquistado vendo-se furiosamente perseguidos, sem saber como terminaria a corrida quando os livrou Vasco Rodrigues Caldas, que armou tal cilada aos Tupiniquim que para escapar da

matança se atiravam<sup>1</sup> no mar. Embora grandes nadadores, deram-lhe em cima os índios aliados dos portugueses, registando-se a carnificina descrita pelo próprio governador ao enumerar os corpos dos inimigos mortos, ao depois estendidos na praia numa fieira de quasi uma légua. Destruídos os focos mais próximos de resistência continuou a campanha contra as tabas dos arredores afim de tomar os insurretos, como efetivamente succedeu, pois comprimidos entre os brancos e os tapuias do interior, esfaimados nos montes e brenhas, acabaram pedindo misericórdia. Perdoou-lhes o governador sob condição de se tornarem fieis vassallos de S. A., pagar tributo e concorrerem para o reerguimento dos engenhos que tinham destruido.

A solução do conflito permitiu a Mem de Sá acudir com o mesmo Vasco Rodrigues outra sublevação em Paraguassú, não muito longe da cidade do Salvador, que depois de cruenta luta teve igual desfecho. Livres do susto, voltaram os habitantes ás suas occupações depois de encurralados na povoação, onde se sustentaram apenas com as laranjas dos quintaes, homens, mulheres e crianças espavoridos, *em numero de mais de mil, a ver o inimigo em frente, matando seus gados, e destruindo todas as fazendas*, descreve Varnhagen. Houve ainda alguns rebates, em que uma roça pertencente a André Gavião foi atacada, mas segundo Bras do Amaral, vencidos novamente os índios por Vasco Rodrigues Caldas, socegou a capitania e os seus arredores em 1559, enquanto os tapuias não saíssem das matas onde se acoutavam, mais numerosos que os recém-vencidos tupís.

Além dos índios, sobrevinham corsários. A santa também realizou milagres quando assomaram na barra dos Ilheus. Supõe Bras do Amaral que foi em 1595, porém as *Anuas Jesuíticas* admitem mais dois anos para

o acontecimento, que se teria registado em 97. O certo é, que vinham em dois navios pequenos, demonstrando-se fora outros tres maiores, por não encontrarem fundo sufficiente no ancoradouro. Restava no lugar das primitivas tranqueiras elevadas por Tomé de Sousa o fortim de S. António, que sob o comando de Pedro Gonçalves mal pôde disparar um tiro. Vendendo-se desprotegidos temendo aos piratas mais que ao gentio; porquanto aqueles estavam mais bem armados; pensou a maioria dos habitantes em desamparar o litoral, escondendo-se em brenhas inacessíveis ao atacante. Nesse transe interveio Cristovam Leal; que o era, diz Jaboatão, não só no apelido mas no ânimo. Reunindo os que estavam dispostos á luta, quiz enfrentar os invasores, mas teve de recuar em direção á ermida de Nossa Senhora da Vitória, onde portugueses e mamelucos se entrincheiraram. Tres franceses forám mortos, caindo o seu armamento, e mais doze arcabuzes ao todo, em mãos dos sitiados, incidente que aumentou o vigor da defesa. Á vista disso, já donos da praia, pareceu inutil aos flibusteiros teimar num cerco sem impôrtancia, e retornaram á povoação, no que praticaram grave descuido. Os sitiados saíram do refúgio, desceram para a vila, congregando pelo caminho a indiada e mais combatentes que apareciam, e sem serem pressintidos chegaram ás proximidades dos adversários. Estavam os franceses aboletados nas casas de Jorge Martins — provavelmente as melhores do lugar — onde juntavam o produto do saque do arraial, longe de pensar no perigo que se aproximava. Aproveitando a oportunidade, deram-lhes os comandados por Cristovam Leal, matando muitos, antes que se pudessem defender ou salvar as armas. O successo despertou tal entusiasmo, que os habitantes resolveram acabar em campo

raso com os corsários sem esperar pelo capitão mor, ausente numa fazenda sua, distante duas léguas, e que parecia pouco disposto a comparecer. Foi substituído no combate por um jovem mestiço de nome António Fernandes, comentando Jaboaão, e por alcunha, que dahi lhe ficou, o *Catuçadas*, que assim chamava elle, pela lingua da mãy (que era gentia, e o pae preto) ás *estocadas* que dava nos inimigos. A defeituosa redacção do cronista, mais os erros de cópia, levaram muitos eruditos a várias e complicadas interpretações, quando a realidade é muito simples. Filho da gentia e de preto, não é mameluco, mas cafuso, e os seus golpes ao invés de *catuçadas*, que nada significam, cotucavam deveras os inimigos e os mandava para o inferno. O resultado da refrega foi decisivo, em que os habitantes, apesar de mal armados, mataram cinquenta e sete franceses, perseguindo os remanescentes quando fugiam em desordem, tomando-lhes muitas embarcações, e assim despejaram a terra, e os da Villa ficarão muito ufanos, e victoriosos, pelo esforço de hum moço buçal, que nem fallar sabia bem, mas ajudados todos com os socorros de Nossa Senhora da Victoria, que fizera do Catucadas uma espécie de Joana D'Arc furta côr.

No mesmo ano de 95, assegura Bras do Amaral, deu-se o aparecimento dos franceses corridos da praça de Arguim graças a um milagre de S. António, que chegaram famintos e sedentos á Bahia onde foram presos, e alguns enforcados pelas barbaridades que tinham feito na costa. Essas correrias abalavam o progresso da região, em que estavam compreendidos os Ilhéus, fatos que talvez influissem na escolha de Francisco Giraldes, filho de Lucas, para governador substituído de Manuel Teles Barreto. Infelizmente o barco em que vinha, arribou em más condições ás Antilhas, e

depois de lamentavel viagem tornou á Lisboa, onde faleceu o donatario de Ilheus sem ter visto a sua propriedade, nem ter podido lhe acudir com os socorros que trazia. A situação piorou muito na região abandonada, de onde os índios poderiam passar a outras povoações. D. Francisco de Sousa, sucessor de Giraldes, organizou na Bahia, com o capitão Álvaro de Carvalho, uma bandeira para socorrer o resto de povoadores que havia em Ilheus. A providência era um curioso exemplo de como se tentava derimir o problema do índio, com o próprio índio, recorrendo-se a soluções inspiradas nos recursos locais á vista da impossibilidade quasi absoluta de obtê-los na metrópole. Chegara nessa ocasião Manoel Mascarenhas capitão mor de Pernambuco á séde baiana, para tratar de assuntos relativos á pacificação da costa leste-oeste, particularmente no Rio Grande do Norte, o qual foi convidado para ceder os aliados Potiguar que disputava na Paraíba e reforçar os que combatiam os tapuias da outra margem do Recôncavo. Aquele ramo dos tupís, tinham suscitado alguns dissídios com os portugueses, mas a intervenção de missionários e de homens de armas experientes (56), estavam dispostos a colaborar com os brancos contra gentio para eles de todo estranho. O seu principal tinha nome Zorqbabé, temeroso pela sua astúcia, e mais ainda, pelos numerosíssimos guerreiros que comandava. Encaminhados por Álvaro de Carvalho, dirigidos por Francisco da Costa, que lhes dizia o que tinham de fazer, atacaram os Aimoré disseminados pelo Jaguaribe e Paraguassú, afugentando-os para as matas de Ilheus e Porto Seguro de onde tinham vindo.

---

(56) F. Guerreiro. *Relação Annual das Cousas...* 1605, 121, que merecem consulta pelo seu interesse e pouca divulgação.

Como sempre na época, o movimento de algumas cabildas provocava migrações de outras ao longo da faixa arbórea da costa, o que explica a informação de missionários em Ilhéus sobre a progressiva mudança das tribus tupís, coagidos pelos tapuias a procurar novo habitat pelo litoral acima em que alguns chegaram á Amasônia. Repelidos nos limites baianos voltaram os Aimorés para onde possuíam o domínio da mata, a fim de se refazerem e prepararem novas acometidas. No entanto, certos de que tinham cumprido a tarefa, voltaram os Potiguar á Paraíba, atacando ainda no percurso o mocambo de negros formado no Itapicurú, que lograram dispersar. O êxito passageiro não domou os Aimoré, que tornaram a percorrer em algaras o litoral de Ilhéus, como tampouco extinguiu os mocambos, que se recompuzeram como formigueiro depois de aparentemente dispersado pelo pé do viajante. A situação geográfica da capitania dos Giraldes fazia com que toda a sua atividade estivesse vinculada ao litoral e aos cursos que nele desaguavam. O rio Paraguassú dava comunicação com a vila da Cachoeira, feudo dos Rodrigues Adorno, ousados mameucos, preadores de índios, especialistas em entradas no sertão. No fim do século 16 conseguira um deles, Alvaro Rodrigues, aprisionar uma menina Aimoré, que tratou com muito cuidado, ensinando-lhe a língua mais falada nas povoações, que era a geral, esforçando-se para que fosse doutrinada e batizada, e depois que a viu muito amiga dos civilizados a devolveu aos parentes. Segundo fr. Vicente do Salvador, o plano deu resultado, pois daí por diante alguns tapuias se atreveram em procurar Alvaro Rodrigues (o qual provavelmente facilitara ainda com outros expedientes a aproximação), e da nova amizade desanuviaram-se prevenções antigas, aproveitando-se todos da

feliz circunstância para afagar os temíveis selvícolas. Recebidos na Bahia pelo governador foram alvos de inúmeras atenções por parte das autoridades e particulares, que lhes mostraram os recursos da sede governamental. O que aí viram a respeito das forças de que os portugueses dispunham, e o natural cançasso de guerras, em que muito tinham sofrido, perfizeram o resto, consentindo aqueles tapuias em se aldearem nas margens do Paraguassú á moda dos cabildas tupís que viviam em paz com os brancos.

Não sendo mais necessários os préstimos dos seus antigos auxiliares potiguaras, procuraram os portugueses se desvencilhar desses aliados antes que se tornassem perigosos. O diminuto número de brancos, perdidos na imensidade brasílica, obrigava-os a uma política de cálculos preventivos em que o destino do maioral dos tupís paraibanos precedeu o de Toussaint Louverture, Ranavallo, Abd el Krim, e dos que em geral elevaram tropeços á expansão de potências colonizadoras. Inspirando o Zorobabé medíocre confiança aos que o tinham empregado, foi remetido não sabemos si voluntária ou compulsoriamente a Portugal, de onde não mais voltou ás colinas da Paraíba. Contudo, a debilidade dos portugueses amenizava os processos de transmigração política de tribus, bem mais corteses no trata-los que os nazistas e outros istas quando rezolviam remover populações de terras conquistadas. Empregavam meios suasórios por intermédio dos missionários, cuja intervenção muitas vezes tornava até inútil o êxodo de índios da região em que tinham o seu habitat, bastanto a presença entre eles de um catequista habil e benquisto para resolver o problema. Em 1550, pensam alguns cronistas, foi erigida a capela de Santa Cruz na margem direita do rio Jaguaripe, doze léguas acima da Barra Falsa da Bahia de Todos os

Santos, iniciativa que logo deu o melhor proveito pela paz que passou a irradiar nas visinhanças.

Decorridos alguns anos um acontecimento inesperado veio arruinar a perspectiva de tranqüilidade que se esboçava. As cartas jesuíticas descrevem a violenta epidemia que em 1563 dizimou os aldeados, contágio hoje atribuído á varíola, e naquele tempo a várias causas, que espalharam entre os selvícolas a suspeita (insuflada pelos seus pagés), de serem os padres os principaes responsáveis. Estes, por sua vez, acuzavam a heresia da *Santidade* como fonte do mal, porquanto provocara a ira do Senhor, *De maneira*, escreve o jesuita Leonardo do Vale, *que seu pecado foi castigado com uma peste tão estranha que porventura nunca nestas partes houve outra semelhante; alguns querem dizer que se pegou da nao em que veio o padre Francisco Viegas, porque começou nos Ilheos. . . mas parece mais certo ser açoute do Senhor, e começar donde os romeiros primeiro começaram a correr a Santidade que andava pelo sertão a dentro.* A mortandade foi intensa, deixando o padre a impressionante descrição reproduzida nas *Cartas Avulsas*. Tendo Leonardo do Vale em conversã com um mancebo pernambucano, asseverado que principiara nos Ilheus, respondeu-lhe o viajante, *que antes viera de Pernambuco, porque elle viera resgatando ao longo da costa e por ella vira tanta destruição que se nam podião enterrar uns a outros e onde antes havia 500 homens de peleja não havia agora 20.* De um modo ou de outro, fosse qual fosse a orijem, a epidemia realizou mais estragos em poucos dias que os índios brabos em anos. A propósito, dizia-se também, que desabara sobre os povoados em castigo dos tupís da tribo Caité terem devorado o bispo Sardinha. Não foí esquecido, na conjuntura, a perfídia com que certo principal mantinha guerra intérmima contra os bran-

cos, assim como os vícios destes, *audivit Deus clamores Sodomorum et Gomorrhorum et quantum erat ut diuturnae audaciae lueret*. O contágio flajelava aos que nunca jamais tinham conhecido as “bexigas”, oriundas do reino e por isso estavam indefesos, sem resistência contra a pandemia que atingia, *não só aos salteados (raptados) e mal resgatados mas os de bom in titulo e ladinós que (os povoadores) muito prezavam e os de Guiné lhes morriam. . . em dias*, numa palavra, a sensala parecia derreter deixando a lavoura sem braços.

Nesta altura, era governador de Ilheus António Ribeiro, o qual adotara a praxe de nomear capitães de aldeias indígenas aos gentios que se mostravam mais aculturados, elegendo-os *para meirinho polo grande amor e affeição que têm a nossas cousas e costumes*. Era boa política, de acordo com a falta de gente branca, leigos ou missionários, que se notava na colónia. De Portugal pouco auxílio poderia vir para Ilheus, desvanecidas as esperanças de melhoras depois da morte de Francisco Giraldes. Sucedeu-lhe a irmã Da. Maria, casada com Francisco de Sá e Menezes, que não tardou a demandar com os primos credores, que eram Da. Juliana de Sousa, filha de Nicolau Giraldes, e seu marido D. João de Castro. O desfecho do pleito foi ir a capitania à praça, sendo adjudicada a Da. Elena de Sousa, filha de D. João de Castro. Esta quinta donatária desposou o VI conde da Castanheira, levando-lhe nas vésperas da guerra holandesa, as atribuições governativas que Lucas Giraldes recebera delrei, e que lhe foram confirmadas por alvará em 1620 e 21.

A mudança perturbava a administração, e não trazia grande benefício aos brancos, ás voltas com a hostilidade do gentio, desunião de todos e escassês de

recursos. A importância, ou carência dela, dos núcleos portugueses deste período; que perduraram imutáveis por mais de tres séculos; pode ser aquilatada pelo número dos jesuitas em funções no lugar e catecúmenos que doutrinavam. Desanimados os missionários abandonavam a terra onde minguavam os brancos, os gentios amigos e a escravaria negra, ao mesmo tempo que recresciam as dificuldades criadas pelas autoridades e pelas várias castas de habitantes. Episódios semelhantes ao da Santidade não eram únicos, ocorrendo nas *Denúncias* por volta de 1580, a notícia sobre *Guaspar Gonçalves mameluco cristão casado com huma filha de Gaspar do Rego morador na dita villa dos Ilheos, fugiu com huma negra (india) sua manceba per o sertão e laa andou muito tempo vivendo como gentio segundo foi fama publica e depois disso se veo aonde chamão Boipeba... e alborotou alli os escravos cristãos pera os levar ao sertão dos gentios.*

Os excessos de um mestiço mal aculturado, pouco significariam, si os brancos por sua vez não porfiassem em levantar *casos*. Um tal Inácio de Barcelos, cristão velho, homem de respeito e posição, não ezitava em propalar a sua preferência por escravos pagãos, porquanto, no seu entender, os cristãos pecavam contra a lei, e os *gentios bautizando se na ora da morte salvavam-se*. Pertencia este Inácio á numerosa tribu dos censores públicos, que enxergam irregularidades aos outros despercebidas, investem contra abusos reaes e imaginários, reclamam castigos exemplares para os culpados, sem atentar o que na evolução dos grupos humanos a progredir na América, fazia-se o que se podia e não o que se queria. Nos pequenos povoados em formação o maior flagelo consistia nos individuos como ele, Barcelos, em vez de residir na incapacidade dos administradores. O fáto do censor parecer reinol, pois

os registos do Santo Ofício sempre especificavam o berço do depoente quando nascido na colónia, é de certo modo um consolo para nós, pois demonstra que a praga faladeira no Brasil veio como herança do velho reino onde superabundava.

Naquela mesma região onde se dera o contágio, distante umas treze léguas da Bahia, como antigamente se calculava, estendiam-se glebas regadas pelos rios que formavam tres barras principaes, além de muitas outras de diversas dimensões á volta das ilhas de Boipeba, Cairú, Camamú e Tinharé. As florestas que sombreavam os seus vales, eram indícios de terra boa, em parte habitadas por tapuias Guerém, parentes dos Aimoré, que, no entanto, a não cultivavam, permanecendo as matas sem mudanças apreciáveis. Assim pareciam devêr continuar através do tempo quando lá apareceram portuguezes, dos quaes um, chamado Sebastião de Pontes, era homem *de posses e cabedaes*, informa Jaboação. Depois de levantar dois engenhos do lado da Bahia, foi se estabelecer Sebastião e outros europeus, no rio Una, perto do Cairú. O lavrador achara meio de se entender com o gentio, não sabemos exatamente de que modo, talvez como Fernão Cabral de Ataíde, porquanto convenceu a indiada de ficar a seu serviço, tornando-se *sobre poderoso insolente*. Por este e outros motivos foi acusado no reino, recolhido ao Limoeiro, e não houve mais notícias dele sinão que morrera pobre e abandonado. Pelo que dá a entender o cronista, esse povoador apezar dos defeitos, prestava serviços, e quando partiu preso para Portugal, ficaram desgovernados os tapuias, que atacaram aos Tupiniquim da costa, amigos dos portuguezes, e levaram a destruição a toda parte, arrastando outros tapuias atrás de sí, num rojo assustador. Voltando alguma calma, após muitas refregas, entraram alguns

brancos a povoar de novo as antigas povoações das ilhas, e da terra firme, constando de *varias familias*, escreve Jaboatão:

“Sendo o principal de huma dellas, o primeiro destes segundos povoadores portuguezes, Domingos da Fonseca Saraiva, filho de Diogo Affonso da Veiga, e segundo neto de Francisco da Fonseca Saraiva, senhor da Villa de Trancoso, e naturaes de Armamar, Villa do Bispado de Lamego da Provincia da Beira. Com este se forão ajuntando depois, tanto em povoadores da terra, como em vinculo de parentesco, os Araujos de Viana, e Ponte de Lima, os Goes de Lisboa, Tourinhos, Sás, Menezes, e outros de varias familias de conhecida, e nobre ascendencia, e unidos todos amigavelmente forão repartindo entre sí as terras, de que se hião apossando, em virtude das cismarias que lhes concedião os Governadores do Estado em nome do Rey, e debaixo do senhorio da Illustré, e antiquissima Casa da Castanheira, e quem havião os Senhores Reys de Portugal feito mercê”.

A lista é interessante, reflexo do esforço feito pelos governadores, com assentimento dos donatários, para valorizar a terra num período de bonança. Devia ser gente laboriosa, provida de alguns recursos, trazendo amigos e parentela, animados de tantas esperanças no desenvolvimento do norte de Ilhéus, que em princípios de 1600, *derão ordem a fundar corpo de Republica, e buscando lugar conveniente para assento da Villa, que devia ser a capital, fizerão eleição da pequena ilha do Cayrú*, segundo informa Jaboatão. Os apelidos dos povoadores trezandam a ramos secundários de casas de primeira nobresa, vergôntes empo-

brecidas que procuravam melhorar no Brasil, como os seus paes tinham tentado na Índia. De permeio com Sás e Menezes, vê-se um Goes, natural de Lisboa, que pelo nome e orijem pertencia aos flamengos atraídos ao reino pelo comércio de especiaria. Filhos de fidalgos individados, ou de mercadores vítimas do arrefecimento do tráfico da pimenta, voltavam-se agora para a América, onde o assucar enriquecia e as novas do sertão prometiam o ouro e as pedras preciosas que se dizia occultas nas serras, além dos desertos que principiavam atrás das matas litorâneas.

A sua atividade pôde se desenvolver sem tropeços notáveis até a rebelião que estourou entre os gentios do Jaguaripe por volta de 1651, e que, daí por diante, se tornou intermitente até 1806, apenas interrompida por pequenas tréguas. Concorreram no caso, a situação geográfica, e portanto económica, a desidia dos donatários, a fraquesa dos governos, os erros dos povoadores, e acima de tudo, a ausência dos jesuitas chamados para qutros setores da colônia. O primitivo engenho que os padres tinham feito nãs terras recebidas de Mem de Sá, chegara a produzir safras de 12 a 14 mil arrobas de assucar, prometendo dar mais graças á sábia gerência dos que o dirigiam, quando foi assolado pelos Aimoré, *e pozerão fogo ao dito engenho*, informa Estevam Pereira, *e per rezão dos ditos senão tornou a reedificar em forma competente*. Em 1633 o padre que nos deu a notícia, aproveitou a calmaria por acaso, reinante, para ir pessoalmente inspecionar as ruinas. Era muito favoravel a situação do engenho, podendo em qualquer tempo a queda de água mover as máquinas, possuindo matas próximas, e a maré facilitava o serviço das barcas que deviam buscar lenha e levar o assucar. Providenciou Estevam Pereira para que se reparasse os estragos, e

se replantasse cana, manifestando-se logo certa volta á antiga atividade.

A administração dos donatários continuava, porém, deficiente, nada fazendo por falta de recursos, o que não escapou do relatório conhecido sob titulo de *Razão do Estado do Brasil*. Referindo-se o autor á zona norte de Ilheus, verificava que os seus principaes habitantes mostravam-se prósperos graças á proximidade da Bahia, onde faziam os seus negócios, porém deixavam de povoar as margens das barras por questões de terras, que davam em resultado torna-las velhacoutos de corsários. Semelhantes óbices, segundo a *Razão*, ocorriam em *Capitania de donatário, onde ninguem trata do remedio geral*. Estava a situação neste passo do relatório quando começou a se adensar sobre a colônia ameaça muito maior do que todas que jamais tinham desabado sobre Ilheus. Estava iminente a invasão holandesa, que havia de agravar todos os problemas, e as preocupações que molestavam os habitantes das cidades e dos campos.

\* \* \*

O resultado das hostilidades com o poderoso adversário das Espanhas, foi o reaparecimento dos tapuias, mais agressivos que nunca, estimulados pelos invasores. Em 1628, sob o governo de Diogo Luís de Oliveira, surgiram nos mares baianos esquadras flamengas, das quaes a de Peter Petrit, *entrou pela barra da Bahia até Tapagipe*, conta Jaboatão, e não encontrando resistência, despachou duas embarcações pela barra do Morro a dentro afim de saquear a capela de N.<sup>a</sup> Sra. da Luz. Soubera o comandante que lá havia peças de ouro e prata, e também estava interessado no que fosse possível encontrar pelos engenhos e fa-

sendas. Ventos contrários, todavia, se opuzeram do intento escapando os habitantes do saque que sofreram os seus visinhos do Recôncavo. Várias peripécias aconteceram ao depois, enquanto os holandeses tentavam deitar pé na séde da colônia, em que o flamengo não desprezou o auxílio que podia prestar o gentio contrário aos portuguezes. Sentindo-se livre da peia constituida pelo poder central, que sempre podia mandar reforços, ou castigar inimigos, desceram as tribus do âmago da floresta sobre os desafetos mais próximos, que atacaram, roubaram, mataram. Descreve Jaboatão a sua tática, *Davão commumente estes seus impetuosos assaltos, das dez horas até o meyo dia, chegando repentinamente, de corrida, dando seu espantoso, e tremendo urro, e já a tempo em que as suas frechas se hão empregando nos incautos.* Das primeiras vítimas contaram-se o sargento mor Bartolomeu Lopes de Franca, mais sua mulhêr, e quatro filhos, que foram encontrados mortos, traspassados de frechas á volta da mesa onde jantavam. Nesta sublevação, a maior parte dos agressores eram Guerem, aliados com alguns Tupiniquim, que de uma feita declararam em portuguezs aos que deixavam escapar, que se *desenganassem, que elles não havião de descançar, enquanto lhes não despejassem aquella sua terra.* Pouco faltou para se realizar a ameaça, malogrando-se as providências dos governadores da Bahia, enfraquecidos pelos problemas deixados pelo açoitamento holandês; os réditos do erário esvaídos, as fontes fiscaes esgotadas, toda a economia colonial subvertida, o que proporcionou á América Central substituir no mercado europeu o Brasil assolado pela guerra.

Falhavam as expedições dirigidas contra as tribus, que pareciam invulneráveis na luta de emboscada, num terreno coberto de matas. Inúmeros expedientes foram

empregados, recorrendo-se por fim ao alvitre, *de conquista e que esta só teria o melhor effeito se fosse executada por Paulistas, gente, que se criava neste exercicio, e inimigos declarados de toda outra Nação, assim de Indios, como Tapuyas. Deo-se ordem a manda-los vir de S. Paulo, com a promessa de oito mil cruzados, e toda a preparação, e vitualhas para tal conquista.* Ajuntados com mais alguns troços de infantaria, cedidos pelo governador Afonso Furtado de Mendonça, no ano de 1673, *entraram á conquista, e em poucos mezes voltaram com oitocentos e tantos cativos dos barbaros Tapuyas, deixando a muitos mortos, e destruidas algumas Aldeas para o centro daquellas matas, e Sertões, que vão confinar para o Poente com as margens do Rio de S. Francisco; e com a segunda entrada, que fizeram a pouco tempo depois, em que trouxeram a outros muitos... se acharam os moradores do Paiz e terra firme, ainda que com grandes trabalhos, e dispendios, de alguma sorte seguros.* Gozaram, destarte, os habitantes do litoral norte ilheense, de uns cincoenta anos de socego, embora turbado por pequenas escaramuças, que não chegavam contudo a interromper a atividade dos povoados. Bastava que ninguém se afastasse muito das vilas ou fazendas, e se embrenhasse pela mata a dentro em que podia cair nas mãos dos tapuias sempre alerta. Mas a hostilidade do gentio não desaparecia, principalmente quando os povoadores tentavam qualquer melhoramento, e de 1730 em diante, recomeçaram as algaras repentinas. Suspeitou-se nessa ocasião, que não seriam agressores só os tapuias de língua travada, mas também os descendentes dos taes índios mansos, ou tupís de língua geral, os quaes mantinham relações com os estabelecimentos dos portuguezes e lhes conheciam a fraquesa. O mal estar perdurou dificultando o trabalho dos habitantes, por qua-

si um século até quando Jaboatão escrevia sua crônica e lamentava a carência de meios dos governos. Restava aos moradores para repelir a indiada o auxílio trazido pela varíola e surtos disentéricos, mais eficazes no combate á indiada que as armas del-rei.

O caso do sul da Bahia é singular quanto ao índio. No resto da colônia raramente vemos os mesmos selvícolas se manterem em determinado setor costeiro, desde que estivessem na vizinhança de brancos, ou no percurso das migrações espontâneas ou forçadas. Entretanto, os Guerém do século 17, e outros parentes dos demais Aimoré, habitantes imemoriaes das matas ilheenses, são avós dos Botocudo visitados por cientistas europeus em plena era romântica. Ali ficaram em contínua hostilidade contra os povoadores, mesmo depois de lhes apreñder a língua e lhes conhecer os costumes, ou pelo menos, os dos habitantes do extenso trecho da costa onde se falava a língua geral, e se praticava o catolicismo. A fraquesa do pequeno número de brancos em contraste com o gentio, explica a impossibilidade de assimila-los, apesar da longa convivência e esporádicas demonstrações de força. Foram precisos tres séculos, para passar da guerra implacavel a estado de paz disfarçada, em que sob aparente dormência fermentavam levantes, até que por fim, o gentio cedeu ante o aperfeiçoamento das armas dos brancos. Antes, porém, o instinto de conservação levou-os a renunciar a ódios ancestraes; que tanto horror cauzavam aos missionários pela sua intensidade e persistência; e se aliarem a velhos inimigos contra o adversário comum. Nem sempre puderam os portugueses se valer da luta entre tapuias e tupís, vendo formar-se por vezes coligações, que em outros setores costeiros só eram possíveis entre índios de igual origem, ou de língua semelhante. Em meidados do seculo

18 começaram alguns a dobrar a cervís, fatigados de lutas, em que não levavam vantajens, seduzidos por promessas e afagos de funcionários da coroa, bastante sensatos para se inspirarem na lição dos antigos jesuitas. Os aldeamentos dessa época, provêm dos esforços de Luiz Freire de Veras, ouvidor da Bahia, que mandou aplicar aos Pataxô do sítio, então batizado Nova Olivença o *Diretório dos Índios do Maranhão*. Ali permaneceram socegados os elementos dessa tribo, em lenta desagregação, que em fins do mesmo século os fez cair sob o despotismo de um povoador boçal e sem escrúpulos de nome Manuel da Silva Ferreira. Contemporaneamente João Gonçalves Costa, capitão mor, procurava abrir estradas e devassar extensas regiões ao sul do termo de Ilheus, sem matanças sistemáticas, nem aproximação demasiadamente mortífera do gentio, mas a falta de diretrís contínua e ordenada como sabiam praticar os padres da Companhia de Jesus impedia algum fruto na sua exploração. No governo de D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia em 1790, foi vizita-lo um grupo de Guerém da Vila de Almada, desejosos de um páróco que os instruisse (em que se poderia vislumbrar uma lembrança dos antigos jesuitas) e mais auxílios, sobrevivendo a despeito da boa vontade dos funcionários contrariedades que impediram a satisfação do pedido. Quando Martius os encontrou pouco depois, davam sinaes de acentuada dissolução tribal, diminuindo-se-lhe rapidamente o número. A respeito escrevia o cientista, *Antigamente (por exemplo, em 1660, 1670 e 1730), foi a vila (de S. Jorge de Ilheus), sujeita a correrias constantes de botucudos, que dantes eram chamados aimorés, e nesta região guerens, datando a sua decadencia principalmente da expulsão dos jesuitas, que se ocupavam da catequese das tribus dos ar-*

redores, e se estabeleceram nas vilas de Valença, Santarém, Barcelos e Olivença.

Melhores condições, ou apresentando condições menos lamentáveis, pareciam os de origem Tupí. Descrevendo-os escreve Martius na mesma época, *dessa numerosa nação, cuja índole pacífica, leal e docil é gá-bada, descendem os índios mansos que habitam ao longo da costa as supra mencionadas vilas* (do rio São Mateus, outrora Cricaré, e Rio das Contas), *em palhoças isoladas. Atualmente o seu número em toda a comarca é calculado quanto muito em 4.000 almas.* A diferença entre uns e outros não devia ser grande, porque esquecidos por completo de antigos rancores, obliterada qualquer lembrança do passado, os que não podiam ser mestiçados pelos poucos brancos do lugar misturavam-se com os Guerém. Eram em aparência bastante robustos, mas indolentes e irregulares no trabalho, a não ser quando contratados por algum fazendeiro para a derrubada de matas, porquanto se entusiasavam por aquela espécie de guerra contra a natureza (57).. *Da sua língoa primitiva, continua o viajante, não encontrámos vestígio algum entre eles; falam todos um português deturpado. Pareceram-me esses índios de todos os que tive oportunidade de observar no Brasil os mais assimilados aos europeus, sendo igualmente mais prolificos que os demais, incluindo vizinhos e afins. Outros ramos tapuias conservaram-se, todavia, arredios, talvez por culpa exclusiva dos conquistadores, que a exemplo de Manuel da Silva Ferreira, pululavam do século 19 em deante, do sul de Ilheus até o Espírito Santo. Embrenhados na floresta, defenderam-se os Guerém como podiam das armas de fogo cada vez mais aperfei-*

---

(57) v. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, tomo III, 270.

çoadas, vindo encontra-los em estado lamentavel o Dr. Pirajá da Silva no rio Doce ás voltas com bugreiros desalmados. Recolheu e criou em casa com extremoso carinho uma indiasinha, que por acaso escapara da matança dos últimos restos da sua família. Ainda bem que o nobre procedimento do illustre sábio, prezervando a vida de Arací como si fosse filha sua, redimiu em parte o pseudo homem civilizado, o qual, quando apenas possui da civilisação as armas que o progresso lhe proporciona, mostra-se mais ferós que o mais asselvajado tapuia, pois este combatia muitas vezes movido pelo receio, ao passo que o branco é sempre por mera cubiça que assalta o próximo.

Não temos infelizmente pormenores sobre a inexoravel desagregação do gentio, nem dos esforços que porventura intentasse para reagir contra os responsáveis. Nada sabemos a respeito de chefes de coligações, conselheiros de rebeliões, espécie de aliados e ardís empregados para surpreender adversários, sem que dessem pela trama urdida nas florestas. Tampouco quasi nada conhecemos do procedimento de elementos suspeitos que apareciam entre os povoadores, degredados, foragidos, outlaws, ou ambiciosos como Gaspar Gonçalves, pois os antigos documentos lembram apenas o nome desses indivíduos quando acaso os mencionam, sem mais dados acerca da sua orijem, qualidade ou pessoa. Teríamos muito que dizer dos mamelucos, ora confundidos com os brancos, ora com o gentio, a prejudicar separada ou simultaneamente ambos os lados; e igualmente muito que discutir acerca do procedimento do cléro e do funcionalismo envolvido nos acontecimentos da colónia, tudo isto si dispuzéssemos de documentação segura. Mas onde encontra-la? Mostram-se certos estudiosos alienígenas, descontentes de não lhes podermos fornecer dados

sobre as alianças dos gentios para combater os brancos, como fizeram os dos Estados Unidos e do Canadá em princípios do século 19. Queixam-se como si fosse culpa nossa, sugerindo-nos a insistência, o ardil do marselhês da *Perle de la Canebière*, que para se livrar das importunas perguntas da viuva de um seu amigo, falecido em terras exóticas, defendia-se alegando que o de cujus, deixara testamento escrito á moda dos índios, sobre cascas de árvores *qu'il est défendu de montrer*. As tribus do Brasil, deploravelmente ignaras, descuidadas da opinião que a seu respeito poderiam fazer historiadores, desprezaram o cuidado de legar á posteridade elementos informativos. Resta aos prejudicados o remédio de imitar os seus mais illustres contemporâneos, catando o que for possível do que existe, inventando o resto, de maneira a vantajosamente suprir as lamentáveis lacunas da nossa exposição.

\* \* \*

Mas, pondo de lado o pouco interessante assunto dos que praticam a arte facil de criticar o que não percebem (58), vemos na composição dos povoadores de Ilheus traços geraes semelhantes aos verificados em outras partes do litoral. A indumentária, excluido o luxo onde havia povoações maiores e mais prosperidade, não parece variar muito. Assim, na denúncia da mameluca Guiomar Pinheira (59), ocorrem pormenores semelhantes aos que encontramos em Pernambuco e em outras capitánias do norte, tendo ela declarado em fins do século 16, que de uma feita, indo em crian-

---

(58) Um desses criticos admira-se da "surpreendente informação" que tiramos dos papéis do Santo Officio, na esteira de outros autores sem perceber que as *Confissões de Pernambuco* foram por nós divulgadas.

(59) Na época afeminizavam frequentemente os nomes dos esposos referindo-se as mulheres, como Pinheira, Magra, Seca, etc.

ça levar recaído para uma tal Quitéria Sequa, mulher de Pedro Madeira, alcaide dos ditos Ilheos, de que já tratamos, *hia em camissa (segundo o costume deste Brasil)*. . . Vestiam-se, portanto, mais ou menos como os primeiros povoadores brancos do Brasil; a começar pela gente da governança, quando estava em casa, nos dias comuns, descalços e com pouca roupa por causa do calor.

Verificamos também a necessidade de intervenção religiosa para conter o extravasamento de paixões, que de outra forma havia de perturbar a vida e o trabalho das povoações, onde todos se conheciam, se espiolhavam e se criticavam. Hoje certas proesas como algumas mencionadas pela inquisição, seriam consideradas veniaes nos grandes centros civilizados, mas no século 16, em Ilhéus, naquele ermo e modorra, poderiam provocar infinidade de conflitos enfraquecendo ainda mais a defesa dos poucos brancos espreitados pelo gentio. No século 16, na península ibérica, era obrigatório o marido fazer justiça com as suas próprias mãos em caso de infidelidade conjugal. Encontramos nos registos da inquisição a respeito desses delitos outro depoimento da mesma época em que se vislumbra o ciume mourisco a empeçonhar cristãos velhos e novos. Comentavam as línguas soalheiras, que fôra morador em Ilhéus um judeu manco de um pé de nome Salvador da Maia, homem muito conhecido, casado com uma cristã velha. Dos delitos contra a fé cristã que lhe atribuem, constava o de colocar um crucifixo no leito nos momentos de cópula com a mulher. Proibira-lhe também de rezar, e acabou por fazer como outro judeu, Bento Teixeira, ainda mais conhecido pelas suas heresias quando matou a esposa e se refugiou na Bahia. Antes do acontecimento, estivera o criminoso na casa de João Braç, antigamente

lavrador em Boipeba, e que mais tarde se tornou irmão da Companhia de Jesus, e num depósito de cousas velhas, escrevera na porta, a carvão, ser o casebre a esnoga do dono, ou seja, do tal Bras, futuro jesuíta. Quem relatou o incidente era João de Uzeda, filho do castelhano João de Uzeda, ex-regedor da cidade de Córdova, não tendo o filho lá muita certeza si a sua mãe seria cristã velha ou nova. Isto não o impediu de responder com segurança quando foi instado pelos inquisidores, em se lembrar da disposição do alpendre e si por acaso nele havia alguma imagem sacra perto dos dizes de Salvador. Afirmou sem vacilar que próximo de onde o judeu encarvoara a parede, estava dependurado numa distância de uns quatro ou cinco palmos, um retábulo que entre outras cenas representava o santíssimo sacramento em a nau de S. Pedro, sobre o mar em que se afogavam os principaes schismáticos, intitulado o quadro *Igreja triunfante e militante*. Reconhecia o depoente, não lhe parecer que Salvador aludisse á imagem, mas apenas tencionara ridiculizar João Bras pelo mau estado do alpendre chamando-lhe esnoga.

Mais positivo do que ele, na mesma ordem de denúncias, foi António Luís Viegas, nascido em Ilheus, estudante na primeira classe de latim na cidade do Salvador. Declarou á mesa, correr como cousa certa (60) que Salvador da Maia, *pregara com huma*

---

(60) Muitas denúncias rescendiam a nitido produto de mexericos, e por isso, foram esquecidas pela inquisição. Miguel Fernandes viu-se denunciado porque numa festividade da Bahia assentara-se para ver uma comédia em cima da pedra d'ara do altar da Sé onde estava o retábulo de Cristo crucificado. Esse individuo, tão mal inspirado na colocação do seu trazeiro, pode servir de exemplo da mobilidade dos cristãos novos, que imitando os rechabitas, não esquentavam lugar em parte alguma. Fôra Miguel criado na cidade do Porto, morara na cidade do Salvador, e talvez em outras capitánias do Brasil, para, de volta ao reino, estabelecer-se em Lisboa. Sendo jovem não estaria no fim das suas peregrinações, conservando-se no constante vai e vem característico dos ebreus em todos os tempos.

*faça ou um punhal a mão tente, hum braço da figura de Cristo cruzificado.* Praticara mais outro desacato á religião de modo ainda mais notório. Indo o mordomo da confraria de Nossa Senhora do Rosário, António Gonçalves, de alcunha o Manquinho, pedir esmolas, *pera ella em huma bacia como he costume das Confrarias elle dito Salvador da Maia fingindo que queria dar esmola dera huã figa dentro da bacia.*

Desses depoimentos vemos pairar sobre os judeus de Ilheus a malquerença contra eles existente em mais partes do Brasil, muitas vezes produto de puro “mexerico”, outras porém, justificadas. O ânimo irrequieto dos cristãos novos se encarregava de atrair a desconfiança dos habitantes da colónia, e por fim o olho de Lince da inquisição. A vinda de inúmeros israelitas, hoje refugiados entre nós, de países onde até pouco tempo campeavam odiosas perseguições, ajuda a esclarecer certos aspétos do passado. A mesma agitação outrora levantada em torno de questões religiosas (por ex. o letrado Bento Teixeira redigindo libelos a favor das heresias de Jorge Martins contra os eclesiásticos de Ilheus), reaparece quatro séculos depois no mesmo sítio sob aspéto de conflitos político-sociaes em que se pode ver a intervenção hebráica sempre no mesmo sentido. Torna-se extremamente curioso acompanhar estes fenómenos que resurgem em torno da *melhoria do mundo*, que deve dissipar injustiças, abusos, prepotências, transformando a adoração do bezerro de ouro, e a monstruosa exploração do homem pelo homem, em culto de progresso infinito. Nas palestras que tivemos com muitos desses refugiados, verificamos a impressionante uniformidade a respeito de sonhos acerca do futuro, imbuidos como estão do anseio profético que geralmente abrange os ebreus da mais variada orijem e

condição. O fáto é tanto mais notavel considerada a progressiva mestiçagem que alterou o aspêto do judeu, de quasi negro na era de Moisés (de onde viria a emotividade que se lhe nota, caraterística do mulato), no quasi ariano loiro, com olhos azues, egresso em 1935 da Alemanha, cuja mentalidade também se deveria alterar e diferenciar sob a ação de tanta mistura. Ora, a psique inspirando os fastos bíblicos no tempo de Salomão, reaparece na mesma esperança de acontecimentos misteriosos, que deverão redimir os homens e espalhar a justiça na terra, os bens materiaes fraternalmente distribuidos a seus habitantes, com apenas uma pequena percentagem, naturalmente a favor do judeu, por pertencer ao "povo eleito". No decurso de uma dessas conversas; por sinal com pessoa que se notabilizou por agudo senso da realidade; ouvimos a frase caraterística, *somos perseguidos em toda parte por desejarmos a redenção social*. Neste momento repetia inconscientemente um axioma velho de muitos séculos entre a gente da "nação", que torna a despontar toda vez que sente os grandes traumatismos moraes, que levaram o *povo eleito* (antecessor e modelo do *herrenvolk*), a escrever as páginas do antigo testamento, e a seguir as do novo, e que em a nossa época fez jorrar rios de sangue em utópicas experiências, que si vingassem não poriam tampouco cobro á congênita inquietude dos experimentadores, pois logo descobririam novos pretextos para a exacerbação do seu animo expiatório, agitado, frenético, perenemente á espera de algum sucedâneo da "terra-sem-males".

Outras denúncias houve contra Salvador da Maia, em que lhe prometiam a fogueira assim que a inquisição despontasse no Brasil. Acontece que veio e não queimou ninguém, muito menos ao Salvador, que depois de matar a primeira esposa, casou com uma se-

gunda na cidade de seu nome. Pode-se duvidar, por este e muitos mais casos, da sinistra imagem da inquisição como a pintaram apaixonados escritores do século 19, ainda repetidos por todos que se insurgem, ou pensam insurgir-se contra os malefícios da tirania religiosa. Conviria cotejar o procedimento dos atuais inquisidores com os do século 16, ou seja as Guepeús, Ovras e Guestapos, ou delegacias “especializadas” em países pseudo-democráticos, com o antigo Santo Ofício. Admitimos que no reino fosse mais severo do que na colônia, mas pelo que nos foi permitido verificar faziam os inquisidores vista grossa sobre os delitos dos pouquíssimos brancos que aí existiam, tão poucos, que mesmo *errados*, serviam para o que deles se esperava. Além disso, tinham por norma deixar de parte acusações que não viessem absolutamente comprovadas, patenteando-se o cuidado nas perguntas — si o reu estava sob império do rancôr, ódio, vinho, ou qualquer outra exaltação quando delinqüira contra a fé — e mais precauções tendentes a separar o verdadeiro culpado do ocasional. Rezervavam a severidade para os contumases, os que procuravam aluir a igreja, desmoralizando-a ou espalhando heresias e angariando prosélitos, procedimento que poderia abrir a porta das monarquias católicas aos schismas que no século 16, dilaceravam a Europa. Do confronto entre o familiar do Santo Ofício, e o vulgar beleguim dos nossos dias, nitidamente resalta a diferença entre um regime ditado pela reles ambição do poder pessoal, e o crente fiel de uma religião, que só procurava cercear atividades nefastas quando obrigada a faze-lo para evitar males maiores.

Temos ainda de convir não se dirigirem as sanções do tribunal contra os judeus, pelo fáto de serem judeus, como inexplicavelmente supõem alguns escri-

tores. As desconfianças dos cristãos velhos, não se voltavam apenas contra os novos, mas também contra todos que incidiam no delicto de práticas heterodoxas. Em dado momento, a inquisição preocupou-se muito mais com mouros e luteranos, do que com marranos, embora os casos dos primeiros não sejam de molde a produzir tanta impressão como os segundos ao leitor dos registos do Santo Officio. Os judeus estavam muito mais em evidência por pertencerem á invejada classe burguesa, quasi todos sinão ricos, pelo menos remediados, contando em toda parte com o auxilio de cor-religionários ativos e bem organizados, verdadeira garantia contra privações no reino ou nas colónias. Estas vantagens contribuíam para aumentar o rancôr dos proletários contra os privilegiados que os exploravam. Poucos analfabetos havia entre os marranos, muitos, providos de algum vernís cultural, decorrente do antigo costume nas judiarias, de passar horas a fio discorrendo sobre interpretações do Talmud. Formavam, destarte, uma classe intelectual diversa da maioria que a rodeava, composta de gente mais própria para a conquista do que para o desfrute da terra. Da attitude dos primeiros para com os segundos, temos o depoimento do cristão velho Gaspar de Fontes a respeito de várias pessoas em Ilheus, das quaes só uma era judia. Recordava-se, por exemplo, de fatos ocorridos 15 anos antes da denúncia, em que ouvira de fama pública e notória, ter dito André Galvão, marido de Violante Galvoa, renunciar ao paraíso si fosse preciso esperar tanto como o fim da pregação do padre Francisco Pires, da Companhia de Jesus. Um outro habitante da capitania, suspeito de judaismo, era muito mais culpavel, tendo parodiado a cerimônia do batismo, servindo-se de um cão, e disse como te ás de chamar, *Limão, então o mergulhou, e depois*

*de o mergulhar elle mesmo ladrava ao cachorro.* Em data mais recente soubera o mesmo Fontes de acontecimentos extraordinários, tresandando a superstições da Idade Média, havidos em Itaparica, onde Gaspar Pacheco se dera aos diabos, assim como Fernão António, barqueiro do dito, cousa que os judeus geralmente não faziam. Sobre cristãos novos, disse apenas que algumas pessoas, entre as quaes estava Fernão Pires, tinham comido uma cabeça de porco na sexta-feira no engenho de Mem de Sá, chamando-lhe “chancarona”. Esses indiciados, embora não fossem muito católicos, poder-se-ia supor não serem também muito judeus, pois comiam freqüentemente alimentos proibidos. E’ verdade, que no Brasil toda a população fazia largo consumo dessa carne, muito mais saborosa e facil de encontrar do que na Europa.

Na mesma ordem de testemunhos referentes á capitania dos Giraldes e adjacências, vemos cristãos velhos serem atingidos por censuras que certos autores só admitem dirigidas contra judeus. O padre Baltazar de Miranda, da Companhia de Jesus, nascido em 1566 nos Ilheus, denunciou dois irmãos mamelucos moradores na *cachoeira do Paraguassú*, sem dizer mais especificação, mas todos adivinhavam tratar-se dos bandeirantes, netos de Caramurú, de que ha pouco falámos. Eram acusados de manterem mais de uma esposa, consentindo que o mesmo fizessem os seus parentes índios da terra, *e se algum... cometia alguma culpa o privão de sua mulher e o poem em prisão onde muitas vezes acabão, e consentem em matarem em terreiro e fazem outras cousas semelhantes que são uso gentílico.* Deviam ser de espécie igual a dos filhos de João Ramalho, maus cristãos, asselvajados e crueis, estorvo á obra missionária. Entretanto, era mais uma emergência em que era preciso contemporizar, indispensáveis

como eram os Adornos á segurança local, parentes da numerosa tribu deixada pela Paraguassú, em pouco aliados com toda a gente da governança das povoações espalhadas pelo Recôncavo, perto e muito além da cidade do Salvador.

As proesas de bruxas e feiticeiras, cauzavam horror igual, sinão maior, que os sacrilégios de judeus e luteranos, mas por serem menos sensacionaes provocaram pouco interesse em autores modernos. A propósito, narrou o padre Miranda, sob lembrança das grandes impressões da infância, os malefícios que 'lhe foi dado prezenciar de certa mulher de má reputação na capitania. Vimos ha pouco que fôra denunciado o marido de Violante Galvoa (sic) porque se amofinava com a duração dos sermões do padre Pires, a mulhêr, porém, incorria em acusações que um século antes, acendiam no reino fogueiras onde se queimavam energúmenos. Tinha fama de bruxa, demonstrando que a merecia pelo seu estranho procedimento, tal como o de não poder passar por uma porta aberta, caso estivesse o ferrolho da mesma virado para cima. Em uma noite em que se dera a singular manifestação, *veo hum gato grande pella porta dentro e saltou na candeia e apagou a candeia e quando acodirão acharão hum menino seu irmão pagão (do padre Miranda denunciante) nascido de cinco ou seis dias embruxado com a barba chupada e em acabando de bautizarem morreo.* Não devemos nos admirar de que o fim da Renascença ainda se desse crédito ao poder sobrenatural de certas creaturas anormaes ou simuladoras, porquanto ainda no século 19, e mesmo em nossos dias, são encontradas lendas semelhantes e quem as aceite nos paizes mais adiantados do mundo. Proseguindo disse mais o padre Miranda, que a Galvoa, *queria deixar o mesmo officio de bruxa antes de mor-*

*rer a huma sua filha que tinha e deziam que a dita filha o dissera ao Padre Sebastiam de Pina que foi da dita companhia ora morador em Lisboa.*

Por aí podemos imaginar as dificuldades encontradas pelos poderes públicos em manter a ordem necessária ao desenvolvimento da colónia, e mais ainda aos encarregados de reger o rebanho cristão, que tinham de se defrontar com o gentio primitivo, mestiços bravios, brancos desavindos, e os intermináveis percalços antepondo-se aos da Companhia de Jesus pela insídia de inimigos internos e externos.

\* \* \*

Os documentos da época constantemente se referem á imigração de povoadores, outrora estabelecidos em Ilheus, e que não eram tão somente herejes. Desanimados pela hostilidade do gentio iam aos poucos desertando, seguindo o exemplo de Salvador da Maia e outros, já se vendo em princípios do seculo 17 fundas conseqüências da intranqüilidade no aspéto da capitania. Escrevia o padre Estevam Pereira a respeito dos *Aymorés que infestarão aquella villa dos Ilheus*, que estavam os canaviaes feito matos, e os lavradores com animo caído somente aparecia *Campus ubi Troja fuit*. Desde então a desolação das terras abandonadas não cessou apesar de alguns períodos de paz que se prolongavam á medida que se aproximava o século 19. Os donatários de quando em quando tentaram algumas providências para melhorar a capitania como a fundação da vila do Rio das Contas, mandada elevar pela condessa de Resende em 1732. A seguir, o ouvidor da Bahia Luiz Freire de Veras, intentou vinte e seis anos depois, aldear índios onde se elevara a população de Olivença, que fôra dos jesuitas, muito per-

seguida até 1700, diz Baltazar da Silva Lisboa, pelos Pataxó. Os gentios reunidos pelo ouvidor que aí ficaram, eram, segundo o mesmo cronista, *exellentes falquejadores e bons torneiros. . . são mansos e de bom ententimento, não estando embriagados*, o que muito auxiliava o córte e a exportação de madeira de lei para a cidade do Salvador. No mesmo ano foi elevada a vila Nova de Barcellos, igualmente outrora dos jesuitas, e onde se viam vestígios de sua passagem e se notavam ainda um resto de benéfica influência nos caboclos. Cita o cronista um velho índio do lugar, que *fez uma Arpa e rebecão com a qual acompanhava nas missas de tres vozes, sem perder hum só tom*, restos de instrução subministrada pelos padres, e que se perdia, porquanto nessa época não havia mais na vila um menino que soubesse ler. O tal índio, suplicava que se mandasse para lá *hum Director*, pois estavam na *última degradação da civilização, a agoardente que é vicio commum entre elles os tem levado a total miseria: as lágrimas daquelles miseraveis me tocaram sobremaneira, mas não estava na minha parte o promover os seus verdadeiros interesses*. A vila de Santarém, erigida por Veras no mesmo ano, estava nas mesmas condições, ocupando-se os índios em cortar Vinhático ou Putumajú, que deitavam no rio Jequiê, para que as aguas o levassem até o porto de embarque. A agricultura quasi que se resumia no plantio de mandioca, mantido nos núcleos de brancos e nas fazendas, a poder de medidas compulsórias datadas de 1750, reeditando a lei de 1701, que mandava sob severas penas, de multa e prisão, que todos os lavradores, senhores de engenho e plantadores de tabaco, plantassem 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço, e outras providências tendentes a assegurar a alimentação dos mesmos.

Depois de ter passado Ilhéus á casa dos Rezende e Castro, em que esteve por muitos anos, foi incorporada á Bahia em 1774, como propriedade da coroa. No governo de D. Fernando José de Portugal, cogitou-se na cidade do Salvador elevar aldeia de gentios na chamada *Conquista de Salinas*, onde estava em atividade o capitão mor João Gonçalves da Costa, que abriu fazendas e pretendia povoa-las com brancos e índios pacíficos. Mas ao que parece, houve desentendimento entre ele e o coronel José de Sá, representante da régia autoridade, e não foram traçados de modo conveniente os caminhos que deviam dar acesso ao litoral, assim como a estrada que ligava Camamú ás que demandavam as Minas Geraes, através de campos adequados a criação de bovinos. Das mudanças violentas de índios Gueréns de Almada, para onde queriam aldeá-los, e da descontinuidade das medidas, só dimanaram deploráveis conseqüências, porquanto os gentios *quizerão mais antes viver errantes nos bosques, que unidos em povoação, e apenas existem hoje naquelle lugar (Caxoeira da Almada) quatro ou seis cazaes*. O resultado de todos esses insucessos era visível na vila de Ilhéus, cabeça de comarca, que ao chegar a corte portuguesa no Brasil contava apenas 2.000 almas, *em summa pobreza, pela falta de braços para a lavoira, e carecem de commercio por não terem que exportar a vegetar sobre massapés fertilíssimos, próprios para muitas culturas*. Acrescia ainda, o mau estado sanitário descrito por Baltasar Lisboa, quando se refere á semelhança de condições entre Almada e a séde da comarca, *São atacados como o Povo de Ilhéus de sezões, e a primeira vista que aquelles desgraçados imprimem, faz ao que de novo entra a mais triste pintura do Paiz*, que se prestou á introdução de praga sinistra — a febre amarela proveniente da África. A

moléstia instalou-se na região de onde não mais saiu, tendo-a encontrado os pesquisadores da missão Rockefeller no sangue dos índios de Castelo Novo, no rio Almada, e nas selvas do vale do rio Pardo, quando angariavam material necessário às tentativas de isolamento do vírus.

Em 1815 e 1816 durante a visita do príncipe de Wied; modelo dos viajantes antigos pelo interesse votado á região percorrida, continuava a antiga capitania no maior desleixo, esquecida das autoridades do Rio de Janeiro, como estivera das de Lisboa ou da Bahia. O quadro que traça o príncipe das magníficas terras ilheanas, muito mais férteis do que as geralmente adustas da outra banda do Recôncavo, evoca uma paisagem já modificada pelo homem no litoral, conservando no interior a magestade da floresta virgem: *Depois de transpor uma ponta de terra*, descreve o príncipe, *sentimo-nos agradavelmente surpreendidos pela vista do pequeno e lindo porto de Ilheus. Entre duas pitorescas colinas rochosas, ornada de coqueiros, lança-se o rio do mesmo nome ao mar, depois de percorrer uma rápida volta para o sul.* O aparecimento dessas palmeiras afigura-se aos modernos botânicos provir da Índia transportadas por correntes marítimas (61), que levaram as sementes á Africa de onde os portugueses as trouxeram para o Brasil. No tempo de Cabral era o mangue a vegetação mais característica da costa, que no correr dos trabalhos em épocas subseqüentes para o aproveitamento das terras, com a introdução de novos vegetaes vindos do reino ou dos pontos que as suas naus freqüentavam, teve de repartir terreno com os coqueiros, mangueiras e outras espécies exóticas. No século 19 toda faixa litorânea já

---

(61) v *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, III.

se achava coroada dessas palmas, escrevendo o príncipe:

Fronteira á sua embocadura estão algumas ilhotas pedregosas, das quaes a região recebeu o nome de Ilheus. Duas linguas de terra fecham de dois lados este porto; no interior, ou setentrional, está edificada entre o rio e a orla marítima a vila dos Ilheus ou de S. Jorge. Neste sítio forma o rio uma tranqüila, segura e formosa enseada, realçado o seu atraente aspéto por um coqueiral, cujas palmas o vento faz ondular como si fossem flabelos de penas presos na extremidade de fustes altos e esguios. O solo na sombra que projetam está revestido de plantas rasteiras, uma Calceolária e uma Cóphea, ambas desconhecidas aos botânicos.

Extazia-se em seguida o viajante com o quadro formado pela igreja de N<sup>a</sup>. Sra. da Vitória, destacada no cume de um outeiro sobre arvoredos verde escuro. Dessa eminência descortinava-se uma das mais belas paisagens que é possível imaginar, diz o viajante, e que lhe produzia efeito admirável, pelo contraste daquela ridente e aprasivel natureza com o constante e surdo marulhar do oceano, desfeito em vagalhões e espuma contra os rochedos.

Havia, entretanto, ao lado de aspéto paradisiacos, outros menos sedutores, causados pelo abandono da região. Custou ao príncipe achar alimentos para ele e o seu rancho, apesar de toda a diligência que emvidou e dinheiro que ofereceu. A situação alimentar da região era peor que a das vilas do sul, sítas em Porto Seguro e no caminho de Minas, onde em algumas, podia-se encontrar peixe, e em outras carne e caça, ao passo que o pescado escasseava no verão em

Ilheus, restando apenas como principal alimento um pouco de farinha de mandioca. Melhorava a variedade dos recursos nas margens do rio Itaípe, onde se armavam camboas e se apanhavam tartarugas de água doce, reforço para o abastecimento das propriedades espalhadas na parte baixa do rio. Na alta, desapareciam as culturas, para reinar soberana a grandiosa floresta, profusamente habitada por rica fauna aquática e terrestre. Costumavam os habitantes do lugar descrever os prodígios da lagoa, com o mesmo nome do rio, situada entre morros, muito piscosa e procurada pelos moradores da próxima Ilheus, sede da comarca. *A belesa e utilidade desse lago, diz o príncipe, assumem tal valor aos olhos do ilhenses, que vem a ser um dos principaes assuntos narrados aos viajantes. Misturam-se histórias e lendas sobre a orijem do lago, a zona que o cerca e os fenômenos que nele ocorrem, em que se exageram em geral as suas dimensões e os benefícios que presta. Asseguram que as visinhas montanhas são ricas de ouro e pedras preciosas, existindo, até, no âmago silencioso dessas montanhas, um fantástico El-dorado, onde não ha necessidade de muito trabalho para se alcançar riquezas.* Talvez no relato dos habitantes persistissem reminiscências das bandeiras que por ali passaram, deixando os Adornos e os Tomacaunas traços da sua fantasia nas credices dos seus descendentes. Não faltará quem descubra ligação entre os contos e o complexo Tupi da "Terra-sem-males", paiz maravilhoso em que não é preciso trabalhar para viver, muito semelhante ao das jasidas a flor do solo, onde o pesquisador apanhava sem esforço pepitas e gemas preciosas.

O comércio de Ilheus era muito reduzido, quando lá esteve Wied-Neuwied, consistindo em farinha de mandioca, um pouco de arrôis e outras miudesas, leva-

das por canoas á Bahia e vilas das proximidades. Navios maiores eram de quando em quando empregados para condução do assucar de Felisberto Caldeira Brandt, e das toras de Jacarandá, Vinhático, e mais essências, encomendadas pelas marcenarias e construtores de casas da cidade do Salvador. Da antiga lavoura restavam algumas engenhocas, que produziam aguardente e melado inferiores. Só a fazenda Santa Maria, pertencente ao futuro marquês de Barbacena, merecia menção, escreve o príncipe, com seus 270 negros, o que no tempo representava uma fortuna, a se estender por 20 léguas. Dispunha além do engenho de assucar, máquinas para beneficiar arrôs e algodão, todas movidas a água, concertadas e melhoradas pouco antes da visita do príncipe, por um inglês que as dotara de rodas horizontaes (62). A fundação da propriedade remontava aos jesuitas, e pela sua importância denominara ao rio de que aproveitava a força motriz, o qual se chamava do Engenho.

Ao chegar nesta altura da sua narrativa, revela o naturalista itinerante, sofrer, como os demais contemporâneos, a influência do século. Acreditava piamente numa das aleivosias que mais teimosamente permanece na história, tanto mais firme quanto mais absurda. Como é sabido, despendeu o marquês de Pombal grandes somas na propaganda contra a Companhia de Jesus, empregando toda casta de gente no mistér (o abade Verney, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, etc. . .) a fim de inundar a Europa com virulentos panfletos anti-jesuíticos, escritos em todas as línguas. Em suma, mostrava-se o marquês pelas mesmas razões precursor dos atuaes mestres de departa-

---

(62) A atividade e o próspero aspêto do engenho não seriam tanto devido às condições locais mas aos recursos de Felisberto Caldeira, homem rico e influente, possuidor de grandes bens na cidade de Salvador.

mentos de elogio e difamação, com que os ditadores procuram dominar os povos, endeuzando-se a si mesmos e cobrindo de baldões aos adversários. O motivo do ataque nunca ficou bem claro, supondo historiadores que veio de que os pádres pareciam incômodos ao mais absoluto dos governos europeus da época. Também teria concorrido a fama de opulentos que desfrutavam os jesuitas graças ao “mexerico” e que despertara a cobiça do tesouro. Em realidade, a maior riqueza dos inacinos consistia na inteligente direção dos seus empreendimentos, no estudo que fizeram das obras primas do classissismo, do impulso que imprimiram á exegese do passado, nos trabalhos de alta erudição que realizaram nas suas investigações em todo os ramos da ciência, e naquilo que nos toca de mais perto, na obra do ensino e das missões em o novo mundo, que constitue o seu maior título de glória.

O emprego da propaganda pelos governos ditatoriales pode ser comparado á apologia da calúnia do célebre personagem de Beaumarchais, porquanto sempre deixa resquícios no espirito de alguém. Estava Sua Alteza Sereníssima, o príncipe de Wied Neuwied, intoxicado pelo slogan n.º 1 dos séculos 18 e 19, que erigiam os jesuitas em monstros de duplicidade e infernal ambição, responsáveis por todos os males da terra. Campanhas como a do marquês de Pombal, serviam de alimento aos que, mui rasoavelmente, enxergavam na Companhia de Jesus um dos principaes esteios da igreja. Naquele tempo o catolicismo era considerado causador do *obscurantismo* que só o heróico esforço de gerações e gerações lograria aos poucos sobrepujar. Ainda assim, podia influir na família, no Estado e na sociedade, convindo, daí, não esmorecer na estranha campanha, que não abrangia nem aos ebreus nem aos protestantes, mas somente aos católicos a fim de libertar

para todo sempre o progresso do freio que Roma lhe impunha. Causa certa impressão o endosso da lenda por parte de homem culto como o príncipe, que devia conhecer, ou pelo menos suspeitar, o papel do cristianismo na civilização dos bárbaros germânicos, e o do catolicismo junto dos selvícolas americanos. A sua atitude torna-se quasi incompreensivel, si não conhecêssemos a ação sugestiva da propaganda oficial e as suas repercussões na opinião coletiva. O reparo é tanto mais procedente por dimanar Wied Neuwied de uma região alemã essencialmente católica, onde a obra da igreja através dos tempos não tinha segredos para os sábios alemães, considerados já nos alvorenos do século 19 autoridades em matéria de historiografia. Esmiuçavam até os mais ínfimos pormenores dos esforços envidados pelo catolicismo para salvar a herança clássica das hordas invasoras, que no ocaso do império romano ameaçavam aluir toda lembrança do passado. Havia eruditos na Renânia que se dedicavam ao estudo dos monumentos de arte gótica, ocupando-se absorventemente em catalogar os conhecimentos acumulados durante séculos nas ordens religiosas; em analisar os escritos dos doutores da igreja, e pesquisar as realizações dos conventos em matéria de indústria e agricultura em épocas empeçonhadas por guerras intermináveis. Tampouco, ignoravam a ação dos missionários quando transpunham o oceano para levar ás colónias os benefícios por eles prestados no velho mundo. Sob os olhos dos viajantes que atravessavam as matas de Ilhéus, apareciam igualmente os frutos da obra civilizadora que devia facultar a um cientista como o príncipe de Wied, conhecedor do Brasil e dos Estados Unidos, o sucessivo espetáculo da messe cristã, obtida no sul, pela igreja católica, e ao norte, pela protestante.

Entretanto, não podia deixar o naturalista de render homenagem aos jesuítas que de certo modo desfazem o apodo. Ao narrar os sucessos que tinham acarretado a decadência de Ilheus, comentava com germânica singeleza:

• Em 1602 celebraram-se pazes na Bahia com os Aimoré. Mas só no ano seguinte é que de acordo com suas estipulações foram construídas aldeias afim de fixar em determinada área esses selvajens, que eram em parte os de nome Guerém. A capitania continuou, não obstante, a decair, chegando em 1685 a extremo abandono, mostrando hoje apenas vestígios da sua antiga prosperidade. O último amparo que ainda lhe restava desapareceu com a extinção da ordem dos jesuítas, pois deles provêm todos os monumentos antigos de que ainda se conservam ruínas. O acaçapado convento a mais vultosa construção da vila, data de 1723, e jaz agora vasio e bastante danificado. Em muitos lugares está descoberto. . . os muros são de tijolo e pedra de arenito, como denotam as conchas calcáreas nela visíveis. Dos edificios deixados pela ordem, sobresaem, entre outros, uma bela fonte, macissamente construída, protegida por um telhado, sita nas visinhanças da vila, á sombra de velhas árvores. A despeito de todos os males cometidos pelos jesuítas, deve-se reconhecer que a maioria das sábias e benéficas instituições da América Meridional lhes pertencem.

A nocividade de uma agremiação instituída para a pratica do Bem, e que no rolar do tempo notoriamente confirmou a razão de ser inicial, assemelha-se á afirmação genérica e generalisante inspirada pela suposta

perfidia de católicos, judeus, protestantes ou maometanos, que o historiador cômico da sua responsabilidade deve desprezar. Infelizmente nem sempre disporá de força de vontade, ou de bastante espírito crítico, para não incorrer no erro, e arrastar atrás de si aos leitores que nele confiaram. Faltando-nos, todavia, meios para corrigir a humanidade, vamos deixá-la entregue ao seu fadário, passando agora a outro terreno, em que o naturalista se mostrava mais exato, graças ao seu real conhecimento da natureza. Enlevado pela mata tece-lhe fervoroso hino. *Principalmente para o europeu que a percorre pela primeira vez, sente-se continuamente entretido pela vida intensa, e vegetação da mais abundante que viceja em toda parte, sem deixar o menor espaço sem plantas.* Razões de sobra tinha para assim se exprimir, e não pecava por exagero na pintura da floresta, pertencente á mancha fértil paralela á costa, que se alarga para o sul, até se tornar no atual Estado do Espírito Santo, a mais frondosa do Brasil. Continuando dizia o príncipe:

Vêm-se medrar subindo enrodilhadas, presas aos troncos das arvores, profusão de espécies de Passiflora, Caladium, Dracontium, Piper, Begonia, Epidendrum e os mais diversos fetos, liquens e musgos. A massa da floresta é composta de árvores dos gêneros Cocos, Melastona, Bignonia, Rhexia, Mimosa, Ingá, Bombax, Ilex, Laurus, Myrthus, Eugenia, Jacarandá, Jatropha, Vismia, Lécitis, Ficus e mil outras, em maior parte ainda desconhecidas. O solo está juncado de flores, e vacilamos em saber de que árvores caíram. Galhos gigantescos estão cobertos de flores, que de longe parecem brancas, amarelo vivo, vermelho escarlata, rosadas, violeta, azul celeste, etc. Nos brejos

elevam-se densos e cerrados grupos de helicônias, ostentando as grandes e belas folhas elípticas, ás vezes sobre pecíolos a 8 e 10 pés de altura, flores vermelho intenso e cor de fogo. Na intercessão dos galhos das árvores mais sobranceiras, crescem desmedidas bromélias, de onde rebentam flores em espiga ou panícula, rubras ou de outros tons igualmente vivos. Dessa flora suspensa pendem emaranhados de raises que chegam ao solo com aparência de cordas, onde provocam mais tropeços á marcha do viajante. A acumulação das bromélias é tal sobre as árvores, que lhes causa a morte, e os troncos secos, no fim de alguns anos, são desraizados e derrubados com estrondo pelo vento.

Não eram, porém, somente estas as espécies prejudiciaes ás árvores. Milhares de outras trepadeiras, de todas as dimensões, sobem ao cume dos gigantes das florestas, desde as mais delicadas até as que atinjam a grossura da coxa de um homem, cujas fibras são duras e compactas (Bauhinia, Banisteria, Paullinia e outras), entrelaçando-se para muito ao alto darem flores e frutos que o viajante não percebe. Muitas das plantas assumem as formas mais surpreendentes, como certas baunilhas sob as quaes vê-se pelos vãos da sua rede sucumbir o colosso que as suporta. Compreende-se, então, o fenómeno de continuar de pé aquele cipoal mesmo quando desaparece o seu maior esteio, que sob a ação do tempo se desfaz no pó que vae transformado em humus fecundar os visinhos. Conclue o naturalista, ser custoso reproduzir o aspéto da mata, porquanto a arte sempre se mostrará inferior ao que pretende evocar, opinião que perfilhamos *in totum*, como todos que a observaram.

Em geral, quasi todas as tentativas, mesmo dos mais consagrados artistas, falharam na reprodução da mata brasílica. Relaciona-se o fenómeno ao que parece, com a dificuldade de reproduzir a monocromia da nossa paisagem. Os que se atrevem em querer evoca-la incidem nos extremos, ou empregam cores cruas, em absoluto irreaes, ou edulcoradas, com reminiscências europeas, portanto, igualmente falsas. Chegamos a pensar que nessas tentativas o processo da gravura á água forte seria preferivel ao óleo e á aguareja. Os verdes demasiadamente escuros vistos de longe, o vermelho ardente de certas flores visto de perto, o matiz duro, quasi metálico de outras, que não se funde com os segundos planos e a atmosfera de certas regiões sob constante mormaço, que só em poucas horas do inverno clareia e adquire translucidês, acarretam ao pintor problemas de custosa solução. Na gravura os obstáculos perdem importância, e não mais amesquinham a diversidade de formas e de sombras da floresta de Ilheus ou Porto Seguro. No seu recesso ultrapassam os troncos cobertos de parasitas a maior fantasia dos *Carceri* de Piranesi, ou dos panejamentos teatraes de Bibiena, quando a enxárcia de ramos e cipós desgarrados, deixa-se molemente arrastar pelo solo. As estampas dos artistas, que antigamente illustraram viagens em terras chamadas exóticas, dão bem idea dos efeitos que do cobre ou da pedra se pode tirar. Certos contos de Meyne Reid; a expedição de Keller Leuzinger; a floresta do Brasil interpretada pelo conde de Clarac, onde caçadores índios lembram guerreiros romanos; ou mais fielmente, a prodigiosa entrada da barra do Rio de Janeiro por Bonington, ou a mata virjem de Rugendas, desenhada e litografada por ele mesmo, podem figurar entre os mais sugestivos documentos da arte decorativa do gênero. Eventual-

mente, os defeitos de técnica ou de orientação de uma época confusa, como a nossa, agravam a situação do pintor. Mas embora admitamos um milagre, e que venha a surgir técnica capazes de se sobrepor aos escolhos que afogaram as produções do século 20, ainda assim, sejam quaes forem os artificios empregados, os meios a que se recorra para diminuir ou disfarçar as dificuldades do desenho, cor, cambiantes, etc. . . . nunca por mais sedutora consiga ser a arte, e habil o artista, emparelhar-se-á com a realidade da mata situada no rio Pardo, Doce ou Jequitinhonha, quando depois da chuva rescende na floresta o *bafo do sertão* (63).

Ainda era o mesmo de tres séculos antes o quadro descrito pelo príncipe. Não se notava no litoral o desbaste sistemático e prolongado, para fins de agricultura, que depois sobreveio. Conservava a decantada *prumagem* da mata ilheana a mesma densidade do tempo de Francisco Romero. Apenas em alguns setores próximos do litoral, notavam-se umas poucas derrubadas, logo limitadas pela falta de navegabilidade de quasi todos os rios de Ilheus, que empecnia o transporte da madeira. Sem o concurso da água encarecia a condução dos troncos e da safra subsequente, composta de gêneros que ocupavam grande espaço e eram facilmente deterioráveis. O estorvo oposto pelas pitorescas corredeiras e quedas de rios e ribeirões, ajuntado á falta de ancoradouros fundos e seguros, dá que pensar, parecendo rezidir neste inconveniente a causa maior da estagnação da capitania. Não ha dúvida que a hostilidade dos índios, e a falta de uma boa administração (que dispuzesse de recursos pelo menos para acudir ás maiores necessidades locais) muito prejudicaram o

---

(63) No sentido que lhe emprestavam de Ilhéus para o sul, onde o cabocio costuma dizer, que as terras recém-descobertas de mata virgem tresandam "*bafo do sertão*".

seu progresso. Outros fatores, contudo devem ter influido, pois numa terra dadivosa, situada não longe da séde da colônia, e que teve um surto inicial promissor, teriam por fim removido quaesquer obstáculos partindo da turbulência do índio. Supomos que foi mais o entrave das vias de comunicações, até hoje gravíssimo em todo o Brasil, que desvaneceu as esperanças da iniciativa privada naquele setor da costa, do que outras causas passageiras. O porto de Ilhéus só dava abrigo a navios de pequeno calado impróprios á navegação transmarina. Os recursos que ofereciam os seus caraterísticos, não comportavam o progressivo aumento da tonelagem das naus, distando tanto um galião da carreira das Índias, descrito por Pyrad de Laval, da caravela *Leoa* de Tomé de Sousa, como um gigante de um rapasinho. Em Jaguaripe e outros rios, os barcos podiam subir apenas 7 ou 8 léguas rio acima, quando favorecidos pela maré, e tinham os produtores de baldear a carga na cidade do Salvador com acréscimo de despesas que os da Bahia ou Pernambuco não conheciam. Nessas condições faltou aos poucos brancos do lugar o nervo da guerra que lhes permitisse rezistir ao tapuia e ao tempo. Já estava completado o ciclo da cana quando a capitania recebeu a visita do príncipe de Wied, que a viu no limiar do hiato económico, medeando dentre o ocaso assucareiro e o início do surto do cacau nosso contemporâneo, descrito nos romances de Jorge Amado.

## Capitania de Porto Seguro

A capitania de Porto Seguro era o prolongamento de Ilheus, como esta continuava a Bahia. Os rios que delimitavam os quinhões distribuídos por D. João III, não marcavam na região nítida balisa, como sucedia ao S. Francisco, que apartava Pernambuco da sede colonial com um obstáculo, não só geográfico, mas ainda político e económico. Não se registrou entre a capitania de Pero de Campos Tourinho e o governo reiuno, a mesma separação com todas as conseqüências que tiveram no desenvolvimento de ambos os territórios. A extensão de Porto Seguro ia do Rio Grande, depois chamado Jequitinhonha ou Belmonte, até a margem norte do rio Doce, sem que a correnteza das águas, nem as matas debruçadas nas ribas, constituíssem impedimento ao caminhante, como as desnudadas e pouco férteis imediações do caudal franciscano. Decorridos séculos, esvaído o regime dos últimos donatários, a inclusão das duas capitanias na imperial província baiana não fez mais que homologar uma situação praticamente estabelecida muito antes daquela providência (64).

A de Porto Seguro coubera a 27 de maio de 1534 a Pero de Campos Tourinho, considerado pos-

---

(64) Motivo pelo qual deixamos a bibliografia para o fim do último volume.

suidor de grandes haveres. Era oriijnário de Viana, porto de uma zona que ia manter estreitas relações com várias partes do Brasil, principalmente ao norte, como atestam documentos officiaes e a tradição oral. Dizia-se em Olinda nos meados do século, serem tantos os vianenses das capitánias do norte, que ao invés de se gritar *aqui del-rei*, segundo o costume dos que se viam em apuros era *aqui de Viana* que proferiam pelas vielas e betesgas de Olinda e da Bahia. O fáto do donatário provir dessa região, levou Pedro de Asevedo a pensar que a escolha se oriijnasse por ele ser talvez armador, e que já tivesse estado em águas sulamericanas. Pouco se sabe, no entanto, a seu respeito, nem ha certesa que pertencesse á grande nobresa do reino, como fazia crer a sua fortuna. O único documento emitido em Porto Seguro com o selo do donatário não arvora o brasão falante que lhe atribuem, omissão que para nós nada prova. Segundo historiadores portuguezes o apelido Tourinho era pouco vulgar, relacionado com as armas que ostentavam em campo verde um touro passante vermelho. Também é desconhecido o mobil que o trouxe para o sul de Ilheus, ignorando-se si foi solicitado para aceitar a incumbência colonisadora, ou si a obteve impressionado pela lenda metalífera que então envolvia o Brasil. Arriscava-se, de qualquer modo, em perigosa aventura não só pelo estado bravio da terra, como ainda pelo yulto da empresa, que até á coroa entibiava. Não se mostrava a região dotada com os mesmos caraterísticos favoráveis da Nova Lusitânia, onde o donatário encontrou um núcleo colaborador de brancos e mamelucos, conhecedores da terra e dos índios que a habitavam, junto de extensas várzeas férteis, num setor de litoral de facil acesso para as naus europeas. Mesmo assim, a despeito de todas as vantajens, esteve

Duarte Coelho a pique de malograr, e faleceu quando fôra implorar socorro na corte (65). A Pero de Campos, pelo menos não faltaram ilusões sobre a tarefa que lhe confiavam em Porto Seguro, tão arraigadas se mostravam através de todas as contrariedades e trabalhos, que atribularam a sua estada no Brasil. Por mais completos fossem os reveses, sempre lhe remanesca a esperança de que eram passageiros, e que não tardaria a bonança quando afluíssem povoadores de Viana, capitães á procura de emprego e os auxílios vagamente acenados pelo governo. Levado pelo entusiasmo, profetizava a el-rei no mesmo ano da sua deposição, que o Brasil seria em breve *um novo reino e de muita renda*.

Persuadido da alentadora perspectiva não duvidou em embarcar para a donataria com a família, creados, agregados e todos os recursos que pôde trazer consigo, reunindo um grupo suficientemente importante para despertar o zelo do poderoso visinho de Portugal. A transferência do vianês deu aso ao aparecimento sem rebuços, á luz meridiana, da verdadeira natureza das relações das cortes ibéricas quando os seus interesses na América entravam em jogo. Entrevemos pelas suas manifestações a desconfiança latente entre um reino e outro, e o cuidado com que arrecadavam as mais ínfimas informações sobre quaesquer providências referentes ás colónias intentadas por Madrid ou Lisboa. Comunicava a imperatriz regente a Luís Sarmiento, seu embaixador em Portugal, constar-lhe por informações vindas das Canárias, que por alí tinham passado duas caravelas e duas naus grandes, levando seiscentos homens, *y mucha parte dellos con sus mujeres y por capitan un Pedro del Campo, vecino de Viana, y alguns dicen que van á poblar al Brasil y otros al Rio de la*

---

(65) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, II, 1 e 2.

*Plata*, e na incertesa, convinha averiguar imediatamente a procedência dos rumores. Suspeitava a irmã de D. João III que a expedição encobrisse desígnios ocultos, muito diversos dos confessados, no momento em que a sua responsabilidade aumentara na ausência do imperador. Continuava a flutuar cada vez mais vago o ajuste de Tordesilhas, diluído num acervo de sofismas e artimanhas que era a causa primeira das complicações sobrevindo entre as duas maiores potências colonias do tempo. A 11 de julho de 1535 respondia Sarmiento, que o mobil da expedição era povoar de fáto a costa, num trecho português, mas como perdurase incerta a delimitação interna dos domínios sul-americanos, e erradas as noções geográficas sobre o continente, ordenou a imperatriz que fosse Gregório de Pesquera ao Prata, afim de obstar pelas armas si preciso qualquer invasão da zona castelhana.

\* \* \*

Constituia grande esforço a armada de Tourinho, provavelmente o máximo que pôde conseguir algum tanto ajudado pelo governo, que lhe concederia certas facilidades na compra de apetrechos, e relevação de taxas fiscaes, como fizera para outros donatários. Seguiu a expedição em quatro b̄arcos, em que iam a esposa do donatário, Inês Fernandes Pinto; o cunhado Lourenço Pinto; os filhos, Fernão e André; a filha Leonor, que mais tarde sucedeu á donataria; seiscentos homens e algumas mulheres; funcionários civís e eclesiásticos; particulares e reiuos, entre estes o almoxarife da Fazenda, nomeado em 1534 Afonso Ortiz e para provedor o escudeiro da casa real, João Gonçalves Brandão, que talvez chegassem com Tourinho. Vinha também o necessário para a traves-

sia, apetrechos pacíficos e bélicos que deviam assegurar os primeiros trabalhos na terra. Com este acompanhamento aportou o donatário á fós do Buranhem e entrou em contáto com os Tupiniquim. Supõe-se que eram os mesmos avistados por Pedro Álvares Cabral, sem que existam informes explícitos, sobre eles e possíveis mamelucos que aí atestassem a permanência de embarcações brancas. Consta apenas por uma pública declaração de Valentim Fernandes de Morávia, que a expedição de 1502-1503, onde ia Vespúcio, trouxe *dois homens da terra acima referida* (Brasil), com que se avistara em Lisboa. E' possível que assim acontecesse, mas de averiguado, temos apenas a descrição do rio onde ancorara, largo de umas duzentas braças, não longe da baía devassada a 23 de abril de 1500 pela primeira expedição, e que por este motivo hoje se chama Cabrália, depois de conhecida por Santa Cruz, *a qual terra, diz Gabriel Soares, estava povoada então de Tupiniquins que senhoreavam esta costa do Rio de Camamú até o de Cricaré.*

1 O problema que se deparava a Tourinho era talvez mais árduo de resolver que os das outras capitánias visinhas. Distante dos centros que logo alcançaram desenvolvimento, desviado da carreira da Índia ou do Rio da Prata apesar de situado no trajéto, contava apenas com os seus próprios recursos. Nessas condições, enfrentou a dificuldade do desbaste preliminar, o perigo do gentio, dos corsários, e acima de tudo, da progressiva falta de meios para continuar a obra que requeria sempre a inversão de novos capitaes. Sobre o esboço de administração feito por Tourinho, dispomos apenas da carta escrita a el-rei, em 1546, em que narra o malogro do seu colega o donatário da Bahia. Alude igualmente ás suas próprias dificuldades com *os brasís*, e cousa mais séria; a tripulação de

certa nau de França prometera voltar em pouco com mais gente e navios, para recolher o pau de tinturaria das matas e o algodão das roças. Ante a perspectiva implorava que lhe mandassem artilharia, pólvora e pelouros, *porque aynda agora ao presente somos caa tão pobres que não podemos fazer nada sem ter favor e ajuda sua*. Servia a boa vontade, ou afoitesa do donatário, como princípio de cabeça de praia, onde deveriam afluír reforços si o governo quizesse conter tribus de canibaes, mais numerosos que os brancos, e enfrentar corsários, mais armados que os portugueses. Nesta conjuntura trouxera o Caramurú, a notícia de que depois da fuga do donatário da Bahia para Porto Seguro, onde tivera de se resguardar, appareceram franceses na povoação do Pereira, que arrecadaram o que lhes pudesse ser util, inclusive a artilharia do fortim. Os acontecimentos seguintes não foram de molde a tranquilizar os sobressaltados habitantes de Porto Seguro. Segundo Neiva, quando o Caramurú veio buscar Coutinho para tornar á Bahia, aumentara por motivos que desconhecemos, talvez pela estada dos franceses, a efervescência do gentio, que terminou matando ao infeliz donatário como adeante veremos.

No passo, só era lícito aos habitantes esperar socorro do reino, vendo os seus recursos quasi esgotados, nas proximidades de cabildas aticadas por corsários. Sobrevinha ainda um inconveniente a adelgaçar o possivel interesse do governo e conseqüentes remessas de reforços; deviam-se direitos á fazenda real, delicto considerado imperdoavel por uma administração falida. Os apertos em que se encontravam os companheiros de Tourinho, tinham impedido em 1 de janeiro de 1546 de satisfazer a percentagem devida ao fisco. Que atenção daí por deante mereciam devedores relapsos de um governo em apuros financeiros! Não se-

ria estranho ao fáto o desapoio que mais tarde sofreu Tourinho dos conselheiros del-rei, embora se tivesse plenamente disculpado — afirmavam os cronistas do tempo — das acusações contra ele dirigidas em Porto Seguro.

Quando ainda na capitania, procurara atrair capitaes, gente e auxílios, e conseguira interessar na sua região ao duque de Aveiro, da casa de Lencastre, personagem consideravel em Portugal. Impressionado pelo que lhe prometiam, mandou o parente de D. João III um preposto organizar o estabelecimento agrícola conhecido por fazenda de Santa Cruz, a duas léguas da séde de Porto Seguro, á beira mar. Doou igualmente o donatário terras ao almozarifé da fazenda Luís Andrade, em 1545, régio funcionário que sucedera a Afonso Ortiz e que devia possuir recursos. Mas ao invés de solucionar problemas, a cooperação alheia acarretava outros, difundindo conflitos que atormentavam as povoações coloniaes. Na África, na Ásia, na América, no mar, em terra, onde houvesse brancos isolados no meio do gentio, acendiam-se competições e malquerenças, de que o famoso “mexerico” celebrado no oriente, era apenas um reflexo. A conseqüência mais imediata que Tourinho auferiu da tentativa de angariar capitaes, foi a intervenção de Manuel Collasso, clérigo de missa, feitor do duque até mais ou menos 1551, ativo elemento da conspiração gizada contra a autoridade do capitão local. Na carta escrita pelo donatário a el-rei, e na defesa que teve de apresentar contra os acusadores, descreve os trabalhos realizados enquanto governou a capitania, em que asseverava ter elevado oito vilas, com uma igreja em cada (66). Em Porto Seguro construiu duas,

---

(66) Na carta alude a sete clérigos que oficiavam, e na justificação a oito.

e em todas se dizia missa. De par com as povoações urbanas delineadas por seu cuidado, construiu engenhos que eram como outras tantas aldeias, com os seus brancos dirigentes, índios e mamelucos. Seguindo os itens do seu traslado, tornavam-se ponto de apoio para ulteriores penetrações pela terra a dentro, devendo ser providos das mais, *cousas necessarias pera qual povoou de novo* ou como se dizia, começara-se a povoar. Na vila de Porto Seguro, mantinha Tourinho capelas á sua custa para que todos os dias fossem celebrados os officios divinos, e finalmente, depois de se desempenhar das obrigações para com o espirital, passara ao temporal, procurando devassar a capitania, subindo pelo rio Buranhem acima, noticia que devia ser grata a S. A. interessada como estava no conhecimento de sertões possivelmente auríferos.

A interrupção dessa atividade, pelo conlúio de subordiados, impede que se faça juízo imparcial a respeito do donatário. Reina confusão sobre os sucessos, dificultando saber si com o tempo a sua administração daria bons resultados, ou si era caracterizada por tanta imperícia que provocou reações prejudiciaes aos destinos da capitania. Preso e remetido para o reino, não chegou a ver o fruto das primeiras medidas que intentara, e a carta de Duarte de Lemos de meados de 1550, dá a entender que decorridos quinze anos depois do estabelecimento de portugueses, era insignificante a produção do assucar, de que tudo dependia na colónia. O principal recurso local continuava portanto, a Ibirapitanga cortada á beira mar pela indiada, particularmente destra no mistér, tendo Martius prezenciado muitos anos depois o espetáculo que davam. *A constituição física desse gentio litorâneo é robusta, com fisionomia muito mais simpática do que a dos Sabujá e dos Cariri. São bons remadores e nadadores,*

*e quando rezolvem trabalhar por conta de fazendeiros, mediante salário pago diariamente, prosseguem com perzistência e grande disposição na derrubada de matas.* De modo geral sucedia em Porto Seguro o mesmo que em Ilheus, por idênticos motivos, vendo-se terras boas e mais condições favoráveis á agricultura, prejudicadas por certos inconvenientes geográficos a dificultar as comunicações com o exterior.

A impossibilidade de remediar a situação, fazia com que vegetassem os habitantes dos sítios esquecidos nas zonas á margem das evoluções económicas, em que atribuíam a culpa como sempre aos governantes. Nesse ambiente de descontentamento geral, prestava-se o gênio arrebatado do donatário ás críticas mais acerbas, provocando casos, melindres, susceptibilidades, desacatando crenças e pundonores, irritavel e irritante, desafogando-se á portuguesa, com impropérios, palavrões, e blasfêmias que o fizeram passar por hereje. Levado pelo seu temperamento, e encolerisado pela opposição não trepidou em castigar até elementos do clero; o terceiro e não menor poder local, pois a sua influéncia no tempo era enorme, não só pela sua condição numa monarquia católica, como ainda pelo acesso junto ás famílias e ação sobre a vida íntima dos habitantes. As demasias de Tourinho assumiam aspétos intoleráveis em região submetida a regime onde o donatário era delegado de S. A. para lhe valorizar a capitania, e não senhor feudal que dispunha a seu talante da vida e dos bens dos colaboradores, como no reino ninguém o fazia, nem mesmo o soberano. Os regimentos decalcados das leis e costumes vigentes na metrópole, reproduziam além mar, com algumas modificações mais na forma do que no fundo, o seu espírito de liberalidade e respeito aos foros populares, assegurando aos portugueses, onde quer que estivessem, garantias contra oppressões.

Foi a partir do século 17 que aos poucos essas disposições se fundiram na ipertrofia monárquica do século 18, com uma volta á democracia no 19, e recaída no 20. O ambiente não favorecia, portanto, as exações do donatário, nem na colônia, nem em Portugal, onde logo chegavam os écos expondo-o a complicações de que não pôde em tempo se livrar.

Em 1543 denunciava Pero de Barbosa Paes a Tourinho, perante a inquisição de Lisboa, porque certa vez se dissera papa e rei. As imprudentes palavras poderiam parecer simples expressão de cólera mas o restante da argüição, tinha carater mais ponderavel e traz alguma luz sobre o procedimento do donatário. Acrescentava que o capitão obrigava os subordinados a trabalhar aos domingos, delito grave na época, implicando ofensa á religião. Para nós, esta parte do libelo sugere a imagem de um potentado agitando-se aos berros, de látégo em punho, vociferando contra feitores e escravos, opondo-se a que interrompessem a faina, desejoso de vencer a todo o transe aquele período inicial, e enfurecido pela intervenção dos clérigos que pretendiam impor contra as suas ordens os mandamentos do Senhor. Ameaçava a todos que dele se aproximavam, sem consideração pelo estado, condições ou cargo que tivessem, e terminou por agredir quem lhe desobedecesse ou lhe censurasse os atos. Semelhantes destemperos desagradavam ao conselho delrei, e mais ainda á inquisição, num momento de schismas e embates religiosos, em que era necessário redobrada vigilância para manter as leis da igreja e da monarquia. Por outra, o travo existente entre os habitantes de Porto Seguro pelo complexo a que já nos referimos; relativo ao europeu no ermo, onde os povoadores no fim de pouco tempo sentiam-se fartos uns dos outros, a catalogar sem indulgência os respectivos

defeitos; não os inclinaria á lenidade ante os desmandos do capitão.

Dos incidentes que surgiam, derivou, embora mal comparando, successo parecido com a deposição de de um tsar da Rússia, em que os conjurados se serviram do tsarevich para destronar o pae, e até, mata-lo. Felizmente os portuenses não chegaram a taes extremos, graças á democracia em que viviam, dispensadora de válvulas que atenuavam as paixões populares. Contentaram-se em prender o donatário por crime de irreligiosidade, e colocar no seu lugar o filho André do Campo, remetendo o capitão deposto para o reino. Ao que parece, a alma dos successos foi o mesmo clérigo de missa, o tal Bezerra que na Bahia falsificara um régio alvará para amotinar a população contra Francisco Coutinho, e que mais tarde o ouvidor Pero Borges, segundo vimos em precedente capitulo, veio encontrar em Ilheus, embrenhado na mata em companhia de gente ruim. A reputação que desfrutava talvez o indicasse para dirigir a trama, a não ser que especialista na matéria, tenha sido ele o autor da intentona, pelo ódio que nutria contra Tourinho. Certa vez fôra por ele espancado quando incidira na imprudência de contraria-lo, pelo que tratara de convencer aos descontentes, e reunir forças para dar combate ao seu maior inimigo. Os pescadores em águas turvas, que existem em toda parte, deviam se ter valido de quem tão bem lhes servia, como se depreende dos dizeres da carta de Duarte de Lemos. Confirma o depoimento de Gaspar Dias Barbosa a mesma impressão, passados alguns anos, ao reproduzir a opinião pública outrora alvoroçada pela queda de Tourinho. Outros indivíduos havia, de carater pouco escoreito, também envolvidos no caso. O escrivão que funcionou

no processo não gozava de boa fama, declarando o mesmo Barbosa:

“Que averá quarenta e quatro annos pouco mais ou menos ouvio dizer publicamente a muitos que . . . André do Campo e Guaspar Fernandes escrivão e huns frades da Ordem de S. Francisco e outras pessoas que lhe não lembrão . . . prenderão a Pero do Campo . . . e o inviarão preso ao Reino . . . dizendo que era hereje e despois ouvio dizer que fora aquillo inventado para o ditto André do Campo ficar em lugar de seu pai . . . e tambem ouvio dizer que Pero de Pina morador na dita capitania e hum da governança della que fôra testemunha neste caso contra o ditto culpado e estando muito receoso por isto”.

Reincidiu ao depois o mesmo Gaspar Fernandes, juntamente com Duarte de Lemos, no incriminar o bacharel Nuno Fernandes, como tinha feito ao donatário, mas desta vez saiu o feitiço contra o desmoralizado feiticeiro, que foi degradado para S. Tomé, como também devia saber Violante D'Andrade, *mulher . . . do ditto Pero de Campo moradora nesta cidade e Alvaro Gonçalves de Ubarca e tambem nella morador e Thomé Lobato morador no Porto Seguro e os antigos da ditto Capitania*. Antes de prosseguir faremos um pequeno reparo quanto á Violante D'Andrade. Quem seria? Viuva, nora, sobrinha, ou neta de Pero do Campo? São tão lacunosas as informações sobre o donatário e sua família que somos obrigados a deixar a solução deste problema para os futuros genealogistas da capitania.

No anno de 1546, decorrido quasi um decênio depois da chegada do capitão de Porto Seguro, reuniram-se os principais da vila nas pousadas de Pero Escorcyo

Drumondo (67), juiz ordinário, para deliberar nos mol-des processuaes, sobre o destino do seu chefe. Rezol-veram prende-lo em ferros na casa do tabelião Gonçalo Fernandes, e iniciar autos, que para nós se tornaram preciosa fonte de informações. Além de Pero Drumond e Pero Anes Vicente, a completar o número dos juizes do civil e do crime, compareceram o vigário Bernardo de Aurejac (68); frei Jorge, capuchinho de S. Francisco; Manoel Colaço, capelão e feitor do duque de Aveiro; Duarte de Sequeira, *fydalguo da casa del Rey*; Pedro Correa, id; Pedro Ryquo (sic), beneficiado de igreja; Belchior Álvares, vereador; Paulo Dinís, idem; Gomes Marques, id; João Camelo Pereira, eleito para servir de escrivão no caso; o intrigante João Bezerra, clérigo de missa; Diogo Luís procurador do conselho; Clemente Anes, criado de confiança de Tourinho e seu representante na inquirição; Lopo Vas, alcaide de Porto Seguro; Francisco Bruza de Espinosa, castelhano de bom crédito, de que havemos logo mais de tratar; e outros, compondo *todo o mays nobre e homrrado pouco desta vyla e capytanya e pessoas de mays autoridade e saber*. Assumi-ra, destarte, o conselho, aspêto solene, com bastante autoridade para em nome da república portósegurana destituir o capitão, e constituir libelo pelo qual em última instância deveria ser julgado no reino.

Figurava no rol das testemunhas o cunhado do donatário, o qual aos costumes (pergunta de praxe para saber si nutria inimizade pelo reu), disse nada, acrescentando, por outro, que lhe queria muito bem. Belchior Álvares também declarou que não lhe dese-

---

(67) O trabalho do Dr. Menezes Drumond, na *Revista do Inst. de Heráldica e Genealogia de S. Paulo*, mostram que este Drumondo era parente de João Gonçalves Drumondo casado com uma das orfãs de Lisboa. Seu verdadeiro nome seria Drumond, e o "Escorcyo" significaria escocês.

(68) Vigário de N.a S.a da Penha em Porto Seguro, provavelmente originário do Languedoc na França.

java mal. João Douteiro, ferreiro, disse não ser inimigo de Tourinho, lembrado apenas de que o donatário proferia em sua presença serem os santos dos dias feriados uns *santinhos de m...*, e que S. Antonio fosse, *a p... que ho pario*. Pero Correa, disse ser grande amigo do reu, pretendente á mão de sua filha. Gomes Marques, disse ter ouvido Tourinho agredir aos eclesiásticos, particularmente ao clérigo João Bezerra, que espancara depois de lhe chamar de bebado, entre outras injúrias. Gaspar Fernandes, declarou-se amigo do acusado, desejando-lhe todo bem possível e a salvação de sua alma; ajuntou, todavia, alguns pormenores a respeito das contendas de Tourinho com os eclesiásticos, não muito indicadas para inocenta-lo, e ganhar-lhe o paraíso. Vira-o dar uma punhada num frade de S. Francisco, de santa e honrada vida, assim como ouvira comentários sobre o espancamento do padre Bezerra, e que ele, testemunha, prezençeara o reu tomar de um montante, prometendo crava-lo na barriga de frei Diogo, da ordem dos franciscanos. Não contente ainda, expulsara-os da capitania sem pagar os prêmios a que tinham direito, desculpando o depoente ao donatário por atribuir os seus despautérios á doudice, ignorância e presunção que o assoberbavam. Pero Gonçalves declarou ser afeiçoado ao capitão, que em Porto Seguro, *nam tinha outro moor amigo... tirando seus filhos e comtudo dyrya a verdade*. Repetiu o que outros tinham dito, acrescentando que o donatário interpellava aos que iam á igreja ao picar dos sinos, e quando diziam que frei Diogo os esperava para dizer missa, afirmava que não veriam Deus, porém, o diabo. A ogerisa contra o religioso não parecia sem motivo, pois constava que o frade bebia e viera desterrado para o Brasil, duas causas mais que suficientes para

desassocegar o pequeníssimo ambiente, onde as suas funções lhe davam larga influência.

Casos em que se confundem questões políticas com religiosas não tardam a levantar procela, sendo facil perceber quais as repercussões dos atos e gestos do donatário quando se rebelava contra excessivos dias feriados. Era, de certo modo, Pero de Campo, precursor dos holandeses, que julgavam preguiçosos os lusos tantas as solenidades e festas rituaes que se sucediam na colónia para maior gáudio dos madraços. Dissera o donatário que nunca havia de deter trabalho, nem para guardar (feriar) Nossa Senhora nem apóstolos, nem outros santos, *e rreprendia asperamente ao padre que hos taes santos daua de guarda e asi aos que hos guardavam*. Apregoara mais, que se julgava superior a todos os santos porquanto trabalhava, ao passo que eles vadiavam, e si Deus não lhe desse uma cadeira mais alta que aos profetas no paraíso, então ficasse com ele pois não lhe apetecia lá entrar. De outra feita, retrucara ainda mais desabridamente, aos que o aconselhavam encomendar, segundo o costume, responsos com candeia ao bem aventurado Santo António, para rehver escravos fugidos, *que lhe porya hũa candeia de m... a que lhe nam avya de dar esmola por que ho dito santo lhos fazia fogir*. Na realidade era o seu rigor no trabalho que os apavorava sem culpa do pobre santo. Em outra ocasião lavantara grande escândalo quando cheia repentina lhe desmanchou um tanque, gritando, daí, desvairado pela ira, que papa e cardeaes *herem bugirrões sodymytygos tiranos que por dinheiro casauam e desca-sauam a quem querya* e não obstante a má opinião que tinha sobre S. S. afirmava também poder mudar a data do Corpo de Deus, porquanto era papa, e repetia com escárneo *hera papa, papa, papa!* Atestava

a seguir, por zombaria, a devotos, que era tão milagreiro como S. Amaro, bastando cuspir sobre uma perna doente para cura-la.

Podemos conceber os efeitos de taes palavras na colónia, onde a religião se hipertrofiava, e a craveira no julgamento das pessoas era graduada segundo a sua devoção. Também lhe avaliamos as conseqüências quando no reino chegavam aos ouvidos do clero as alusões de Tourinho ás quebras de consórcios, que era uma das principaes censuras levantadas pelos luteranos contra Roma. Dava demonstrações igualmente deploráveis, repontando contra um filho, e outras pessoas, que o advertiam das penas da igreja e de possível excomunhão se persistisse naquela attitude, que *alympãrya o c. . . com ella*, pois nada adiantava a um homem de boa vontade sacrificar-se na colónia (69), logo lhe dava doença e que Deus nam se enganase com elle porque cada vez avya de ser pior e que viesse elle a pouar a terra por que elle a deixaria aos infieis. Na última frase transparece um sentimento mais parecido com desabafo, quasi queixume, do que ímpio desejo de proferir blasfêmias. Comparava Tourinho a extenção do seu sacrificio com o pouco resultado auferido, ás voltas com autoridades civís que não o auxiliavam, e eclesiásticas que lhe suscitavam embaraços, exposto a moléstias que lhe roubavam colaboradores, e que podiam um dia também o vitimar, inutilizando-o para o trabalho. Ferira, entretanto, o decoro da sociedade antiga, externando-se de modo infeliz, profundamente lesivo aos costumes e tradições.

Entre os principaes reunidos em casa de Pero Drumond estava o tal clérigo Bezerra, *homem que não vive bem*, segundo o ouvidor Pedro Borges, o que po-

---

(69) Damos aqui, á palavra colónia a sua actual acepção, para simplificar, porque, só depois do século 19 aparece oficialmente com a actual sinificação.

deria trazer suspeições sobre o cenáculo julgador. Mas ao lado dele e do seu êmulo fr. Diogo, havia pessoas de ilibada reputação, como o *virtuoso padre e frey Jorge capuchinho da ordem de Sam Francysquo frade barão* (devia ser minhoto o escriba) *de aprovada e santa vyda*, e o que sabemos dos missionários dessa ordem no Brasil quinhentista, nos confirma o conceito (70). A simples presença do santo homem na assemblea afasta a hipótese de que encobrisse intenções inconfessáveis. A sublevação contra o donatário está explicada nos depoimentos constantes nos autos, não sendo necessário maiores investigações para lhe descobrir as causas. Não permitia o complexo supra aludido do povoador colonial, que partilhassem governantes certos maus hábitos populares. Tinha que ser diferente, si quizesse alcançar o prestígio dos jesuítas, exemplo de virtudes e dedicação pelo bem comum. Embora a crónica dos guerreiros do oriente esteja pontuada de ditos escatológicos, a começar pelos do grande Albuquerque, o seu uso, e mais manifestações soldadescas, eram desaconselháveis a capitães donatários, que não lidavam apenas com homens de armas, mas com toda uma população. Nessas condições convinha-lhes evitar quebras de dignidade mormente quando atentatórias á religião. Blasfêmias e palavões obscenos eram corriqueiros no Brasil mas somente permitidos ao vulgus paecus como escrevia em 1566 de Porto Seguro o jesuíta António Gonçalves, *o jurar por Deus e por seus santos, que nesta terra era moeda corrente e a mesma jura que juravam era pola Trindade, nem lhe ficando tripas, nem bofes de Deus por que não jurassem*. Bem sabia o missionário não se

---

(70) O padre Ambrósio Pires refere-se em carta ao rápido rio situado em direção à fazenda de Brás Teles, onde se afogara, "*aquelle bendito frade capuchinho, que cá deixou boa fama*". Nóbrega considerava a este, e mais companheiros, como italianos.

tratar de incredulidade, mas o hábito tornava-se indecoroso, e isto era comum que meninos, que quasi não sabiam falar, juravam pela hostia consagrada, aprendendo-o de seus paes. Á vista do seu alastramento rezolveu o padre Bras Lourenço, do colégio de Porto Seguro, consagrar-se em atalhar o mal. Essas contradições da psicologia coletiva dos portoseguranos, fez com que, o costume mais difundido entre os povoadores, se tornasse a principal acusação contra o seu chefe.

Concluia o vigário escrivão, e mais *homens bons* do lugar, ao rever os quatorze capítulos da inquirição, que nunca pessoa alguma na capitania tanto injuriava a igreja e os religiosos como o capitão Tourinho. Mui seriamente escrevia que todos se afastavam do reu para não lhe ouvirem as blasfêmias e mais dispautérios, frutos de seu ânimo soberbo e malicioso, *imhorante e algumas vezes tomado de vinho*, pelo que, o remetiam preso acorrentado a Lisboa. Temos razões de duvidar que houvesse tanto cuidado com os ouvidos a respeito do que até certos eclesiásticos proferiam. A incontinência verbal de Tourinho, que em outros setores Moraes era virtuoso, servira de pretexto para a trama, em que vemos o povo escandalizar-se sinceramente do capitão não saber dar o exemplo que dele esperava, e a sua indignação, aproveitada por outros, servir para conluios bem pouco dignos. As demasias de Tourinho quando desprezava os deveres do cargo, vêm exaradas em o número dos seus desafetos, resultado de repetidas quisílias. Nem todas as testemunhas lhe teriam ódio; muitas sentiriam apenas irritação pelas contendas que provocava; outras, escândalo pela sua hostilidade contra sacerdotes de que alguns eram credores do maior acatamento, mas a causa maior viria do cansaço geral, espalhado pela vila e imediações, conse-

qüente a rumorosos e repetidos incidentes. No contra libelo que o capitão redigiu para sua defesa, apontava como sendo seu rancoroso inimigo Duarte de Sequeira, *que já he falecido*; mais Bastião Álvares; Pedro Mousinho, um tal Fernandes; Gaspar Rodrigues; Pedro d'Outeiro; André Ferreira; o alcaide Lopo Vaz; Domingos Martins; o castelhanu Brusa de Espinosa; outro provavel castelhanu, Bartolomeu Doram; Duarte Fernandes; Francisco Gomes; Pero Anes; o pedreiro Aleixo de Sousa; João Anes; Francisco de Salinas, talvez também castelhanu; Jorge Martins; João Vieira; Pedro e Francisco Gonçalves, e o tabelião Gaspar Fernandes, em casa de quem Tourinho esteve em ferros até ser embarcado para Portugal. Expõe o donatário as causas dessas inimizades por bradar com eles, *que nam queriam trabalhar e lhe reprendya seus viços e os castigava e premiya quando era necessario pollos malles que fazyam aos yndios e dormindo lhes com suas molheres e filhas e faziam outras cousas que nam devyam.*

Alguma razão havia de ter o donatário, principalmente quando se referia ao tratamento dos índios, que os portugueses proletários consideravam pouco mais que bestas de carga. O delito de dormirem com as indígenas parece menos grave, visto a facilidade com que as tribus próximas dos brancos ofereciam raparigas á guisa de homenagem, ou a troco de pequenas vantagens, embora dependesse esse procedimento da atitude dos ádvenas, ás vezes desinvolto em excesso, o que podia provocar revides violentos. Continua, portanto a causa mais provavel do dissídio, a divergência do capitão ansioso por valorizar a capitania, e os povoadores preocupados com os seus próprios interesses, que nem sempre coincidiam com os de Tourinho. Devia ter influido no caso, como já dissemos,

a mudança de mentalidade que se dava no homem branco ao transpor o equador. Saído das regras de uma sociedade europeia, o reinol, mesmo de baixa origem, encarava a vida americana através de um prisma completamente diverso da sua antiga existência no outro hemisfério. Trabalhar com as mãos tornava-se um opróbrio, onde dirigir competia ao europeu, e a faina inferior ao índio e ao negro, insensíveis (pensavam os reinos) ao trabalho realizado em sítios ainda por civilisar. Narram cronistas antigos, como a bordo dos navios em demanda das colônias, já serpenteava a presunção entre passageiros e tripulantes, explodindo graves incidentes entre os fidalgos, que ansiavam por comandar e recusavam obedecer, apegados a privilégios de casta que se ipertrofiavam na rasão diréta de que mais se afastavam da metrópole. Todos nós sabemos o deploravel efeito desses conflitos nos subordinados, e os mais frutos que davam em terras novas. O caso de Tourinho se agravava na província de Porto Seguro, onde não dispunha de poderes e meios tão latos para fazer respeitar a sua autoridade, como os capitães no oriente em tempo de guerra.

Tolhido por inúmeras restrições, o donatário só poderia continuar os seus planos de desbravamento implantando um regime próximo á tirania, para ser cegamente obedecido, sem imiçãõ de qualquer outro poder civil ou eclesiástico nas suas resoluções, circunstância que os poderes reiuos jamais admitiriam, nem a consciência livre dos povoadores aceitaria. Do dilema emanavam os conflitos de trabalho, rancor de muitos e cólera do capitão, num complexo que a atual situação do mundo ajuda compreender. Poderíamos qualificar esse complexo de fastio de administrados sob um regime que se justifica por momentos, mas que se torna insupportavel quando vae além do necessário.

Certos episódios coloniaes proporcionam, destarte, curiosa reaproximação de épocas, a mostrar problemas na capitania quinhentista de Porto Seguro semelhantes aos de povos modernos que se prestaram a experiências político-económicas. O fim de Tourinho parece com o de outros ditadores em situação análoga, acabando depostos, fugidos, assassinados, ou nas mãos de um tertius, chamado a intervir para restabelecer a ordem.

\* \* \*

Dos trâmites processuaes vislumbramos pormenores sobre o progresso registado até aquella data na capitania. O contra libelo do acusado, assevera que levantara engenhos, e os mantera, sem nos dizer, contudo, quantos, citando entre os colaboradores que teve, além de pedreiros e ferreiros, um mestre de assuqueres. Referindo-se a igrejas e povoados Tourinho se mostrou mais explícito, com os nomes de fr. Diogo, e fr. Francisco; cástelhana que se mudou para Pernambuco; ambos, porém, pertencentes á ordem de S. Francisco. Depois do processo contra o donatário, foram substituídos por outros frades da mesma ordem, chamados Roque e Jorge, este, muito bemquisto dos habitantes. Dos clérigos, citados pelo capitão figura em primeiro lugar o famigerado João Bezerra, especialista em agitações subversivas, e Manoel Colaço, capelão do futuro dono da capitania duque de Aveiro. Continuava o rol com Pero Rico, beneficiado; o padre Bernardo de Aurejac, vigário de Porto Seguro durante o processo; e o padre mestre Marcos, *o qual fora cura na igreja do dito porto*, e confessor de Tourinho. Seguiam-se na cola dos eclesiásticos por ordem de importância, os indivíduos já mencionados e qualificados em outros documentos, e que por isso não repetiremos,

contemporâneos e subordinados do donatário no período em que administrou Porto Seguro.

Nos dezesseis ou dezessete anos que disse ter dirigido a capitania (71) muita cousa realizara, sem embargo da insignificância de recursos de que dispunha, doendo-lhe ver perdidos os esforços que inutilmente despendera. Estante em Lisboa como reu, pedia que lhe fizessem prònta justiça pelo risco da capitania continuar acéfala, na iminência de ser atacada por índios, e perder-se como sucedera ás de Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Goes. Conformava-se até em hipotecar a donataria, segundo declarava em 1547, logo depois de chegar a Portugal. Não conseguiu Tourinho infelizmente — ou felizmente, convencer aos juizes do Santo Offício, absorvidos em compulsar os autos, desejosos de mais interrogatórios, indiferentes á pressa do donatário e que ainda lhe notificaram em 1550, importar a sua fiança em mil cruzados, e que não se afastasse sem licença de Lisboa, onde morava na rua do Poço, á Boa Vista. A sentença veio afinal e lhe foi contrária, pois, ao invés de ser reconduzido ao cargo, substituíram-n'o pelo filho mais velho. No mesmo ano de seu falecimento em 1553, passava o provedor mor do Brasil, provisão para que o provedor da capitania, que era Felipe Guilhem, averiguasse:

“Por inquirição de testemunhas de Pero de Campo... gastara na Povoação della alguma Fazenda da ligitima de André do Campo seu filho que lhe ficou de sua Mãe, ou outra qualquer, que o dito André do Campo possuísse, e achando-se assim faria carregar em Receita sobre o Feitor, e

---

(71) Exagerava, porquanto si chegou em 35 e foi deposto em 46 teria governado apenas 11 anos.

Almoxarife da dita Capitania vinte e seis mil quinhentos, e trinta, e sete reis, que o dito André do Campo pelo encerramento da Conta, que dera do tempo, que serviu de Feitor e Almoxarife da dita Capitania ficar devendo a Sua Alteza a dita somma, e por não haver outra cousa, de que Sua Alteza a dita somma, e por não haver outra cousa, de que Sua Alteza pudesse ser entregue senão pela dita maneira, fizesse carregar a dita somma sobre o dito Feitor por lembrança para se haver pelo rendimento da redizima da dita Capitania, ou pela valia della.

A provisão tratava de liquidar os restos da gestão do primeiro donatário, continuando o sucessor empenhado pelo fisco. Ocioso dizer as dificuldades que o cercaram quando procurou salvar alguma cousa do trabalho paterno. Durante esses esforços, vivia a família modestamente na cidade do Salvador, lá aparecendo por esta época um Pero de Campo Tourinho, deão da Sé, colega de frei Vicente do Salvador, e que não era parente de Inês Pinto, viuva do velho capitão, no parecer do historiador Capistrano de Abreu, o qual supunha fosse o eclesiástico fruto de uma segunda família ilegítima do antigo senhor de Porto Seguro, o que não conseguimos averiguar. Outros nomes visivelmente com ele aparentados vêm aumentar neste mesmo período a confusão existente. Na falta de informações seguras vamos nos limitar a repetir o que ha pouco dizíamos, ou seja, depender a solução do enigma dos genealogistas locais, que poderão prestar util serviço elucidando os pormenores familiares de tão importante personajem num tempo de pouca gente no Brasil, em que o mais insignificante dado interessa ao pesquisador. Tampouco, dispomos de muitos informes

sobre os resultados, que nos anos posteriores á partida do capitão, teriam produzido a gerência dos seus successores. Relatam os jesuitas as lamentáveis condições de Porto Seguro quando aí appareceram em 1549, tres anos depois da deposição de Tourinho.

A relativa facilidade de communicações da capitania com a Bahia, e a situação de seus portos na rota marítima para o sul da colônia, fez que quasi todos os principaes funcionários, assim como os padres e irmãos da Companhia, chegados na primeira leva com Tomé de Sousa, passassem pela vila. A igreja de N. S. da Ajuda, elevada pelo malogrado administrador, serviu de pouso momentâneo e quartel general para os missionários durante o tempo em que erigiam a sua própria casa. Desejava a população que a fizessem na vila, onde os rapazes brancos e os curumins das vizinhanças pudessem receber mais facilmente instrução. O governador amparando o voto popular, auxiliou a escolha do chão doado para esse fim, começando o colégio a funcionar após algumas delongas. Os desgostos vieram depois, com a falta de recursos e o arrefecimento da amizade dos povoadores, irritados pela defesa dos índios que os jesuitas teimavam em sustentar, e mil outros incidentes que se interpuzeram e os impediram de realizar os seus planos para beneficio da coletividade.

Previam os padres que a continuar tão aguda falta de meios, teriam em breve de vender os capotes dos orfãos vindos de Lisboa para os manter. Resentira Nobrega má impressão da sua visita á capitania em 1549, parecendo-lhe os índios melhores de índole que os pseudo civilizados. Na carta que enviou no ano seguinte ao padre mestre Simão Rodrigues, alude a um episódio mal conhecido, quando encontrou em Ilheus e Porto Seguro gentio da casta dos Tupi-

niquim, mais manso em aparência que o da Bahia, que se mostrava amigo e contava cerca de 20 ou 30 cristãos, alguns *batisados por Certos padres que mandou a boa memoria de El-Rei Dom Manoel a este paiz, os quaes Padres foram mortos por culpa dos mesmos Christãos, segundo ouvi*. Seriam os franciscanos de que trata a crônica baiana, capelães de navios que além de batizar mamelucos e casa-los com reinos, também catequizaram alguns índios? E' difficil averiguar, parecendo que houve fantasia, exagero ou engano na informação ao jesuita, que por sinal, não voltou a citar o caso. A importância, entretanto, da carta, rezide mais do que nessas informações, no quadro moral da povoação, onde aparece o defeito incuravel da colônia, origem de todos os malentendidos entre administradores e administrados, leigos e religiosos, brancos e índios, reinos e mestiços, a semear contendas emanadas da falta geral de recursos, *casa onde nã ha pão, todos gritam e ninguem tem razão*.

A capitania padecera as conseqüências da falta de diretriz espiritual e moral onde não havia jesuitas, desprovida de mestres para a mocidade, e guias para os adultos. Fazia pouco tempo que se tinham retirado da região os dois frades italianos, e o resto da cleresia do lugar não se diferenciava muito dos povoadores, com atitudes semelhantes, próximos uns dos outros, pertencentes ao baixo clero, e daí, incapazes de corrigir defeitos que partilhavam. Encontrara Nóbrega muitos reinos em miseráveis condições, que, *se têm casado com as Negras da Terra*. Outros preferiam voltar ao reino, recusando os jesuitas nas confissões:

“Absolve-os (ainda que tenham filhos) por se terem casado em Portugal e antes muito os reprehendemos nas predicas. Si El-Rei determina aumentar o povo nestas regiões, é necessario que

venham para se cazar aqui muitas orphãs e quaesquer mulheres ainda que sejam erradas, pois tambem aqui ha varias sortes de homens, porque os bons e ricos darão o dote ás orphãs.

O trecho acima encerrava com notavel sabedoria o programa mais condizente com a sociedade em início preferivel ás complicadas resoluções do conselho de S. A. baseadas em regras europeas, costumes peculiares ao reino e desconhecimento das verdadeiras condições da colônia. A licença reinando onde os brancos eram poucos, e os índios numerosos, não contribuia para aumentar a virtude de possíveis casadoiros, descrevendo-os o padre, *Nesta terra, todos ou a maior parte dos homens, têm a consciencia pesada por causa dos escravos que possuem contra a rasão*, isto é, contra as disposições vedando cativar gentios a não ser em guerra justa (não raro por eles mesmos provocada), e outros casos parecidos, *além de muitos que eram resgatados aos paes*. O gentio estava sequioso por obter objetos de ferro, que para eles fôra uma revelação e se mostrara da maior utilidade, e não vacilavam em ceder gente em troca de utensílios desse metal. Procurava o jesuita persuadir aos índios ser pecado dispor da prole *salvo em extrema necessidade, como permitem as leis imperiaes, e nesta opinião tenho contra mim o povo e tambem os confessores daqui e assim Satanaz tem de todo presas as almas*. Por mais que censurasse e se esforçasse era custoso ao missionário remover o costume; parte integrante do complexo do homem que imigra; e que no século 16 ainda recebia as alterações trazidas pela passagem do equador. Com a mentalidade transformada os, *que aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes o alimento, tanto os*

*domina a preguiça, e são dados a cousas sensuaes e vicios diversos: e nem curam de estar excomungados, possuindo os ditos escravos.*

Discorria Nóbrega sobre o modo de proteger os índios, resguardando-os da cobiça do imigrante, assegurando-lhes o salário do seu trabalho, catequizando-os, convertendo-os. *E com esta base poderemos principiar a igreja do Senhor na capital onde se casariam e viveriam junto de nós Christãos.* A natureza da terra era sã, não constando haver mortes por febre, sinão de velhice, e muitos de mal galico. Podia-se conservar a saude trabalhando e suando *como faz o padre Navarro*, e ajudar as digestões com uma erva, cujo fumo também sanava outros males corporaes, taes como, *a fleugma do estomago*, mas, *Nenhum de nossos Irmãos a usa e nem assim os outros Christãos por não se conformarem com os Infieis, que muito a apreciam. Teria della precisão por causa da humanidade e do seu catarrho, mas abstenho-me considerando non quid mihi utile est sed quod multis ut salvi fiant.* Andava mui acertadamente o apóstolo, pois o fumo não é das cousas mais acertadas para as vias respiratórias, e como sempre, a virtude acompanha a boa hygiene. Menos facil de corrigir era a nocividade dos clérigos existentes na terra. Entre eles havia péssimos elementos, com todos os defeitos dos povoadores, e mais alguns próprios. Um deles (tratar-se-ia do tal Bezerra useiro e veseiro de andar pelos matos com gente ruim?), levou um dia um principal de aldeia a um seu inimigo em troca de qualquer vantagem, *para faze-lo matar e comer, o, que não querendo por em pratica o adversario, allegando que para tal effeito quizera apanha-lo na guerra e não por astucia, o sacerdote começou de incita-lo chamando-o vil e pusillanime por não matar o seu inimigo, tanto que o fez e o comeu, sem outro pro-*

*veito daquelle Religioso sinão que teve não sei que pouca de fazenda.*

Si os diretores de consciência eram assim podemos avaliar o rebanho que pastoreavam. Também o castigo não tardou, impedindo-os de tirar partido dos malfeitos, *Até agora os negociantes e forasteiros, escrevia Nóbrega, não têm feito fazendas com medo de serem salteados pelos Gentios*, justa retribuição pela sua cobiça e brutalidade. No conflito com os antigos habitantes das capitánias, a maior culpa cabia aos clérigos incapazes de cumprir superiormente as suas obrigações. Não seriam propriamente perversos, mas estavam quasi no mesmo nivel cultural que os povoadores, com um pouco mais de instrução litúrgica, e talvez menos compreensão da natureza humana, como é comum entre religiosos. Vivendo á margem das atividades dos habitantes de uma cidade ou aldeia, mostravam na metrópole ou na colônia, o vinco do seminário, onde desde cedo tinham sido apartados da existência comum. Por força das circunstâncias, a sua psicologia tinha que ser mais rudimentar nas suas análises que a de um homem experiente do bem e do mal. Neste ponto é que se manifestava sobre os simples clérigos a superioridade de muitos jesuitas, que antes de envergar a roupeta tinham percorrido terras e mares provando as grandes e misérias do mundo. A crónica da Companhia de Jesus no Brasil é pródiga de exemplos de ingressos no grêmio que traziam para as missões o conhecimento adquirido em longos anos de jornadas pelo sertão, na lida com brancos, mamelucos e índios, ad instar de um moderno padre Serafim Leite quando viveu na Amasônia. E, ao passo que o clérigo ou povoador proletário, enxergava no índio apenas um instrumento de trabalho, o jesuita o tinha por creatura de Deus como os demais habitantes da América, vendo

nele um elemento para realizações futuras *ad majorem Dei gloriam*. Acresce observar, não comporem os clérigos lançados no Brasil, a nata da condição, porquanto dizia Nóbrega, *os sacerdotes que cá havia estavam todos nos mesmos peccados dos leigos, e os demais irregulares, outros apostatas e excommungados*. De sorte que, não se devia admirar que tivessem mais, *officio de demonios que de clerigos: porque além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Christo*, ou a igualdade dos cristãos perante o Salvador, e dizem publicamente aos homens que lhes é licito estar em peccado com suas negras (inídias) pois que são suas escravas e que podem ter os salteados, pois que são cães. Outra fonte de contendas entre jesuitas e povoadores era o delicto de barreguice, por não admitirem os padres que os portugueses reunissem serralhos de beldades silvestres para o seu uso e desfastio, devendo continuar, sob pena de incorrer na ira celeste, nos mesmos princípios católicos que praticavam no reino.

A carta do apóstolo reçuma o pessimismo que dele se apoderou ante o triste espetáculo que lhe foi dado presenciar na capitania; o clero tão mal escolhido, os brancos sem direção, o poder civil infenso aos missionários, a ponto de considera-los impecilhos ao aproveitamento da colónia; e em mil nascentes de amargura espalhadas pelo seu caminho. Obstáculo algum, teve, contudo, o dom de o desanimar, pelo contrário, parecia Nóbrega sorver forças das dificuldades que se lhe antepunham. Mas, percebia não ser possível levar a bom termo a obra de catequese, fazendo do gentio espirita primário um cristão consciente, avesso á prática do mal e capaz de obras úteis, como qualquer branco, talvez até mais perfeito, por não estar ervado pelas injustiças sociaes que na Europa dividiam a so-

cidade em castas iníquas. Das *Cartas Edificantes* em que veêm descritos os trabalhos dos missionários, e os resultados obtidos em agremiações, onde o homem voltava á pureza primitiva desejada pela igreja, orijinará-se mais do que qualquer outra causa os grandes movimentos humanitários dos séculos 17 e 18, visando impor uma nova ordem política e moral ao mundo. Encontravam os enciclopedistas, e outros filósofos, nos relatórios jesuíticos, a comprovante das suas teorias, mais fundamentada e desenvolvida do que em as narrativas quasi sempre fantasiosas de viajantes antigos. Uma redução de padres nos confins da América, era experiência concreta, com alcance muito maior que as utópicas descrições de um Lahotan, ou do informante de Montaigne sobre índios do Brasil. Na opinião de Nóbrega a tarefa destinada a Companhia de Jesus estaria mais perfeita arredada de contáto com europeus corrompidos, e nesta carta de 1550 escrevia, *quanto mais longe estivermos dos velhos Christãos que aqui vivem maior fructo se fará*, já amadurecendo em Porto Seguro na mente do apóstolo, a ideia levada a efeito mais tarde no sul, em repúblicas teocráticas, de resguardar o índio de brancos, mamelucos, funcionários militares, civís e eclesiásticos, afim de poder catequizá-los como ansiava a Companhia de Jesus.

\* \* \*

Pouco depois desta carta, outros padres apareceram em Porto Seguro e procuraram remediar a situação, agravada pela cisânia entre povoadores, campeando pela povoação ódios que ás vezes terminavam tragicamente. De uma feita, multiplicaram-se incêndios criminosos, em que parte da vila ardeu, com mortes e graves prejuisos. Por acaso escapou a casa de certo ho-

mem, *com fama de rico e de mau viver*, escreve o padre Navarro, o qual se gabava da incolumidade. No dia seguinte, porém, conseguiram os desafetos reduzi-lo ao estado dos outros, queimando-lhe a pousada, que se perdeu com o recheio sem ser possível salvar coisa alguma, nem se descobrir os autores do crime. Não obstante, a despeito do lamentavel quadro oferecido pela capitania, puzeram os padres mãos á obra, no afã de serenar os ânimos, começar a instrução dos rapazes brancos e a catequese do gentio. A séde da missão estabelecera-se junto da capela de Nossa Senhora da Ajuda, situada entre duas ou tres povoações, que o padre Ambrósio Pires julgava bastante, *exposta aos perigos das guerras que repetidas veses movem os Imdios que são innumeraveis contra os Christãos*. Gabava o sítio alto e salubre, côm formosa vista sobre o mar, *ha só a inconveniencia de estar separado pelas guerras que já tres vezes succedeu*, e no entanto a escrevia em 1555, nos alvares da capitania! O lado do mar onde os portuguezes se viam encurralados era justamente o menos fertil, e não ouzavam os povoadores procurar as terras melhores, que de longe vislumbavam, devendo se manter onde a gleba, *Uma vez lavrada depois de dois anos ou tres de colheita, deixam-na por esteril e inhabil para dar mais nada*.

Alguns habitantes mais instruidos, compreendiam por fim a importância do auxílio que lhes trazia o missionário, em que podiam cegamente confiar, por ser dirigente de escol, incansavel operário na obra de amansar o gentio, apaziguar a discórdia interna e proteger a capitania quando se desvaneciam esperanças no auxílio do reino. Entretanto, a fraquesa das autoridades, e o relaxamento dos costumes, semeavam desordem que lhes dificultava a obra e desorganizava

a capitania. Em 1566 escrevia o padre Antônio Gonçalves de Porto Seguro, haver povoadores que, *mais de 40 annos... não se confessavam... vivendo muito tempo amancebados, cousa que nesta terra é tão commum, asi a solteiros como a casados, que quasi se não extranha, por a terra ser em si aparelhada para os taes peccados, e o Gentio da terra andar nu e ter pouca resistencia pera os que as commettem, mas antes, em lugar de lhes resistirem, os vão buscar a suas casas. Por aqui verão que terão de se apartar dos taes peccados.* Infelizmente o derrame de luxúria ao invés de concorrer pela miscigenação em aculturar a capitania, era um reflexo do mal que provocava crises como a dos incêndios propositaes, e o infinito cortejo de desgraças decorrentes, facil de avaliar. Custava, neste ambiente, manter o socego da terra, cujo futuro dependia do amañamento do gentio, ou melhor, dos gentios tupí e tapuia, diversos entre si, que apresentavam problemas vários e de complicada solução. Rêcorriam no caso os mestres, aos orfãos de Lisboa, que deviam, em teoria, substituir o péssimo exemplo dos brancos por outros mais edificantes. De fátô, a sua idade permitia contáto mais rápido com a juventude gentia, embora trouxessem consigo insídias. Os que foram para Porto Seguro, informa Serafim Leite, deram que fazer, porquanto a terra era pobre, e não havia bastante meios para os sustentar, nem remédios, quando caíam doentes numa região ainda asselvajada. Sobretudo, houve o perigo das doenças espirituaes, porque escreve o padre Ambrósio Pires, *as mulheres andam nuas e são tão ruins que andão atraz estes moços para peccarem com elles e enganam-nos e elles facilmente se deixam enganar.*

Os esforços dos padres igualmente se perdiam pela má vontade encontrada de princípio entre bran-

cos, fossem administrados ou administradores contrariados pela proteção dispensada pelos inacinos ao índio, até quando dois fatores principaes se encarregaram de modificar este sentir. Um era a necessidade de instruir os filhos — e no tempo ninguém o poderia fazer melhor que o jesuita — segundo, a hostilidade dos gentios, que os colocava na situação dos habitantes de praça sitiada por inimigo implacavel. Do perigo e da presença dos missionários, acendrará-se o zelo religioso, que os padres aproveitavam para manter unidos os portugueses ante os perigos que os ameaçavam. Homens dos principaes da terra, que antes davam o peor exemplo, emendavam-se e mudavam de vida, como succedeu ao genro do capitão de Porto Seguro de que fala Vicente Rodrigues. Tornou-se assim possivel celebrar tres solenes jubileus, em que muitos povoadores deram provas de sincera contrição “*pelos signaes das bofetadas que nos rostos se viam*”, escrevia o padre António Gonçalves, e festas na Pâscoa, em que se correram argolinhas, com foguetes e os demais divertimentos das povoações portuguezas. Paralelamente, conseguiram os padres atrair, por volta de 1573, certos Tupiniquim do sertão, que foram de primeiro repartidos em várias aldeias e ao depois, novamente reunidos pelo padre João de Melo. No ano immediato continuaram a aparecer outros do mesmo grupo étnico, obedecendo talvez mais á pressão sobre eles exercida pelos tapuia do que ao desejo de serem catequisados.

Nesse ano já podia a *Informação* jesuítica de Porto Seguro descrever a capitania em:

“duas vilas e duas povoações afora os engenhos e trapiches de Pilão (72). A principal

---

(72) cf. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, tomo IV, onde tratamos dos característicos dos engenhos quinhentistas.

destas villas é a de Porto Seguro, a qual tem 78 visinhos e terá 500 escravos. A villa de S. Amaro dista desta para a parte do sul tres quartos de légua; tem 36 visinhos e terá 220 escravos. Entre estas duas villas vae um rio grande, que chamam Cerianhaia, ao longo do qual estão as mais fazendas da terra, por ser navegavel para embarcações. Estão ao longo d'elle, 3 engenhos e 3 trapiches. Os engenhos, dois d'elles não fazem açuqueres, um por estar já todo desbaratado e o outro pouco menos; mas agora o tornam a concertar. O outro e os trapiches são os que fazem algum açuquere. Estão ao longo deste rio 4 aldeias de Indios, pequenas ainda que as tres já estão fornecidas de gente que veio do sertão. A mais pequena é huma em que temos huma Igreja de S. Mateus, que tem 96 almas. Tem pouca gente, por ser o principal dela no sertão, a buscar gente que lá tem. Desta aldeia os 60 serão cristãos, os mais deles innocentes. E' gentio este Tupinaquim de muito bom entendimento para cahirem nas cousas de Deus. Começaram a se converter na era de 73. Está esta nossa Igreja perto da maior parte das Fazendas dos Portugueses, por onde se pode fazer muito fruto na sua escravaria, havendo quem nisso entenda. Da villa de S. Amaro para o sul tres quartos de legoa, está huma povoação a qual chamão Igto-rorém. Tem 13 vizinhos, terá 100 escravos. Tem ali hum engenho. Este não faz agora assuquere, por falta de gente. Alem desta povoação, legoa e meia para o sertão esta huma aldeia com honesta gente, a qual se começa agora a converter. Deste trapiche, tres legoas para o sul, estão duas Aldeias; huma dellas é pequena, a outra terá

1000 almas ou mais. Destas Aldeias, huma legoa para o sul, esteve a outra villa com hum engenho que chamam Aun-acema. Este destruíram os Tapuias e nunca se mais tornou a fazer. Na villa para o norte, 3 legoas, está a povoação de Cernambitipe. Tem 28 visinhos: terá 150 escravos. Por outro nome se chama povoação de Santa Cruz, porque assim se chamava o outro lugar, onde ella já esteve, que era o engenho de Riaga, que depois foi do duque de Aveiro. Este engenho queimaram tambem os Tapuias segundo alguns dizem. Nunca mais o Duque o concertou. E assim ficou desbaratado. E' este rio de Cernambitipe mui fermoso e grande. Tem algumas agoas pera engenhos. Duas legoas desta povoação pera o sertão estão duas Aldeias. São estas Aldeias por todas 9. Terão de quatro mil almas para cima. A mais longe d'ellas está a 6 legoas de Porto Seguro. Falta a esta Capitania, pera ser boa, t'er senhor que se doa d'ella pera a pouar, porque do mais tem muito pau de Brasil e está muito perto das povoações dos Portugueses e, tirando o de Pernambuco, elle he ho melhor. Tem muitas agoas pera engenhos. E' verdade que as terras ao longo do mar são fracas, por ser antigamente mui povoado do gentio; mas 3 legoas pera ho sertão vão muito boas as terras. Os Tapuias já agora não fazem tanto mal porque teem já cobrado medo aos Portugueses".

A leitura deste documento nos faz lastimar a ausência de outros semelhantes, de épocas posteriores, que nos permitiriam acompanhar toda a evolução da Capitania. O quadro singelo que traça mostrando as dificuldades interpondo-se aos passos dos

portugueses, as provações que padeciam, o auxílio que lhes traziam os missionários, os recursos com que podiam contar e os estorvos á sua actividade é dos mais pormenorizados e instrutivos. Toca o cronista num interessante ponto da economia colonial litorânea, da maior importância no surto assucareiro do momento, quando os produtores não dispunham de estradas carroçáveis para a exportação. *Tem muitas agoas pera Engenhos*, é a frase que ocorre na pena do autor da *Informação*, ou seja, facilidade pelas comunicações fluviaes de arrotear a terra, assim como feracidade das mesmas. Rios e riachos não só umedeciam as glebas e favoreciam as culturas, como facultavam o transporte do que produziam até a nau que devia leva-lo a Europa, lembrando a velha frase da *água a serviço do assucar*. Também favorecia o embarque de pau brasil, que durante muito tempo foi a fonte mais segura das rendas da capitania (73). Antigamente, nos diz Gabriel Soares, a parte do litoral de primeiro conhecida pelos portugueses, era povoada de Tupiniquim, que senhoreavam do rio de Camamú até o do Cricaré, tendo alguns dos mais antigos povoadores brancos, passado da velha vila de Santa Cruz para as margens do rio de Sernambitiba, num sítio não muito distante porém mais salubre. Meia légua depois do rio de Santa Cruz elevava-se o engenho de João da Rocha, defronte aos arrecifes baixos. Entre eles estava a barra de Porto Seguro, *por onde entram navios de sessenta toneis; e se é navio grande, toma meia carga em Porto Seguro e vae acabar de carregar em Santa Cruz*, segundo o mesmo cronista. Daí á vila de S. Amaro medeava uma légua (as distâncias são de Gabriel Soares), *onde está um pico mui alto em que está uma hermida de*

---

(73) v. vol. XII dos *Documentos Históricas* e XXXVII *idem*.

*N. Sra. da Ajuda, que faz muitos milagres. De Santo Amaro ao rio de Tororam é uma legoa, onde está um engenho que foi de Manoel Rodrigues de Magalhães e junto a este engenho uma povoação que se diz de S. Thiago do Alto, em o qual rio entram caravellões. A seguir cita o cronista o engenho de Gonçalo Pires, no rio Urubuguape, distante uma légua do rio do Frade por se nelle afogar um, talvez o italiano de que fala Nóbrega. Do Rio do Frade ao de Juhacema são duas legoas, onde esteve uma villa que se despovoou no anno de 1564 pela grande guerra que tinham os moradores della com os Aimorés. Neste lugar esteve um engenho, onde chamam a ponte de Corumbabo.*

Daí por deante, continua a descrição de Gabriel Soares, sem mais referências a engenhos até chegar á capitania de Espirito Santo, embora escrevesse no fim do século 16 relatando fatos sucedidos muito antes. Parece, através dessas informações, que a hostilidade dos Aimoré já tinha afetado gravemente a capitania. O padre João de Azpilcueta Navarro descreve a bravura de que davam mostras antes que a *Informação* pudesse asseverar tivessem cobrado medo dos portugueses:

No outro dia fomos por entre uns Indeos que chamam Tapuyas que he huma geração de Indeos bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nus, com os cabellos compridos como mulheres; a sua falla he mui barbara e elles mui carniceiros e trazem as frechas hervadas e dão cabo de hum homem n'hum momento. Pera passar por entre elles, juntamos muitos dos que estão em paz comnosco, e passamos com espias adeante com muito perigo. Hum Indeo que vinha comnosco... passou adeante um tiro de besta dos Brancos, e de subito veio huma ma-

nada de Tapuyas, que, despedaçando-o, o levaram em quartos, e com este reseio, nem os Brancos, nem os Indeos ouzaram, de então por diante, apartar-se do caminho, pelo qual soffreram muita necessidade até de agoa”.

Os outros, de orijem Tupí, eram melhores de índole, mais acessíveis e cordiaes. Certa vez, quando o padre Fernão Cardim se aproximava de Porto Seguro mais alguns companheiros, em que se destacava um missionário da Companhia, com setenta anos de idade, foram recebidos com danças de meninos índios, todos empenados, arvorando cocar, aração e mais atavios de penas pelo corpo, que os tornavam, *“mui lustrosos, e faziam suas mudanças, e invenções mui graciosas”*. Dalí voltaram para a vila de Porto Seguro, sendo surpreendidos no caminho por uma selvícola que descia de um monte, *“vestida como ellas costumão”*, trazendo salva de porcelana da Índia cheia de queijadinhas de assucar, dizendo que os mandava o seu senhor ao provincial Anchieta, *que vinha atraz com as abas na cinta descalço, bem cançado; é este padre hum santo de grande exemplo e coração, cheio de perfeição, desprezador de si e do mundo; huma columna grande desta provincia*, relata Fernão Cardim a propósito dos feitos que o padre Joseph realizava no Brasil apesar de fraco e enfermizo.

E' curioso encontrar, no correr desta narrativa, referências a objéto luxuosos, perdidos em lugares como as vizinhanças de Porto Seguro, onde o maior anseio dos habitantes era desamparar o sítio ameaçado pelos Aimoré. Depois de bandeja da Índia (mais propriamente da China, porque os antigos lhe davam uma designação genérica proveniente do transporte feito na *carreira* daquela região), cita Cardim o retá-

bulo da Anunciação que ornava a igreja de Nossa Senhora da Ajuda, *maravilhosa pintura e devotissima*. Não menos era o crucifixo estante na Misericórdia, da estatura de um homem, *o mais bem acabado, proporcionado e devoto que eu vi*, escreve o padre Cardim, *e não sei como a tal terra veio tão rica cousa*. Seriam objéto trazidos pelo primeiro donatário, de infeliz memória, e por ele colocados nas capelas que mandara edificar? Não dizem os cronistas, mas objéto de tão subido preço deviam vir de gente rica e interessada na capitania.

Nas solenidades religiosas celebradas em 1555, por ocasião do dia de S. Pedro, deparou-se ensejo para os jesuitas mais uma vez patentear o seu gosto e engenhosidade em preparar encenações que impressionavam o povo, mesmo em difíceis condições, num sítio quasi desprovido de recursos. Narra o padre António Gonçalves como decorreu a semana santa num edificio de cantaria á moda de Portugal, *com dous arcos que lhe davam muito lustro*, o Santíssimo Sacramento em uma charola ricamente ornada com todo o ouro que na terra fôra possível achar (provavelmente as arrecadas emprestadas pelos habitantes, pois jasidas lá não havia), com altos degraus de sedas multicores, emprestadas pelos padres, tudo junto de figuras de Nicodemus e de Joseph de Arimatea. Essas cerimônias davam bom resultado na conversão do gentio, principalmente porque, *athé agora não tratamos com o Gentio forro sinão com a escravaria, por estarmos poucos e não se poder acudir a tudo*, escrevia o padre António Gonçalves.

Em Porto Seguro, como alhures na colónia, o grande obstáculo empecendo os habitantes era falta de recursos do reino, causa maior, quasi única, dos males afligindo leigos e missionários, e responsavel pelo

atraso das capitánias e da sua insegurança. A esse respeito escrevia o padre Navarro, que a terra era povoada nas margens dos rios por *diversissimas gerações (tribus)* de índios mui barbaros e crueis, cuja língua ele não entendia, apenas familiarizado com os Tupí do litoral. A região lhe parecia muito própria para culturas, *plana e fermosa*, e por disporem os índios de grande quantidade de víveres. Abundavam frutas dos campos e das matas, e pescado do mar visinho, ou dos rios e lagoas. Para pescar quando havia necessidade, ajuntavam-se uma ou duas tribus e iam *embebedal-o*, escreve o padre, aludindo ao processo de lançar na água um estupefaciente vegetal, que adormecia os peixes e os trazia á tona, *e assi tomão tamto que veem depois a feder-lhes em casa*. Por sinal, que de outro modo, custaria apanhar o Piray, capaz de seccionar com os dentes o cordão de um anzol com mais facilidade que um homem armado de navalha.

Pelo caminho que o mesmo padre teve de trilhar para ir a Porto Seguro, encontrou malocas de tupis pacíficos, ou pelo menos familiarizados com os brancos, que lhe deram algum agasalho. Eram miseráveis pela imprevidência, comendo em comum o que quotidianamente caçavam e pescavam. Inda assim, ou por este motivo, demonstravam extraordinário pundonor, e caso um deles viesse a sofrer a menor injúria por parte de estranhos, tomavam-se de verdadeiro delírio de vingança. Escrevia ainda o padre, *Si mostram algum amor aos Christãos, é por cobiça que teem das suas cousas, e tanta que, quando lhes não veem outra cousa, lhes tirão os vestidos e depois lhes dão de comer com a condição de que arranquem as pestans e as barbas como elles, e vão caçar e pescar juntos*. Imaginemos a impressão que ficaria a um reinol de uma visita á índiada, vendo-se despojado da roupa, tendo

de se depilar muito mais dolorosamente que os índios, por ter o sistema piloso mais desenvolvido, e ao depois, ir pescar nú e voltar perdido de picadas de pernilongos e borrachudos! Forçosamente o encontro não havia de estreitar relações nem intensificar simpatias, caso não provocasse rancor e sêde de vingança. O couro do índio era diverso da pele do branco; suportava melhor os incômodos com que estava familiarizado, caçando e pescando sem grande sacrificio em meio de insetos ou de espinhos. Mesmo durante as secas havia caça onde a floresta á beira da água protegia a terra, noticiando Navarro as reservas venatórias da região, que se compunham,

assim de animaes. como de aves: ha huns animaes que se chamão antas... Tambem ha muitos porcos monteses e outros animaes que têm huma capa por cima á maneira de cavallo armado; ha raposas, lebres e coelhos... muitas castas de macacos, entre os quaes huns pardos com barba como homens... veados, gatos montezes, onças, tigres e muitas cobras, entre as quaes huma ha que têm no rabo huma cousa á maneira de casca-vel, e tambem sôa, e quando topão alguma pessoa bolem e fazem soido com elle, e si a certa de se não apartar, mordem-n'a e poucos escapam dos mordidos... Ha humas aves que são como perdises: outras como faisões, com outras muitas diversidades: tambem vi em poder dos Indios dois abestruzes.

De permeio era dado ás vezes, aos missionários, presenciarem nas brenhas caçadas diferentes do cavallo armado e dos macacos com barbas veneráveis. Narra o padre Aspiciuelta Navarro o triste episódio da

menina tapuia que encontrou entre os tupís, amarrada no meio do terreiro da maloca, prestes a ser devorada pelos contrários. Dirigiu-se a ela o bom do jesuíta, mas não conseguiu ser compreendido porque a infeliz pertencia aos de *lingoa travada*, e pela mágoa que transparece da narrativa, nada conseguiu Navarro para salva-la do bárbaro costume daquele ermo. A ferocidade de tupís e tapuias, os freqüentes malentendidos com os "Christãos", as dificuldades de explorar a capitania pouco visitada pelas naus transoceânicas, concorriam em isolar Porto Seguro, que aos poucos imergiu na longa modorra que foi o seu apnágio por quasi quatro séculos.

\* \* \*

As vicissitudes dos personagens que aí viveram, e de que temos notícias, são indícios da situação geral em que os elementos mais ativos contagiavam-se com a sonolência da terra ou preferiam emigrar. Aparece nos fastos da capitania contemporaneamente aos missionários um homem estranho chamado Felipe Guilhem (74). Em Porto Seguro mais do que em Ilheus exerceu a sua atividade (razão pela qual deixamos o estudo da sua pessoa para este capítulo), em que revela o saber armasenado nas rudiarias de Espanha e Portugal, impellido para regiões longínquas pela congênita inquietude dos seus correligionários. De começo companheiro de Franco Romero, na capitania de Francisco Coutinho, torna a resurgir na de Tourinho, á cata de ouro por conta del-rei. Parece que se trata do primeiro mineralogista a prospectar no Brasil, onde teria

---

(74) Grafamos de acôrdo com a pronúncia castelhana, muito apreciada pelos portuguezes coevos, assim como pelos atuais descendentes do cristão novo.

aplicado a experiência e certos conhecimentos científicos de que dispunha, em que entravam curiosidade, fantasia e principalmente, ambição de melhorar a vida. A descoberta de jazidas era a preocupação dominante da monarquia, esperançada de que lhe revigorasse as finanças, saldasse compromissos e proporcionasse armas e adesões, como o Potosí valera ao imperador e ao seu filho El Papelero. Assim sendo, a missão de Guilhem assumia primordial importância, pois as outras atividades brasílicas eram subsidiárias; o corte de pau de tinturaria, a lavoura de cana, a mandioca, o milho e o algodão, apenas elementos destinados a auxiliar a pesquisa das minas, tendência a persistir ainda depois que o assucar derramou aos pés do trono os milhões que nunca esperara, do único trecho do mundo em que a gente lusa parecia intentar um esboço de colonização.

Felipe Guilhem fôra nomeado em 1527 veador e avaliador de drogas das casas da Índia e Mina. E' o primeiro documento certo que temos sobre a sua pessoa, menos comprovadas as demais notícias que encontramos. As outras asseguram que era castelhano, do porto de Santa Maria, no sul da península, de onde se fazia ativo comércio com regiões distantes, levando-lhes mercadorias espanholas, e recebendo em troca desde especiarias até negros para trabalho. Outros dados dizem que tinha a profissão de boticário, provido de luses sobre história natural, maiores que o comum dos seus colegas judeus e cristãos. Havia também um tal Luís Guilhem, físico em Lisboa no ano de 1524, que poderia ser parente seu, e a causa da vinda de Felipe a Portugal. Este pormenor não está averiguado, sendo mais provável relacionar-se a mudança do cristão novo para o reino visinho, com as drogas do monopólio português de gêneros exóticos. Por

volta dessa data recebeu Guilhem o cargo para o qual eram necessários requisitos especiaes, e, como que a confirmar a sua variada competência, foi logo no ano seguinte distinguido com vencimentos de 25.000 reis anuaes, bastante elevados para a época e o meio. Especificava D. João III no mandado que era para ensinar a quem ele mandasse o uso de instrumentos inventados por Guilhem para tomar o sol a todas as horas, assim como a altura do polo.

No passo, quando tudo parecia correr bem, ocorreu-lhe um pequeno acidente. Vimos a conhece-lo pelo memorial que apresentou a el-rei, onde procura desculpar as imperfeições de seu instrumento, visto estar preso e não dispor de muitos recursos no cárcere para monta-lo convenientemente. *No fim pedê duas mercês, comenta Sousa Viterbo, a primeira que o mande libertar; a segunda que o favoreça para lhe dar ocasião, de mostrar cousas nunca vistas. Hiperbole, que denuncia um carater.* O rei anuiu ao desejo, curioso de ver o que nunca dantes ninguém vira, louvável intento a demonstrar que S. A. não se descurava de tudo que pudesse concorrer para a grandesa da marinha lusa. Redigiu a propósito, o satírico Gil Vicente, trovas em que motejava Guilhem:

“A’ muchos hizo espantar  
Vuesa prospera fortuna  
Pues nunca vistas la mar  
Ni arroyo ni laguna”.

Outros diziam que tendo o boticário praticado perante Francisco de Melo, considerado o melhor matemático do reino, e uma junta, reunida para examinar-lhe a invenção, *Todos approvãõ a arte por boa.* Lembrou-se porém D. João III de chamar do Algarve

a um Simão Fernandes, grande astrólogo (como se dizia por astrónomo) e matemático, homem de experiência e não apenas teórico, vendo-se Guilhem em taes apuros que abandonou tudo para fugir rumo á Espanha. A denúncia de um indivíduo a quem se confiara, fez com que fosse preso em Aldeia Galega, montado num cavalo de posta. Não podemos afiançar si o fáto pertence ou não ao "mexerico", que se exercia copiosamente sobre o pseudo inventor, excéto num ponto, onde se fala no estro do satirisado, porquanto os seus poemas figuram desde ha muito em coletâneas espanholas do gênero trovadoresco.

As outras informações que temos sobre Guilhem provêm dele mesmo. Na carta que escreveu a el-rei do Brasil em 1550, diz que para aqui viera por sua ordem no ano de 38, e se fixara na capitania de Ilheus, *que ajudava a governar*. Fôra busca-lo Tomé de Sousa para que o auxiliasse na Bahia, ou mais provavelmente, para que o informasse sobre minérios. Na mesma missiva, diz que pedira ao governador licença para em certos dias pesquisar ao longo de *lonbadas e penedias*, tendo achado espécies de marcassitas, suspeitando, *em toda esta costa do Brasil a algum metal que o sa falta nesta baya (sic)*. Prometia ainda no entrar do verão partir com a baixa das águas á procura de jasidas, excuzando-se de não ter feito antes porque, *aqui esteve o ouvidor ocupado em fazer o caminho da ribeira pera a cidade*. Participa igualmente que depois da ida desse funcionário para "as capitancias de baixo", incumbira-o Tomé de Sousa de um cargo *na justiça por ser o mais velho na terra e o mais experimentado aynda que nam tam sabedor como a tal carego cunpre confio de mim*.

O diabo do homem era tudo, mineralogista, astrólogo, jurista, botânico, matemático, mecânico, físico,

boticário, administrador, feitor, poeta e mais cousas que não sabemos, verdadeira enciclopédia a serviço das autoridades coloniaes. Devia dispor, de fáto, de alguns conhecimentos, não piores que os de muitos sábios da época, em que o natural facilmente se misturava com o sobrenatural, quando se manifestava nos países católicos tendência para estudos experimentaes sob influxo dos colégios jesuitas e outros. Deveria, contudo, ter prestado serviços, pois, é improvavel, que um homem como Tomé de Sousa, por sinal infenso a cristãos novos, nomeasse Guilhem provedor de Porto Seguro, si não lhe merecesse confiança. Nos registos do Santo Officio encontramos uma denúncia contra ele do padre Antonio Dias, cuja opinião tem valor por se tratar de elemento da Companhia de Jesus. Ouvira dizer o eslesiástico em Porto Seguro por outro padre Bras Lourenço, que Felipe Guilhem quando se benzia era a poder de figas, gesto reputado como indecente pelos portugueses quinhentistas. Ao lhe interpelarem qual o motivo, desculpava-se dizendo que tinha o polegar muito comprido, e que por isso se lhe fazia na mão figa involuntária, o que nós parece bem pouco convincente. Diziam, para mais, os habitantes da capitania, que na táboa onde costumava descansar os pés, tinha por baixo desenhada uma cruz, alegação sugeita a enganos, ou confusões, porquanto Guilhem sabia ao que se arriscava assim procedendo, por ser atilado, esperto, e, acima de tudo, inteligente. Preferimos de qualquer maneira não aventar suposições, pois tantos são os doestos infundados que ás vezes aparecem nas denunciações, como inversamente, temos naqueles registos exemplos de suposta iconoclastia, e assim sendo, convém nada afirmar. Havia de ser precavido o funcionário que recebera a ordem de Christo, e mais nomeações que honravam a quem

as recebia, e davam ensejo a melhoria de existência. Acontece, que o boticário enviudara no mesmo ano em que viera para o Brasil, onde também perdera um filho varão, restando-lhe tres filhas, das quaes a mais velha tinha apenas dezessete anos, *sem amparo nem remedio algum mais que o de Deus.*'. . *Asi pera as remediar como pera eu cá não morrer de fome antes de tempo e ter que onestamente vestir*, desejava receber os vencimentos atrasados da sua tença. Tudo isto não iria desprezar deliberadamente, lançando a prole em maior infortúnio.

Nos documentos administrativos de Porto Seguro constam vários mandados com o seu nome. Em 1552 ocorre um a respeito de se providenciar para a arrecadação dos haveres do padre Manoel Colaço, feitor do Duque de Aveiro, morto ab intestado. No mesmo ano era Felipe quem recebia 50\$000 de tença por ordem do provedor mor, ao feitor de Porto Seguro, de nome Pero de Pina. No ano seguinte regista-se novo incidente; mandava o provedor mor ao feitor e almoxarife, *que sendo caso que Felipe Guilherme Provedor da dita Capitania se fosse livrar a Bahia dos casos, por que estava preso, ou por outros*, servisse de substituto ao indiciado na provedoria. Qual teria sido o deslize? Presupomos que experiente e esperto deveria ter-se livrado do aperto como já o fizera em outras ocasiões. Em 1554 passava-lhe o provedor mor procuração em Porto Seguro para que fosse apreendida a artilharia miuda mandada a um tal João Barbosa, feitor de Cristovam Paes, por não ter sido paga á fazenda os régios direitos. A providência demonstra pela data, que o cristão novo estava reintegrado no cargo, e voltara a exercer funções de confiança. A repetição das temporadas passadas pelo omnisciente cristão novo nas pensões do governo, tanto no reino

como na colônia, não deixa de causar espécie, o que parece demonstrar nem sempre Guilhem seria muito escoreito nas suas relações com os dinheiros públicos. O seu prontuário traz visitas ao cárcere de S. A. e dos donatários, pelos *casos por que estava preso ou por outros*, que soam mal, afigurando-se a longanimidade do governo, vir da crença espalhada pelo próprio boticário de que era perito no que mais preocupava autoridades régias e particulares.

Estava Tomé de Sousa persuadido como todos, de que havia ouro em grande quantidade no interior do Brasil, e envidava esforços para descobri-lo, ajudado por jesuitas, povoadores, índios e mamelucos em obediência ás instruções del-rei. Incumbira a galé comandada por Miguel Henriques, que levava por comitre o piloto da costa Pedro Rebello, de subir rios na *direcção donde ficava o Perú*, aventura que terminou pela perda da embarcação e dos seus tripulantes. Voltam novamente referências ao cuidado na carta de Duarte de Lemos, capitão de Porto Seguro e das forças reunidas no ano de 1550, com fito de realizar entradas. Na carta localiza Porto Seguro, *como está na comquysta de V. A. todo e a mór parte que vae do Perú, e que está nesta altura de dezessete graus que he aonde esta capitania está*, partilhando a crença geral, semelhante a que hoje existe sobre o petróleo e outras riquezas naturaes. O governador annunciava por sua vez, que ia proseguir na pesquisa de jazidas com muito tento, para evitar perdas de gente e de fazenda, e que *por muito madruguar não he que havia de amanhecer mais cedo*. As novas sobre o ouro esquentavam-se cada vez mais, no dizer de Tomé de Sousa, e para isso devia concorrer o técnico Felipe Guilhem. O antigo boticário informava el-rei:

E porque senpre meu yntento foy inquirir e saber as estranhas cousas deste Brasil e ver se poderia achar caminho pera se a terra seguramente correr, o primeiro ano que a esta baya (sic) cheguey me dixerom que por Porto Seguro entravão pela tera a dentro e andavam la cinco e seis meses, pella qual rezam me foi a Porto Seguro e tirey hum estromento que mandey a V. A. desejando seu favor pera buscar e dar maneira como fosse descobrir has minas douro que hos negros (indios) deziã que avia, do qual fiquey muito triste em nam ver recado nem madado de V. A. temdolhe escrito sempre per todas as vias e navios que pera o reino yam. . . Sucedeu agora que este março pasado vierõ a Porto Seguro negros dos que viuem junto de hũ gram rio, alem do qual dizem que está hua sera junto delle que resprandece muito e que he muito amarella, da qual serra vão ter ao dito rio pedras da mesma cor, a que nós chamamos pedaços douro, que della caem, e os negros, quando vão a guerra polla banda de aquem, apanham do dito rio os ditos pedaços, de que dizem que fazem gamellas pera nellas darem de comer aos porcos, que pera si nam osam fazer cousa algũa porque dizem que aquelle metal èdoença, pella qual rezam não osam pasar a ella e dizem que muyto temerosa por causa de seu resprandor, e chamãolhe sole da terra.

Esta é a primeira notícia que nos chega sobre as serras brasileiras resplandecentes de metaes e pedras preciosas. Nascera produto da colaboração de índios e europeus, como a lenda das Amasonas e a do Eldorado, em que intervinham reminiscências da Terra-

sem-Males, e outras mais pouco estudadas constantes em narrativas de sertanistas. Um pouco além, reza a mesma carta, que a população nada ouzara fazer sem licença de Tomé de Sousa, o qual *demandou meu parécer*. Respondeu Guilhem julgar preferível o verão, e, *Elle esteve determinado pera me mandar ao descobrir*, por necessitar, diz o missivista, de pessoa prudente, experiente e que soubesse naqueles sertões infindos tomar a altura do sol como si estivesse em pleno oceano. Era preciso outrossim, um perito em mineralogia, para *olhar a disposiçam da terra, e o que nella ha, porque sem duvida a lla esmeraldas e outros pedras finas*. A despesa seria pequena, consistindo na mor parte em mercadorias para resgates; cunhas, facas, anzoos, pentes, *matamundos e margaridetas*, num valor de duzentos cruzados apenas. Alegou, entretanto, Guilhem, que adoecera dos olhos, provavelmente sem muita gana de se afundar no sertão, e nada se pôde rezolver, continuando assim a lenda da montanha amarela sem verificação, mergulhada no mistério propício á fantasia, que reaparece tres séculos mais tarde nas histórias populares mencionadas pelo príncipe de Wied. No termo dessas declarações, informava ainda Guilhem, que provavelmente daria Tomé de Sousa mais pormenores a el-rei, e que, em todo o caso, não acreditasse em outro, porquanto *aynda não vi nestas partes ninhū tam desejoso de o descobrir como elle por ser serviço de V. A. e saber o grande proveito que em se descobrir conciste*.

No mesmo ano e mês escrevia a S. A. Duarte de Lemos, de Porto Seguro, dando conta da expedição preparada para descer no interior das terras, de que já falámos, *Tenho vynte omens juntos pera yrem buscar (ouro) e partirão por aguosto damdo lhe Tomé de Sousa ho necessario he ho caminho poes ysto he de*

V. A. e estamos tão perto delle deve V. Alteza de mandar omens que conheção a terra domde está ho ouro porque por nenhũa terra destas partes podem mylhor yr a elle que por esta de Porto Seguro por ho gentio della estar de paz, serviço que se devia aos jesuitas e ao ouvidor Pero Borges, quando seguindo os conselhos dos padres, mandara obstar os assaltos contra os índios praticados pelos preadores de escravos. A carta acrescentava que ia como dos principaes da expedição um sobrinho do primeiro donatário, o piloto Jorge Dias, prático em tomar a altura do sol. Dava o Lemos ainda alguns pormenores acerca de resgates etc... que se assemelhavam aos da carta de Felipe Guilhem. Por qualquer motivo, talvez iminência da partida de Tomé de Sousa para o reino, demorou a organização da bandeira, recebendo em conjunto a descida outra orientação. Somente em 1554, segundo Anchieta, já no governo de D. Duarte da Costa, partiu o castelhano Bruzza de Espinosa, com algum auxílio do governador, doze homens e o padre Aspilcueta Navarro, em demanda da terra encantada (75).

E' de muito interesse na carta de Duarte de Lemos o trecho em que diz ser mais facil atingir de Porto Seguro as minas de ouro do centro da América, do que de qualquer outra parte do Brasil. Vinha o pensar das noções geográficas do tempo, que situavam a capitania na mesma latitude que as jasidas do imperador na outra vertente dos Andes. Mas faltava uma base naquella altura do litoral brasilico, pelo que, foram precisos cincoenta anos decorridos depois da bandeira ordenada por Vespúcio quando estivera no sul, e a de

---

(75) Um mandado de 1553 a Pero de Pina ordena que se entregue todo o resgate necessário á expedição de "*Espinholo e megera castelhano*". Seria alguma referência a Guilhem, que se intitulava "mege" a significar médico em castelhano antigo?

Aleixo Garcia em direção ao Paraguai (76), para ao norte se iniciarem entradas no sertão aurífero. A falta de gente e de recursos emperrando a monarquia, e a configuração geográfica do setor costeiro, eram as principais causas da demora. Não havia bastante povoadores, para rapidamente tomar posse da alongada faixa habitável, lindeira do mar do norte e nordeste do Brasil. Mais escassos ainda os meios á disposição do governo para suprir com mercenários, ou reservas materiaes, as deficiências das capitánias. Os poucos europeus que por acaso se tinham visto nas praias do sul da Bahia, descreviam a empresa devassadora como cheia de perigos, as matas próximas ocultando feras de todo gênero, desde tribus de língua desconhecida, até nuvens de mosquitos, intoleráveis pelo número. Ao se caminhar em direção sul, através de Ilheus e Porto Seguro a mancha da floresta se tornava mais densa, as margens dos piscosos rios providas de caça, prometendo na altura da capitania de Pero do Campo uma penetração mais fácil. Os vales dos rios prenunciavam a densa mata do Espírito Santo, a mais bela do Brasil, e a natureza cada vez mais diversa quando o viajante se adeantava para Capricórnio. Não se via mais raquítica vegetação a espinhar nas margens desoladas de rios adelgaçados pela estiajem, mas vastos estendões umbrosos, que reuniam bacias fluviaes num manto só de árvores frondosas, tão denso em muitos pontos, que necessitava de picadas abertas a machete para dar caminho aos expedicionários, como si perfurassem túneis nas lombadas de montanhas.

Esta primeira expedição, foi descrita pelo jesuita que a acompanhava, com dizeres mais sinceros que os do boticário, por não se destinarem a embair o próxi-

---

(76) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, çap. da expedição de Martim Afonso de Sousa.

mo. O seu companheiro, o castelhano cujo nome era grafado Brusó, Brusa ou Bruzza de Espinhoso ou de Espinosa, era antigo morador na capitania, que encontramos com a idade de 26 anos envolvido no processo movido contra o donatário. Assegurava Tourinho que lhe tinha odio, porque o obrigava a trabalhar, gizando o capitão com isto inutilizar o seu depoimento. No entanto, a linguagem Brusa nos autos era comedida, menos virulenta que a de amigos e parentes do acusado, que nos faz crer não se mostrar tão avesso a Tourinho, e daí, igualmente ao trabalho, como no-lo pinta. Grandes serviços prestara, conhecedor do hinterland e da linguagem do gentio, bem visto dos que acompanhou em trabalhosas excursões. Também o distinguiram os governadores, dizendo Tomé de Sousa que era, *homem de bem e de verdade de bons espiritos*, que se concertara com ele para descobrir minas. Os mesmos ajustes prosseguiram no governo seguinte de D. Duarte da Costa, contando então o castelhano menos de trinta anos de idade. Em março de 1554 partiu de Porto Seguro, na bandeira do padre Navarro, em que caminhou tres meses através de matas, rios e campos, recebido pelos tupís relacionados com os da costa, e por fim esbarrando com tapuias de língua desconhecida. Aparentavam-se aos feroses Aimoré de que os expedicionários tinham triste conhecimento e á vista do encontro foram obrigados a se desviarem dos campos que os selvajens percorriam, *como manadas de veados, nós, com os cabelos compridos como mulheres. . . dão cabo de hum omem num momento*, escrevia receoso o padre. Na caminhada alcançaram entre outras nascentes de rios, a do Jequitinhonha, segundo pensava Navarro, prosseguindo além do território onde havia de um lado os índios amigos, e na outra banda tribus pertencentes aos Tamoio, igualmente do

grupo Tupí, adversários porém dos precedentes, remanescendo *por todas as outras partes Tapuyas*. Para se livrarem o mais rapidamente possível da indesejável vizinhança, procuraram lavrar canoas afim de descer os rios e ir até á costa, onde após muitas peripécias chegaram ao mar. Supõe Calogeras, inspirado por Capistrano de Abreu, que o percurso teria sido por terra, no espaço desde o S. Francisco ao rio Verde, enveredando ao depois pela bacia do rio Pardo, que os expedicionários venceram até se embarcarem no litoral de volta para o ponto de partida. O resultado em todo caso foi medíocre, atribuído ás dificuldades que os tapuias levantaram aos passos dos bandeirantes, não se sabendo ao certo, nessas condições, si era o ouro que faltava, ou si fôra oportunidade em encontra-lo. Mais dia, menos dia, porém, um acaso feliz havia de proporcionar a el-rei de Portugal as pepitas, palhetas, pó e diamantes com que desde a infância lhe embalavam os sonhos.

Outras expedições foram pouco depois aprestadas com o mesmo fim, ocorrendo em 1567, 68 ou 70, ou mesmo mais tarde, pelo que reza uma denúncia do Santo Officio, nova descida de Porto Seguro. O comandante era Martim Carvalho, que depois de exercer varias funções na administração da capitania resolvera entrar pelo sertão a dentro. Não o acompanhavam as boas graças de alguns dos habitantes, porquanto pouco antes devassara a gerência do provedor de Itamaracá e capitania adjacentes, onde achara diz ele, *grandes roubos e furtos á fazenda de Sua Majestade*. Violento nas medidas que tomava, mandara prender o funcionário em sua casa até que Martim Leitão ouvidor geral, requerido por precatória, o metesse definitivamente no xadrês. Não sabemos si a história é bem essa, visto o magistrado ter motivos para não deferir, *antes lhe deo o favor e ajuda com que embarcou para essa ci-*

dade. O acusado Miguel Gonçalves Vieira, era *pessoa poderosa e muito aparentada na terra*, o que bastava no pequeno âmbito colonial para trazer muitos dissabores a quem o hostilizasse. Efetivamente, não tardou que Martim Carvalho fosse alvo das acusações comuns em Portugal, nas colônias e alhures, e ainda hoje dirigidas contra os que contrariam interesses e ambições. Denunciou João da Rocha Vicente, cristão velho, natural de Viana, que por volta de 1567, *ouviu em fama publica geralmente que Martim Carvalho... cometia o nefando... com hum mancebo per nome Balthesar Vieira já defunto, e que neste peccado pecavão na jornada do sertão que fizerão no ditto tempo em que o ditto Martim Carvalho hia por capitão e assim dizião muitas pessoas das muitas que hiam na dita jornada, o qual Martim Carvalho ouvio dizer que era mandado ao reino por este caso*. Disse mais, aos costumes, que tinha diferenças com o acusado, o que diminue o valor das suas argüições, assim como o fáto de ter desaparecido o cúmplice. Outros também repetiam dizeres parecidos mas a fonte era sempre a mesma, remontando ao tal Rocha Vicente, inimigo do tesoureiro.

A expedição inquinada por quisílias particulares de maus costumes, atravessou matas, rios e descampados, na região de onde segundo Pero Magalhães Gandavo, teria encontrado amostras de pedras verdes reputadas esmeraldas. A seíra em que as encontravam era a de Itaberaba Ussú, ou por corruptela Sabará-bussú, como lhe chamavam os seus habitantes tupís, denominação que daí por deante alvoroçou muitas imaginações. Colheram também os expedicionários cristaes e partículas metálicas em que diziam haver ouro, mas quando pensaram continuar mais longe a prospecção, apareceram cabildas de língua desconhecida, com as quaes não foi possível haver entendimento. Longe das

bases litorâneas, exgotados os recursos, ás voltas com índios ferozes, tornou Martim Carvalho e seus companheiros a Porto Seguro, depois de um percurso calculado em duzentas e vinte léguas, terminando aí a descida cuja data é incerta, não havendo segurança si precedeu ou seguiu a de Sebastião Tourinho.

Em 1561 as tres povoações que então vegetavam em Porto Seguro, viram-se seriamente ameaçadas pelo gentio. Na carta de Felipe Guilhem á rainha regente, o boticário narra o perigo e aconselha as medidas para conjura-lo. O emprego de duzentos homens de armas, e mil e quinhentos a dois mil índios, fáceis de reunir entre os comarcões da cidade de Salvador, *que biẽ se pueden hallar en el gentio de la Baya*, era de muito preferivel a pequenas forças enviadas sucessivamente contra as cabildas tapuias. A propósito, descreve o insuccesso da expedição ordenada por Mem de Sá para descobrir ouro, empreendida por Vasco Rodrigues Caldas até as nascentes do Paraguassú, na Bahia. Nessa carta, Guilhem fala na extrema pobreza dos moradores de Porto Seguro, e pede providências ao governo pois era pena perder terras tão boas, *cogido en este Brazil pocos estará en el Reyno que no lo dessen gustar y alhado sera tal esta tierra que a Portugal y a Castilha hara tanta ventaja quanta agora sin el nos haze a todos los que en el estamos con trabajos y miseria*. A causa era ter desabado sobre a capitania os chamados Aimoré, que um dia estavam num lugar e noutro além, mantendo-se de caça e frutas, atacando todas as outras gerações de índios que encontravam, como salteadores de caminho. De tal maneira acometeram as propriedades e vilas que uma delas esteve prestes a se despoivar, providenciando da Bahia o governador geral e o ouvidor Brás Fragoso, em socorre-la, conseguindo em janeiro de 1561 que os Aimoré fossem repelidos. Apro-

veitaram também a oportunidade para por as cousas da justiça em boa ordem, de maneira que não existissem mais diferenças entre os moradores, nem receio dos canibaes. Esperava Guilhem que os índios Tupiniquim, que *tiene ya*, servissem de, *escudo de nuestra defension, y otros muchos... que acada dia esperamos, com lo qual esta capitania estara segura*. O expediente, no entanto, pouco adeantaria, pois chegara para os porto-seguranos o reverso da medalha com o aparecimento da maior praga com que haviam de se haver daí por deante. A triste realidade opunha-se aos sonhos a respeito das riquezas ocultas na serra a que nos chamamos *pedaços douro... e os negros* (índios) *quando vão a guerra polla banda de aquem, apanham do dito rio os ditos pedaços, de que dizem que fazem gamellas pera nellas darem de comer aos porcos, que perá si nom osam pasar a ella e dizem que (é) muyto temerosa por causa de su resprandor, e chamãolhe sole da terra. E com esta nova esteve toda a gente de Porto Seguro, demovida ou a mais della pera yrem buscar*, escrevia segundo já citamos Guilhem á côrte.

Registando-se uma estiada na luta contra os tapuias, pôde realizar-se a bandeira de Sebastião Fernandes Tourinho. O capitão era de Porto Seguro, descendente do antigo donatário, conhecido dos habitantes, prestigiado pelo governo central, que, empenhado em descobrir metais preciosos para el-rei, saía do entorpecimento habitual. Reunida a gente necessária á jornada, embarcaram em canoas em direção ao rio Mandí, contornando a grande lagoa chamada pelos indígenas Boca do Mandí (Juparanan), e continuaram por terra até o rio Doce, num percurso de 79 léguas a pé. Tornando a reembarcar neste segundo rio, chegou a bandeira ao Acecí, e depois de vencer cerca de cinquenta léguas pelas suas margens em direção ao

sul, encontrou pedras verdes, que pareceram turquesas aos expedicionários. Na fé do gentio, que assegurava haver na serra vizinha pedras do mais fino azul e rochas entremeadas de metal amarelo, supoz Tourinho depois de caminhar mais quatro léguas, ter encontrado jazidas de esmeraldas e de safiras á beira de uma lagoa situada ao norte. Continuando a subir o rio Doce — ele não se contentava com pouco, ou não acreditava deveras no que descobria — topou com outras serras de pedras verdes, e quando de volta, descendo o mesmo rio, encontrou pedras verdes e vermelhas do comprimento de um dedo, assim como outras azues e cristaes da maior puresa, num sítio onde acreditou haver magníficas esmeraldas. Daí rumou a Porto Seguro pelo rio das Caravelas, comunicando ao governador geral Luís de Brito e Almeida os sucessos da expedição, que pela variedade de incidentes, e miríficas descobertas, lembra as histórias que nos enlevaram quando na adolescência líamos narrativas de aventuras extraordinárias por terras desconhecidas.

Animado por taes revelações mandou Luís de Brito que se providenciasse por novas entradas, caindo a escolha sobre outro crioulo da terra, o famoso António Dias Adorno, dos Rodrigues da Cachoeira, mestiço de italiano com descendentes de Diogo Alvares e de Paraguassú. Do seu feudo, sítio nas margens do rio cujo nome era indício de ter sido o habitat da tribu onde se refugiara o Caramurú, costumava subir aquele curso entrando nas terras ribeirinhas á frente dos seus apaniçados. Nestas condições, não lhe custaria reunir gente para cumprir a determinação do governador, de mais a mais, com algum auxílio official, pelo que não tardou a embarcar com o sobrinho Paulo Dias Adorno, e um troço guerreiro para os sertões do sul da Bahia. Foram ter por via marítima a um rio abaixo de Porto Se-

guro, com cento e cinquenta brancos, índios e mame-lucos, economizando, destarte, tempo e forças, evitando os acidentes do litoral, além do perigo dos tapuias que povoavam a mata. Afirma Gabriel Soares que a entrada se fez pelo rio das Caravelas, ao passo que frei Vicente do Salvador assegura ter sido pelo rio das Contas. Deixando para outra oportunidade a elucidação da controvérsia vamos prosseguir avante, volvendo aos feitos da bandeira. Sabemos que principiou em 1573 provavelmente com alguns recursos e muitas promessas por parte do governador. Os acenos á ambição dos bandeirantes que deviam se tornar sócios de S. M. suavizava os sofrimentos da jornada. Segundo uma confissão de Paulo Adorno no Santo Officio muitos anos depois a expedição durou nove meses, e levava como capelão o jesuíta Inácio de Tolosa. Os encargos dos missionários nessas entradas, eram de ordem diversa, em que deviam amparar espiritualmente os seus companheiros de jornada, anima-los e aconselha-los ao mesmo tempo que observavam e tratavam da parte "diplomática", nas aproximações com os tupís encontrados pelo caminho. De volta á cidade do Salvador as informações daqueles homens cultos corrigiam junto das autoridades a narrativa dos componentes da descida, rústicos sem capacidade para informar com segurança, demasiadamente inclinados ao maravilhoso.

Os Adornos subiram rios nessa ocasião até a serra chamada das Esmeraldas, onde encontraram apenas turmalinas esverdeadas pela banda do norte, e azuladas pela de leste. Depois se dividiram em dois troços, descendo um pelo rio Belmonte, ao passo que o outro com Antonio Dias, continuava por terra até á Bahia, atravessando no trajéto a propriedade de Gabriel Soares em Jequiriçá. Supõe Varnhagen que

os seus dizeres sugeriram ao irmão de Gabriel, que tinha nome de João Coelho de Sousa, a entrada no rio de Paraguassú que lhe foi fatal, pois perdeu a vida na tentativa. Na confissão do nosso velho conhecido Tomacauna, perante o Santo Ofício em 1592, encontramos curiosos pormenores sobre o comportamento dos bandeirantes entre o gentio:

Averá vinte annos... foi ao sertão de Porto Seguro em companhia de Antonio Dias Adorno, a conquista do ouro e no ditto sertão elle usou dos usos e costumes dos gentios tingindo se pellas pernas com huã tinta chamada urucú, e outra genepapo e empenando-se pella cabeça de penas e tangendo os pandeiros dos gentios, que são huns cabaços com pedras dentro e tangendo seus atabaques e instrumentos banhando com elles cantando suas cantigas gentilicas pella lingua gentilica que elle bem sabe e que estas cousas fez por dar a entender aos gentios do ditto sertão que elle era valente e não os temia por andarem sempre em guerra.

Este depoimento e os dos seus companheiros, mostram até onde chegava o cuidado de imitar o selvícola, amancebando-se simultaneamente com muitas mulheres, lanhando-se o corpo para fins de valentia; cada gilvás com sinificação de um adversário morto, e com essa traça conseguiam impor respeito aos guerreiros das tabas. O próprio Tomacauna assim procedera por se ver em apuros com os selvajens onde estava, e se fez riscar por "hum negro" (índio) com dente de paca, que depois derramava pós nas incisões para que negrejassem e atestassem a sua bravura. Outros brancos e mamelucos o imitaram *nos braços e nas nalgas*, con-

tando um deles como fôra riscado, não mais por um índio, mas pelo alfaiate da povoação onde morava, homem branco perito em cortar fazendas. O mameluco Rodrigo Martins, nascido em 1576 em Porto Seguro, acrescentou um episódio, que muitas vezes devera ter acontecido quando mamelucos se deixavam ficar entre o gentio, depois de servirem em bandeiras, *recebia delles os seus fumos de erva que chamão erva sancta que he sua cerimonia gentiça*, bebendo-o, como então se dizia, por sorve-lo fumando.

Conjeturam alguns historiadores, entre eles Capistrano de Abreu, que não teria sido a única expedição de António Dias Adorno, á vista da discordância das cartas jesuíticas com fr. Vicente do Salvador. A comparação dos textos mostra incertezas que autorizam a suposição, tanto mais, considerado o enorme interesse dos poderes públicos em incentivar entradas. Na primeira investida do neto de Caramurú pelo sul de Ilheus, encontrara região em extremo fértil, coberta de infindas matas, com aspéto muito mais dáddivoso que as terras dos arredores do Recôncavo baiano. Escrevia a respeito fr. Vicente:

Entre estas entradas no sertão fez uma Antonio Dias Adorno ao qual encommendou o governador que trabalhasse por descobrir algumas minas, o qual... rodeou grande parte do sertão, ondè achou esmeraldas e outras pedras preciosas, de que trouxe as amostras e o governador as mandou ao reino onde, examinadas pelos lapidários, as acharam muito boas. Mas nem por se mandou mais a ellas, signal que haviam lá ido mais a buscar peças que pedras, e assim trouxeram sete mil almas dos gentios topiguens, sem trazerem algum mantimento que comessem, em du-

zentas legoas, que caminharam muito devagar por virem muitas mulheres e crianças e muitos velhos e velhas, sustentando-se só de fructas agrestes, caça e mel, mas isto em tamta abundancia que nunca se sentiu fome, antes chegaram todos gordos e valentes. Donde se collige quão fertil é aquelle sertão e pelo consequente com quanta facilidade se pudera tornar em busca das pedras preciosas já descobertas e descobrir outras.

Tal veracidade não conseguiu mover a governança e aproveita-la. Faltava gente e dinheiro, provindo a ânsia em descobrir metaes justamente da necessidade de se suprir as deficiências do tesouro. Continuava a política expansionista lusa a bracejar num oceano de dificuldades, que se antolhava a quaesquer tentativas que dependessem de créditos reiuinos.

\* \* \*

Como vimos, renunciara Pero do Campo Tourinho á donataria em nome de seu filho Fernando, que foi imitado na posse em 1554, e dois anos depois a deixava por sua morte, á sua irmã D.<sup>a</sup> Leonor do Campo, casada com Gregório da Pesqueira. Teria sido este o official encarregado pela imperatriz de verificar si Tourinho não lhe invadia os domínios? Não nos foi possivel esclarecer o ponto que nos interessa indo o fidalgo ter por artes do destino, ao sítio que provocara os zelos da corte castelhana, e a sua nomeação para no Prata defender os direitos do imperador ameaçados pelo seu sogro Pero do Campo, quando embarcou para Porto Seguro. Enviuvando a donatária foi vendida a concessão ao duque de Aveiro, que tinha interesse na capitania, e pagou 600\$000 em dinheiro de contado,

mais um padrão de juro de 12\$500, e dois moios de trigo a serem entregues todo ano à vendedora. Em 1571 faleceu o duque, herdando a capitania o seu filho D. Pedro Dinís, que não tendo sucessor, deixou os bens a D. Alvaro de Lencastre, o qual por sua vez, doou a capitania a seu filho D. Afonso. O sucessor deste, D. Raimundo, herdou-lhe os direitos por mercê del-rei de Castela, que já permitira a seu pae receber a casa por via transversal, doação com que Felipe IV pretendia conquistar as boas graças de importantes súditos portugueses. A seguir, o acontecimento mais notavel ocorrido na capitania foi o seu confisco pela coroa em 1759, nove anos depois de ter entrado na posse do último donatário, acusado de envolvido na intentona contra D. José I.

O progresso de Porto Seguro sob a casa de Aveiro foi insignificante a despeito de boas condições meteorológicas e da fertilidade da região principalmente nos vales dos grandes rios. Nas cartas jesuíticas, ocorre informação a respeito da antiga Santa Cruz, *porque assim se chamava o outro lugar, onde ella já esteve, que era o engenho da Riaga, que depois foi do Duque de Aveiro. Este engenho queimaram tambem os Tapuias segundo alguns dizem. Nunca mais o Duque o concertou. E assim ficou tudo desbratado.* Em face da situação o padre Pero Rodrigues queixava-se no fim do século 16 da extrema dificuldade em manter as missões de Porto Seguro. Os tapuias Aimoré, *uma praga de gentio bravo, cuja lingua se não pode entender,* não davam tréguas aos moradores, que aos poucos se iam da capitania. No parecer de Serafim Leite, o descaso do Duque de Aveiro desagregava as possibilidades de coesão e resistência dos moradores. Perdía-se a obra das missões iniciadas com tanto entusiasmo, embora ainda teimassem os padres

em socorrer aos últimos habitantes, continuando a catequizar os seus índios de serviço, esforçando-se por conservar os demais misteres para a edificação dos próximos e glória de Nosso Senhor, como escrevia o padre Pero Rodrigues. Esforço inútil; porque daí ha pouco foi preciso interromper a atividade missionária, que no século 16 abrangia do rio de Santo Antônio ao norte, até o rio de Graminuã ao sul, e mais além, diz Vicente Viana, na atual vila do Trancoso, que se orijinou de uma aldeia de índios chamada S. João, fundada em 1586 pelos inacinos.

Os Aveiros figuravam entre os mais opulentos fidalgos do reino, mas nunca demonstraram veleidades em desfalcar as verbas da sua representação na metrópole para intensificar a produção dos seus domínios americanos. Iam, vinham, da côrte á quinta de Azeitão, passeando a sua ociosidade até que num dia caíram sob a vindita soberana que provocaram quando se revoltaram contra a tirania de D. José I. Tivemos oportunidade de tratar do assunto num trabalho sobre o poeta Santa Rita Durão, que para maior ventura dos leitores do *O Jornal* (1.<sup>a</sup> fase Chateaubriand) acabou na cesta do encarregado de um número especial sobre Minas Geraes. Tentávamos naquele artigo, destrinçar as causas e pormenores do famoso processo de regicídio, e chegávamos à conclusão de que aparentemente proviera da incrível imprudência dos conjurados. Depois da separação com a Espanha, raros fidalgos portugueses viajavam por conta própria na Europa, decorrendo do segregamento mentalidade tão necciamente vaidosa quanto frívola, a instrução daqueles nobres ministrada por eclesiásticos, no geral virtuosos, mas necessitatíssimos de elementar instrução, resumindo o seu universo no roncoiro ambiente da corte de S. M. Fidelíssima. Diremos ainda que os jesuitas, acusados

de terem participado da conjura, bem merecem a nossa admiração por não terem em absoluto parte na estúpida aventura, inspirada pela soberba de um grupo palaciano iludido sobre a sua importância.

Cessada a residência permanente dos padres substituída a pedido dos governos por missões volantes apesar da relutância geral da Companhia de Jesus, em dispersar esforços a partir do século 16, tiveram, no entanto, os padres de acudir ao decadente rincão, quando se verificou em 1610 grande assalto dos Aimoré, dos mais violentos de que ficou memória entre os habitantes. Sucedeu a seguir um período de relativa tranqüilidade, depois de repellidos os bárbaros e consertados os estragos pelos conselhos dos missionários, em que os habitantes vieram a sentir a falta que faziam os jesuitas, tanto na instrução de seus filhos como em doutrinar índios. Rogou a Câmara desta vez diretamente ao Geral em Roma, que voltassem a reconstituir casa em Porto Seguro, sem mais consulta ao governo da colônia no que foi satisfeita em 1620 por obra dos padres Mateus de Aguiar e Gabriel de Miranda. Contudo, prosseguiu a estagnação da capitania, ao passo que outros setores da costa progrediam. O assucar e o pau brasil, deviam ser explorados em larga escala, para atrair com o seu desenvolvimento gente e capitaes, acontecia porém, em Porto Seguro e em Ilheus, faltar portos fundos e abrigados, que proporcionassem ás naus oceânicas ancoradouros como o do Recôncavo baiano ou do Rio de Janeiro, a estimular o seu desenvolvimento e o da região circumvisinha.

Com donatários descoroçoados e povoadores enfraquecidos, pouco ou nada podiam os capitães locotenentes como Gonçalo Pires ou Gaspar Curado, a despeito de toda diligência de que davam mostras. A ex-

portação de madeiras, na falta de outros recursos, representava a principal indústria extrativã, mas as condições locais quasi só permitiam que fossem remetidas para a cidade do Salvador em pequenas embarcações costeiras. Circunscrita desta forma não daria muito resultado, tal como acontecia com a intermitente produção de assucar ás voltas com os assaltos de tapuias. Uma denúncia do Santo Offício refere-se ao cristão novo Henrique Mendes, que por volta de 1572 mantinha sociedade em negócios de madeira de tinturaria com um cristão velho de nome Vasco Lopes. Segundo a denúncia, ambos *faziam brasil de companhia* repartindo de tal maneira os dias da semana, *pera cada hum... irem ao corrector de pao brasil, que ao dito Anrique Mendes lhe cahia sempre o sabado de folga*, indício veemente de judaismo, pensava o denunciante. Os judeus não fizeram exceção aos que descreeram do porvir da capitania, antes pelo contrário, habituados a percorrer o mundo, devem ter sido os primeiros a deixá-la. A maioria volveu ao reino ou preferiu outras partes da colónia, aparecendo portoseguranos de várias castas em Sergipe, logo depois de conquistada em *guerra justa* aos índios, nova capitania mais esteril que a precedente, mas menos flagelada de percalços graças á proximidade e facilidade de comunicações com a cidade do Salvador.

Deixando por enquanto os sergipanos, vamos tornar a Porto Seguro e ao dito Henrique Mendes, para termos uma idéia da mentalidade da população. Vemos na denúncia que o envolveu com a sua sogra e cunhada, que estas eram muito versadas nos fastos do antigo testamento. Aparentavam hábitos singulares, desde os primórdios da capitania, talvez mesmo alcançassem a vigência dos Tourinhos. Entre outras acusações, costumavam formar círculo á roda de um porco quando

o matavam, e cantar cousas que ninguém entendia. Também não entendemos como infringissem a lei mosaica com alimentos expressamente proibidos, liberdade tanto mais de se estranhar por parte de pessoas relativamente cultas. O fato é, que não ficou nenhum dos denunciados na capitania, morrendo, imigrando, desaparecendo, excéto dos registos do Santo Officio, onde ficaram estes pormenores. Segundo os denunciantes, restava da casa de Henrique Mendes apenas uma escrava negra de Guiné, que em 1590 se recolheu á casa de outro judeu, Diogo Lopes Ilhoa, suspeito de manter uma esnoga na cidade do Salvador. De passagem, admitiremos ser muito possível manar a maioria dessas notícias do "mexerico", que um crítico estrangeiro por não lhe conhecer bem a sinificação, julgou ser o nosso maior informante a respeito de cristãos novos. Continuando, temos outra denúncia, que desta vez se refere à viuva e à filha de Gaspar Dias de Vidigueira, que também se mudaram para a séde da colónia depois da morte deste cristão novo em Porto Seguro. A acusação versava o costume que tinha, o chefe da família, quando apontado por judeu, de responder que esta era *a melhor posta e maior honra* que lhe davam. Igualmente Gaspar Curado, capitão lóco-tenente da capitania, foi inquinado de judeu por parte de mãe, embora *sem muita certesa*, jaça que no entender dos denunciantes explicava os seus abusos no cargo. Certa vez apaniguados e cúmplices seus, em que havia um Duarte Nunes; o genro dele Pero Neto; e o filho Domingos Nunes; se *alevantaram* contra o padre ouvidor da vara para o matarem, pelo que foram excomungados, sem o capitão dar importância á medida, *posta por seu inimigo filho de porteiro*. Complicou-se ainda o conflito entre as duas autoridades, pela cadeira de espaldar a que o capitão se julgara com

direito, e que o padre exigia fosse retirada para fora da igreja sob pena de suspender a missa. Conservava além disso, Gaspar Curado em sua posse, duas índias fôrras, apartadas de seus maridos, que ficaram tres anos sem confissão, assim como toda a mais gente da fazenda do Duque de Aveiro. Outrossim, um desses escravos gentios, já cristão, chamado Silvestre, estivera dezoito anos nas aldeias dos índios livres, e provavelmente incitado pela desordem reinante, onde os brancos eram os primeiros a dar maus exemplos, procurara difundir entre os companheiros a erronia da "Santidade". Vindo a saber, mandou o capitão Gonçalo Pires que o tirassem dos matos, fosse açoiado e metido em grilhões, onde o foi buscar Gaspar Curado, sucessor de Gonçalo Pires por morte deste, que reteve o índio em seu poder, e provavelmente a seu serviço. O caso foi narrado á mesa por Maria Barbosa, natural de Porto Seguro, mulhêr de João da Rocha Vicente, *que está ora pera hir ser morador em Sergipe.*

A ameaça dos Aimoré, as quisílias entre brancos, e a modorra invadindo a capitania, culminaram na extinção dos jesuitas em 1760. Nessas condições ativava-se o êxodo de quantos nutriam alguma ambição e podiam se mudar para sítio de maior atividade econômica. Juntamente com os que rumavam para as capitanias do norte, outros preferiam as do sul, naquele momento bafejadas pela intervenção do governo que tencionava as garantir de possíveis revides dos franceses recém-derrotados no Rio de Janeiro. Voltando agora aos registos do Santo Officio, encontramos a notícia de que algum tempo depois da primeira denúncia, fôra visto Duarte Nunes, supra, *que ora he morador no Rio de Janeiro*, cabeceando e berando na igreja quando supunha que ninguém o via,

á moda dos ebreus na sinagoga. Depoz igualmente sobre práticas proibidas, Pero do Campo, licenceado, deão da Sé do Salvador, vigário geral do bispado do Brasil, natural de Porto Seguro, que, sendo menino de pouca idade, ouvira dizer por um seu irmão mais velho, o qual certa vez entrara de súbito *em huma casa de Porto Seguro*, e viu Dinís Eanes, Gaspar Dias de Vidigueira, Antonio Nunes, Henrique Mendes e outros, cristãos novos e parentes, moradores na mesma capitania, á volta da mesa em que geralmente costumavam jogar o *barato*, mas que nesse dia ostentava *huma toura dourada ou de ouro*. Esses denunciados, como os demais, dispersaram-se, sumindo incolumes, pelo menos de sanções da inquisição do sítio onde praticavam atos contra a fé. O cristão novo Pero Fernandes, narrou em 1591 á mesa, que a sua esposa Antónia de Oliveira, também cristã nova, lhe dissera na Bahia, que quatorze anos antes, fôra ter a Porto Seguro um seu primo, talvez o de nome Álvaro Pacheco, o qual insistia para que ela praticasse uns tantos jejuns, em contrário do que mandava a igreja. Esse, como os demais judeus envolvidos no caso, também se tinha de ha muito afastado da capitania para outras regiões que não sabemos. A repetição de denúncias versando um grupo de cristãos novos, localizados na mesma zona povoadora, dá a entender que, em última análise seriam bem poucos, todos cuidadosamente recenseados pelo paciente colecionador de nomes e endereços que era o Santo Officio.

Mais importante que delitos de judeus, parece-nos de modo geral a insanavel questão servil, verdadeiro motivo da briga do capitão Curado com os jesuitas. Os conflitos a que dava causa agravavam a situação geral dos habitantes, já de si muito grave, e tornada mais padecente quando no fim do século 18 se retira-

ram os jesuitas. Ficavam os brancos entregues a clérigos de missa de pouca ilustração e em pequeníssimo número, que não podiam grande cousa contra os males apontados nos documentos coloniaes. Um dos mais comuns era o delicto de bigamia, espalhado por toda a colónia e a que não escapava a donataria dos Aveiros. Inúmeros eram os casos como o de Domingos, casado no reino e que desposara Maria Nunes em Porto Seguro. Alguém presente ao casório foi para Portugal onde veio a conhecer a outra mulhêr, descobrindo-se daí o delicto, e o delinqüente *fogio pera as capitancias de baixo e dizem ora andar neste Brazil e a dita Maria Nunes tornou a cazar ora com Manoel Dourado*. Acabavam por se casarem e recasarem homens e mulheres, mais ou menos como hoje se faz recorrendo á intervenção do Uruguai ou do México, na falta de lei permitindo entre nós o divórcio. Vemos que o caso não é novo, datando dos alvares das povoações litorâneas, que foram as primeiras deste imenso paiz. Antigamente, trazia a complicação dos múltiplos consórcios realizados de um e outro lado do oceano, perplexas as autoridades eclesiásticas e seculares, que não sabiam mais a quem punir, si ao bígamo ou á mulher, que, por sua vez, tratava de vitimar alguém logo que o primeiro cõnjuge a deixasse. Um tal Henrique Barbas, que se casou apadrinhado pela melhor gente do lugar, na igreja de Santo Amaro, com Antónia de Barros, *e casados estiverão e viverão muitos annos sem aver filhos por então naquelle tempo ser ella velha*. Mais tarde, porém, surgiram diferenças no casal pelo ciume da mulher, descobrindo-se que Antónia era casada, com marido vivo em Portugal, e quando mais aceso ia o escândalo, soube-se que Henrique era *clerigo de ordens sacras*, pelo que, foi preciso haver separação, voltando ella para a Bahia, ficando ele em Porto Seguro. Muitos

outros casos parecidos ocorreram antes, durante e depois das visitas do Santo Officio, que seria ocioso transcrever, bastando que imaginemos, pelo que succede no tempo presente, as tribulações amargurando outrora os povoadores, quando não ganharam prêmio na loteria do casamento.

\* \* \*

Tres séculos depois do duque de Aveiro comprar a capitania, na intenção de constituir morgado para um seu filho segundo, notava o inglês Lindley, que aí foi detido para averiguações, o aspéto de *general poverty of Porto Seguro*. Logo a seguir, dá a explicação daquele estado de cousas, ao descrever no começo do século 19 o litoral sob regência da coroa, depois de apreendido aos antigos donatários, *The whole land besides (extending both sides ways to the nest sea ports) is interely neglected: although finely watered with small steams in every part, where the cane, cotton and mandiock, would grow with scarcely any labour, as well as the immense variety of other tropical produce: in short, where nature spontaneously offer her gifts, and invites the hand of man. But this beautiful country, one of the finest in the world, is enterely lost through want of inhabitants, of cultivation, and industry, e repetia o que tres séculos antes dele escrevia o primeiro administrador luso do Brasil, *mines of wealth being buried, far exeeding all their mineral or metallic ones*, quando asseverava a el-rei que as melhores minas do Brasil estavam na agricultura. Acrescia em Porto Seguro, a vantajem para os lavradores, de dispor dos abundantes cursos de água para o transporte de seus produtos, dizendo Lindley a respeito do rio Grande, que marcava o limite da capitania*

com a de Ilheus, *Immense woods ranging along the coast each way, crowd its banks; and the trees of which they are formed are considered as the best for ship-building in Brazil.* Entretanto, *This river is yet unexplored*, em 1802, a despeito das ordens, que certa vez dera o marquês de Pombal para o aproveitamento dos grandes cursos da região. Entretanto, no estaleiro da Bahia na mesma época, construía-se o *Príncipe do Brasil*, de 64 peças, e nos de Itapagipe, vários barcos mercantes em que empregavam madeiras dos rios ao sul da cidade do Salvador. A enumeração das essências aí encontradas é tão confusa, e tão estropiados os nomes indígenas sob pena inglesa, que não convém reproduzir o trecho. Citaremos apenas a reflexão de Lindley sobre o engenho levantado perto de Porto Seguro, *How widely different is this primitive sugar making, from the immense works, machines, and engines, employed by our West-India planters!*, medeando um abismo entre os primitivos engenhos lusos dos que arvoravam a pujança da hegemonia industrial e colonial britânica do século 19.

A séde da capitania segundo o viajante, apresentava aspeto pior que a cidadezinha de Caravelas, no extremo sul de Porto Seguro, na raia de Espírito Santo. Um dos seus melhores edificios era a residência do governador civil por ter sido o antigo colégio dos jesuitas. Neste passo, aproximava-se a opinião do estrangeiro da lenda aos poucos formada entre os nativos depois da expulsão dos padres, de que tudo que se via de admiravel e vultoso na colónia era proveniente da Companhia de Jesus. Não exagerava entretanto Lindley ao dizer, que *The jesuits on its first discovery, were solicitous in their researches after the products of the country, the manners of its possessors, names of their nations, and number of other observa-*

*tions usually made by Europeans. Wheter this kind of industry of the good fathers was discouraged by government, or from what other motive, is unknown.* Privados do seu ensino caíam as populações na mais profunda ignorância, sem guias para o espírito, nem médicos para os males físicos. Narra a propósito o viajante, pitoresco episódio provocado pela caixa de medicamentos que levava a bordo. Tendo sido vista por curiosos, em pouco afluía em torno do navio cardume de canoas, pejadas de cegos e doentes, ansiosos por consultarem o êsculápio providencialmente caído do céu, e que se viu abarbado por aquela afluência ameaçadora para o seu stock de medicamentos.

O trabalho sob título *Mapa e Descrição da Costa* pelo capitão mor João da Silva Santos, traz uma relação de Porto Seguro em 1803, que dá ideia do seu estado no mesmo momento em que Lindley visitava a capitania. Havia na rua do Colégio trinta casas, das quais tres sobrados, entre *chãos devolutos de ambas as partes*. Continuando, alargava-sê e tomava o nome de Misericórdia, porque ia ter ao hospital, com 24 casas, das quaes duas de sobrado, e alguns chãos baldios. Voltando pelo lado oeste, a formar meio quadro, estreitava-se e tomava nome de S. Sebastião, com 32 casas, e *nella tão bem ha bastante chãos devolutos*. Ao lado da Misericórdia via-se na parte oeste um largo terreno onde fora a antiga matriz, e nas proximidades mais duas ruas, a Nova com 18 casas, e em outra muito curta, mais 15. Nisto consistia a povoação, com as mesmas igrejas e capelas dos séculos anteriores, sem mais novidades a não ser as ruínas que aos poucos as invadiam.

A maior produção dos habitantes consistia em sal, farinha de mandioca, madeiras e pesca de garôpa para abastecimento da cidade do Salvador. Ainda não se

tinham facilitado as comunicações com as lavras das Minas Geraes, de sorte que, as indústrias se rezumiam, na construção de barcos rudimentares, ou reparos nos que já estavam feitos, assim como no amanho de rêdes, tal como se fazia nos séculos 16 e 17. Dizia LINDLEY que *their lines*, eram na sua opinião, *the best in the world; composed of cotton well twisted, and rubbed several times with the inner bark of a tree which contains a glutinous resin that immediately hardens in the sun, and is proof against the decay of salt water — thus rendering the lines peculiarly strong and yet elastic* (77). A pesca estava nas mãos de uns poucos indivíduos relativamente abastados para o lugar, que a troco de pescado recebiam gêneros e mercadorias que vendiam aos seus agregados e dependentes. Nota LINDLEY, que felizmente para os mesquinhos da região, dispensava-os o clima de muitas necessidades, entre outras a de precisarem de muita roupa. Compunha-se a alimentação geralmente de peixe salgado, farinha de mandioca, laranjas, coco e bananas, estas tão abundantes, que perdiam valor, fâto surpreendente para um estrangeiro habituado a considera-las fruto raro, caríssimo e de gosto maravilhoso. Dos legumes comuns na Inglaterra só havia alguns na horta do vigário, sendo completamente desconhecidas as batafinhas, reverso da medalha para o europeu de princípio deslumbrado pela quantidade de frutas, que na Europa só apareciam nos intervalos dos espetáculos teatraes. O peixe fresco era raro, atribuindo o viajante a sua escassês á preguiça dos habitântes, custando caro quando se

---

(77) O príncipe de Wied acrescenta alguns pormenores sobre a fabricação de cordas de tucum mui finas em S. André, que esfregadas na casca da aroeira revestiam-se de um vernis pardo escuro brilhante. Para as de Gravatá usavam-se folhas de manguê. Os negros do rio de Sta. Cruz faziam cordas de Piassava, que alcançavam muita aceitação na cidade do Salvador para serviço dos navios.

conseguia encontrar. Carne de vaca era igualmente pouco conhecida, abatendo-se unicamente uma rez cada domingo, cujo primeiro quarto era para o governador e os officiaes da cidade, e o resto á disposição do povo, a tres vintens a libra. Outros animaes de corte seriam fáceis de criar, mas a capacidade do último governador, que de tudo se apossava e não pagava, desanimara a produção. Os principaes habitantes tinham propriedades ruraes geralmente situadas nas margens do rio de Buranhem, a partir de cinco léguas da sua embocadura, acima de Vila Verde em direcção a oeste. Mesmo aí, o uso do leite era raro, e si um estrangeiro provindo do norte da Europa, contava aos portuenses que este gênero era um dos mais importantes para sua alimentação, ninguém lhe dava crédito. Longe de considerar o leite nutritivo, tinham-n'o por prejudicial para doentes e combalidos, exclamando Lindley ante tanta rusticidade e primitivês que onde a agricultura e indústria, poderiam se expandir sob as bençans do ceu, jazia a população na indigência, siquer conhecendo os remediados, em meio de prodiga natureza, o bem estar que torna a vida desejavel.

Vários fatores concorriam para a falta de conforto dos portuguezes e seus descendentes na colónia. Em primeiro lugar, devia influir semelhante ao fenómeno notado mais tarde entre os industriosos colonos alemães, remetidos pelo governo imperial para Santa Catarina. Estes quando não podiam vender o que produziam, por ausência de compradores, passavam os dias embebedando-se em casas de amigos, e o passatempo prosseguia da segunda feira ao domingo, visto a inutilidade de qualquer esforço, onde tinham chegado cedo demais, galardoados com pletora de lebensraum, numa região sem comércio organizado, nem vias

de comunicação que permitissem procurar consumidores em outros sítios. Junto desses inconvenientes, dava-se em Porto Seguro, outros peculiares ao clima e origem ibérica dos seus habitantes. Nas Espanhas era pouco difundido no século 18, e princípios de 19, o uso do leite, assim como o da carne e legumes. A natureza pedregosa da península impunha que os melhores tratos de terra fossem reservados para a oliveira, a vinha e o trigo, que davam as duas primeiras em terreno acidentado, em meio de seixos, e a terceira na planície onde era possível empregar o arado. Nessas condições, só em determinada região era possível soltar gado *vacum*, que precisava de espaço e de relva abundante para se manter. Premida, destarte, pelas montanhas, a população do reino alimentava-se com expedientes nutritivos muito diversos dos existentes nas cidades da Inglaterra. Ainda mais se acentuava o descaço por certas comodidades na colônia, onde o clima — como notara o insular — dispensava precauções contra o inverno, e o grande orientador da psicologia do imigrante provinha do aspêto das cousas (78). A diferença de temperatura, contudo, influiu em outros casos beneficemente, trazendo maior asseio corporal aos brancos pelas facilidades de banhos que encontravam em qualquer momento do ano nos cálidos deltas litóreos.

Lindley rezervou uma de suas críticas para as mulheres, que mal sabiam tecer rendas grosseiras, ou costurar utilmente, deixando este cuidado, segundo hábito colonial, a escravas mulatas. Quanto aos atinentes á cosinha, estavam em Porto Seguro *interely out of question*. Reinava tal ignorância a respeito, que alguma farinha de trigo trazida pelo viajante, não

---

(78) Cf. *Pernambuco e as Capitãncias do Norte*, II, 31-33.

encontrou na vila quem a soubesse transformar em pão. Tanta frugalidade no povo pareceu a Lindley, provir, ás vezes, de avareza, pois, mostravam-se os personagens que encontrara não raro amigos de iguarias e até glutões, quando partilhavam de farta mesa que não dependesse da sua bolsa, voltando ao que se dizia no século 16 da fidalguia lusa, magnífica na rua e alimentada de rábanos em casa. Notou o príncipe de Wied na mesma região, que os principaes brancos compareciam aos domingos á missa com as suas melhores roupas, ao passo que durante a semana permaneciam nas suas residências descalços, vestidos com um camisolão e em ceroulas. Reconhecia, porém, que os brasileiros de todas as classes eram asseados e bem cuidados no trajar, costume que até hoje parece persistir inda nas camadas menos favorecidas da população. Torna novamente o inglêz aos males causados pela expulsão dos jesuitas quando alude á falta de instrução das melhores classes. Somente algumas mulheres sabiam ler; e, escrever, era uma arte que apenas poucos homens conheciam na colônia. Dias inteiros, asseverava o viajante, eram dispendidos pelo elemento masculino em se visitar uns aos outros, em que passavam tempo em conversas frívolas, ou jogando cartas a tostão, abandonado o cuidado da lavoura, e mais produções, a reinícolas, mulatos de estimação, ou libertos de confiança. Nesse *social intercourse*, as mulheres ficavam quasi invisíveis, ciosamente apartadas em gineceus, onde viviam de camisa, ás vezes com mais uma saia para completar a toilette, ou envergando o camisolão usado pelo povo desde que os missionários o tinham imposto a bem da moralidade. Os homens eram menos discretos, apareciam pela manhã em fraldas, ou outra leve indumentaria, ou falta dela, chocante *to a person of the commonest delicacy*. De fáto,

os esboços de Debret reproduzindo usos e costumes da cõrte e de alhures, corroboram as relações de estrangeiros, a partir dos quinhentistas, que já comentavam o costume talvez naquele tempo ainda mais generalizado, pela vizinhança de índios nus. De uma feita, prezenciamos ainda longínquos efeitos seus, quando na vigência da República Velha, de volta da Bahia num navio da Royal Mail, houve pânico entre as velhas inglesas, porque apareceu no salão antes do jantar, um deputado da boa terra vestido de pijama. Evocava o traje (considerado íntimo, próprio para dormir, etc...) situações *quite shocking* para aquelas damas, que durante o dia exibiam as suas pelancas na piscina de natação. O mesmo deviam ressentir Lindley e a sua digna consorte, ao verem os maiores personagens em público, quando não havia festas ou cerimônias, quasi despidos, de chinelas sem meias, apenas com o reforço de um manto que em dias frios ou tempestuosos enrolavam sobre o corpo: *In short, maugre every exertion of patience*, gemia o viajante, atormentado pela demora forçada em Porto Seguro, *our situation is miserably; and most gladely shall I hail the happy day of our arrival in a land of decency.*

Outro motivo de observações era a familiaridade reinante entre elementos de diferentes castas, que mesmo na França (Lindley escrevia em 1801), *in its completest state of revolution and citizenship never exceeded in that respect.* A reflexão é muito curiosa pelo que diz acerca da psique da democracia brasileira, inalterada durante a monarquia, expandida na república, e com muitos aspétos conexos a fenómenos prevalecendo em toda a América. Em Porto Seguro a aparente lhanura do trato descia até ao negro, que se explica pelo alto preço dos africanos, assim como pela origem por vezes *caseira*

do mulato, e desfavor do selvícola, que na zona porto-segurana não era considerado elemento de progresso. Contudo, a despeito da gradação, esquecia de mencionar Lindley que negros e mulatos não se eximiam de pesados castigos, freqüentemente desproporcionados á falta que cometiam. A quasi ausência de formas protocolares, tão do agrado dos europeus, e particularmente dos pequenos burgueses formalistas como Lindley, abarrotados de vaidades e preconceitos, era mais fruto da "nonchalance" da vida colonial que sentimento consciente e preponderante. Era como a atual apregoada bondade existente no Brasil para com os pretos, mas onde não é necessário transformar-se em angolense, nem por 24 horas, para perceber os inconvenientes trazidos pelo pigmento. A escassês de brancos na colônia acarretava igualmente valorização do europeu, que vimos nõ seculo 16 despontar e se ipertrofiar depois da passagem do equador, aluindo quanto aos reinos, as barreiras sociaes existentes no reino, mormente em sítios modorrentos como sempre fôra Porto Seguro. Alheio a estas considerações, presenciara Lindley com grande assombro o tenente, sargento e soldado reunidos na mesa de jogo, em presença do capitão mor e dos mais respeitáveis habitantes do lugar, que não se pejavam de apostar e de intervir nas partidas. Tampouco, aí desaparecia a *stream line* que o traficante não enxergava na sua superficial maneira de ver, sem levar em conta que os castigos continuavam a desabar sobre os inferiores, logo que se tornassem, ou parecessem necessários, apesar do joguinho e da aparente familiaridade nele exibida. O próprio Lindley teve oportunidade de notar a bordo dos navios lusos, os officiaes manejarem varas, e de não pequenas dimensões, com que amaciavam durante os exercícios as costas dos artilheiros.

Eventualmente também os chamariam de “camaradas” no correr de uma partida, mas em manobras entrava em cena o velho argumento disciplinador usado em todas as marinhas. Mera questão de usos e costumes, que em última análise, quanto á desigualdade de situação social, davam resultados aproximativos tanto em Porto Seguro como nos presídios britânicos. Logo adiante escrevia Lindley, que povo algum aparentava mais impertigamento e reserva que os brasileiros, embora acrescentasse o traficante *or really have less*, no seu trato social, os principaes se afogavam com roupas europeas no calor de Porto Seguro, graves, magestosos e cerimoniosos em público, para em casa deixarem-se cair de camisola na rêde a abanar e vituperar contra escravos e meieiros que lhes davam cabo da fazenda.

A herança lusa de eras passadas, externada pela soberba de quem outrora possuira o comércio do mundo, misturava-se na colônia a desconfiado provincialismo, de onde o impertigamento e a reserva que chamaram a atenção do inglês tal como já muito antes impressionavam os visitantes do pequeno reino. Persistia entre uns e outros, reinos e americanos, através dos séculos, a sobranceira mentalidade dos habitantes de casas brasonadas, que se desmanchavam em ruínas, mantendo no povo ocioso por falta de indústria, a persuasão de que todos eram nobres como el-rei *dinheiro a menos*, e este tão poderoso quanto Jupiter, excluindo naturalmente os raios. Até os famélicos cães ibéricos moviam-se lentos e majestosos quando tinham de arrear os ossos ante os veículos de estrangeiros que apressados percorriam as Espanhas; e na outra banda do oceano, em Porto Seguro, não eram só as florestas grandiosas que apresentavam porte igual ás da era cabralina. Continuavam os mesmos costumes, talvez mais intátos do que no velho reino, a imperar sobre todo o

povo, do mais alto personagem ao último escravo, empregando os comensaes de preferênciã os dedos para comer, segundo o antigo exemplo de D. João III ou do imperador Carlos V. Passavam igualmente horas na agradável occupaço de se espiolharem, o que teria difundido o cafuné, mesmo depois de desaparecidos a poder de repetidos banhos os piolhos. Provocavam também certas doenças cutâneas, intensas coceiras, e a respeito escrevia Lindley, que as camisas tinham aberturas dos lados, *for the accomodation of scratching*, na altura dos *stomachs of the men*, por menor que para ser bem compreendido é preciso levar em conta os idiotismos da época. O inglês escrevia numa quadra prenunciadora do cant da era vitoriana, em que a mais comesinha decência britânica exigia que se dissesse "estômago", em vez de barriga. Pensamos, contudo, que as aberturas eram mais para facilitar movimentos dos membros inferiores do que dos superiores, em que pese a opinião do observador. Admitiremos maior exactidão da sua parte no período seguinte, em que apareciam no coçar vestígios de outro incômodo, velho de muitos séculos na Europa, que era a sarna afetando os dedos das damas e o tal "stomach" dos homens, a ponto da pele parecer escamas leprosas (79). A esfregação a todo momento e em qualquer lugar desagradava ao respeitavel viajante, ou traficante — porque não se sabe ao certo o que fazia Lindley no Brasil — mas convém notar que o ínclito Luiz XVI rei de França, contemporâneo daqueles portuenses, também escandalizava os presentes ao seu coucher arregaçando a camisa e coçando-se familiarmente perante numeroso público.

---

(79) A descrição talvez indique resultados de micose, cuja etiologia infelizmente é desconhecida em observações do século 19.

Depois de remetido o inglês para a Bahia a fim de esclarecer melhor a sua atitude em Porto Seguro, aí apareceu em 1816 o príncipe de Wied, que dispendeu grande parte de sua estada no Brasil no setor costeiro entre Ilheus e Espírito Santo. Das vilas embrionárias no século 16, que siquer existiam no tempo do primeiro donatário e onde esteve o cientista alemão, por ora não convém tratar. Será mais interessante examinarmos os vestígios ainda vivos do tempo dos governadores geraes, e dos seus mais eficazes colaboradores no progresso da colônia. Dos que voltam constantemente na pena do príncipe naturalista, temos em primeiro lugar as referências aos jesuitas, embora fosse ele um espírito "voltaireano", como, ademais, a maioria dos intellectuaes do século 18. A razão dos elogios aos padres que a imparcialidade do viajante se via obrigada a conceder, prendia-se entre outros motivos ás livrarias antigamente existentes nos colégios da Companhia. No momento em que visitou a vila do Trancoso, depois de passar por Caravelas, encontrou-a reduzida a miseravel arraial de índios e mestiços, dominado no alto pela igreja jesuítica, voltada para o mar segundo a tradição inaciana. A respeito, escrevia Wied Neuwied, *desde a expulsão desta ordem o convento foi demolido e a biblioteca dispersada*, sem aduzir mais pormenores, porquanto julgava suficientemente eloquente a simples menção do infeliz successo, mais expressiva que derramados comentários.

De volta a Porto Seguro escrevia Wied a respeito da séde da capitania, *Imediatamente acima da ladeira* (que dava acesso á parte da cidade) *bastante ingreme, eleva-se o grande e massiço convento dos jesuitas...* *Nas vastas salas deste antigo edificio, onde outrora os padres exerciam a sua autoridade, hoje ouve-se apenas o vento, num abandono que nos faz sentir as vicissi-*

tudes dos séculos! As celas antigamente animadas por homens ativos e atarefados, estão desertas, entregues aos morcegos. Este convento dispunha de vultosa biblioteca de que se não vê mais o menor vestígio". Citamos no anterior capítulo de Ilheus as reflexões do príncipe ao verificar que o último arrimo da capitania desaparecera, com os que por longos anos tinham sido desvelados decuriões da sua população. Reforça ainda este modo de pensar quando louva o viajante na Bahia o derradeiro vice-rei do Brasil, conde dos Arcos, pelo zelo que tributava á livraria colocada no ex-colégio dos padres, acrescentando, constituir *grande perda não se cuidar em tempo dos papeis deixados pela Companhia, que na mor parte foram dispersos*. A educação germânica, com o seu respeito pela cultura desponta nesses trechos como leit-motiv da narrativa, trazendo aos jesuitas a homenagem de um dos mais elevados espíritos que estiveram na América na esteira do ilustre Humboldt. Filiado aos *esclarecidos* do século em que nascera, não se pode acoimar Wied Neuwied de parcial nas suas apreciações, como pareceria a um demagogogo do século seguinte. Na maneira de encarar o passado inspirava-se o viajante tão somente no generoso ânimo com que escreveu a sua obra, digna da superioridade científica e da nobre inteligência de um príncipe.

No restante da narrativa impressionou-se (e já transpuzera o primeiro quartel do século 19) com a ação dos Aimoré, que ainda ameaçavam os poucos brancos disseminados pela costa. Das conseqüências de tão longas hostilidades apresentava miserável aspepto o arraial de Vila Verde, antiga redução dos jesuitas, sito a pouco mais de uma légua de Porto Seguro. Subindo rio acima chegava-se a um agrupamento de índios, contando apenas um vigário e escri-

vão, á guisa de portugueses, ou brancos, como se costumava dizer. Também lá se elevavam as ruínas de um antigo convento da Companhia, de que restava apenas em condições aproveitáveis a igreja, e nas antigas povoações do primeiro donatário, mostrava Santa Cruz agricultura mais florescente que a de Porto Seguro, pois abastecia as visinhanças com farinha de mandioca, sem embargo dos seus habitantes serem considerados em extremo preguiçosos. Cita ainda Wied a tradição local, atribuindo antiga prosperidade á região, *mas os mais ricos habitantes morreram*. Não fazia muito que tinham sido destruídas as plantações do rio de Santa Cruz para cima, pelos Botucudo, descendentes dos antigos Aimoré, que no seu percurso antes de lá chegarem tinham assolado a séde da capitania. A vila de Santo Amaro, distante mais ou menos uma légoa de Porto Seguro, fora destruída, segundo alguns autores, em 1564 pelos Abatira, reagrupando-se os moradores depois do sinistro em casinhas á roda da igreja sob invocação de N. S. da Ajuda. Continuava, entretanto, a agitação do gentio que resistia a todas as expedições dirigidas contra eles desde o tempo de Tourinho, e na vila do Prado, quando aí esteve o príncipe de Wied, constava que os Patachô tinham feito aliança com os seus afins Machacari contra os Botucudo, acontecimento que trouxe grande alívio aos moradores. Essas dissensões entre tribus valiam mais que as promessas dos governós pois concorriam para que os brancos não fossem expulsos da região.

Na época em que Lindley estivera naquelas paragens, a costa desde o rio do Prado até o rio do Frade era considerada perigosa por causa dos Patachô. Um decênio mais tarde começavam alguns destes índios a se familiarizar com os brancos, e entre as suas cabildas das marjens dos numerosos rios que desciam em dire-

ção a Porto Seguro, os Machacari pareciam ter índole mais branda, suscetíveis de entabolar relações com os civilizados. Antes disso, o auxílio que davam aos brancos era indireto, consistindo nas lutas internas com que se enfraqueciam e davam ensejo aos portugueses de trabalharem enquanto não eram atacados. Com a chegada ao Brasil em 1808 do príncipe regente, tomaram-se medidas para remediar o prejudicial estado de cousas, em que se declarou guerra aos Aimoré. Também foram dispostos grupos armados em pontos estratégicos do interior, e mais providências, que si não trouxeram resultados definitivos, pelo menos permitiram á população respirar mais desafogadamente. As comunicações com as Minas Geraes foram também melhoradas por volta de 1812, embora trinta anos depois ainda precisavam os viajantes ajuntarem-se em ranchos, ou grupos bem armados, por causa da indiada que muito indiscretamente aparecia quando menos se esperava. Tribus hostis e ervas daninhas para os muares da tropa, tinham desanimado os que por ali quizeram transportar algodão. O fracasso da tentativa serviu para esclarecer, que só a imigração em grande escala de elemento branco, poderia sanar os obstáculos ponteando as vias de comunicação. Mas para esse fim era preciso condições especiaes económicas, que assegurassem trabalho e remunerassem os novos elementos étnicos, o que era difficil num setor costeiro desprovido de bons portos. Além desse conjunto de fatores, oferecia-se ao cubijado alienigena no sul do Brasil, justamente o que faltava a Porto Seguro, e redondasas, de sorte que, tanto os imigrantes como as autoridades encarregadas da sua localização, preferiam Nova Friburgo ou as províncias visinhas do Rio de Janeiro, ás zonas onde não se sabia ainda o que produzir. Pensou-se daí, recorrer ao velho sistema das remessas de presidiários,

feitos *carne de canhão*, ou no caso, bucha para índio e sesões, com o mesmo resultado que os degradados do reino outrora tinham trazido para onde aportavam, fomentando desordens, atribulando os antigos habitantes mais que os tapuias, sem lhes proporcionar compensação alguma pelos prejuízos que provocam.

A respeito dos vestígios da cultura dos índios exclamava o príncipe: *nada se encontra nesta costa que recorde os tempos anteriores ao estabelecimento dos europeus no litoral. Os seus primitivos habitantes agrestes e bravios, não legaram como os Tolteca e Asteca do México e do Perú, monumentos que transcorridos milhares de anos interessem á posteridade. Quando o corpo nú do selvagem tapuia é enterrado pelo seu irmão, desaparece da terra a sua memória, sendo indiferente aos pósteros que um Botucudo ou uma fera tenham existido no mesmo deserto.* O enigma desta diferença é de fáto indecifrável (80). Como explicar o fosso intransponível que dividia as populações das duas vertentes sulamericanas? A diferença de cultura era assombrosa entre os peruanos e a indiada Tupi ou tapuia espalhada pelo litoral. Uns parecem parentes próximos dos antigos egípcios, ao passo que os outros se assemelham com o judeu errante. Existe sobre os índios da região de Porto Seguro e Ilheus talvez a mais abundante literatura versando o nosso selvícola. Numerosos estrangeiros, em que figura um cientista russo, trataram depois de Blumenbach dos Botucudo e dos seus vizinhos Patachô ou Machacari (81). Em outros tempos esses tapuias foram considerados pertencentes ao grupo Gê, e hoje são catalogados como tribus alófilas, divergentes entre si, de diversa cultura e família lin-

(80) *Primeiros Povoadores do Brasil*, cap. do Índio.

(81) Segundo os autores a grafia oscila entre Machacari e Machacali.

guística, parecendo que vieram se encontrar nos vales meridionaes baianos em época difícil de determinar.

Reduzidos a grupos miseráveis, os indómitos guerreiros de arco e flecha não tardarão a desaparecer por completo ante o adversário, provido de uma aculturação devastadora para o homem primitivo, que se vê sem defesa contra a máquina soberana. A longa resistência que os selvícolas opuzeram ao branco em tempos idos se justifica pelo desfecho final ante a marcha do Progresso, como si avisados pelo instinto, prevessem o fim que o destino lhes rezervara.

~~FAC. N. FILE SC. III~~

**BAIXA**  
FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

## ÍNDICE

Introdução . . . . .	7
A Bahia . . . . .	31
A chegada do donatário . . . . .	56
A ocupação do litoral . . . . .	73
A capitania de Ilhéus . . . . .	154
Capitania de Porto Seguro . . . . .	256

## Nota

*Este volume foi terminado em 1942, mas pelas dificuldades provenientes da guerra, só agora pode ser publicado. O leitor, por esse motivo, relevará as faltas que contiver.*